

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ALCIONE SOUSA DE MENESES

QUANDO MUDAR É CONDIÇÃO PARA PERMANECER:

**a escola Casa Familiar Rural e as estratégias de reprodução social do campesinato na
Transamazônica (Pará-Amazônia)**



Certificação simbólica na festa de formatura da 1ª Turma de CFR da Transamazônica – 1998. Foto: Maristela Marques.
Na faixa lê-se: “FORMATURA DA 1ª TURMA DE JOVENS AGRICULTORES DA CFR DE MEDICILÂNDIA”.

Belém, Pará
Junho de 2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

QUANDO MUDAR É CONDIÇÃO PARA PERMANECER:

a escola Casa Familiar Rural e as estratégias de reprodução social do campesinato na
Transamazônica (Pará-Amazônia)

Alcione Sousa de Meneses

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFPA como requisito para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais (concentração em Sociologia).

Orientadora: Sônia Barbosa Magalhães

Belém, Pará
Junho de 2010

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

(Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA)

Meneses, Alcione Sousa de

Quando mudar é condição para permanecer: a escola Casa Familiar Rural e as estratégias de reprodução social do campesinato na Transamazônica (Pará-Amazônia) / Alcione Sousa de Meneses; orientadora, Sônia Babosa Magalhães. - 2010

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2010.

1. Educação – Sociologia – Reprodução social – Transamazônica (PA). 2. Escolas rurais – campesinato – juventude (PA). 3. Participação social – Medicilândia (PA). 4. Cidadania. I. Título.

CDD - 22. ed. 306.432098115

Alcione Sousa de Meneses

QUANDO MUDAR É CONDIÇÃO PARA PERMANECER:

a escola Casa Familiar Rural e as estratégias de reprodução social do campesinato na
Transamazônica (Pará-Amazônia)

Aprovação em 28 de junho de 2010

Banca Examinadora:

Prof. Dr^a. Sônia Barbosa Magalhães

Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Prof. Dr^a. Delma Pessanha Neves

Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-Graduação em Antropologia.

Prof. Emérito Jean Hébette

Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Prof. Dr. Salomão Antônio Mufarrej Hage

Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-Graduação em Educação. Instituto de Ciências da Educação

Prof. Dr^a. Maria José Aquino

Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
(Suplente)

Agradecimentos

As questões, a forma e o conteúdo que delineiam este trabalho são resultado de contribuições diversas de pessoas com as quais tive o privilégio de compartilhar esta experiência de estudo e pesquisa. A elas agora agradeço.

Aos sujeitos desta pesquisa – os *jovens agricultores* da CFR, os *colonos pioneiros* da Transamazônica, os/as agentes das organizações sociais (FVPP/Secretaria de Formação; STR de Medicilândia e Pacajá; MMTCC), o/as monitores/as, coordenadores/a da CFR (de Medicilândia e Pacajá) –, agradeço a imprescindível contribuição por meio das entrevistas concedidas, da confiança e acolhimento em suas casas e locais de trabalho e do empréstimo de documentos. Sou-lhes grata ainda pelos exemplos mostrados em suas reconhecidas formas de construir/conquistar direitos, ressignificando o espaço social do campesinato. De forma particular, agradeço as contribuições de: Antônia Martins, Antônia Melo, Adelson Silva, Ana Paula Souza, Aparecida Brandão, Lucimar Delfino, Luiz Paulo Portugal, Maristela Marques, Darcírio Vronsk.

Minha orientadora, Sônia Barbosa Magalhães, sua experiência de antropóloga e sua competência profissional foram imprescindíveis para a construção do olhar sobre o objeto de estudo e abordagem do mesmo. A exigência acadêmica e orientação de leituras nesta construção me permitiram realizar o que, de início, muito desejava fazer, porém achava quase impossível de concretizar diante de minhas limitações, sobretudo quanto ao *fazer pesquisa* em Ciências Sociais (árduo para quem vem de outros *campos*). A estas contribuições somam-se outras: a da companheira nas dificuldades/medos nesta experiência de pesquisa e a contribuição que tem proporcionado pelo seu exemplo de *intelectual da ação*¹ no movimento de visibilidade social e política do campesinato paraense.

Aos professores Pierre Teisserenc, Jean Hébette e Maria José Aquino, sou grata pelas contribuições no Exame de Qualificação, que me fizeram repensar o objeto de estudo, os instrumentos e metodologia de pesquisa e o meu papel no campo de pesquisa. Em especial, agradeço ao professor Jean, de quem tive o privilégio de receber valiosas orientações acerca do campesinato enquanto construção acadêmica e política, após aquele Exame. Sou-lhe grata também pelo incentivo reiterado. Também foram enormes as contribuições de Maria José Aquino, seja na orientação inicial desta pesquisa, seja nas leituras e discussões acerca das relações homem-natureza que proporcionaram profícuas perspectivas de análise do campesinato e de suas formas de organização atuais. Obrigada, ainda, pela amizade.

Aos professores e às professoras do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, agradeço. As disciplinas em Sociologia e Antropologia alongaram os fundamentos de minha formação acadêmica nestes *campos* e possibilitaram a contínua reelaboração do projeto de pesquisa, refinando conceitos e a abordagem sócio-antropológica.

Tive a satisfação de contar com o apoio de colegas de trabalho do *campus* universitário de Altamira. Agradeço aos professores Rainério e Plácido, pelo

¹ Definição utilizada por Conceição D’Incao para falar dos profissionais que têm atuado no processo de construção social do campesinato no Pará.

companheirismo; bem como, e, sobretudo, aos colegas da Faculdade de Educação, Irlanda Miléo e Rozinaldo Ribeiro, por “segurarem as pontas”, garantindo a minha liberação das atividades acadêmicas durante o tempo dedicado ao mestrado. Agradeço à amiga Raquel Lopes (minha primeira professora na UFPA) pelo incentivo para a conclusão deste trabalho e para a volta ao *campus* de Altamira a fim de iniciarmos muitos outros. Obrigada ainda pela revisão gramatical. Sou grata também à colega de trabalho Ivonete Coutinho pelo “norte” que me deu para compreender o francês antes da seleção para o mestrado;

Pelo empenho acadêmico e companheirismo no Grupo de Estudos do Projeto Memória Social da Educação do Campo na Transamazônica (onde se deram os primeiros levantamentos de dados que subsidiaram este trabalho), sou grata à Juliana F. Silva e à Doriene da Costa, ex-alunas do Curso de Pedagogia de Altamira/UFPA.

Agradeço o apoio financeiro do Governo do Estado do Pará/ Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará (FAPESPA), necessário para a realização dos estudos e da pesquisa de campo.

À família que acolhe, motiva e fortalece: meus maiores agradecimentos. Agradeço ao Mário, companheiro que participou das dores e dos prazeres no cotidiano de elaboração deste trabalho. Agradeço o *encorajamento* sincero de minhas irmãs e irmãos, sobrinhas e sobrinhos – presenças queridas mesmo na ausência. Dentre estes, de forma particular agradeço à Juliana, minha Flor-de-laranjeira, pelas colaborações traduzidas no alento, amparo que expressava através do: “tu vai conseguir, tia!”. Em especial aos meus pais, João Acácio de Menezes e Maria Souza Oliveira de Menezes, colonos agricultores – pioneiros da Transamazônica, tal como os sujeitos desta pesquisa –, agradeço o exemplo de vida e as orações. A eles dedico este trabalho.

*Um dia quebrada, outro seca e empoeirada. Sempre nua está a estrada
Quando passares por ela, silêncio, forasteiro, silêncio. Não assuste a rapariga
Tão nova e tão acabada.
Todos por ela passam.
Esburacada, maltratada, tem espírito feminino
Mãe de todos, com certeza
Filha da mata nasceu de um estupro que se deu
Pai? Ninguém nunca assumiu
A virgem mata rasgada pariu
O nome? Como se chama?
Transamazônica.
Rogai por ela, meu Deus.
(Tocaia/ Cd Papo Show)*



Transamazônica. 2009. Trecho Altamira - Medicilândia. Foto: ASM.

Resumo

Neste trabalho são analisadas as relações entre escolarização (configurada na Casa Familiar Rural) e as estratégias de reprodução das organizações sociais representativas do campesinato em interface com as famílias de agricultores na Transamazônica, frente pioneira de colonização no Oeste do Pará, particularmente no município de Medicilândia. Esta escola, pensada por estes agentes sociais e coletivos em um cenário nacional e regional de publicização dos quadros que fragilizam a agricultura de base camponesa, a partir de meados da década de 1990, tem sido instrumento da luta social.

As tensões no *espaço social*, lidas como ‘crise da base’ e ‘crise dos sistemas de produção’, teriam desenhado simultaneamente uma ‘crise de formação’ na qual as finalidades da escola foram sendo construídas por desafios sócio-econômico e políticos. Este cenário teria constituído os *jovens agricultores* como categoria social, investidos da expectativa coletiva de tornarem-se, sob a mediação da CFR, *técnicos agrícolas e/ou dirigentes*, a fim de dar continuidade ao grupo (seja dos atores, nos *campos* das organizações sociais/sindicais e comunitário-religiosas; seja das famílias, na sucessão agrícola e na manutenção de sua posição social). As repercussões da CFR na condição camponesa destes *jovens* são analisadas a partir de dados qualitativos e quantitativos, tomando-se como referência os interesses e investimentos dos agentes sociais, das famílias, bem como as inserções sócio-profissionais no campo e/ou na cidade destes *jovens* após a escolarização.

Os resultados da CFR, considerando-se esta escola como estratégia coletiva organizada que visa transformar para conservar o *campo* de lutas enquanto sistema de relações objetivas do grupo social que a constitui, revelam que a mesma tem possibilitado a permanência dos *jovens agricultores* no campo sob diversos arranjos em que se imbricam as relações com o campesinato, com a cidade, com o conhecimento escolar/técnico, e com uma ética de trabalho e relação com a terra/natureza “ambientalizada”. No âmbito dos grupos domésticos e da coletividade camponesa (nas quais se incluem as organizações representativas do grupo estudado), a posição social destes *jovens* caracteriza-se por formas de distinção social visíveis nas práticas sócio-produtivas intercedidas pelo *capital escolar*, bem como na posição de mediadores *dirigentes* e técnicos.

PALAVRAS-CHAVE: reprodução social; educação escolar/CFR; campesinato; Transamazônica.

Abstract

This paper analyses the relations between schooling (configured in the Rural Familiar House) and the strategies for reproduction of the social organizations, representative of the peasants in its interface with the families of the farmers in the Transamazonian region, pionnering front of the colonization of the West of the Pará State (Brazil), especially in the town of Medicilância. This school, thought through this social and collective agents in a national and regional setting of public-making of the scenes that weaken the agriculture of the countrymen basis, starting in the mid-90s, has been an instrument of social conflict.

The tensions in the social space, interpreted as ‘crisis of the basis’ and ‘crisis of the production systems’, had simultaneously drawn a ‘formation crisis’ in which the purposes of the school were built through socio-economic and political challenges. This setting had established the young farmers as a social category invested in the collective expectation of becoming, under the mediation of the RFH, agricultural technicians and/or managers, in order to give continuity to the group (either the agents, in the land of the social/ union and community-religious or in the families, in the agricultural succession and in the social position). The repercussion of the RFH in the farmer’s condition of the youth are analysed from quantitative and qualitative data, taking as reference the interests and investments of the social agents, the families, as well as the socio-professional insertions of the land and/or in the city of this youth after the schooling.

The results of the RFH, considering this school as organized collective strategy that attempts to transforming for conserving the *field* of conflicts while system of objective relations of the social group that constitutes it, reveals that it has made possible the permanence of the young farmers on the land under several arrangements in which the relations with the peasants, the city, the technical/ school knowledge, and the ethics of work and relation with the “surrounding” land/ nature overlap. At the level of the domestic groups and of the rural collectivity (in which the representative organizations of the studied group are included), the social position of the young ones is charaterized by forms of visible social distinction in the socio-productive practices endorsed in the school capital, as well in the position of mediator managers and technicians.

KEYWORDS: social reproduction; school education/ RFH; peasantry view; Transamazonian region.

Lista de Siglas

ARCAFAR Sul - Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil

ARCAFAR Norte - Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Norte

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAT - Centro Agro-ambiental do Tocantins

CEB - Comunidade Eclesial de Base

CEFA - Centro de Formação em Alternância

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina

CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira

CFR - Casa Familiar Rural

CIBRAZEM - Companhia Brasileira de Armazenamento

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura

CSLU - Corrente Sindical Lavradores Unidos

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DIEESE- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos

EFA - Escola Família Agrícola

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FETAGRI - Federação dos Trabalhadores da Agricultura

FNO - Fundo Constitucional do Norte

FVPP - Fundação Viver, Produzir e Preservar

GRET - Groupe de Recherches et d'Echanges Technologiques – Paris, França

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICCO - Organização Intereclesiástica de Cooperação para o Desenvolvimento

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental

ISA - Instituto Socioambiental

LAET - Laboratório Agroecológico da Transamazônica – Altamira/PA

LASAT - Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins – Marabá/PA

LDBN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDTX- Movimento pelo Desenvolvimento na Transamazônica e Xingu

MMA- Ministério do Meio Ambiente
MMTCC- Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Campo e da Cidade
MPST -Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica
MST - Movimento dos Sem Terra
NEAD – Núcleo de Educação à Distância
OMS - Organização Mundial da Saúde
ONG - Organização Não-Governamental
PA - Projeto de Assentamento
PAET - Programa Agroecológico da Transamazônica
PDA - Projetos Experimentais em Agroecologia
PGDT - Projeto Global de Desenvolvimento
PIC - Projeto Integrado de Colonização
PIN - Programa de Integração Nacional
PP/G-7- Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
PROALCOOL - Programa Nacional do Alcool
PROCACAU - Plano de Expansão da Cacaucultura Nacional
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT - Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
PRONAZEM - Programa Nacional de Armazenagem
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PROPEC - Programa Nacional de Desenvolvimento da Pecuária
PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste
PT - Partido dos Trabalhadores
SAGRI - Secretaria de Agricultura do Estado do Pará
SEDUC - Secretaria de Educação do Estado do Pará
SINTEPP - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará
STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UFPA - Universidade Federal do Pará
UNEFAB - União Nacional de Escolas Famílias Agrícolas
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Lista de Quadros

Quadro 1-	Alunos das principais CFRs da Transamazônica certificados até 2008.....	27
Quadro 2-	Vicinas de origem das <i>famílias CFRs/Medicilândia</i>	115
Quadro 3-	Tipificação político-econômica dos <i>pais CFRs</i>	124
Quadro 4-	Expectativas dos pais quanto ao tipo de atuação desejada para o <i>filho CFR</i>	147
Quadro 5-	Expectativas dos pais quanto aos <i>filhos CFRs</i> serem <i>dirigentes</i>	148
Quadro 6-	Tipificação dos <i>jovens agricultores</i> (população total egressa da CFR).....	163
Quadro 7-	Faixa-etária atual dos <i>jovens agricultores</i>	163
Quadro 8-	Relação entre tipos de <i>pais CFRs</i> e tipos de <i>jovens agricultores</i>	164
Quadro 9-	Turmas da CFR/Medicilândia.....	204
Quadro 10-	Faixa etária dos alunos que ingressaram na CFR/Medicilândia.....	205

Sumário

Introdução.....	15
<i>As intenções de estudo; a construção...</i>	15
<i>O lócus da pesquisa; os instrumentos metodológicos...</i>	25
<i>O contexto, o grupo, os atores, as ações...</i>	31
Capítulo I - Jovens Agricultores: a dupla visibilidade dos processos de diferenciação da condição camponesa e de uma categoria social.....	40
1.1 <i>Desinteresse e desânimo dos jovens: a percepção social da ‘crise da formação’</i>	48
1.1.a <i>“Eu não pensava de trabalhar em lote mais não [...]; eu pensava de sair pra fora porque aqui tava difícil”. “Quem vai dar continuidade à agricultura?”: a percepção social da ‘crise dos sistemas de produção’</i>	51
1.1.b <i>“Quem que ia ficar no Incra, quem que vai ficar na prefeitura, quem vai ficar na Câmara, quem vai ficar cuidando [...] de tudo?”: a percepção social da ‘crise da base’</i>	61
1.2 <i>O técnico agrícola e o dirigente: significados da categoria social jovens agricultores</i>	67
Capítulo II - Uma escola para a formação dos jovens agricultores: trajetória e finalidades sociais da Casa Familiar Rural da Transamazônica.....	70
2.1 <i>A trajetória constitutiva da CFR na ação coletiva</i>	70
2.2 <i>As finalidades sociais e a prática pedagógica: a CFR como estratégia de reprodução segundo a lógica das organizações sociais</i>	94
2.2.1 <i>A socialização societária mediada pela CFR</i>	98
2.2.2 <i>A socialização comunitária mediada pela CFR</i>	101
Capítulo III - As famílias de orientação dos Jovens Agricultores e as possíveis lógicas que posicionariam a CFR como estratégia para sua reprodução social.....	105
3.1 <i>As motivações dos pais CFRs e as lógicas de escolha do filho Jovem Agricultor</i>	138
Capítulo IV - Os Jovens Agricultores e sua condição camponesa: inserção sócio-profissional e as múltiplas formas de permanecer no campo.....	153
4.1 <i>As posições sociais diferenciadas dos jovens agricultores no campesinato</i>	154
4.1.1 <i>O destaque: A construção da distinção social</i>	156
4.2 <i>As diversas formas de permanecer no campo e as práticas em que se manifestam a distinção social dos jovens agricultores</i>	161
4.2.1 <i>CFRs campo: os jovens agricultores que moram e trabalham no campo</i>	167
4.2.2 <i>CFRs campo-cidade: os jovens agricultores que conjugam trabalho e/ou moradia no campo e na cidade</i>	175
4.2.3 <i>CFRs cidade: os jovens agricultores que moram e trabalham na cidade</i>	179

4.2.4 Os <i>jovens agricultores</i> mediadores: a distinção social a distinção social advinda da atuação no campo e na <i>cidade política/econômica</i>	182
4.3 As posições dos <i>jovens agricultores</i> e sua condição camponesa.....	189
4.3.1 A condição camponesa no interior do grupo doméstico.....	189
4.3.2 A condição camponesa exterior ao grupo doméstico: as posições na coletividade local.....	199
4.4 As Turmas de <i>jovens agricultores</i> formadas e as percepções dos agentes acerca da trajetória e das finalidades sociais da CFR	204
Considerações Finais	219
Referências Bibliográficas	229
Apêndice: Lista dos entrevistados citados e sua posição no grupo estudado	236

Introdução

As intenções de estudo; a construção...

As motivações deste estudo centram-se na tentativa de compreender a intervenção da Casa Familiar Rural no campesinato da região de frente pioneira genericamente definida como Transamazônica², no Oeste do Pará. Busco analisar, neste território, a reprodução da condição camponesa a partir dos *jovens* filhos de agricultores socializados naquela experiência de escolarização, cuja institucionalidade e/ou origem propositiva funda-se na rede de atores sociais representativos de agricultores de base camponesa, a saber, o Sindicato de Trabalhadores Rurais, o Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica, que viria a se tornar Movimento pelo Desenvolvimento na Transamazônica e Xingu, e a Fundação Viver, Produzir e Preservar³.

Utilizo aqui a idéia de ator social para referir-me ao conjunto de agentes coletivos que se fazem como tal a partir e nas organizações sociais de diversas formas (associações, cooperativas, ONGs, movimentos sociais) e que atuam com conotação política e/ou cultural. Visam à dinamização do campo social, pois se inserem nas relações sociais, transformando-as (em níveis e perspectivas variados) e não meramente ocupando lugar/posição ou papel na organização social (TOURRAINE, 1994). Ao longo deste texto, usarei esta nomenclatura de ator social ou organização social para referir-me ao conjunto de associações de produtores rurais, cooperativas, STR, MPST, MMTCA, FVPP, SINTEEP, LAET, dentre outras formas de organização social que têm feito parte da trajetória do campesinato no oeste do Pará. Cumpro ainda diferenciar agentes coletivos (TOURRAINE, 1994) de agentes sociais. Esta última categoria, construída por Bourdieu (1989; 1990), diz respeito aos sujeitos que agem, ocupam/assumem posições nos diferentes campos constitutivos do espaço social; operam a partir das espécies de capitais com os quais se posicionam; tomam decisões e têm atitudes nas relações sociais. Agentes sociais designam, portanto, não a coletividade ou a estrutura social, mas os indivíduos/os sujeitos que agem a partir e/ou imbuídos das mesmas. É com este sentido que emprego esta definição ao longo deste texto.

² A BR-230, denominada Transamazônica, foi iniciada no governo do Presidente Médici e há uma extensa bibliografia sobre os processos sociais, políticos e econômicos que motivaram a sua construção e desta decorrentes. Ver, por exemplo, Ianni (1979a; 1979b) e Hébert & Acevedo (1979).

³ Esta agrega um grande leque de organizações sociais, como: associações de produtores rurais; Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Campo e da Cidade; sindicato de professores, instituições de pesquisa e universidades; e setores da igreja católica.

As escolhas, os gostos e preferências, diz Bourdieu (2007), são afirmações práticas de esquemas de percepção que se fazem em tempos, em lugares e nas relações sociais que referendam as representações. É a partir de experiências por mim vividas nos tempos e lugares nos quais se inserem aqueles atores sociais, que se constitui a minha relação com o objeto desta dissertação. Particularmente, é a partir da universidade enquanto lugar social, que venho observando e às vezes participando das ações coletivas daqueles atores. É deste lugar, seja como estudante na UFPA – instituição parceira daqueles atores sociais –, seja como professora, e por vezes coordenadora de projetos propostos por ou junto às organizações sociais do campo, que advêm as ambivalências e motivações desta pesquisa.

As ambivalências dizem respeito à natureza do envolvimento (como estar envolvida) e, ao mesmo tempo, à necessidade de distanciamento para pensar as experiências nas quais acreditamos e intervimos, bem como as contradições daí decorrentes. As motivações advêm, exatamente, do olhar *iniciado*, ou seja, do fato de, de certa forma, olhar ‘de dentro’ do contexto da pesquisa e/ou de contextos aproximados. Trata-se de motivações que nascem no ato de estar fazendo, às vezes dialogando com agentes coletivos daquelas experiências e sentindo as tensões constitutivas do *espaço social* que ora ‘recorto’ como campo de pesquisa.

O primeiro contato com a temática discutida nesta dissertação, ainda quando estudante do curso de pedagogia do *campus* universitário de Altamira/UFPA, deu-se em 1999, durante o I Seminário de Educação Rural da Transamazônica e Baixo Xingu⁴. No âmbito de um quadro de avaliação da educação no meio rural, as propostas de educação, a partir da Pedagogia da Alternância da Casa Familiar Rural (CFR) e Escola Família Agrícola (EFA)⁵, foram apresentadas e discutidas por lideranças sindicais e demais membros de entidades representativas dos agricultores familiares, lideranças comunitárias, estudantes, professores da UFPA, funcionários de órgãos de assistência técnica rural, de secretarias de educação, pesquisadores, monitores e alunos das duas escolas.

Este evento constituiu-se, segundo a apreciação de lideranças da FVPP, como marco de avaliação e introdução de novas demandas de experiências alternativas de escolarização no campo, no Estado do Pará. Como um dos resultados dos debates, destacou-se a necessidade urgente de implantação de novas CFRs e outras modalidades de educação, que atendessem demandas de novos assentamentos, para o que se passou a demandar projetos de

⁴ Este encontro ocorreu logo após a conclusão da formação da 1ª turma do projeto piloto de CFR na Transamazônica. Foi realizado em Altamira sob a organização da FETAGRI, STR de Altamira, MPST/LAET, UFPA, SINTEEP, Fundação Tocaia, dentre outras entidades.

⁵ A proposição e intervenção da EFA se efetiva em Marabá, Sudeste do Pará, no início da década de 1990.

escolarização, via PRONERA⁶. Além do objetivo de fortalecer a agricultura familiar, com a introdução de técnicas agrícolas sistematizadas (finalidade posta à CFR e aos novos projetos de escolarização), as entidades presentes apresentavam, como expectativa depositada nestas experiências educativas, a superação da “cultura da pecuarização” introduzida no território por meio do FNO Especial, a partir de 1992, e avaliada por aqueles atores sociais como uma “catástrofe para a agricultura familiar”⁷.

Alguns dos fatos a partir dos quais os grupos discutiam alternativas em escolarização afiguram-se como indicadores da ação coletiva em torno da educação do campo na Transamazônica, a saber: (1) o investimento em ações de escolarização em um contexto de desafios que vinham da idéia da ‘pecuarização’⁸ nos estabelecimentos agrícolas e da presença de créditos agrícolas; (2) o investimento nos *novos agricultores*⁹, expressão amplamente usada no referido seminário para nomear/referir-se tanto aos jovens filhos das famílias de agricultores já instaladas nas primeiras colônias desde a década de 1970, quanto aos agricultores chegados à região posteriormente e situados nas áreas de assentamentos, a partir de meados da década de 1980 (para os quais, preferencialmente, se destinariam os projetos do PRONERA).

Especificamente, os sujeitos identificados com as organizações sociais do campo apresentavam falas centradas em reivindicações tais como: “precisamos trabalhar para que agricultores assumam sua identidade, principalmente os jovens, que têm vergonha de dizer que são agricultores”. Por outro lado, os setores identificados com demandas mais urbanas ou gerais, questionavam: “as CFRs não é pra todos. Temos que pensar em educação formal, temos que construir uma proposta de educação para o meio rural [...]”.

Os números sobre educação no meio rural, à época, colocavam em destaque a necessidade acima anunciada: “entre 1990 a 1994 apenas 8% dos alunos matriculados na 1ª série chegaram à 4ª série e apenas 4% chegaram à 8ª série”¹⁰.

⁶ O PRONERA foi instituído oficialmente, em nível nacional, em abril de 1998, como um programa social do Governo Federal, fruto de um processo desencadeado principalmente pelos movimentos sociais que colocaram em evidência a discussão sobre educação do campo (ARROYO, CALDART & MOLINA, 2004).

⁷ Estas informações e as demais acerca deste seminário de 1999, destacadas por aspas, podem ser encontradas no relatório do referido encontro (Cf. STR; FETAGRI, 1999).

⁸ No contexto ao qual os agentes se referiam, a idéia de pecuarização diz respeito ao aumento de gado bovino nos estabelecimentos agrícolas e à gradativa substituição das áreas de plantios de roças anuais ou cultura perenes por pastos, na conjuntura dos créditos agrícolas do FNO Especial.

⁹ Cf. Relatório do STR; FETAGRI (1999, p.46, 49-50).

¹⁰ Números expostos no I Seminário de Educação Rural da Transamazônica e Baixo Xingu, sistematizados pela equipe organizadora do evento a partir de levantamentos junto às estatísticas da Secretaria Estadual do Estado do Pará e Secretaria Municipal de Educação de Altamira.

Deste contexto ficavam algumas perguntas: por que o investimento maior das organizações sociais do campo em educação escolar com esta especificidade para os jovens, filhos dos agricultores, proposta e/ou coordenada pelas organizações sociais do campo, identificada à época como educação informal? Por que os atores do campo apresentavam esta demanda e, ao mesmo tempo e no mesmo contexto, ações que inspiravam um cuidado vigilante tanto com a identificação com a agricultura quanto com os riscos da ‘pecuarização’? O que significava a afirmação de que “a CFR não é pra todo mundo?”

Posteriormente, lendo os projetos pedagógicos, observei que as CFRs trazem como critério para escolha de seus alunos o interesse das famílias em permanecer no campo, tendo em vista que esta tem sido a grande meta das organizações sociais.

Desta constatação surgiu o interesse de estudar a proposta da Casa Familiar Rural, enquanto temática da monografia de conclusão do curso de pedagogia; desejo reorientado para o estudo da proposta pedagógica da Escola Família Agrícola, pois a partir de 2002 ficaria, por motivos pessoais, morando em Marabá. Este estudo centrou-se na relação educação e trabalho e em suas possibilidades/limitações de mediar a formação cultural via pedagogia da alternância no campesinato do sudeste paraense. Observa-se nesta proposta educativa a ênfase dada à instrução técnica, que, no trabalho agrícola familiar, apresenta-se como possibilidade de desenvolvimento do meio rural, tendo em vista a expropriação em muito incentivada pelos projetos modernizadores. Esta instrução de técnicas agrícolas constitui, de forma dialética, seu próprio desafio, que consiste na instrumentalização da educação, dada a tendência, na EFA, a separá-la das condições de vida e relações sociais do campo, ao colocá-la como conteúdo escolar apenas. Porém ficava a partir desta leitura uma questão, impossível de ser respondida naquele estudo inicial: qual a repercussão desta instrução técnica dos jovens na dinâmica sócio-produtiva das famílias?

Ainda em Marabá, na condição de professora substituta da UFPA, atuei durante o ano de 2003 como ‘formadora’ em um curso de PRONERA/Magistério, para professores de áreas de assentamentos ligados à FETAGRI e ao MST. Entre 2004 a 2006, passei a compor a coordenação pedagógica de um projeto financiado pelo PRONERA que agregava duas modalidades de educação, a saber, a formação continuada daquele público de professores ou educadores¹¹ ligados à FETAGRI, STRs, associações de produtores rurais; e a escolarização de 1ª a 4ª série de 630 agricultores familiares, organizados em 35 turmas de 22 assentamentos

¹¹ Como chamávamos os professores para fugir das idéias disciplinadoras em torno da educação escolar, dado o viés antidialógico que sugere a prática, o currículo e a tradição do ser professor nas experiências escolares urbanas, historicamente não identificadas com os grupos populares, mesmo nos setores da educação pública.

no sudeste do Pará (trecho entre Itupiranga, Marabá e Rondon do Pará). *Tempo-espacos* de experimentação dos ideais e fundamentos da educação popular¹² até então apenas lidos no curso de pedagogia, por isso mesmo desafiante quanto ao papel de ser professora e de tentar pensar e fazer educação *no* campo, e que se queria *do* campo, ou seja, uma educação com um pertencimento sócio-pedagógico e político ao campesinato. Desta especificidade advinham muitas das tensões em torno da intervenção que nós, a equipe pedagógica da universidade em parceria com os atores sociais, percebíamos e discutíamos, grande parte das vezes, em lugares não formais.

Em linhas gerais a tensão advinha principalmente das expectativas ou ideais que se tinha em torno da intervenção escolar no campo. Do lado dos atores sociais, a idéia ou interesse de os agricultores serem escolarizados para permanecer no campo, tendo em vista necessidade de acesso aos créditos agrícolas, o fortalecimento da rede de relações destes agricultores com as organizações sociais, bem como o valor simbólico que representava se “levar” escolarização a um grande número de agricultores “analfabetos”. A isto se somava um quadro próximo daquele observado na CFR em Altamira: as demandas por continuação da escolarização de jovens e adultos na educação básica, a necessidade das organizações sociais capacitarem seus associados (os educandos dos projetos de escolarização) e seus *militantes* (os educadores), tendo em vista o acesso a créditos rurais e a participação em instâncias que requeriam o domínio da leitura e de conhecimentos escolares.

Do nosso lado, na universidade, havia o discurso da transformação social por meio da intervenção escolar identificada com os ideais pretensamente democráticos de educação universal como condição de acesso à cidadania, e com os ideais populares e progressistas, cujos princípios pedagógicos e éticos – encarados religiosamente nos discursos – são identificados com a idéia de conscientização como via de acesso ao protagonismo social, que se fazia pela liberdade e pela ação política. O debate – que incorporava os jovens da EFA – era tenso. Esta tensão expressava-se em perguntas como: até que ponto podemos esperar que por meio da ‘conscientização’, que se faz pela problematização das condições de vida, as pessoas permaneçam no campo? É este o papel da escola? Por que afirmar o ideal de permanecer no campo? Como isto repercute nas famílias, nos indivíduos jovens, adultos, velhos envolvidos nestes projetos?

¹²Tomávamos como base a pedagogia freireana que tem como princípios a alfabetização/escolarização como construção reflexiva do conhecimento a partir do debate em torno das condições de vida e como instrumento de socialização pautada em relações dialógicas entre professores-alunos-saber escolar, enquanto metodologia para desconstruir as formas de exploração às quais os indivíduos e grupos estão submetidos (FREIRE, 1982).

De volta a Altamira, como professora efetiva no *campus* da UFPA, o interesse de estudar os porquês da proposta CFR e os resultados de sua intervenção no campo, bem como de aproximar-me do que “estava sendo” a educação e o campo no Oeste do Pará (região em muito distinta do sudeste paraense), levou-me a atuar como professora em um curso de PRONERA Magistério destinado à formação de educadores da área rural dos municípios de Uruará, Medicilândia e Brasil Novo. Também motivada por aquele interesse, coordenei em 2007 um projeto de extensão universitária denominado *Memória Social da Educação do Campo na Transamazônica*¹³. Além do contato com as pessoas que constituem o campesinato naqueles municípios, bem como do debate profícuo com alunos/as do curso de Pedagogia acerca do campesinato e de sua trajetória na Transamazônica a partir de 1970, as duas inserções acima possibilitaram, especialmente por meio de entrevistas com lideranças da FVPP, STRs, associações e egressos dos projetos de educação do campo, duas do que poderíamos chamar de “chaves de percepção” do que veio a se constituir o projeto de dissertação do mestrado em Ciências Sociais.

Nas entrevistas realizadas com lideranças – assim como no encontro de 1998 – a CFR era apresentada de forma recorrente em meio à idéia da ‘pecuarização’. Esta, um dos efeitos inesperados dos créditos agrícolas, era lida como ameaçadora ao grupo de agricultores familiares e/ou à sua permanência no campo:

[...] os créditos, e aí uma visão pessoal de um pouco que eu tenho acompanhado, eu acho que pecaram muito com nossos trabalhadores quando colocaram aquela idéia de que todos os nossos trabalhadores poderiam ser fazendeiros com lotes de 100 hectares, então eles derrubaram o lote e colocaram pasto. **Tem colono que você chega na casa dele, ele leva o frango da cidade, o ovo da cidade, ele não tem uma galinha, ele não tem um porco, ele não tem um pé de macaxeira, ele não tem um mamão, ele não tem uma banana, então ele não tem nada, que agricultor familiar é esse?** [...] é muito forte isto [...] quando veio os projetos de FNO essas culturas é implantada na cabeça dos trabalhadores [...] aí você não vai avançar, é que ele não vai produzir o suficiente para sua auto-sobrevivência, ele vai chegar num momento que ele acha até melhor ele sair de lá e vender aquele lote por qualquer coisa e ir para a periferia da cidade [...] (Liderança Regional 1/FVPP).

A CFR também aparece nos discursos em meio a um certo investimento de expectativas diferenciadas em relação aos jovens e à sua identificação com o campo, sobretudo, com a perspectiva de se tornarem agentes das organizações sociais:

[...] a idéia nossa é que aquele garoto, aquela garota **se torne um líder local**. [...] Quer dizer, a esfera local está na mão deles [...] e essa perspectiva de **se tornar liderança de convencimento mesmo da agricultura familiar** [...] (Liderança Regional 1/FVPP).

¹³ Este projeto contou com apoio da Pró-Reitoria de Extensão da UFPA.

Estas falas me pareciam emblemáticas do papel atribuído à CFR e dos possíveis retornos da mesma para o campesinato, considerando aquelas especificidades anteriormente comentadas.

Com estes elementos em mente, construí a idéia inicial desta pesquisa, a saber, um estudo acerca da identidade dos jovens no que se refere à condição camponesa na Transamazônica¹⁴; isto é, o sentido de continuidade desta condição social nos jovens filhos de agricultores socializados nas CFRs. Considerando, naquele contexto, os esforços de criação de uma proposta escolar – um dos mais eficientes instrumentos de difusão de formas de ser, pensar e agir –, aquele recorte me parecia razoável, pois partia do ponto de vista de que a identidade, ou as identidades, são o resultado de relações de poder para ‘manutenção’ de fronteiras sócio-políticas; compreendida a identidade, por assim dizer, como uma questão de organização social, pois as construções, as mudanças e manutenções da identidade são determinadas por fatores organizacionais da coletividade e pela trajetória comum dos indivíduos que dela fazem parte (BARTH, 2000, pp.27-9).

Do resultado de leituras e confronto de idéias, durante o curso de mestrado, a temática de estudo sobre a identidade dos jovens egressos da CFR se afigurou como restritiva e pouco adequada às perguntas ou interesses iniciais: qual tem sido a intervenção da CFR no campesinato? Por que esta proposta aparece naquele quadro de mudanças provocadas pela ‘peculiarização’ e como resposta possível à necessidade de formar lideranças identificadas com o campo e com os atores sociais do campesinato? Por que nos jovens filhos dos agricultores estava sendo investida esta expectativa? Isso aconteceria com jovens de todas as famílias? Por que este investimento das organizações sociais e a concentração do mesmo, via CFR, nos jovens das famílias que – principalmente, não exclusivamente – têm uma participação direta nas organizações sociais?

A mim pareceu plausível tratar-se de um quadro em que a condição social do campesinato, em suas especificidades internas (sistema de produção) e relacionais, passava por transformações para as quais algumas estratégias se apresentavam como garantia de continuidade do grupo social. A CFR, portanto, aí se incluiria. Assim, considerando as perguntas que orientaram o interesse maior desta pesquisa, pareceu coerente analisar a CFR não a partir do estudo da identidade de seus alunos egressos, mas a partir da própria

¹⁴ Note-se que estas questões e as diversas perguntas expostas ao longo deste texto introdutório têm um caráter memorialista; dizem respeito não à configuração final do objeto e problema de pesquisa, mas ao processo de formulação dos mesmos, bem como das questões de investigação.

experiência educativa aí vivenciada como parte das estratégias de reprodução¹⁵ do campesinato – formulação, portanto, visualizada enquanto tema da pesquisa ora apresentada.

Por estratégias de reprodução entende-se o conjunto de práticas sociais construídas e/ou incorporadas pelos grupos (“indivíduos ou famílias”) a fim de “[...] conservar ou aumentar seu patrimônio e, correlativamente, a fim de manter ou melhorar sua posição na estrutura das relações de classe enquanto *habitus* partilhado por um grupo” – o que constitui um sistema que, sendo o produto do mesmo princípio unificador e gerador, funciona e transforma-se como tal (BOURDIEU, 2007, p.122). Enquanto práticas sociais, as estratégias de reprodução não são produto de um cálculo de obediência a regras, e nem de um programa inconsciente; são produto do senso prático, portanto, “pré-reflexivo” ou do “senso de necessidade imanente”, inscrita no “jogo social historicamente definido que se adquire desde a infância participando das atividades sociais” e ao mesmo tempo “incorporada pelos agentes sociais” (BOURDIEU, 1990, pp.83-4).

Assim, as estratégias de reprodução são instrumentos da luta social, moldadas pelo estado – volume e estrutura – do capital a ser reproduzido; são codificadas (enquanto regras explícitas ou não) nas ações, costumes, valores, códigos de conduta e sempre reinventadas, pois não obedecidas de forma mecânica, e sujeitas às necessidades objetivas impostas pela rede de relações do *espaço social*. Neste caso, no rol de questões acerca do objeto e do tema (em sua configuração final), cumpre identificar quais as possíveis fontes de tensão social da condição camponesa no contexto onde se faz a intervenção da CFR, ou seja, que espécies de capitais estariam em jogo para a manutenção do patrimônio e/ou da posição social dos sujeitos e atores sociais que têm investido expectativas e ações junto à CFR e aos jovens do campo? Onde se situa a necessidade de uma proposta de escolarização específica como a que figura na CFR? Nesta ordem de questões, dois aspectos se apresentam como focos de atenção, a saber, (a) a quem ou a que fração daquele grupo social camponês se destinaria esta intervenção sócio-educativa, a CFR, tendo em vista que ela “não seria pra todo mundo?”; (b) qual o lugar destinado ao *estudo*¹⁶ dentro das expectativas de que seus agentes continuem no

¹⁵ Tal recorte não fora feito sem doses de resistência, dada a concepção recorrente e, em muito, ingênuo, pois dicotômica, de que a educação, especialmente a destinada às classes populares, por um posicionamento político-pedagógico, deve servir à transformação social. Resistência amenizada a partir das leituras do Bourdieu (2007, sobretudo), dentre outras específicas acerca do campesinato (GARCIA, 1983), das quais ficaram as idéias: (1) reproduzir, em muito, envolve a necessidade e a criação de estratégias para incorporar mudanças forçadas pelas transformações econômicas, políticas...; (2) mudar ou transformar, por vezes, é condição para reproduzir, no sentido de fazer permanecer ou dar continuidade às formas de produção, às relações que são específicas dos grupos sociais que, em muito, garantem sua autonomia e poder de intervenção social (estes pontos serão retomados ao longo dos capítulos da dissertação).

¹⁶ Expressão comumente utilizada pelos entrevistados para nomear a educação escolar.

campo, considerando que se trata de grupo social em que, tradicionalmente, a escolarização não se situa enquanto instrumento para a permanência no campo, ainda que se situe na dinâmica de reprodução social das famílias camponesas?¹⁷. Neste caso, qual seria o lugar do *capital escolar* no espaço social onde se situam os sujeitos e agentes coletivos envolvidos na CFR? Por que ele se tornaria uma necessidade para os agentes nos quais se projeta a permanência no campo?

Sobre a emergência da percepção dos jovens do meio rural, estudos recentes têm apontado para a relação dos mesmos e a reprodução do campesinato em geral associados a problemas sociais próximos dos que se apresentam na Transamazônica, a saber, o ‘paradoxo de ficar ou sair do campo’. Castro (2005) aborda este processo de visibilidade de *jovens rurais* em áreas de assentamento do Rio de Janeiro, as formas de percepção desses jovens e as relações estabelecidas com os mesmos, especialmente a autoridade paterna, tendo como referência as possibilidades de continuidade do ‘projeto luta pela terra’ e do trabalho familiar.

No estado do Pará, especificamente acerca da relação dos *jovens rurais* e/ou *jovens agricultores* e as experiências educacionais inspiradas nos princípios teórico-metodológicos da Pedagogia da Alternância, alguns trabalhos chamam atenção. Arnauld de Sartre (2001; 2002), ao fazer um estudo sobre a juventude na Transamazônica, tipifica dentro de um quadro de “crise identitária e conflitos entre pais e filhos” os *jovens agricultores* da Casa Familiar Rural, além de outros. A saída dos jovens para estudar na cidade e os conflitos identificados estariam associados, segundo este autor, a “reivindicações societárias dos jovens”, motivadas, principalmente, pela baixa renda e pelas condições de trabalho na roça.

Nesses *jovens agricultores*, “os sindicalistas e agentes de desenvolvimento estariam investindo expectativas de formação para o fortalecimento da agricultura familiar e dos movimentos sociais, formando agentes comunitários”. Para os pais, este investimento significaria a reprodução da família ou a ascensão social. Segundo este autor, neste quadro tem-se tratado de “importar as práticas de gestão capitalista aos lotes dos colonos” (2002, p.6) e nem sempre os jovens respondem positivamente à idéia de profissionalização rural; “eles estariam se urbanizando, ligando-se ao mercado” (2002, p.1).

A maioria dos estudos acadêmicos¹⁸ sobre a Casa Familiar Rural (CFR/Oeste do Pará) ou a Escola Família Agrícola (EFA/Sudeste do Pará), ambas referendadas na Pedagogia

¹⁷ Cf. Lamarche (1997); Garcia Jr.(1989 e 1983); dentre outros autores.

¹⁸ Por ser de difícil localização, dado não serem catalogados nas principais bibliotecas, os Trabalhos de Conclusão de Curso – produções acadêmicas da graduação e que configuram um número significativo de estudos sobre as CFRs e EFAs – priorizou-se dissertações e teses acerca das experiências de educação em Alternância para jovens do campo.

da Alternância e mediadas pelas organizações sociais do campo, tende a abordar a relação destas experiências com a reprodução social de forma indireta. Isto é, falam destas experiências como meio para permanência dos jovens e famílias no campo e para o desenvolvimento da agricultura familiar regional, em um contexto de declínio do Projeto de Colonização oficial. Em geral, a pesquisa de campo foca as impressões, avaliações de sujeitos envolvidos naquelas experiências (lideranças, pais e alunos), no momento da formação.

Enquanto temas centrais nestes trabalhos são recorrentes algumas questões específicas, tais como: construção da proposta Casa Familiar Rural da Transamazônica e o processo de organização social que a constituiu enquanto projeto do movimento social camponês (RIBEIRO, 2003); princípios pedagógico-curriculares e Pedagogia da Alternância, com foco na relação trabalho e educação (SANTOS, 2006¹⁹; SILVA, 2003). Para Santos, tal relação se apresenta como mediação para a emancipação humana, potencialmente positiva na experiência de CFR, pesquisada no município de Uruará/Pará. Para Silva, esta relação, em um contexto de profissionalização no ensino fundamental, como propõe a Escola Família Agrícola, reduz o papel de socialização e o papel cultural ou teleológico da escola, bem como a autonomia/poder de escolha profissional dos jovens, configurando um discurso ideológico das organizações sociais.

Os *jovens rurais* ou *jovens agricultores* (como são nomeados nestes estudos) e a relação educação em Pedagogia da Alternância *versus* profissionalização são apresentados (especialmente em Silva, 2003), a partir de uma certa tensão nos argumentos principalmente quanto ao fato de os *jovens agricultores* ficarem ou saírem do campo. Tensão esta manifesta entre a autonomia do indivíduo e as supostas imposições postas/vividas nas lógicas de trabalho e/ou reprodução das famílias de agricultores e das organizações sociais – onde CFRs e EFAs se fundam –, sobretudo acerca da sucessão no lote e permanência na agricultura.

Conforme vejo, a base de análise, em geral, nos estudos sobre os *jovens rurais/jovens agricultores* e a intervenção das CFRs ou EFAs não vem sendo a condição camponesa. Os olhares parecem privilegiar a relação educação escolar e formação humana (apontando os avanços e os limites desta relação). Pensar a educação, especialmente nas experiências que visam à profissionalização por meio de “educação diferenciada”, sem situá-la na lógica de produção e reprodução dos grupos sociais à qual ela se destina não seria uma quase idealização da escola e do que seja formação humana, por estar, de certa forma, deslocada de um pensar sobre os grupos e as estruturas sociais nas quais seu modo de vida se funda?

¹⁹ Embora o foco central desta tese seja a relação das experiências em Pedagogia da Alternância e a política educacional brasileira, a relação educação-trabalho e emancipação humana têm predominância nos argumentos.

Assim pensando, o fato de *jovens agricultores* se profissionalizarem ou tenderem a práticas sócio-produtivas não diretamente ligadas ao trabalho nos lotes – como aponta o estudo de Arnauld de Sartre (2002) –, não estaria sendo uma forma também de reproduzir o campesinato em uma conjuntura que aponta processos de diferenciação social? Não seria preciso estranhar também o discurso pedagógico, suas matrizes sócio-históricas e culturais, sua posição tradicional de imperativo – o “dever ser” presente no discurso da humanização e atualização cultural – supostamente desinteressado, que se faria através da escolarização como direito universal?

Estas questões estão presentes nos capítulos que seguem; na maioria das situações, os dados quantitativos e qualitativos levantados junto aos egressos das cinco turmas formadas pela CFR de Medicilândia sinalizam para considerações distintas das já expostas, principalmente quanto ao papel da CFR quando olhada a partir de seus retornos à reprodução da condição camponesa e à identificação de seus egressos com esta condição social.

O lócus da pesquisa; os instrumentos metodológicos...

Nesta proposta de estudo, busco discutir tais questões a partir da experiência de CFR do município Medicilândia, o qual faz parte da microrregião de Altamira, situado a 90 km da cidade homônima, ao lado oeste²⁰ da Transamazônica. A área total do município Medicilândia compreende 8.272,583 quilômetros quadrados, com uma população de 23.682 habitantes²¹. Destaco que Medicilândia se constituiu o *lócus* da pesquisa de campo por sediar a experiência piloto de CFR na Transamazônica e no estado do Pará. Portanto, é o município que tem um maior número de alunos egressos desta experiência de ensino e com mais tempo de formados, se comparado aos demais municípios da microrregião e, até mesmo, ao Estado do Pará²².

Outros motivos desta escolha centram-se em fatores histórico e sócio-políticos. Dentre eles estão o fato de que Medicilândia, desde o Projeto de Colonização da década de 1970, foi um espaço destinado à agricultura familiar tendo em vista o tipo de terra favorável a esta prática (segundo os argumentos recorrentes); é também o território onde se observa a

²⁰ Esta definição espacial diz respeito à diferenciação que o projeto de colonização agrícola fez entre o lado oeste e leste na BR 230, tomando-se como referência a cidade de Altamira. O lado oeste concentrou maior número de colonos nos lotes rurais, pois a extensão de terras era maior; e maior investimento do INCRA (pelo menos até 1974/75), em construção de estradas vicinais, agrovilas e garantia de preços (SABLAYROLLES; ROCHA, 2003).

²¹ Estes dados são do IBGE, Censo Demográfico 2009. Página consultada em 23/10/2009.

²² A escola de Medicilândia foi a primeira do estado do Pará com uma proposta metodológica fundada na Pedagogia da Alternância nos moldes de Casa Familiar Rural, que difere (quanto à origem histórica e geográfica, finalidades da escolarização, etc.) da Escola Família Agrícola (EFA). Para uma melhor diferenciação entre estas propostas, conferir Santos (2006).

existência de organizações sociais rurais mais antigas e talvez mais estruturadas; por este motivo é que os atores sociais da ação coletiva em Medicilândia e as famílias de agricultores também vêm recebendo maior número de recursos das políticas de créditos rurais (RIBEIRO, 2003; PEIXOTO, 2002). Também estes fatores contribuíram para a emergência no cenário político de diversas e expressivas lideranças, muitas hoje em cargos do governo PT ou em funções no poder legislativo e executivo.

A CFR estudada destina-se a formar jovens do meio rural na modalidade de Ensino Fundamental Maior (5ª a 8ª série) da Educação Básica, bem como profissionalizar estes jovens com técnicas na área da agricultura, pecuária e noções de cooperativismo, associativismo. A sua natureza jurídica é de associação, composta de pais de alunos, pais de ex-alunos e alunos egressos. As turmas, em média, foram compostas de 17 a 25 alunos, e a escolarização é feita em 3 anos em sistema intensivo (segundo o projeto pedagógico e regulamentos legais da CFR), dada a alternância entre *tempo-escola* (na CFR) e *tempo-família* ou *tempo comunidade*²³.

As duas primeiras experiências de CFRs, na região, são dos municípios de Medicilândia (hoje são 5 turmas formadas), onde se efetivou o Projeto Piloto em 1995; e de Pacajá, efetivada em 1998 (hoje 2 turmas formadas). Em seqüência a estas, tem-se a CFR de Uruará, iniciada em 2000, com 3 turmas formadas; e a de Brasil Novo, implantada em 2005.

Além das turmas que estão atualmente em formação naqueles municípios, há turmas em funcionamento, a partir de 2007, em Altamira (1 turma), Rurópolis (1 turma), Anapu (2 turmas) e Vitória do Xingu (1 turma). Há registros de mais seis turmas, sendo três no Município de Placas, e as demais nos Municípios de Porto de Moz, Senador José Porfírio e Itaituba (FVPP, 2007).

De acordo com estimativas²⁴ das organizações sociais, há na Transamazônica, aproximadamente, 250 jovens formados pelas CFRs (FVPP, 2007). O quadro a seguir nos dá uma idéia aproximada da distribuição do número de alunos por turmas nos quatro municípios, cuja experiência de CFR está há mais tempo funcionando e, talvez, mais consolidada:

²³ Veremos em capítulo específico que estes números e tempos de permanência em formação na CFR variam muito em função das condições financeiras da mesma, tendo sofrido sensível alteração a partir de 2007 com o reconhecimento formal da proposta pela Secretaria de Educação do Estado do Pará.

²⁴ Há na região uma carência significativa de registros de dados quantitativos acerca dos alunos egressos das CFR, seja nas Associações das CFRs, seja nos STRs, seja nas organizações regionais como na antiga Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Norte (ARCAFAR-NORTE) e FVPP.

QUADRO 1: ALUNOS DAS PRINCIPAIS CFRs DA TRANSAMAZÔNICA CERTIFICADOS ATÉ 2008 ²⁵

Município	Ano de ingresso	Nº de alunos	Ano de conclusão	Nº de alunos certificados	Sexo		TOTAL
					F	M	
Medicilândia ²⁶	1995	25	1998	19	1	18	70
	1998	27	2001	12	2	10	
	1999	32	2002	11	2	9	
	2001	30	2004	15	1	14	
	2004	26	2007	13	1	12	
Pacajá	1998	-	2001	22	4	8	43
	2000	-	2002	21	3	18	
Uruará	2000	20	2003	8	2	6	35
	2003	17	2005	10	3	7	
	2005	-	2007	17	3	14	
Brasil Novo	2005	-	2007	23	2	21	23
TOTAL GERAL							171

Fonte: Dados de campo/2009; FVPP/2008.

O público alvo e o recorte temporal da pesquisa realizada foram, então, os 70 alunos egressos das cinco turmas formadas em Medicilândia, entre os anos de 1995 a 2007. Sobre estes, foi realizado, com base na rede de interconhecimento, um levantamento geral acerca da localização e atividades sócio-profissionais após a formação na CFR, ano de chegada das famílias na região, estado civil, etc. Estes dados iniciais permitiram-me localizar as famílias, os tipos de trabalhos realizados, dentre outras informações preciosas (por vezes detalhadas), imprescindíveis para compor inicialmente um quadro geral de características que, até então, eram desconhecidas para mim, frente à carência de registros e à grande lacuna acerca de quem são os egressos das CFRs e suas famílias.

Deste público, construí uma amostra aleatória de 31 alunos, ou seja, 44% daquele total de egressos, com os quais realizei entrevistas. O número de ex-alunos entrevistados ficou assim distribuído: 11 alunos da 1ª turma; 4 da 2ª turma; 3 da 3ª turma; 8 da 4ª turma e 5 da 5ª turma²⁷. De cada uma destas turmas, realizei entrevistas com pelo menos duas famílias,

²⁵ Observam-se lacunas no número de alunos que ingressaram nestas CFRs, bem como diferenças no número de alunos que se formaram e o número de alunos que foram certificados. Isto se dá em função: a) das diversas dificuldades em se encontrar informações precisas sobre os alunos destas experiências de escolarização do campo; b) do fato de que só foram certificados os alunos com quem as organizações sociais conseguiram entrar em contato nos municípios em 2008.

²⁶ O número de alunos escolarizados em Medicilândia foi levantado por mim, em 2009, e checado com um levantamento feito pelo Setor de Formação da FVPP, a fim de elencar os alunos a serem certificados no final do ano de 2008, pois até então as diversas turmas formadas não haviam recebido a certificação oficial do Conselho Estadual de Educação do Estado do Pará. Porém, as informações quanto ao ano de entrada e de conclusão das turmas não coincidem nestes dois levantamentos. Mantive os números que obtive em campo, referentes a Medicilândia e utilizei as informações referentes aos demais municípios do levantamento feito pela FVPP.

²⁷ Estes números de entrevistados foram constituídos aleatoriamente, conforme disponibilidade dos entrevistados e acesso aos mesmos. Devo dizer, porém, que o maior número de entrevistados da 1ª turma se deu devido a uma certa prioridade que fui construindo em campo, a partir tanto do forte reconhecimento que esta turma tem junto às organizações e aos agentes sociais, quanto do fato de que estes egressos têm, em geral, mais idade e há mais tempo estão vivenciando suas inserções sócio-profissionais após a escolarização na CFR.

totalizando 19 pais²⁸ (em geral o pai, na presença da mãe, que por vezes intervinha na entrevista; em três casos entrevistei somente a mãe).

Nas entrevistas, semi-diretivas (gravadas, com exceção de uma), as questões tiveram o objetivo de levantar tanto informações objetivas sobre a situação econômica da família, de orientação, sobre a CFR etc., quanto informações relacionadas à inserção sócio-profissional dos egressos da CFR antes e após a formação na mesma, informações sobre as motivações que levaram à escolha da CFR e do filho que foi para CFR; sobre os conteúdos sócio-escolares e o trabalho pedagógico cotidiano; as relações internas à CFR, bem como avaliações sobre o retorno de sua intervenção.

Além dos pais e ex-alunos, também foram entrevistados 9 agentes sociais envolvidos diretamente (ou que já estiveram) na CFR: 3 lideranças locais (1 representativa do STR e 2 que foram coordenadoras da CFR); 3 ex-monitores da CFR que estiveram envolvidos na CFR nos anos de 1995 a 2008²⁹; 1 liderança regional (coordenadora da FVPP); 1 padre e 1 freira que à época da criação da CFR esteve envolvida nas discussões e trabalhos internos com os alunos. Cumpre informar que quanto às lideranças regionais mencionadas ao longo do texto faço uso também de 2 entrevistas realizadas em 2007 na vigência do já comentado projeto ‘Memória Social da Educação do Campo na Transamazônica’. Neste universo de entrevistados (lideranças locais e regionais, religiosos e ex-monitores), as questões giraram em torno das motivações coletivas para a criação da CFR, das avaliações sobre o retorno de sua intervenção no município e nas famílias, dentre outros temas surgidos no diálogo que julgava pertinente à temática da pesquisa.

As entrevistas foram transcritas, mantendo-se a forma oral de expressão, com raríssimas correções quanto à supressão de sílabas ou troca de fonemas na pronúncia. Também alguns recursos de linguagem, como repetições de palavras, foram, por vezes, retirados da forma transcrita dos depoimentos.

No geral, as entrevistas foram realizadas no período de 5 de junho de 2009 a 15 de agosto de 2009 nos municípios de Medicilândia, Altamira e Brasil Novo (na zona urbana e na zona rural). Para a zona rural, onde fiquei a maior parte do tempo, os deslocamentos eram feitos de motocicleta, sendo que em geral tornava-se necessário passar o dia nas vicinais³⁰,

²⁸ Nos demais casos em que não foi possível realizar a entrevista com os pais, os seus filhos foram os informantes acerca de questões relativas à trajetória de vida, às condições sócio-econômicas dos mesmos, etc.

²⁹ Estes monitores hoje são: professora da UFPA no *campus* de Altamira; Coordenador da EMATER em Brasil Novo; Extensionista Rural em Medicilândia.

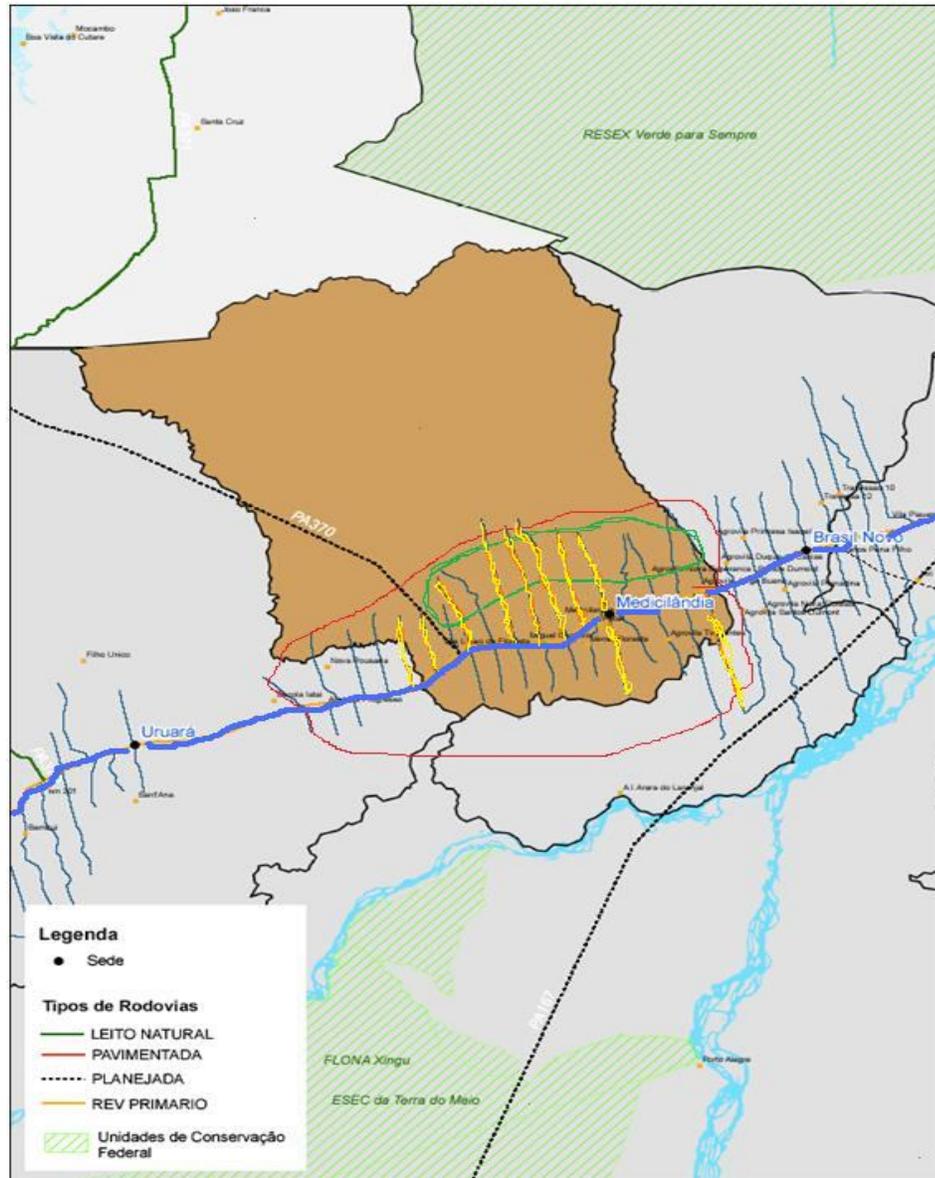
³⁰ Esta denominação e outras como glebas, agrovilas, lotes etc., advêm do recorte linear do espaço na floresta amazônica ao longo da Transamazônica/BR 230, presente no modelo fundiário dos Projetos Integrados de Colonização (PICs) a partir da década de 1970. Na espacialização do movimento de expansão da fronteira

andando nos lotes dos alunos selecionados previamente para a entrevista. Não raras vezes dormia na casa de agricultores para, no dia seguinte, continuar as entrevistas ou retornar para Medicilândia (cidade). As vicinais onde realizei a maior parte das entrevistas são as que, prioritariamente segundo os entrevistados, têm sido alvo da atuação da CFR desde 1995, a saber, do lado norte de Medicilândia as vicinais ou travessões 90, 95, 100, 105, 110, 120, 125 e 130 norte; do lado sul: as vicinais 70 e 90.

Cumprе informar que estas numerações das vicinais se tornaram, pelo uso recorrente desde a década de 1970, as denominações das localidades rurais. Dizem respeito às distâncias em quilômetros a partir de Altamira, definida como uma das cidades-sede³¹ do Projeto Integrado de Colonização ao longo da BR 230. As localizações lado norte e lado sul de Medicilândia se fazem tendo como referência a Transamazônica (BR 230), que divide esta cidade em dois lados. As áreas entre as vicinais 70 e 120 norte foram, depois, reconhecidas como Projeto de Assentamento de Reforma Agrária, denominado PA Surubim. No mapa a seguir, é possível visualizar a BR 230 (linha reta em azul), as vicinais (em amarelo), onde foi realizada esta pesquisa, e o PA Surubim (circulado em verde):

amazônica, as vicinais ou travessões são estradas transversais em relação à faixa da BR 230 e o centro da mata; nas vicinais é onde estão localizados os lotes, ou seja, módulos fundiários previstos de 100 ha destinados aos agricultores; as glebas, em geral foram destinadas aos fazendeiros, com módulo fundiário de 500 a 3.000 ha; as agrovilas (a exemplo do atual município de Brasil Novo), eram compostas por lotes urbanos de 10 em 10 km); as agrópolis, instaladas a cada 70 km (a exemplo dos atuais municípios de Medicilândia e Uruará); as rurópolis eram as cidades-sede destinadas a acolher a administração regional, o comércio e os bancos, a exemplo da cidade de Altamira.

³¹ As outras cidades foram Marabá e Itaituba.



Fonte: GeoPará/Secretaria de Integração Regional do Estado do Pará, 2009, adaptado por Alcione Sousa de Meneses.

Realizei, ainda, entrevistas (com as mesmas questões postas para Medicilândia) no município de Pacajá (ao Leste de Altamira), com uma ex-aluna da CFR (atual monitora da CFR e secretária do STR), uma mãe de ex-aluno (atual secretária municipal de saúde), um coordenador pedagógico da CFR (ex-aluno do curso de Pedagogia da UFPA/*Campus* de Altamira) e uma antiga liderança do STR (atual vice-prefeito da cidade pelo Partido dos Trabalhadores). A motivação para realizar estas entrevistas se deu por duas razões: a primeira é que no projeto inicial desta dissertação meu interesse era realizar um estudo nas CFRs de Pacajá e Medicilândia, a fim de perceber diferenças e semelhanças entre ambas tendo em vista as diferenças no contexto histórico e político, na ocupação do espaço rural, no tempo da

organização social e até mesmo nos tipos de solos. Intenção impossível de ser realizada no tempo que se dispõe para o mestrado, porém não me furtei a, sob indicação da banca de qualificação, pelo menos “dar uma olhada em Pacajá”. A segunda motivação é que esta “olhada” através das entrevistas, potencialmente, me lançaria algumas ‘luzes’ para pensar as especificidades da CFR de Medicilândia.

Ademais, analisei documentos, tais como: propostas curriculares, relatórios, atas de reuniões, etc., enquanto fontes escritas, visto que as mesmas têm a potencialidade de “[...] informar a trajetória [dos sujeitos e atores pesquisados], refletir sobre a articulação de atores e grupos, trazendo à luz a importância das ações dos indivíduos e de suas estratégias [...], reconstruir redes de relações” (ALBERTI, 2004, p.24). Além deste tipo de fonte, as dissertações e teses sobre temas do contexto desta pesquisa foram importantes para compreender a trajetória de constituição dos grupos de agricultores na Transamazônica e demais dados adiante explorados neste texto.

Pelo exposto, o caminho para levantamento e interpretação de informações consistiu em uma metodologia qualitativa, embora faça uso de dados quantitativos, dada a profícua possibilidade de análise que nesta relação quanti-qualitativa pode ser construída, particularmente, considerando o tema da reprodução social e o universo desta pesquisa.

No âmbito da sociologia, é particularmente interessante destacar que, na abordagem metodológica compreensiva, trata-se dos “[...] fatos observáveis, e visam atingir uma realidade definida, a conduta dos homens, na significação que lhes dão os próprios atores (ARON, 1995, p.474). As ciências sociais “[...] pretendem explicar causalmente, além de interpretar de maneira compreensiva” (Idem, p.475). Assim, a inteligibilidade intrínseca das ações e fatos é objetivada pela reconstrução dos sentidos subjetivos a que os atores lhes atribuem, construídos tais sentidos em um contexto sócio-histórico.

Esta escolha se faz em virtude da importante função desta metodologia para a interpretação dos sentidos e das representações sociais, presentes nos aspectos objetivos e subjetivos nos quais os indivíduos se reconhecem.

O contexto, o grupo, os atores, as ações...

Os agentes sociais envolvidos na proposição da CFR, bem como grande parte das famílias dos alunos desta escola, têm suas trajetórias marcadas pela posição de mediadores sócio-políticos enquanto participantes na rede política constitutiva (ou re-constitutiva) da condição camponesa na Transamazônica. As famílias da CFR, conforme se verá melhor em

capítulo específico, mantêm uma relação de participação direta nas organizações sindicais e comunitárias, sendo que da primeira turma 79% das famílias (em geral, o pai, raramente a mãe, um tio, um irmão) estão em ocupações ou atividades de *dirigentes* – forma como os entrevistados definem as pessoas e/ou as famílias que são consideradas lideranças, ou seja, que exerceram/exercem atividades de coordenação em espaços coletivos próximos às ações religiosas-comunitárias nas vicinais, a exemplo de grupos de vizinhos, grupos de jovens, etc.; bem como exercem/exerceram a mediação ou a representação das comunidades vicinais³² no STR, nas associações, na prefeitura e secretarias municipais, nos órgãos públicos de apoio e assistência técnica rural; espaços coletivos e públicos, portanto, localizados na cidade, que intervêm profissionalmente (ou deveriam fazê-lo) nas vicinais e nos grupos que aí vivem.

Julgo conveniente – orientada pelas considerações acima elencadas – pensar o contexto e a trajetória histórica do campesinato, particularmente, do grupo de famílias agricultoras envolvidas na CFR, a partir do olhar sobre a ação coletiva³³ que vem sendo posta em curso pelos atores sociais criadores da institucionalidade da CFR na Transamazônica (dado não ser esta escola proposta e/ou coordenada pelo Estado).

Também este olhar parece fazer sentido acadêmico para pensar a largos traços a condição camponesa na qual a CFR e seus egressos se inserem, tendo em vista que os estudos já realizados apontam que no Brasil a emergência dos grupos camponeses enquanto categoria política se dá associada ao processo de seu reconhecimento sócio-político, que atribui ao campesinato características particulares em relação ao conceito clássico de *camponês*, seja como categoria analítica, seja como categoria histórica. Enquanto categoria histórica, o camponês vem sendo construído pelo enfrentamento de situações próprias da história social de papéis e é com “[...] estas particularidades constitutivas de um “patrimônio sócio-cultural” que o campesinato brasileiro vem adaptando-se aos condicionamentos e exigências da sociedade brasileira moderna” (WANDERLEY, 1997, p.10), em uma trajetória marcada por instabilidade econômico-política e precariedade estrutural, que resultam em uma identidade

³² Uso o termo comunidade aqui, pois é assim que as pessoas do contexto da pesquisa definem a coletividade onde moram, trabalham, estabelecem relações sociais, trocas de serviços, mantêm espaços de convivência e lazer como igrejas, barracões comunitários, campos e quadras de atividades esportivas, em geral improvisados, etc. Usarei neste texto o termo comunidade vicinal como recurso para referir-me ao lugar e à localização onde o grupo foco da pesquisa vive.

³³ Por **ação coletiva** compreendo a variedade de tipos de ação social no cenário político, econômico e institucional que, na sociologia da ação coletiva, engloba “[...] desde as manifestações primárias ou elementares da ação de massa [...] até aquelas marcadas pela presença de estruturas organizacionais racionalmente concebidas para a consecução de fins como é o caso de alguns movimentos sociais” (AZEVEDO & PRATES, 1991, p.124).

política contrastiva com o latifúndio e o autoritarismo do Estado (MORAES, 1998; MARTINS, 1990; VELHO, 1979).

Enquanto conceito analítico, Martins (1990) destaca que o campesinato está associado à importância política do conjunto das lutas dos trabalhadores rurais emergidas no Brasil a partir da década de 1950. Para este autor, a conceituação de camponês e campesinato (assim como o seu par contrastivo/antagônico latifundiário e latifúndio) tem um significado político e procura dar conta do conjunto das organizações dos trabalhadores do campo, em um contexto histórico de lutas políticas entre classes sociais; portanto, tais termos demarcam um lugar social, para além de uma forma de produção (MARTINS, 1990, pp.21-22).

No espaço social³⁴ da Transamazônica, formas de organizações sociais e formas produtivas definidoras da condição camponesa vêm sendo gradativamente reconhecida nas disputas concorrenciais e como estratégias legítimas e legitimadoras de projetos de desenvolvimento em torno de recursos/capitais diversos.

Para efeito deste estudo, organizo esta trajetória em quatro ciclos da ação coletiva e nestes identifico processos de territorialização, nos quais se inscrevem as práticas sociais – dentre elas as práticas socioeducativas³⁵ – e estratégias de reprodução do grupo. O primeiro ciclo que compreende o período de 1972 a 1975, é denominado de “Atomização da Luta”³⁶; o segundo ciclo, recortado entre os anos de 1975 a 1987, é definido como “Coletivização da Luta”; o terceiro ciclo, “Regionalização das Ações”, entre os anos de 1987 a 1995; e o quarto ciclo, que denomino “Ambientalização da Ação Coletiva”, é iniciado a partir de 1995. É neste

³⁴ O **espaço social** apresenta-se sob a forma de agentes ligados entre si, pois conhecidos e reconhecidos pelas diferenças que funcionam como signos distintos e de distinção, manifestados como princípios de divisão no/do espaço e de visões de mundo. O espaço social compõe-se por **campos sociais** onde se tecem as estruturas de relações e posições dos agentes; os campos sociais são o lugar de luta no sentido da participação dos agentes em atividades regradas e no sentido das relações de força entre agentes e entre instituições (BOURDIEU, 2007). Ao longo da dissertação utilizo a idéia de espaço social do campesinato como constituído por diferentes campos, dentre eles, o *campo político* (representado pelas organizações sociais/sindicais), o *campo religioso* (representado pelos espaços das organizações comunitário-religiosas), o *campo familiar* (sobretudo as famílias envolvidas diretamente na CFR), o *campo científico-acadêmico* (representado por instituições de pesquisa como o LAET e a UFPA).

³⁵ Utilizo o termo socioeducativo para designar as práticas pedagógicas – para além da escolarização – postas em curso pela ação coletiva das organizações sociais do campesinato em estudo. Assim, a educação é aqui compreendida como uma “fração do modo de vida dos grupos sociais” (BRANDÃO, 2003), que a criam como invenção de sua cultura, de seus interesses, de suas formas organizativas. Portanto, as práticas pedagógicas, por meio das quais se aprendem e se ensinam as formas de ser, sentir e agir que interessam à produção e reprodução do grupo social, se efetivam em espaços escolares e não escolares. Por exemplo – no caso do grupo estudado –, os espaços eclesiais das CEBs, os encontros dos STRs e demais entidades representativas dos interesses do grupo estudado, as passeatas, as celebrações religiosas, bem como a própria CFR.

³⁶ Estes termos denominadores dos dois primeiros ciclos (atomização e coletivização) são assim definidos por Ribeiro (2003) e por Monteiro (1996) a partir de Alfredo Wagner Almeida, para definir fases das organizações sociais na Transamazônica. Aqui retomo estes termos para referir-me aos ciclos de ação coletiva com recortes de períodos distintos dos abordados por estes autores. Já o termo *Regionalização das ações ou das lutas* é recorrente nos documentos das organizações sociais para referir-se ao período de construção do Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica.

ciclo que emergem as demandas de formação e escolarização específicas, dentre elas as CFRs que dizem respeito diretamente ao objeto de estudo aqui apresentado.

Cumprir destacar a recorrência de quadros de crises ao longo dos ciclos, as quais interpreto como processos sociais, que aglutinam as repercussões da trajetória da ação coletiva, ou seja, aglutinam um processo de territorialização, bem como momentos de transição, logo, de anúncio de novo ciclo, novos projetos de intervenção, ‘recortes’ ou espacializações e incorporação de novos atores sociais parceiros ou contrastivos. Estas crises também desenham tipos de estratégias e emergem como formulação pública para tornar visíveis as fontes de precariedade e instabilidade da condição camponesa e, simultaneamente, as suas reivindicações e/ou proposições.

Nos processos de territorialização desencadeados durante os Ciclos da Ação Coletiva, inscrever-se-ia a criação de mecanismos políticos de reivindicação e de intervenção, por meio de “projetos de desenvolvimento regional”, nos quais se inserem as demandas por educação escolar.

A esta trajetória social há, subjacentes, formas de sociabilidade e de socialização que parecem marcar as estruturas de relações objetivas, logo, as matrizes de percepção e ação dos agentes e dos atores desta trajetória, ou seja, do *habitus individual e coletivo*. Para interpretar os processos sociais definidores da sociabilidade e da socialização nesta trajetória, que como tal, condensa o passado, o presente em transformação e os projetos de futuro, recorro a alguns dos conceitos weberianos acerca da constituição de pertencimentos a grupos e da construção da dinâmica histórica, a saber: movimento carismático e sua rotinização que se tradicionaliza ou se racionaliza, ou ainda “ambas as coisas em vários aspectos”(WEBER, 1991, Vol. I, p.162).

Cumprir ressaltar que estas três tipologias referentes à legitimidade nas formas de sociabilidade (carisma, rotinização tradicional e racional) são empregadas para pensar as transformações da trajetória acima comentada. Neste estudo, estas não são – e nem poderiam ser – tomadas como “tipos puros”, pois assim não costumam existir historicamente. Bem como não se quer colocá-las em uma linha evolucionária; os três tipos por vezes se combinam de formas variadas, ainda que seja destino da estrutura carismática recuar com o desenvolvimento de formações institucionais permanentes (WEBER, 1991, vol. I, p 14; 1999, vol. II, p.342

O primeiro ciclo – “Atomização da Luta” – inicia-se com organizações informais ou organizações comunitárias em que se destacam as redes de parentesco, relações pessoais e coletivas de vizinhança e coesão confessional das agremiações religiosas (HÉBETTE et all,

2002, p.193). Estas formas de ação coletiva medeiam a discussão e a criação das delegacias sindicais e formação de quadros de liderança em disputa pelos STRs patronais da região. Segundo Ribeiro (2003, p.42), este foi o período no qual, circunscrito pela luta sindical, “[...] germinou o primeiro embrião de um projeto de desenvolvimento que respondesse às demandas específicas dos colonos da Transamazônica [...]”, em meio aos parques investimentos do Governo Federal no projeto de colonização e que culminou na ‘crise de 1975’, após a retirada de instituições de apoio aos colonos.

De 1975 a 1987 – “Coletivização da Luta”, organizam-se lutas comuns à maior parte dos grupos, com a mediação das pastorais católicas e da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG). Importante notar que em 1985 tem-se uma série de fatores que concorrem para um quadro identificado como crise, dentre eles a “crise econômica da Transamazônica”, dada a “redução do crédito agrícola”, “[...] dificultando as chances de sobrevivência da agricultura familiar e intensificando o êxodo das famílias para as cidades” (BRASIL.MMA, 2006, p.21). Fatos que intensificaram a já desenhada tendência de distanciamento entre as ações e territórios das lideranças sindicais e os *projetos* oriundos do espaço eclesial (HÉBETTE et all, 2002, p.212-3).

A coletivização da luta dar-se-ia em função do pouco alcance destes *projetos* frente ao empobrecimento crescente dos agricultores e frente à “necessidade da luta regional” para a conquista dos STRs (MPST, 1991a). A luta regional em formação alinhava-se nacionalmente à necessidade de transformação dos sindicatos em importantes frentes de mobilização pela reforma agrária em um quadro de mobilizações contra a ditadura militar, então vigente.

O ciclo da “Regionalização das Ações” teria se dado então de 1987 a 1995, no qual se constituem mobilizações de massa no âmbito regional, sob a forma de ‘encontros’, onde lideranças regionais e grandes grupos de agricultores e demais grupos urbanos, como professores, empresários e prefeitos de diversos municípios, discutiam o projeto de colonização e formas de reivindicar ações públicas para enfrentamento do quadro de abandono que se evidenciava em necessidades elementares como locomoção nas vicinais e na BR 230, acesso à educação, à saúde, aos créditos agrícolas – todos como condição de possibilidade de permanência e sobrevivência na região. Na culminância dos encontros regionais, em 1989, é criado o MPST, enquanto entidade representativa dos diversos grupos sociais da região, sob a liderança dos agricultores familiares.

O conjunto de articulações regionais e nacionais reforçou a construção de um Projeto Global de Desenvolvimento (PGDT), em 1991, a partir do “Grande Acampamento de Altamira”. Também definido como projeto alternativo de desenvolvimento ou projeto da

“Nova Colonização”, se propunha a “[...] recuperar o projeto de colonização em outras bases”. Neste projeto, percebe-se o papel reivindicativo da ação coletiva, mas também o papel de ator social propositivo que passa a marcar o perfil do MPST (MPST, 1991b), cobrando para a realização de suas ações assessoria de um quadro gerencial e de instituições de pesquisa a fim de fundamentar o projeto de desenvolvimento que referenciava as reivindicações e proposições. Neste contexto foi constituída a Fundação Viver, Produzir e Preservar e, em 1993, a parceria com o LAET, via Programa Agro-Ecológico da Transamazônica (PAET).

O acesso aos créditos rurais, a projeção de lideranças regionais em cargos públicos e o surgimento de diversas associações e cooperativas de produtores rurais garantiram a afirmação e legitimação política regional do MPST entre 1992 e 1995, bem como garantiram objetivamente – via créditos agrícolas do Fundo Constitucional do Norte (FNO Especial) para criação de gado destinado à agricultura familiar – a permanência das famílias no campo, segundo a avaliação das organizações sociais. Por outro lado, a partir de 1995, desenha-se no cenário local um novo quadro de crise, nominado nas avaliações do ‘movimento’ como “crise da base” (do sindicalismo rural). Ao lado desta crise, e em grande medida como desencadeadores da mesma, tem-se os efeitos não esperados do FNO, genericamente definidos como “pecuarização” da agricultura familiar. Esta caracterizada por: acumulação de terras, provocada pela pecuária extensiva; aceleração da implantação de pastos e estagnação de cultivos permanentes (SABLAYROLLES; ROCHA, 2003, p.48); e crescimento do número de associações e cooperativas visando ao financiamento, que resultaram, por um lado, numa situação de deslegitimação do *espaço social* do MPST e, por outro, na falta de assistência técnica assídua e adequada às necessidades do agricultor (PEIXOTO, 2002, p.41).

Podemos depreender desta trajetória do campesinato, de sua consolidação e da complexificação das organizações que compõem a ação coletiva camponesa, a constituição de um *novo campesinato* (HEBETTE et all, 2002) com viés propositivo e gestor de projetos. Neste *novo campesinato* é possível observar um processo de transformação do *domínio carismático e tradicional*, aproximado da definição de *rotinização* que se manifesta na “[...] organização institucional do trabalho de forma profissional, na disciplina racional, que pouco a pouco modifica o carisma em algo conscientemente desejado [...]”, de modo a tornar conscientes as marcas referenciais que constituem a identidade camponesa em “senso de dever e consciência” para “habilidade rotineira” (WEBER, 1979, pp. 292-4).

A rotinização ocorre, não de forma intencional, quando o *domínio carismático* – aqui entendido como o que se esboça pelo quadro acima exposto de situações extremas, tensão

coletiva e promessa/esperança em torno de agentes e atores sociais – perde a capacidade de se situar fora do marco cotidiano, objetivando-se, institucionalizando-se em organizações formais duradouras e interesses materiais (WEBER, 1999, p.332; 1979, p.73). A necessidade de capitalização dos estabelecimentos agrícolas via créditos rurais, como condição de possibilidade para permanência no campo; de assistência técnica e de pesquisadores, bem como a profissionalização da gestão das organizações sociais da ação coletiva (desde os sindicatos até as entidades regionais como o MPST, FVPP e Sindicatos de Trabalhadores Rurais), parecem ser exemplos eloqüentes de um cenário rotinizado racionalmente.

É neste contexto de um possível *novo campesinato* que a Casa Familiar Rural de Medicilândia começa a ser discutida nos debates coletivos. Sua implantação se consolida a partir de 1995, em meio a um processo que se poderia definir como de *Ambientalização*³⁷ das ações e práticas sociais em curso.

Na confluência do quadro de ‘pecuarização’ dos estabelecimentos agrícolas e de ‘rotinização’ das organizações sociais (e, em grande medida, da sociabilidade) – portanto, processos sociais, potencialmente, provocadores de diferenciação da condição camponesa na Transamazônica –, se tem a constituição do quarto ciclo da ação coletiva, aqui nominado como “Ambientalização”. Este ciclo, assim penso, é constituído por necessidades e desafios locais/regionais como as acima apontadas e por fatores “externos” que dizem respeito à emergência e difusão do ‘risco ambiental’ no âmbito nacional e internacional, com repercussões nas legislações e aparatos governamentais, bem como, nos mecanismos e órgãos de financiamento e nas ações públicas, de modo a expor e fazer incorporar a preservação do meio ambiente às formas produtivas e à ação coletiva do campesinato.

Neste contexto, a implantação da CFR e de demais formas de intervenção social que trazem como referências o conhecimento escolar e técnico como pilar para o desenvolvimento ambientalmente sustentável, cumpriria o papel de uma nova forma de aprendizagem social ou *socialização racional* dos filhos dos agricultores. Estas têm, certamente, “efeitos culturais

³⁷ “O termo ‘ambientalização’ é um neologismo semelhante a alguns outros usados nas ciências sociais para designar novos fenômenos ou novas percepções de fenômenos [ex. industrialização, proletarianização, desindustrialização] [...] o sufixo indicaria um processo histórico de construção de novos fenômenos, associado a um processo de interiorização pelas pessoas e pelos grupos sociais – e, no caso da ‘ambientalização’, dar-se-ia uma interiorização das diferentes facetas da questão pública do ‘meio ambiente’. Essa incorporação e essa naturalização de uma nova questão pública poderiam ser notadas pela transformação na forma e na linguagem de conflitos sociais e na sua institucionalização parcial” (LOPES, 2004, p.17). Na Transamazônica, esta tendência a um processo de ‘ambientalização’ vem se definindo, seja como necessidade dos agentes coletivos de se colocarem nos debates e cenários nacional e internacional, seja como instrumento para tornar legítimas bandeiras de lutas tradicionais da agricultura, seja ainda como necessidade objetiva, frente à insustentabilidade dos estabelecimentos agrícolas familiares a partir da ‘pecuarização’ - fato que mobiliza a busca de alternativas de produção compatíveis com o desenvolvimento sustentável.

gerais e de longa duração” (WEBER, 1979, p.277). Trazem, portanto, impactos/retornos à vida nos assentamentos, lotes e estabelecimentos agrícolas, quer seja nas práticas produtivas e de sociabilidade nas comunidades, quer seja nas redes de relações institucionais/políticas. As CFR's, desde 1995, têm formado o equivalente a uma nova geração de agricultores familiares, que está assumindo responsabilidades diretas nos lotes e assentamentos, e, possivelmente, nas associações, cooperativas e sindicatos, construídos pelas gerações anteriores.

O que acontece aos agricultores socializados nas condições contemporâneas rotinizadas, marcadas por mudanças estruturais e institucionais das agências tradicionais de socialização, das quais as CFRs são produtos e produtoras? Como os *jovens* egressos que experienciaram esta socialização compreendem, vivem e expressam a sua condição camponesa, considerando que esta socialização é distinta e, possivelmente, construtora de *distinção social*?

As características, os fatos definidores daqueles ciclos da ação coletiva e seus desdobramentos para pensar o problema de pesquisa acima, bem como os conceitos citados serão abordados com mais cuidado ao longo dos capítulos da dissertação, conforme as circunstâncias da análise dos dados o exijam.

Os capítulos foram organizados da seguinte forma: no primeiro, abordo os *jovens* da CFR enquanto categoria social construída pelos agentes sociais e coletivos em um quadro de publicização do *desânimo* e *desinteresse* dos *jovens* para com a agricultura e a conseqüente saída do campo, processo contíguo a duas fontes de tensão do *espaço social* do campesinato: a *crise da base* e a *crise dos sistemas de produção*, que configurariam a *crise da formação*, a partir da qual a CFR é demandada como intervenção social.

No segundo capítulo abordo a trajetória de constituição da CFR e suas finalidades sociais na rede de relações, envolvendo o *campo* político, o *campo* familiar e comunitário-religioso, e o *campo* acadêmico/científico. A CFR, então, é abordada a partir de seu lugar social, como instrumento de reprodução social da condição camponesa.

No terceiro capítulo, a partir dos elementos sócio-econômicos e políticos que caracterizam a trajetória de vida das *famílias CFRs* (ou seja, as famílias que tiveram filhos selecionados para aí estudar), bem como das expectativas e das lógicas de escolha do filho no qual a família fez este investimento de escolarização específica, a CFR é analisada sob o ponto de vista de sua incorporação pelos grupos domésticos como estratégia de reprodução da condição social camponesa. Assim, os egressos da CFR são qualificados socialmente no sentido de que são percebidos e caracterizados enquanto agentes no interior da família de orientação.

No quarto capítulo é feita uma caracterização dos *ovens agricultores*, egressos da CFR, a partir de sua inserção sócio-profissional, analisando-se a condição camponesa construída sob a intervenção da escola CFR, bem como a relação desta condição com as expectativas e investimentos neles depositadas pelas famílias e pelas organizações sociais no contexto da ‘crise da base’, ‘crise dos sistemas de produção’ e de ‘ambientalização’ em curso. Também neste capítulo são apresentadas as avaliações dos agentes envolvidos na CFR acerca de sua trajetória na região estudada.

Nas considerações finais abordo as principais características das práticas sócio-profissionais definidoras da condição camponesa dos *ovens agricultores*, bem como os elementos que posicionariam a CFR enquanto estratégia de reconversão no interior tanto de um processo de diferenciação social mobilizado por fatores econômicos e políticos no campesinato, quanto – como consequência disto – de um processo de reestruturação do sistema de estratégias de reprodução frente à necessidade de escolarização, profissionalização e consolidação da agricultura familiar em bases agroecológicas. Elementos estes que caracterizariam a CFR enquanto estratégia coletiva organizada, voltada para a reprodução da condição camponesa.

Capítulo I - *Jovens Agricultores: a dupla visibilidade dos processos de diferenciação da condição camponesa e de uma categoria social*

Princípio gerador duravelmente armado de improvisações regradas [...], o ***habitus produz práticas*** que [...] não se deixam deduzir diretamente nem das condições objetivas, [...] nem das condições que produziram o princípio durável de sua produção. **Só podemos, portanto, explicar essas práticas se as relacionarmos com a estrutura objetiva que define as condições sociais de produção do *habitus*** (que engendrou essas práticas), **com as condições do exercício desse *habitus***, isto é, **com a *conjuntura*** que, salvo transformação radical, representa um estado particular dessa estrutura (BOURDIEU, 2003, p. 58. Grifos Meus).

Um dos fatos caracterizadores da proposta pedagógica e política da CFR diz respeito a sua destinação à juventude do campo, aos jovens filhos dos agricultores. Quem são estes jovens? Como, em que contextos, por que e por quem os jovens são nomeados e tornados uma preocupação ou assunto público na Transamazônica, principalmente no contexto de constituição da CFR, no sentido de figurarem nos discursos e *campos* de interesse dos atores do campesinato?

Nas sociedades ocidentais, os principais critérios de juventude definidos por organismos internacionais como a OMS e UNESCO têm sido critérios homogeneizadores, como a faixa etária entre 15 a 24 anos, entrada no mundo do trabalho, o indicativo da finalização da formação escolar aos 24 anos, etc. Critérios não condizentes com a caracterização dos jovens que estudaram na CFR, pois que estes ingressaram nesta escola com idades entre 13 a 43 anos³⁸, para cursar de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental maior.

Quer seja pelo critério da finalização dos estudos (com 24 anos), quer seja pela compatibilidade de série-idade em que se convencionou no *campo escolar*, sob indicação da LDBN, a adequação de 11 a 12 anos para entrada na 5ª série, há uma incongruência em tentar definir a juventude do campo, particularmente a que passou pela escolarização na CFR³⁹.

A despeito das definições ocidentais acerca do que seja a juventude e os jovens, em geral orientadas por parâmetros etários e psicossociais, interessa para a sociologia perceber os ‘recortes’ em termos de fronteiras construídas pela prática social em que os indivíduos são percebidos, nomeados e designados como jovens. Estes recortes seriam, assim, orientados por

³⁸ No capítulo 4º há uma melhor descrição da faixa etária em que os jovens da CFR ingressaram nesta escola (cf. Quadro 10, p.205).

³⁹ Por conta desta distância sócio-cultural entre os critérios ocidentais/escolares de definição de juventude e as características dos jovens do campo que estudaram na CFR, bem como considerando a *conjuntura* em que estes jovens se tornaram visíveis ao investimento da ação coletiva (como será abordado adiante), utilizo ao longo desta dissertação a palavra jovens em itálico para marcar esta diferença dos alunos da CFR.

esquemas de percepção e apreciação, ou seja, estruturas cognitivas e avaliatórias adquiridas pela posição no *espaço social*, conforme as ou influenciadas pelas estruturas objetivas (BOURDIEU, 2007). Os recortes que definem a juventude, portanto, ensejam objetos de disputas e divisões que, por sua vez, são informadas e informam as visões de mundo, os significados, as diferenciações e as posições sociais almejadas, neste caso, pelas gerações anteriores (BOURDIEU, 1983).

Com este olhar, o caminho metodológico para pensarmos quem é a juventude à qual se destina a CFR consiste em descrever o processo pelo qual os indivíduos foram sendo socialmente percebidos, publicizados e nominados como jovens. Neste texto dois caminhos foram percorridos. No primeiro tratou-se de olhar o passado registrado nos documentos oficiais (atas de reuniões, projetos de intervenção e captação de recursos, sínteses de encontros das organizações sociais envolvidas na implantação da CFR) e identificar como, quando os jovens aparecem e são nomeados. No segundo caminho tratou-se de perceber nas falas atuais dos atores sociais e agentes envolvidos diretamente na CFR como estes enxergaram os jovens e como se posicionaram em relação ao conjunto de expectativas nas quais eles emergem, expressas nas nomeações e ações coletivas.

As práticas socioeducativas, inclusive as escolares, da ação coletiva no meio rural da Transamazônica podem ser agrupadas em três períodos e neles as preocupações, bem como as formulações de propostas, guardam relação direta com as características dos ciclos mencionados, notadamente, dos interesses/necessidades dos atores sociais, rede de relações e estrutura de legitimidade dos mesmos. Assim, de 1970 a 1987, ter-se-iam ações pontuais para alfabetização e escolarização de jovens e adultos, inseparáveis de um processo de formação política feita por lideranças sindicais e/ou eclesiais que ainda eram os/as professores/as; junto a estas experiências houve a importante contribuição das CEBs, também para formação política da juventude, entendida esta formação como análise das condições de existência e organização em torno da defesa de interesses comuns. A partir de 1991, agentes da ação coletiva apresentam a educação escolar como um problema público dentro de ações que buscavam dar visibilidade à situação de precariedade em toda região, provocada pelo abandono do projeto de colonização. Conforme se verá posteriormente, de 1994 em diante assiste-se à proposição de práticas escolares, dentre outros processos formativos referendados no conhecimento formal, específicas para os agricultores e os jovens do campo. A principal proposta formulada foi a Casa Familiar Rural em uma *conjuntura* de diferenciação social a partir das conseqüências da pecuarização, da regionalização da ação coletiva e de um

processo que poderia ser definido como ‘ambientalização’ em curso, o qual se faz sentir de forma mais intensa por volta de 2000.

As preocupações com a educação escolar frente a quadros alarmantes de analfabetismo, isolamento da população e ausência da ação pública em vários setores, como produção de alimentos, transporte, estrada e saúde estiveram presentes nas reivindicações das organizações sociais na Transamazônica desde ciclos de ação coletiva denominados “Atomização da Luta” (1972-1975) e “Coletivização da Luta (1975 a 1987). Um diagnóstico sócio-econômico⁴⁰ realizado em 1987 aponta que cerca de 70% da população adulta era analfabeta ou semi-alfabetizada (BRASIL.MMA, 2006, p. 23).

Dada a precariedade das condições de sobrevivência e a necessidade de, ao lado de reivindicações, intervirem de forma prática e imediata, tem-se neste recorte temporal o registro de ações coletivas em torno da educação, sobretudo da alfabetização dos colonos e seus filhos em coletivos como as Comunidades Eclesiais de Base⁴¹ e escolas comunitárias de turmas multisseriadas (1º a 4º série do ensino fundamental menor), levadas a cabo pela ação eclesial progressista. Dentre os objetivos deste ‘trabalho de base’, estava, junto à educação, a discussão sobre os problemas da região, as razões políticas e estruturais que os haviam levado para a Transamazônica, o incentivo, formação e mobilização quanto ao papel dos sindicatos dos trabalhadores rurais até então com caráter patronal.

A partir de uma certa “estrutura carismática” de sociabilidade e legitimidade da ação coletiva, a educação parece ter figurado como mote para se constituir o que se poderia definir como *comunidade política* aglutinada e animada – conforme interpreto – a partir do contexto de migração, escassez de condições materiais para sobrevivência, isolamento. A atuação da

⁴⁰ Este diagnóstico foi base para a construção do 1º Plano Global de Desenvolvimento da Transamazônica (PGDT) em 1991 (melhor comentado adiante). Outros dados deste diagnóstico apontam que havia nove médicos na região para uma população de 500 mil habitantes num raio de 1000 km de distância; havia 2.840 km de estradas vicinais habitadas sem conservação; nenhum município dispunha de energia elétrica (com exceção de Altamira de forma precária).

⁴¹ As CEBs foram formadas e ao mesmo tempo formaram uma renovada e progressista militância cristã. As CEBs no Brasil tiveram este papel, sobretudo na década de 1980, aliado ao desdobramento da ação da Pastoral da Terra e da Pastoral Indígena que demarcam a “Opção preferencial pelos pobres” como finalidade da ação pastoral da igreja católica na Amazônia desde 1973 quando diversos bispos de várias regiões do país, em encontros regionais, lançaram documentos que denunciavam a situação do campo e as finalidades de ação pastoral da Igreja. Dentre estes documentos estão o do Nordeste: “Eu ouvi os clamores do meu povo” e o da Amazônia: “Marginalização de um povo – Grito das Igrejas”. Os grandes projetos (rodovias, hidrelétricas, projetos de colonização e de mineração) na Amazônia postos em curso pelos governos ditatoriais tiveram efeitos perversos para a questão camponesa e indígena, como a destruição de modos de vida; este cenário, sobremaneira, contribuiu para reconfigurar a atuação da Igreja Católica neste ambiente social, a qual já vinha atuando na Amazônia com a finalidade de conter a ameaça de desordem anunciada pelo “perigo comunista” (MARTINS, 1989). O conteúdo eclesial progressista consistia então no projeto de emancipação dos pobres, entendida enquanto desenvolvimento do homem e não marginalização do ser humano, provocado pelo capitalismo subdesenvolvido (MARTINS, 1999, p. 135), segundo o entendimento da Igreja.

igreja, que se faz marcada por um projeto e/ou pela presença de elementos messiânicos, – conforme aponta Martins (1989) acerca de outros contextos de campesinato no Brasil semelhantes ao da Transamazônica –, funda-se na revalorização do projeto camponês de acesso e permanência na terra conquistada ou prometida (pelos órgãos públicos, em casos de colonização dirigida) visando à superação da pobreza no campo e à dignidade humana.

Tal contexto e estrutura de sociabilidade, bem como de legitimidade das ações, em muito se aproximam da idéia de *comunidade política* entendida como pertença *afetivo-política* definidora dos grupos sociais, construída por uma “trajetória comum” e por uma “vontade de agir politicamente”; à idéia de *comunidade política*, também subjaz o “sentimento de comunidade” e “afinidade de origem “[...] quando apoiada na lembrança de uma migração real: de uma colonização ou emigração individual”; desta forma esta crença na afinidade de origem “[...] pode não basear-se na igualdade de costumes e hábitos (WEBER, 1991, Vol. I, p. 270)”, por vezes ela é imputada como trunfo.

A partir daquelas características em que se mesclam o *campo religioso* e o *campo político-organizativo* na estrutura de sociabilidade e de legitimidade dos atores e agentes da ação coletiva formou-se o que se convencionou chamar de uma “geração de lideranças” (religiosos, políticos, sindicais, educadores....) as quais neste processo inicial de territorialização foram ativistas imprescindíveis para prover as condições de dignidade a partir, sobretudo, dos projetos eclesiais enquanto iniciativas das igrejas e instituições não-governamentais; construídos estes projetos com o apoio das autoridades religiosas, cujos recursos financeiros advinham então da solidariedade internacional das igrejas e relações pessoais de lideranças religiosas (HÉBETTE et all, 2002).

A fala abaixo acerca da trajetória de uma liderança regional ilustra o trabalho sócio-educativo e ao mesmo tempo de assistência social e formação/mobilização política no espaço eclesiástico, no qual se observa, na *estrutura carismática*, pouca hierarquia ou especialização e divisão de ações, doação pessoal das lideranças ou agentes; advindo daí o seu reconhecimento enquanto “[...] entrega crente e inteiramente pessoal nascida do entusiasmo ou da miséria e esperança” (WEBER, 1991, Vol I, p. 159):

[...] eu **comecei a trabalhar a convite do padre Léo** [...] e assim incentivado por ele eu **fui pra uma comunidade de zona rural** [...] ir trabalhar **com uma turma de multisseriado** e não ter nenhuma experiência nem a formação, então foi um desafio pra mim que fui trabalhar nessa comunidade, todos os meus alunos da zona rural aprendeu a ler, agora não me pergunte como, qual foi a magia que foi usada, porque quando eu fui era um barraco de palha, as cadeiras era um banquinho de pau [...] foi um desafio pra mim que fui trabalhar nessa comunidade [Vicinal 15 no município de Brasil Novo], lá eu **fazia o papel de padre, bispo, de doutor, de professor, de curandeiro** [...]. Nesse período eu **já tava militando na Comunidade Eclesial de**

Base, tinha todo aquele movimento. Aí nesse mesmo período a **gente ao mesmo tempo ia organizando o movimento social, organizando o sindicato, ia organizando também o Partido dos Trabalhadores, era uma coisa assim meio em conjunto** (Liderança Regional 1/FVPP).

Com a atuação das Comunidades Eclesiais de Base, os marcos referenciais político-organizativo e religioso da ação coletiva vão incorporando um conteúdo mais classista e sindical, principalmente em meados da década de 1970 e marcadamente na década de 1980 (MONTEIRO, 1996). Esta estrutura organizativa em muito se deu como conseqüência da gradativa retirada da atuação, ainda que incipiente, do Estado em 1975; contexto em que se desenhava uma visibilidade da crise na região para a qual as ações eclesiais e os projetos pontuais mostravam-se insuficientes, sobretudo diante do quadro de êxodo rural.

A crise de 1975 desencadeou a construção de ações mais integradas e organizações mais formalizadas para o enfrentamento dos problemas estruturais da região, para o que a organização sindical, já apontada pela ação pastoral como caminho necessário, se mostrou como possibilidade concreta contra o abandono da ação pública e ao mesmo tempo contra a função de vigilância política e clientelismo de que se revestiam as ações dos STRs⁴² coordenados por políticos e fazendeiros aliados da Ditadura Militar. Nesta perspectiva foi se formando na região a Corrente Sindical Lavradores Unidos enquanto a primeira ação coletiva com uma forma organizativa mais próxima de uma estrutura institucional e específica dos camponeses, cuja estrutura de relações se espacializava pela Rodovia Cuiabá-Santarém (BR 163).

Segundo Bourdieu (2003, p. 68), o que produz as ações coletivas é a *conjuntura*, ou conjunção necessária entre as disposições – (estruturas cognitivas, maneiras de ser, tendência) as quais exprimem o *habitus* – e um acontecimento objetivo. Frente à conjuntura deste contexto no qual se mesclam os acontecimentos de 1975 de ordem econômica e frente à *estrutura carismática*, a CSLU parece configurar uma forma de ação coletiva *rotinizada* como *estrutura tradicional*, tendo em vista que os motivos que impulsionaram a sua criação são de ordem econômica e política, para o que o interesse material mobilizou os integrantes da *estrutura carismática* a conquistar formas mais eficazes e permanentes, como os sindicatos, a fim de garantir a permanência das famílias de agricultores na região por meio de reivindicações e intervenções referentes à condição de colono, bem como da garantia de direitos trabalhistas, através da organização sindical, enquanto trabalhadores rurais.

⁴² O STR patronal já existia no Município de Altamira desde 1969. Em 1972 surgiu o STR de Santarém (HÉBETTE et al, 2002).

Estes fatores se aproximam, por vários aspectos, dos motivos que transformam a estrutura e a legitimidade *carismática* em uma estrutura e legitimidade gradativamente *institucionalizada*, representadas pelo STR e pelo Partido dos Trabalhadores, conforme anuncia a fala da liderança acima citada. Esta era, naquela *conjuntura*, a possibilidade de permanência na região, dada a exigência da superação das ações atomizadas e a construção de ações coletivizadas, portanto, uma forma de organização distinta das ações em torno da *comunidade política*; tratava-se de ampliar o espaço de atuação para além do espaço eclesial, envolvendo formas organizativas institucionalizadas e partidárias, além da sua espacialização em outros municípios e grupos. Tais são as características das formas de sociabilidade e legitimidade *rotinizadas tradicionalmente*:

Quando refluí o movimento que arrancou o grupo carismaticamente dirigido do circuito da vida cotidiana, no mínimo a dominação pura do carisma vê-se rompida, transferida ao “institucional” e aí refratada. É então como que mecanizada, ou é perceptivelmente substituída por outros princípios estruturais ou se confunde e se entrelaça com eles [...] transforma-se, inexoravelmente, o caráter interno da estrutura [...] nasçam uma igreja, seita, academia, escola, ou então de um grupo carismaticamente dirigido, que persegue uma idéia cultural, nasça um partido [...] em todos estes casos a forma de existência do carisma acaba exposta às condições da vida cotidiana e aos poderes que a dominam, sobretudo aos interesses econômicos (WEBER, 1999, Vol II, p.332. As aspas são do autor).

Na *conjuntura* rotinizada tradicionalmente se assiste gradativamente à configuração do Ciclo da Regionalização da ação coletiva. Na primeira fase deste ciclo (entre 1987 a 1991), em intenso o movimento social e em grandes encontros regionais lideranças, grandes grupos de agricultores e demais grupos urbanos como professores, empresários e prefeitos de diversos municípios discutiam o projeto de colonização e formas de reivindicar ações públicas para enfrentamento do quadro de abandono que repercutia na impossibilidade de permanência e sobrevivência na região. O primeiro encontro regional visando a mobilizar os grupos constitutivos da população da Transamazônica a partir dos agricultores ocorreu em julho de 1987, no atual município de Medicilândia.

Dentre os objetivos desse encontro estava a busca de saídas para recuperar o Projeto de Colonização, o que impunha a necessidade de ações reivindicativas, mas também a formulação de propostas, dada a ausência da ação pública quase por completo; com isto, nas deliberações deste início da regionalização já se apresentou uma das características que as organizações assumiriam como mediação para o diálogo *propositivo-reivindicativo* com o Estado frente a uma conjuntura também nacional de ações institucionalizadas, a saber, as

pesquisas, o conhecimento sistematizado. A estrutura de legitimidade da ação coletiva exigia, assim, a credibilidade das proposições a partir de resultados de pesquisa. Este foi o encaminhamento do primeiro encontro regional, efetivado através do já referido diagnóstico sócio-econômico realizado em 1987 pelos então agentes do “Movimento Vida na Amazônia”⁴³ (famílias de colonos, sindicalistas, professores, membros da igreja católica), entre os trechos de Pacajá (lado leste da Transamazônica) a Itaituba (lado oeste) e trechos da Rodovia Cuiabá-Santarém.

Na culminância da seqüência dos encontros regionais, em 1989, é criado o Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica (MPST), enquanto entidade representativa dos diversos grupos sociais da região, sob a liderança dos colonos agricultores organizados em Sindicatos de Trabalhadores Rurais e com a parceria estratégica local/regional do “grupo dos professores” (que posteriormente viria a formar na região o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará/SINTEPP, gradativamente mais identificados com organizações urbanas), e da Igreja Católica, mais precisamente, da Prelazia do Xingu. O espaço coletivo e público das organizações sociais se fortalece significativamente também no cenário nacional, seja com os pares estratégicos como FETAGRI, CUT e CONTAG, seja ainda na esfera político-partidária, tendo em vista a consolidação gradativa do Partido dos Trabalhadores com o qual dialogavam e afinavam-se as lideranças do MPST e seus pares estratégicos.

Nesta *conjuntura* e com a legitimidade da pesquisa que originou o diagnóstico sócio-econômico, se deu a construção do 1º Projeto Global de Desenvolvimento da Transamazônica (PGDT) em 1991, então sistematizado no Grande Acampamento da Transamazônica realizado em Altamira no início de junho daquele ano, com a participação efetiva de diversos grupos sociais da região, representativos de 9 dos municípios de influência da BR 230 e da BR 163. As proposições tiveram como eixos: agricultura, educação, saúde, recursos naturais, energia, crédito, urbanização, saneamento, etc.

Segundo os documentos e produções acadêmicas, o evento envolveu em torno de 1.500 a 2.000 pessoas em intenso trabalho de apresentação, discussão de dados e elaboração de proposições; e evidenciou capacidade de elaborar um projeto com legitimidade, representativo de toda a população da Transamazônica, com a participação de representantes

⁴³ Os agentes do referido movimento constituíram o Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica em 1989; antes, a partir dos espaços e legitimidade das CEBs e organização sindical embrionária, o Movimento Vida na Amazônia já se projetava com poder de articulação regional e apresentava-se como representativo da população da Transamazônica, para além do campo sob a coordenação das organizações dos trabalhadores rurais.

de comunidades, categorias profissionais, grupos de jovens, mulheres, estudantes, autoridades políticas das diversas esferas do poder e lideranças nacionais. Atribui-se ao PGDT o caráter de formulação de primeira política pública na região (MONTEIRO, 1996).

Neste contexto de precariedade da educação escolar foram implantados pela SEDUC o Projeto Gavião I e II, para capacitação de professores (principalmente da zona rural) nos níveis de primeiro e segundo graus em todo o Estado, e unidades de Ensino Supletivo em Altamira, Medicilândia e Uruará. Nestes projetos o Estado se responsabilizava pelo pagamento de professores e a comunidade era responsável pela estrutura física (BRASIL.MMA, 2006, pp. 26-7; MONTEIRO, 1996, p 49).

Em uma segunda fase do Ciclo da Regionalização das Ações representada no PGDT, ampliou-se o papel ou o lugar social da educação nesta *conjuntura*. Primeiro, com a retomada do Projeto de Colonização em outras bases, pois o MPST e seus pares estratégicos se lançavam o desafio de um novo projeto de desenvolvimento alternativo para a Transamazônica (SOUZA, 2006), com a redefinição de créditos agrícolas e políticas públicas na área de saúde, educação, estradas. Segundo, com a formulação de reivindicação/proposição para a ação pública conferiu visibilidade aos jovens, recorrentemente ao lado de um quadro de crise do projeto de colonização. O excerto abaixo do primeiro PGDT exemplifica este contexto:

Os problemas educacionais que enfrentamos hoje são consequência das contradições da colonização da Transamazônica que não implantou uma infraestrutura pra atender a população que foi instalada nessa região [...] A Transamazônica não possui uma rede mínima de escola, com exceção de Altamira, onde a rede escolar era muito precária.[...] A grande maioria dos professores do ensino fundamental que atuam nas comunidades não possuem sequer o primeiro grau [...] mais de 5000 educadores precisam de cursos que os habilitem a lecionar o primeiro grau e 270 professores pra o segundo grau [...] na Zona rural as crianças e jovens não tem como cursar além da 4ª série. Esta situação está contribuindo pra o surgimento de uma grande massa de analfabetos e semi-analfabetos (MPST, 1991b, pp. 5-6).

Poder-se-ia dizer que os *jovens* são publicizados, a partir de 1991, sobretudo nas demandas por educação escolar para o que em muito contribui o ‘grupo dos professores’ (posteriormente o “grupo do SINTEPP”). De 1994 em diante, observa-se a recorrência nos documentos oficiais de nomeações como *jovens rurais*, *jovens filhos de agricultores* e *jovens agricultores* envoltas em reivindicações ou em projetos de desenvolvimento rural para a permanência das famílias no campo; sendo que *jovens agricultores* permanece como nomeação recorrente ou predominante a partir de 1995.

A ausência ou presença de adjetivações ao termo *jovens* se dá de acordo com a temporalidade a que estes documentos se referem e são indicativos do papel social assumido pelos atores sociais, seus projetos coletivos e seus pares estratégicos, de forma a responder às necessidades que se apresentam às organizações sociais e ao sistema de produção dos agricultores colonos. As adjetivações *rurais*, *filhos de agricultores*, e *agricultores* expressam, como vejo, uma nomenclatura afirmativa de um grupo social e de um *saber-fazer* referendados no campesinato, portanto tratar-se-ia neste contexto de visibilidade dos *jovens rurais* e de proposições voltadas para estes e não mais (ou não apenas) de demandas abrangentes de escolarização para toda a região da Transamazônica, posta no PGDT.

Com estas singularidades, as nomeações *jovens filhos dos agricultores*, *jovens rurais*, *jovens agricultores*, afirmativas de um grupo social, parecem configurar a percepção de tensões para as quais ações específicas e afirmativas precisavam ser pensadas. Por conseguinte, as variadas adjetivações em torno dos jovens expressariam representações acerca do que é esperado dos mesmos e, por publicizá-los enquanto uma espécie de categoria social, ensejam projetos coletivos específicos (em construção) e dizem respeito à ou parecem sugerir a forma como os agentes e atores que constroem estas adjetivações veem e interpretam as suas condições de vida.

Trato nos tópicos a seguir estas possíveis fontes de tensão, que emergem em uma *conjuntura* designativa de um quadro de ‘crise de formação’. Neste contexto, os *jovens* foram sendo percebidos, investidos de expectativas e, correlativamente, formas de intervenção foram sendo ‘clarificadas’ à medida que as fontes da crise também o foram.

1.1 *Desinteresse e desânimo dos jovens: a percepção social da ‘crise da formação’*

Segundo Lenoir (1996, p. 62) a visibilidade de uma categoria se faz a partir da emergência de um problema social, em um *trabalho* posto em curso por atores, entidades que nomeiam, estabelecem critérios caracterizadores em torno da população alvo de investimento de ações, “culminando na criação e difusão de uma nova categoria de percepção do mundo social”. Os debates regionais e o próprio PGDT afiguram-se como espaços e tempos iniciais deste *trabalho social* que poderíamos definir de uma maior visibilidade da juventude da região e de reivindicação de educação escolar. Nos debates que se seguiram se percebem, ao lado das tensões referentes à permanência das famílias no campo, tensões em torno do que se poderia chamar de uma ‘crise de formação’. Manifesta, por um lado, na carência de escolas para além da 4ª série inicial, e, por outro, em preocupações que questionavam o conteúdo e a

forma escolar, dadas as necessidades apresentadas e condensadas em um problema social verbalizado como *desânimo e desinteresse dos jovens com a agricultura*. Os *jovens rurais*, como figuram nos documentos oficiais, são posicionados como que catalisadores de fragilizações da agricultura e enquanto depositários de esperanças:

[...] essa história que a gente já conhece na educação, e os agricultores, muitas vezes não sabiam nem como comercializar os produtos e, enfim, achavam que aquela vida era tão difícil para ele lá no campo que, realmente, **a agricultura era muito difícil que muitos pensavam mesmo que seus filhos deveriam sair dali. Mas deveriam sair dali para uma vida melhor e, pra isso, significava ter que estudar** (Liderança Regional 2/FVPP).

O *estudo* neste contexto é apresentado, seja como elemento motivador para sair do campo, seja como mediação necessária para ficar no campo e desenvolvê-lo como uma das condições para o desenvolvimento do município:

[...] **havia nas famílias e jovens um desânimo** [...] o jovem tava na idade de estudar, ele fazia a 4ª série na comunidade e aí ele queria ir para a sede do município de outro local para estudar, **não queria ser um cara que ficasse na gestão da família, queria ser um cara que fosse ganhar um salário** (Liderança local/STR).

Eu tenho uma experiência que **as coisas só mudam com o desenvolvimento do lugar**, se o lugar não desenvolver é muito difícil a não ser que você viva de explorar os outros, porque aí pra fora em primeiro havia exploração [...]. E eu nunca pensei isso, **pensei em trabalhar com meus filhos pra que nunca colocasse uma pessoa de fora pra trabalhar a não ser meus filhos**. Mas, é isso, vai se desenvolver o município pra você trabalhar, para você vender sua produção (Pai 1/CFR - 1ª Turma).

A forma como os *jovens* dos quais se fala neste período falam de si mesmos é representativa destes argumentos de *desânimo e desinteresse*. Nos depoimentos dos *jovens*, estes argumentos parecem traduzir-se em uma não identificação com o campo e, principalmente, com o trabalho árduo na agricultura, ou ainda em um projeto de vida em que o campo era ausente:

Rapaz, pra ser sincero... rapaz, eu mesmo, é difícil a gente dizer, mas eu vou tentar falar um pouco. Eu mesmo, **eu não pensava de trabalhar em lote mais não, nem de nada, nada, nada; meu negócio era sair pra fora, eu pensava de sair pra fora porque aqui tava difícil** [...] (Ex-Aluno 1/ CFR - 1ª Turma, 32 anos).

As expectativas sobre os *jovens* a partir daquele problema social encaminham os argumentos para intervenções que, para o conjunto dos atores sociais e famílias envolvidas, repercutem no espaço doméstico da unidade familiar e no espaço público das formas organizativas dos agricultores e do município como um todo. Em geral, as expectativas dos atores sociais e agentes se condensam no quadro de esperanças em torno dos *jovens filhos dos*

agricultores que poderiam ser assim sintetizadas: (a) que os *jovens* ficassem no campo e no trabalho da agricultura familiar, (b) que tivessem um *estudo diferenciado*⁴⁴, (c) que se assumissem protagonistas nos espaços públicos. As fontes de preocupação de debates públicos abaixo são reveladores destas expectativas e demandas.

A primeira fonte de preocupação dizia respeito à necessidade dos pais de *estudarem os filhos agricultores* – como se expressam os pais e lideranças –, e junto a isto havia a presença do paradoxo *estudar para ficar na agricultura ou estudar para sair da agricultura*:

[...] a grande pergunta era assim: você quer que seu filho estude pra que? Pra ir embora ou pra ficar? E aí esse debate ele foi crescendo no meio dos agricultores, nas Comunidades Eclesiais de Base, ainda. No início dos anos 80 a discussão era muito seguindo mesmo que existia mais escolas, mais professores, Estado e tal. E aí se começou a buscar isso daí [estudar para ficar no campo], tentar se descobrir. Então, como fazer então diferente? (Liderança Regional 2/FVPP).

A segunda fonte de preocupações dizia respeito *a quem iria assumir os espaços públicos de discussão e deliberação no município*, tanto os espaços criados pela ação coletiva das organizações dos colonos, quanto os instituídos pela ação pública:

[...] foi esse movimento que discutiu a criação da universidade, porque eles imaginavam, os agricultores, que os filhos deveriam ser agricultores também, já tinha essa discussão, tipo assim, por que que não temos que ter filhos doutores? Porque era aquela idéia assim, **quem que ia ficar no INCRA, quem que vai ficar na prefeitura, quem vai ficar na Câmara, quem vai ficar cuidando [...] de tudo? Só eles? E nossos filhos não podem estudar também?** Não podemos ocupar? Ah, podemos, mas tem que estudar! [...] mas claro que o movimento também sempre pensou assim: sem estrada, sem créditos, sem outras políticas, a gente também não ia conseguir, mas que através da **educação seria uma grande revolução, ela teria que dar conta de fazer com que essas pessoas jovens se dessem conta do mundo em que eles estavam inseridos e eles brigassem por isso porque não ia dar tempo, como não vai dar tempo pras pessoas que começaram o movimento conseguir construir** todas essas coisas. (Liderança Regional 2/FVPP).

Como ‘pano-de-fundo’, parecem se desenhar as questões: “Quem serão os responsáveis pela gestão do lote e da agricultura? Quem dará continuidade à trajetória das organizações sociais representativas da agricultura no município? Neste rol de preocupações a educação com conteúdo e forma voltados para a agricultura – que veio a se configurar na Casa Familiar Rural – é apresentada como mediação necessária à permanência no campo.

Estes investimentos diferenciados nos *jovens rurais* e em sua escolarização parecem qualificar ou especificar o problema social do *desânimo e desinteresse dos jovens com a*

⁴⁴ Expressão comum entre os entrevistados para definir uma forma de ensino escolar alternativo ao modelo das escolas públicas que, na avaliação dos mesmos, além de serem poucas e só ofertarem até então até a 4ª série do ensino fundamental, desestimulavam os filhos dos agricultores a permanecerem no campo devido aos conteúdos distantes da realidade do campo. Também é comum usarem a expressão educação alternativa para designar esta idéia.

agricultura. No fundo, o problema social se revelaria, portanto, em duas fontes de tensão da condição camponesa:

a- uma ‘crise dos sistemas de produção’, anunciada nas preocupações em torno das dificuldades do trabalho agrícola e sua baixa rentabilidade; nas preocupações acerca da sucessão no lote dada a saída dos jovens para as cidades e seu iminente assalariamento: “o jovem [...] queria ir para a sede do município de outro local para estudar, não queria ser um cara que ficasse na gestão da família, queria ser um cara que fosse ganhar um salário”;

b- uma ‘crise da base’, expressa na ideia-valor de que os jovens precisavam dar continuidade às ‘lutas’ das organizações sociais e assumir os espaços públicos de direção do município, através do ideal de “fazer com que essas pessoas jovens se dessem conta do mundo em que eles estavam inseridos e eles brigassem por isso [...]”.

Ambas as crises acenariam para elementos desencadeadores de diferenciação social na condição camponesa, senão diferenciações nas estruturas que afetam o *espaço* no qual esta condição se constitui. Em uma hipótese ou em outra, as espécies de *capitais*⁴⁵ definidores daquela condição são fragilizadas, tendo em vista que a condição social se define por ser sistema de diferenças, de posições diferenciais (BOURDIEU, 2007, p. 164).

1.1.a “*Eu não pensava de trabalhar em lote mais não [...]; eu pensava de sair pra fora porque aqui tava difícil*”. “*Quem vai dar continuidade à agricultura?*”: a percepção social da ‘crise dos sistemas de produção’

Na Transamazônica, para o *trabalho social* de institucionalização dos *jovens rurais* como categoria social parece ter tido papel central as entidades de pesquisa, em duas direções: o problema da sucessão nos lotes e a necessária profissionalização da agricultura, enquanto condição para a sustentabilidade econômica e ambiental do campo.

Entre 1992 e 1993, alguns fatos econômicos e políticos caracterizadores das práticas produtivas na agricultura concorrem para aquelas duas constatações tornadas visíveis pelas entidades de pesquisa em parceria com as organizações dos agricultores.

No âmbito dos sistemas de produção, o final da década de 1980 e início da década de 1990 foram marcados pela crise dos cultivos permanentes (pimenta-do-reino, cacau, café). Dentre os motivos dessa crise estão os baixos preços, as doenças nas plantações (como vassoura-de-bruxa e *fusarium*) e a desclassificação do cacau amazônico, considerado refugio

⁴⁵ Por capitais entendem-se os recursos, valores, saberes em estado prático incorporados, conhecidos e reconhecidos nas relações ao modo de definir o *habitus de classe*, pois organizam os esquemas de disposição e de percepção em que os indivíduos se reconhecem e se distinguem (BOURDIEU, 2007, p. 183).

na classificação nacional, de modo que em 1988 a CEPLAC retirou o fundo de apoio à produção do cacau (PEIXOTO, 2002, p. 30). Ademais, a ausência de créditos agrícolas para os pequenos produtores resultava no uso ampliado do recurso terra:

[...] os agricultores preferem aumentar a sua renda em relação aos recursos mais escassos, trabalho e capital, sacrificando o mais abundante, a terra; observa-se que **as técnicas por eles implementadas, quaisquer que sejam as atividades agropecuárias [...] maximizam os rendimentos em relação ao trabalho e o capital mobilizado** e não em relação à área utilizada [...] tais práticas agrícolas são apontadas como predatórias, pouco sustentáveis em dois sentidos: pressupõem desmatamento de quantidades maiores de mata primária; não mostram preocupação suficiente com a sustentabilidade agroecológica da atividade e acabam degradando em curto e médio prazo as parcelas utilizadas [...] este fator provoca a venda da terra, a migração e novos desmatamentos (SABLAYROLLES; ROCHA⁴⁶, 2003, p. 192. Grifos meus).

Nesta *conjuntura*, a partir de 1991, para se colocar na negociação com o Estado por créditos agrícolas, sobretudo do FNO, o MPST, articulado regional e nacionalmente com diversos movimentos constitutivos do campesinato, encampou um ciclo de mobilizações de massa através dos “Gritos do Campo” (I, II e III), “Grito dos Povos da Amazônia” e “Grito da Terra Brasil. Segundo Ribeiro (2003, p. 40), a Transamazônica foi a região no Estado do Pará que mais contratou financiamentos do FNO Especial⁴⁷ conquistado em 1992. Este fundo é comumente avaliado como uma das maiores conquistas do ciclo da Regionalização da ação coletiva, pois garantiu a permanência das famílias nos lotes⁴⁸ (SOUZA, 2006; BRASIL.MMA, 2006), ainda que este crédito tenha se configurado como uma ação governamental de certa forma autoritária.

A já necessária *estrutura rotinizada* das organizações sociais que demandavam um quadro específico de profissionais para assistência e/ou apoio técnico intensifica-se desde o início das primeiras parcelas dos créditos agrícolas em 1992. Desta forma, forçadas pela

⁴⁶ Estes pesquisadores compuseram a equipe do LAET/PAET.

⁴⁷ O FNO Especial foi conquistado a partir das reivindicações nos Gritos do Campo I e II; este fundo adveio de uma reformulação do FNO destinado até então para grandes produtores rurais, fazendeiros, etc. É mantido pela destinação constitucional de 1% da arrecadação anual da União a um fundo de investimentos voltado para compensar desigualdades econômicas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Além do FNO Especial, de maior repercussão local, houve outras conquistas com os “Gritos” concretizadas gradualmente, como um bilhão e quatrocentos milhões de cruzeiros liberados para recuperação da BR 230; criação do Programa Agentes Comunitários de Saúde; construção de uma Escola Agrotécnica em Altamira; convênio INSS e Correios para pagamento dos aposentados nos municípios onde não havia rede bancária (cf. RIBEIRO, 2003; BRASIL.MMA, 2006; MONTEIRO, 1996).

⁴⁸ Peixoto (2002, pp. 34-5) aponta que o FNO especial atendeu aproximadamente 15% dos agricultores da região Transamazônica; o equivalente a próximo de 5.211 beneficiados, das cerca de 40.000 famílias de pequenos agricultores da região. Sendo que a maior concentração de beneficiados foi do lado Oeste; do lado Leste os municípios somente tiveram acesso ao crédito a partir da terceira fase.

evolução diferenciada dos estabelecimentos agrícolas, pois capitalizados, e pela estrutura de legitimidade institucionalizada, sobretudo do MPST, as organizações buscam a parceria com entidades e órgãos de pesquisa passíveis de atender estas demandas que a sua Fundação (Fundação Viver, Produzir e Preservar⁴⁹), criada em 1991, já não atendia. Refletia-se, sobretudo, acerca de maneiras mais eficientes de fazer avançar as propostas do PGDT demarcando um projeto de desenvolvimento da região, não mais apenas de sobrevivência.

Estes seriam os conteúdos mobilizadores da constituição da parceria com o Programa Agroecológico da Transamazônica (PAET), celebrada entre MPST-STRs e o Laboratório Agroecológico da Transamazônica (LAET/UFPA), em 1993, para o qual se previa um Programa de Pesquisa-Formação-Desenvolvimento (P-F-D) a fim de desenvolver pesquisas técnico-científicas orientadas para as demandas da agricultura familiar. Este programa foi então financiado pela Comunidade Europeia por meio da Cooperação franco-brasileira no período de 1993 a 1999. O arranjo institucional constitutivo dos novos parceiros estratégicos⁵⁰ iniciou-se em 1992, a partir das aproximações com o Centro Agro-ambiental do Tocantins (CAT)⁵¹. A partir de 1993 se deu a constituição do LAET, em parceria com a EMBRAPA, a Universidade Federal do Pará, com instituições internacionais, sobretudo o Groupe de Recherches et d'Echanges Technologiques (GRET)⁵², cuja atribuição era coordenar o Projeto PAET e garantir/colocar profissionais à disposição do LAET. Desde o início, a parceria previa principalmente a promoção do desenvolvimento regional de forma

⁴⁹ A FVPP foi constituída enquanto entidade para administrar o MPST, representá-lo juridicamente e captar recursos financeiros para o funcionamento da sua estrutura. Dentre os nomes que se cogitavam para esta entidade, estavam Fundação em Defesa da Transamazônica; Fundação em Defesa da Ecologia e Desenvolvimento da Transamazônica; Fundação Viver, Produzir e Preservar (MPST, 1991, p. 3). A decisão pela terceira nomeação parece representar um equilíbrio político e simbólico entre a ideia-valor de “sobrevivência na região” – conceito muito usado pela CSLU (HÉBETTE, et al, 2002, p.224) – junto da ‘bandeira de luta’ “recuperação do Projeto de Colonização” e o ambientalismo ou a “questão ecológica” que se impunha gradativamente na região a partir do encontro dos Povos Indígenas do Xingu em 1989; assim é que a frase “viver, produzir, preservar” surgiu no cotidiano dos atores, segundo Souza (2006, p. 42), a partir deste Encontro como “reação ao discurso conservacionista dos ambientalistas”, a isto, certamente, se soma a influência da rede de relações do MPST que incluía os movimentos sociais do Estado do Acre, desde a origem “ambientalizados”, porém com uma tendência ao não conservacionismo, mas utilizando-se estrategicamente do “apelo” ambiental internacional para tornar visíveis os problemas de expropriação nos seringais.

⁵⁰ Com as novas demandas e ações mais voltadas à agricultura e com os novos pares estratégicos representados pela Universidade Federal do Pará, dentre outras e pelo LAET, a relação de parceria com o SINTEPP foi fragilizada. A isto se somou o interesse distinto de demandas deste sindicato mais próximas de problemas educacionais/escolares na cidade.

⁵¹ O programa CAT foi criado em 1988 em Marabá, o eixo principal de atuação era a Pesquisa-desenvolvimento (P&D) voltado à agricultura familiar; dentre os parceiros constavam a UFPA, STRs, Instituições Internacionais Francesas. Em 1991 é criado o LASAT (Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins), imbuído de fazer a integração entre pesquisa-desenvolvimento e a formação de profissionais em ciências agrárias. Estes programas serviram de inspiração e orientação para a parceria PAET, enquanto um prolongamento das ações em P&D com viés agro-ambiental.

⁵² O GRET em parceria com a Université des Antilles et Guyane (UAG) era um dos responsáveis pelo projeto de Pesquisa-desenvolvimento no CAT. Antes de Marabá o GRET já vinha atuando no Brasil em projetos desta natureza por meio de parcerias entre governo francês e brasileiro desde 1967 (HENCHEN, 2002).

ambientalmente sustentável, tal era a influência do órgão financiador. Este perfil é ilustrado no objetivo do PAET:

Contribuir para o desenvolvimento de uma agricultura familiar sustentável, a longo prazo, e a melhor gestão dos recursos naturais, através de um programa de Pesquisa-Formação-Desenvolvimento participativo na Transamazônica, baseado numa parceria permanente entre as organizações representativas dos agricultores familiares (“trabalhadores rurais”) e uma equipe interdisciplinar de pesquisa e pesquisa-desenvolvimento envolvendo instituições de pesquisa, ensino, desenvolvimento nacionais e internacionais e órgãos territoriais (LAET; MPST, 1994, p 09).

As atribuições do LAET consistiam em “[...] realizar pesquisa de base sobre o meio natural, o meio sócio-econômico e os sistemas de produção dos produtores; as pesquisas seriam essenciais a longo prazo para desenvolver tecnologias alternativas (HENCHEN, 2002, p. 87)”, pois estava lançado o desafio de adequar os objetivos e finalidades do programa e dos financiadores à produção agrícola realizada na região. Desta forma, os primeiros anos da parceria, 1993-94, foram dedicados à estruturação da proposta e das pesquisas-diagnóstico acerca da agricultura familiar, bem como a sua realização.

Na confluência destes acontecimentos, em 1993 é realizado pelo LAET, então principal parceiro de diálogo dos atores sociais do campo, a pesquisa-diagnóstico⁵³ sobre o “Futuro dos Jovens do Campo na Transamazônica”. De forma recorrente os documentos oficiais, discursos e trabalhos acadêmicos referem-se a este diagnóstico (RIBEIRO, 2003) como o instrumento que expôs de forma sistematizada um problema sucessório na agricultura familiar explicitado pelos seguintes dados:

Em todos os municípios pesquisados, as famílias possuem em média 4 a 5 filhos, destes, em média 2 ou 3 pretendem ficar na agricultura. Segundo a avaliação do LAET, este número de jovens que projetam permanecer no campo é baixo, considerando a necessidade de mão-de-obra familiar na agricultura camponesa e considerando-se também que a porcentagem maior é de filhos com mais de 16 anos, indicativo de que a “[...] natalidade vem reduzindo e de que alguns anos à frente, estes jovens estarão procurando terra (caso permaneçam no meio rural) [...]” (STR; FETAGRI, 1999, pp. 20-2).

⁵³ Este diagnóstico compôs a pesquisa mais ampla do Programa Agroecológico da Transamazônica (PAET), proposta pelo movimento social de Altamira, LAET e STRs de Altamira, Brasil Novo, Vitória do Xingu. **Locais da pesquisa-diagnóstico:** 1-Colônias velhas (da ‘colonização espontânea’, vicinais 6 e 8, Princesa do Xingu, Ramal São Francisco, Ramal dos Cearenses, Cachoeirinha, Cupiuba, Serrinha, Lagoa Tenório...); 2-Assurini – travessão Cajituba; 3- Transa-Oeste – até vicinal 7; 4- Brasil Novo – vicinais 9-10 até vicinais 19-20 e a rodovia Transamazônica; 5- Vitória do Xingu/Transa-Leste (localidades na faixa da estrada até Belo Monte; 6- Anapu (toda faixa da Transamazônica e Vicinais...). **Amostragem:** 717 famílias (Altamira: 206; Brasil Novo 188; Vitória 148; Anapu: 175). **“Pessoas-chave:** lideranças, agricultores/as pioneiros/as, agentes comunitários, professores. (STR; FETAGRI, 1999, p. 17).

Chama atenção o fato de os documentos apontarem, a partir desta emergência do ‘problema da sucessão’, para a introdução da demanda de formação de *jovens rurais* no Programa Agroecológico da Transamazônica (PAET) o qual mediava a relação LAET e MPST como instrumento para o desenvolvimento do campo. A ‘crise da formação’ (anteriormente comentada) manifestar-se-ia (ou seria qualificada) na necessidade de uma escolarização que desse conta de profissionalizar a agricultura familiar como instrumento para a permanência no campo. É neste contexto que a nomeação *jovens agricultores* passa a ser predominante nos projetos orientadores da ação coletiva a partir de 1995. Uma destas ações com especificidade sócio-política orientada aos *jovens agricultores* foi a constituição das Casas Familiares Rurais. Esta afigura-se como um amadurecimento das preocupações iniciais dos agricultores acerca da *permanência dos filhos* no campo, em condições de ter um *estudo diferenciado*:

[...] as pesquisas demonstram um outro dado importante: o **descaso para com as questões sociais e a falta de uma política agrícola séria, tem desanimado os jovens filhos dos agricultores e os retirado do campo**, isso nos remeteu a responsabilidade de pensar numa proposta que contemple essa demanda. Desse modo **estamos realizando uma experiência piloto** inédita no setor educacional, as **Casas Familiares Rurais**, onde os **jovens agricultores conciliam as atividades pedagógicas com o trabalho na propriedade da família** (MPST; FVPP, 1996, p. 3. Grifos meus).

A formação dos filhos dos agricultores enquanto agricultores profissionais – o que parece ser o mote da adjetivação *jovens agricultores* – passa a ser a tônica dos documentos a partir de então, junto a perguntas orientadoras dos debates públicos cada vez mais específicas, tais como “qual agricultura familiar?” Enfatizava-se uma *agricultura familiar para o futuro* que se traduzia tanto na permanência dos *jovens* no campo e, antes, na propriedade paterna, quanto na intensificação dos sistemas de produção capaz de gerar renda a partir de atividades agrícolas diversificadas no lote. A isso se acrescentava a possível incorporação da sustentabilidade ambiental, ainda que mais presente enquanto ideal para as lideranças do que para as famílias.

Nosso projeto fundamenta-se: A **necessidade do MPST de trabalhar a questão técnica na agricultura**, e de definir um **novo modelo de propriedade familiar, diversificada e mais intensiva**, dentro desse novo projeto para a região [...] (MPST; FVPP, 1995, p. 4. Grifos meus).

Contrariamente ao cenário de capitalização via financiamentos rurais propício ao desenvolvimento dos estabelecimentos agrícolas, os dados da pesquisa o Futuro dos Jovens na Transamazônica, em 1993 e, antes, a saída dos filhos dos agricultores para a cidade e o

desânimo com a agricultura, emergiam como um impeditivo para a continuidade deste possível quadro de ascensão das famílias. Fato que também parece estar na origem da construção dos *jovens* enquanto categoria social investida da sucessão no lote e da Casa Familiar Rural como mediação para isto:

E aí quando vem o financiamento e tem essa constatação que eu falei antes do êxodo, também fica pra pensar assim: “pra que você quer esse dinheiro? Só pra poder ajeitar o lote lá pra depois vender? Já que seu filho não vai continuar?”. Então isso ajudou a reforçar a idéia da Casa [...] (Liderança Regional 2/ FVPP).

A avaliação abaixo de um egresso da CFR expõe que, para além da possível não continuidade das conquistas advindas com a capitalização via créditos rurais, a falta de preparo dos agricultores, de assistência técnica e de habilidade para gerenciar as mudanças no sistema de produção, somadas à forma irresponsável como o FNO foi apresentado pelo governo, desenhavam os limites e tensões no *campo familiar*:

[...] o que que tava acontecendo? Os agricultor não tinha um planejamento, o próprio agricultor pegava o financiamento esbagaçava ele né? ficava com a dívida no banco que até hoje tem, e dinheiro e o financiamento era péssimo, porque eles não tinham planejamento, não tinham objetivo porque que eles tavam pegando financiamento, né e isso levou com que eles ficava assim, não sabia o que comprava, o cara por exemplo tem lá 50 vaca, financiado 10 [...], ele não precisaria das 10 vaca, ele já tinha 50 lá na propriedade, aí ele botava 10, pegava esse dinheiro no banco e gastava nas outra necessidade, aí juros subiu muito, o colono se preocupou em vender sua propriedade, muitos deles até hoje tá na inadimplência, então virou aquela verdadeira bagunça do FNO, por que? Eles não tinham uma assistência técnica, vamo dizer que naquela época financiava gado de leite, pra que eu ia comprar 10 vaca de leite, eu não tinha laticínio, não tinha pra quem vender o leite [...], não tinha motivo nenhum de financiar um hectare de cupu e coco, vender coco pra quem aqui nessa Transamazônica? Então quem financiou ficou com a dívida, por que ele abandonou o consórcio e abandonou as vaca de leite, então o financiamento já saiu errado, e o colono por não ter esse conhecimento ele pegou tudo que vinha e pegou realmente uma dor de cabeça pra ele (Ex-Aluno 2/CFR - 1ª Turma, 37 anos).

Do ponto de vista econômico, contraditoriamente, o FNO Especial, embora tenha representado a possibilidade de as famílias permanecerem na região e na agricultura, também gerou novas fontes de instabilidade e precariedade no modelo de produção da agricultura familiar. Esta instabilidade e a precariedade têm sido reconhecidas como “cultura da pecuarização”, visto que esta opera forte distinção entre consumo e produção no grupo doméstico, ampliando a dependência mercantil de produtos antes de auto-consumo, além disto ela é contrária aos ideais e esforços de ‘ambientalização’ das práticas agrícolas em curso. Na avaliação de Peixoto (2002, p 34-9), com o FNO houve mudanças no processo de evolução dos estabelecimentos financiados, caracterizadas por transformações no comportamento e funcionamento dos mesmos:

Aumento da área de pasto e maior desmatamento, assim como a diminuição da área de plantio das culturas permanentes e anuais [...] observou-se uma tendência já existente para um processo de pecuarização da mesorregião e bastante acentuada por esta linha de financiamento. **O rebanho bovino na mesorregião cresceu 143% quando comparado ao período anterior à chegada do FNO especial** (PEIXOTO, 2002, p. 39. Grifos meus).

Segundo esta autora, as próprias organizações assinalavam que a ‘pecuarização’ da agricultura familiar poderia estar ‘preparando o terreno para os fazendeiros’. Esta ideia resguarda um componente objetivo e conteúdo subjetivo e/ou simbólico, ambos ameaçadores da condição camponesa e das formas de identificação com a mesma.

O “preparar o terreno para os fazendeiros” pelos agricultores familiares, como geralmente observa-se na Transamazônica, consiste no fato de que não tendo condições de manter o gado e os pastos, os agricultores preferem alugar estes últimos para os fazendeiros, dado o custo financeiro que a manutenção do rebanho e pastos representa, bem como os períodos de queda do preço da carne no mercado nacional e internacional. Fatos que, somados aos desgastes do solo com a carga animal e a necessidade de ampliar as áreas de pastos, empurram os agricultores (os que permanecem no campo) para áreas mais distantes em busca de novas terras; com isto as áreas de colonização vão se tornando fazendas.

Outro componente objetivo referente ao sistema de produção da agricultura familiar alterado com a ‘pecuarização’ diz respeito ao gradativo abandono da policultura e da autonomia representada na produção dos próprios alimentos:

[...] os créditos [...] eu acho que pecaram muito com nossos trabalhadores quando colocaram aquela idéia de que todos os nossos trabalhadores poderiam ser fazendeiros com lotes de 100 hectares, então eles derrubaram o lote colocaram pasto. **Tem colono que você chega na casa dele, ele leva o frango da cidade o ovo da cidade ele não tem uma galinha, ele não tem um porco, ele não tem um pé de macaxeira, ele não tem um mamão, ele não tem uma banana, então ele não tem nada, que agricultor familiar é esse?** [...] é muito forte isto [...] quando veio os projetos de FNO essas culturas é implantada na cabeça dos trabalhadores [...] **aí você não vai avançar, é que ele não vai produzir o suficiente para sua auto-sobrevivência, ele vai chegar num momento que ele acha até melhor ele sair de lá e vender aquele lote** por qualquer coisa [...] (Liderança Regional 1/FVPP).

O “preparar o terreno para os fazendeiros” tem também um conteúdo subjetivo e/ou simbólico, no que se refere à identificação e ao projeto de futuro orientado, por vezes, pelo sentido e desejo de ser fazendeiro:

[...] O FNO tinha um negócio de comprar nove vacas e uma matriz que era o boi reprodutor, isto era pra ser um gado de primeira, pra ter né, eu acho que foi aí que **muitos colonos botou na cabeça que ele ia ser um fazendeirão** um dia [...] e começaram a derrubar [a floresta; em muitos casos até a reserva legal] pra fazer pasto (Liderança Regional 1/FVPP).

Seja o gado da agricultura familiar, seja o gado do FNO Normal, configuraram o período de 1988 a 1996 como “período de pecuarização” na história agrária da região. Além do FNO, contribui para isto os preços do gado estáveis no mercado, de modo que os agricultores expandiram áreas de pastagens e investiram no gado de corte (SABLAYROLLES; ROCHA, 2003, p 46-7). Em função dos conteúdos objetivos e simbólicos acima, a lógica sócio-produtiva com o gado e os pastos a partir do FNO Especial parece não ser mais, apenas, o lógica de valorização do patrimônio e/ou de uma reserva de capital, como se mantinha em outros períodos.

No âmbito nacional dois fatos contribuem para uma possível diferenciação na agricultura, também marcada pelas exigências de profissionalização e de uma certa ‘ambientalização’ – características que coadunam-se com (ou constroem) as tensões acima mencionadas no âmbito local (na Transamazônica), bem como as saídas visualizadas pelas entidades de pesquisa. Este contexto local e nacional, conforme se vê, levou a quadros de emergência de expectativas em torno dos jovens (mas também dos agricultores como um todo) para além de sua permanência no campo; trata-se de uma permanência em que a educação escolar figura como uma mediação necessária.

O primeiro fato alude às políticas de crédito agrícolas (nas quais o FNO especial e posteriormente – em 1996 – o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/PRONAF são criados) que se querem redefinidoras do desenvolvimento rural no Brasil. Se, por um lado, estas atribuem visibilidade à agricultura familiar⁵⁴, por outro impõem ou introduzem dinâmicas diferenciadas às práticas dos agricultores de base camponesa, tanto pela exigência formal da profissionalização dos mesmos para inserção nos mercados agropecuários, em que a escolarização é posta como meio de acesso a este ideal, quanto pelas exigências tácitas através dos discursos do *campo político*, em que a agricultura familiar é posta como o “maior segmento da agricultura brasileira, porém, o mais fragilizado em termos de capacidade técnica” (MATTEI, 2006, p. 13).

Alguns dados das estatísticas do meio rural demonstram esta “fragilidade técnica”, por exemplo, através do nível de escolaridade dos responsáveis pelos lotes dos Projetos de Assentamento (realidade não diferente das áreas de colonização agrícola): 28,0% destes agricultores nunca foram à escola, 28,0% cursaram até a 2ª série fundamental e apenas 2,0%

⁵⁴ Agricultura familiar é uma classificação criada a partir do PRONAF, em 1996 pelo Estado, a qual representaria a legitimação de uma “nova categoria social – os agricultores familiares” (MATTEI, 2006). Desta forma esta nomenclatura (incorporada pelo campo acadêmico e incorporada pelos agricultores como auto-definição em contextos diversos), diz respeito, notadamente, a um cenário de classificações e nomenclaturas de acesso aos benefícios da política agrícolas na década de 1990.

têm escolarização acima do fundamental (BRASIL.MDA, 2006). Quanto ao público que se convencionou definir como juventude, dados censitários indicam que 29,8% da população do campo no Brasil, com 15 anos ou mais, é analfabeta (como contraste: na zona urbana este número é de 10,3%), sendo que este quadro se agrava nas regiões Norte e Nordeste (IBGE, 2000), sendo que o Estado do Pará apresenta o 2º pior índice (de 61,2%) da região Norte na relação de distorção série-idade no ensino fundamental (BRASIL.MDA, 2005). No nível prático/cotidiano é visível a necessidade crescente dos agricultores de ter escolarização para acessar os créditos rurais. Para tanto, no mínimo, precisam saber ler e escrever, tal é a exigência prática dos contratos bancários.

Para além da exigência formal de escolarização (que gerou, também pela pressão popular, uma série de programas de escolarização como o PRONERA), a necessidade de inserção dos agricultores em relações e espaços mediados pela escrita são evidências de uma nova dinâmica social na qual a educação escolar é incorporada no conjunto de práticas para a “manutenção da condição de agricultores”, realidade que se aponta em vários contextos de campesinato como o identificado por Lopes (2009) em Anapu, município do lado leste da Transamazônica.

O segundo fato se correlaciona com a presença ‘ambientalizada’ da parceria PAET na Transamazônica, e diz respeito às discussões no campo acadêmico⁵⁵, notadamente na década de 1990 no Brasil acerca da agroecologia, bem como com as apostas em termos de militância política em voga desde a década de 1980 e endossada a partir deste *campo* como condição para efetivar-se o ideal de produção agrícola econômica e ambientalmente sustentável que exige capacidade gerencial e, conseqüentemente, mão-de-obra mais qualificada e aptidão à diversificação de culturas e à preservação dos recursos naturais (EHLERS, 1999).

As ações voltadas principalmente para superar a “pecuarização” configuraram-se, em grande medida, como uma das fontes locais dinamizadoras e animadoras da “ambientalização” da ação coletiva e das práticas sócio-produtivas que gradativamente se consolidam no projeto de “Afirmção da Agricultura Familiar”. Neste, a lógica sócio-produtiva encaminha-se para a intensificação do sistema de produção da agricultura, incorporação da floresta e demais recursos naturais neste sistema, para além do recurso terra, abundantemente utilizado frente à carência de conhecimentos e técnicas de produção distintas das tradicionalmente utilizadas no contexto em estudo. Esta ‘ambientalização’ se traduziria,

⁵⁵ Trata-se, sobretudo, da reorientação da pesquisa agropecuária em que a noção de sustentabilidade e conhecimento “sistêmico” são gradativamente integrados ao saber específico da agronomia.

em longo prazo, em uma espécie de contenção ou fechamento da fronteira agrícola e do desmatamento; como se afigura nos trechos abaixo acerca do “Novo Modelo de Colonização”. Modelo que passou a pautar as ações – para além dos discursos –, da ação coletiva, a partir de meados de 1995, e no qual a Casa Familiar Rural destinada aos *jovens agricultores* figura como ação estratégica, a partir da qual estes agiriam como difusores dos novos saberes e técnicas:

O modelo atual de colonização é caracterizado pelo acesso relativamente livre e fácil, a novas terras por parte dos agricultores. Quem tem vontade pode adquirir para si ou para seus filhos, lotes suplementares de terra, através da ocupação de terras livres ou comprando [...] **controlar o desmatamento necessita associar ao crédito e às subvenções em capital, pelo menos dois outros tipos de instrumentos:** medidas efetivas de limitação do acesso a novas áreas de floresta por parte dos agricultores e **medidas de difusão das técnicas intensivas, mal conhecidas da maioria dos agricultores.** Desse ponto de vista, as **CFRs representam um potencial interessante** (SABLAYROLLES; ROCHA, 2003, pp. 131-197. Grifos meus).

Os fatos e conteúdos sociais que repercutem na agricultura de base camponesa, que se quer ‘ambientalizada’ e profissionalizada, expõem, sobremaneira, a diferenciação social em termos de espécies de *capitais* (social e cultural⁵⁶) requeridos, referendados no conhecimento formal, escolar/técnico/ecológico e a distância em relação às espécies de *capitais* dos agricultores construídos pela interiorização de estruturas objetivas da condição social em que os agentes se localizam – neste contexto consideradas insuficientes para estes manterem sua posição na estrutura social de classe. A fala abaixo parece revelar o quanto esta diferenciação construiu os *jovens*, particularmente os escolhidos para a CFR, investidos da continuidade da agricultura projetada como econômica e ambientalmente sustentável:

Eu acho que o pensamento é a gente sair de lá [da CFR] um **agricultor capacitado, que tinha os conhecimentos de trabalhar na roça dentro da tecnologia né, que às vezes a gente trabalhava mais com o conhecimento que a gente adquiriu a experiência ao longo do tempo** né, e nós não, nós ia ter conhecimento já mais na prática e na teoria né, que **os nossos pai só tinha o conhecimento da prática que eles adquiriram com o tempo**, acho que era isso o que eles esperavam de nós, um agricultor com capacidade para desenvolver qualquer atividade na propriedade (Ex-Aluno 1/CFR – 1ª Turma, 32 anos).

⁵⁶ O capital cultural neste contexto diz respeito ao capital em estado incorporado, ou seja, “sob a forma de disposições duráveis do organismo”; capital que se tornou parte integrante da pessoa como um *habitus* informado pelo capital social, enquanto rede durável de relações ou vinculação a um grupo (BOURDIEU, 1998, p. 74).

1.1.b “Quem que ia ficar no INCRA, quem que vai ficar na prefeitura, quem vai ficar na Câmara, quem vai ficar cuidando [...] de tudo?”: a percepção social da ‘crise da base’

Com a ampliação⁵⁷ de ações com retornos concretos para os agricultores, dentre outros grupos da Transamazônica, a partir do acesso ao FNO e a outros incentivos econômicos, bem como com a atuação rotinizada do MPST e seus pares estratégicos, os anos de 1992-1995 são considerados anos de afirmação do MPST e de ampliação de organizações sociais nos municípios, como cooperativas e associações de pequenos produtores rurais. Nesta *conjuntura*, ao que se percebe, o exercício da autoridade conquistada pelas organizações sociais, aglutinadas na representação política do MPST, funda-se numa *estrutura rotinizada racionalmente*, cuja legitimidade inscreve-se em um “exercício contínuo, vinculado a determinadas regras”; “funções oficiais, dentro de determinada competência”; “distribuição de funções oficiais de serviços obrigatórios”, em suma, um exercício organizado, ao qual Weber (1991, Vol I, p. 142) denomina de “autoridade institucional”.

A já necessária *estrutura rotinizada* das organizações sociais que demandavam um quadro específico de profissionais para assistência e/ou apoio técnico intensifica-se desde o início da liberação das primeiras parcelas dos créditos agrícolas em 1992. No quadro de evolução diferenciada da agricultura, estariam presentes alguns fatos que concorrem para a ‘crise da base’, seja no *campo político* (notadamente o MPST e sua base sindical), seja no *campo religioso*, no âmbito organizativo-comunitário (onde vem se fazendo a base das organizações rurais). Em ambas as ‘bases’, estaria se dando um processo de diferenciação do *espaço social* do campesinato da Transamazônica, paradoxalmente à institucionalização e projeção regional/nacional de atores e agentes sociais representativos do mesmo.

O ciclo da ‘Regionalização das Ações’ faz afigurar-se o cenário político e organizacional na Transamazônica como *rede de movimentos*, definida enquanto interações horizontais e práticas sociopolíticas entre organizações da sociedade civil, grupos e atores informais, engajados em torno de projetos políticos e ao redor de identidades e valores coletivos, pois orientada por uma cultura de movimento (SCHERER-WARREN, 1999, p.50). O MPST passaria com esta rede de movimentos e com a legitimidade conquistada no contexto

⁵⁷ Para além da ampliação de parcerias, se assiste à ampliação do espaço dos atores sociais do campo. A área de atuação do LAET e MPST pela mediação do PAET concentrou-se na Microrregião de Altamira (principalmente Uruará, Medicilândia, Brasil Novo, Altamira, Anapu e Pacajá), áreas, portanto, que mantinham uma relação sócio-econômica direta com a rodovia Transamazônica. Além destas foram inclusas áreas cuja história e relações sócio-econômicas têm como uma das referências o rio Xingu (Senador José Porfírio, Vitória do Xingu). Já próximo do final da parceria foi realizado um trabalho sobre a gestão comunitária de florestas no município ribeirinho Porto de Moz, envolvendo-se nestas áreas, segundo Sablayrolles & Rocha (2003), entre 30 a 40 mil famílias.

regional e nacional a ser um dos interlocutores indispensáveis das diversas instâncias públicas, quer sob ações reivindicativas, quer em função de sua capacidade de influenciar as decisões políticas (HENCHEN, 2002) tendo em vista o *capital social*, junto aos agricultores e demais atores sociais, bem como junto às instâncias da ação pública, construído na trajetória coletiva.

Desta forma, manter o distanciamento e ao mesmo tempo a proximidade junto ao Estado parece configurar uma forma de manter a confluência de atores e suas contribuições ao projeto coletivo codificado no PGDT, pois,

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de inter-conhecimentos e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns [...], mas também são unidas por ligações permanentes e úteis [...] fundadas em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas cuja instauração e perpetuação supõem o reconhecimento dessa proximidade (BOURDIEU, 1998, p. 67).

A manutenção deste *capital social* parecia ameaçada na relação com a ação pública, pois se requeria um *capital* outro (distinto daquele dos quadros de lideranças de base sindical formadas nos espaços eclesiais), o qual no quadro de profissionalização da agricultura e de rotinização racional das organizações sociais se apresentava potencialmente configurado no conhecimento escolar ou técnico. A profissionalização apontada como uma saída para a ‘crise dos sistemas de produção’ também se fazia sentir enquanto uma necessidade para garantir a continuidade da mediação e da legitimidade dos atores sociais no cenário regional e nacional.

Tal desafio de profissionalização teria se dado também como uma das conseqüências inesperadas do FNO Especial, com a ampliação das ações dos STRs e do MPST e as necessidades impostas pela gestão financeira das organizações sociais tendo em vista o volume de recurso comparado ao de décadas anteriores, num quadro regional onde se tem o mínimo de assistência técnica pública e uma notável falta de habilidade gerencial das direções de organizações associativas e cooperativas. Na avaliação das próprias organizações, principalmente a partir de 1994, este ciclo de ampliação de suas ações atribuía ao ‘movimento’ o caráter de “gestor de projetos”, o que repercutia de forma negativa no papel das organizações sociais enquanto mobilizadoras da sociedade civil, bem como as distanciava dos demais grupos como os representados por organizações urbanas. Assim, segue a auto-avaliação:

Constata-se que neste último ano o MPST se ocupou quase que exclusivamente das ações do setor de agricultura, com ênfase para os projetos do FNO. Desta forma, se **caracterizou** mais como **prestador de serviços do que como articulador de um projeto político** que envolve **lutas amplas na região** [...] uma linha de atividade não pode eliminar a outra. O MPST deve reafirmar seu papel de articulador das lutas de massa na região representante de um projeto político (MPST, 1995a, p. 02. Grifos meus).

Certamente em função deste espaço político e geográfico no qual se fortaleciam as organizações rurais regionais/nacionais, lideranças legitimadas desde os espaços eclesiais e sindicais da CSLU (notadamente em Medicilândia e Uruará) vêm sendo eleitas para compor a Assembléia Legislativa do Estado e o parlamento Federal pelo Partido dos Trabalhadores⁵⁸ – apesar de não se ter sucesso nas sucessivas campanhas em que lideranças pleiteavam o cargo de prefeitos nos municípios.

Este quadro afigura-se como ilustrativo dos motivos que levaram o MPST a enfatizar a necessidade de reafirmar-se como “articulador” e “mobilizador das lutas de massa”, tendo em vista que junto ao papel de “prestador de serviços”, também avaliava que não havia conseguido “[...] dar continuidade aos eventos (Encontros Municipais, etc.)”; bem como não havia conseguido “estabelecer uma ação clara de politização de associativismo, principalmente para as organizações mais recentes” e nem tinha conseguido ainda um “[...] quadro qualificado para a linha de frente do movimento [...]”, tendo em vista a saída de lideranças para os cargos da ação pública e para o trabalho nas campanhas eleitorais (MPST, 1995 b, p. 04).

Também o *capital social* fragilizava-se na relação dos atores sociais regionais, sobretudo o MPST, na relação com “**militantes de ponta e agricultores (militantes de base)**, isto engloba: sindicatos, associações cooperativas, técnicos, jovens” (cf. no excerto abaixo). A fragilização se dava, portanto, em função do papel ambíguo das organizações sociais regionais e sindicais (nos municípios), dada a proximidade com o Estado que as distanciava da base, ou seja, dos agricultores e do trabalho de mobilização e formação política; a ‘crise da base’⁵⁹ se expressaria também em uma crise do sindicalismo, além da crise da profissionalização das lideranças:

⁵⁸ Guerra (2009, p. 190) registra que nos anos de 1995-1999 e 1999-2002 uma das lideranças do MPST exerceu dois mandatos como Deputado Estadual; a mesma liderança foi eleita para dois mandatos como Deputado Federal entre 2003-2007 e 2007-2011. Entre 1987-1991 e 2006-2010 outra importante liderança vem exercendo o cargo de Deputado Estadual e, entre 1991-1995 e 1999 a 2003, o cargo de Deputado Federal.

⁵⁹ Ao que se percebe, as organizações sociais quando reportam-se a esta “crise da base” referem-se a um quadro de fragilização do sindicalismo e carência em termos quantitativos de lideranças nos sindicatos, associações, cooperativas nos municípios, e do MPST, enquanto representação regional; bem como uma certa carência de formação para gerenciamento dos recursos financeiros nestas organizações sociais e, sobretudo, a demanda de um perfil mais profissionalizado destas lideranças.

Há uma necessidade de rediscutir uma nova estrutura sindical, pois há crise nacional do sindicalismo [...] os pontos a serem trabalhados com mais detalhes são: **avaliar as organizações sindicais, se elas estão cumprindo o seu papel de categoria (se constatou que há muitos sindicatos que estão cumprindo o papel do Estado quando se trata da previdência, mas não consegue tomar nenhuma posição política [...]);** Resgatar a origem do sindicato [...]. **Formação:** Para **militantes de ponta e agricultores (militantes de base), isto engloba: sindicatos, associações cooperativas, técnicos, jovens** (MPST b, 1995, p. 4. Grifos meus).

A auto-avaliação das organizações de que não haviam conseguido “estabelecer uma ação clara de politização, de associativismo, principalmente para as organizações mais recentes [referência às associações criadas para fins de captação de recursos do FNO Especial]” (MPST, 1995b, p. 04), reforçaria a idéia do não conhecimento e reconhecimento mútuos, neste caso entre agentes das comunidades vicinais e os atores sociais representativos da ação coletiva, principalmente no âmbito regional, tal era o contexto de *autoridades institucionais fixas*, próprias da estrutura racionalizada (WEBER, 1991, Vol. I), constituídas pela complexificação das relações. Por se tratar de “organizações mais recentes” (criadas a partir do FNO Especial), é possível que estas não compartilhassem do *capital simbólico* e *capital social* correlatos a um certo pertencimento social construído na trajetória coletiva das organizações, e que se configurassem como ações oportunistas de grupos, o que parece se traduzir no “não estabelecimento de uma ação de politização do associativismo”.

Avaliação realizada por estudos acerca das repercussões das políticas de crédito agrícola apontam também uma possível quebra dos laços tradicionais de solidariedade comunitárias, principalmente pela criação de associações contrárias aos sindicatos (PADILHA, 2007). Peixoto (2002) sugere igualmente uma leitura de desarticulação e descrédito do sindicalismo:

Crescimento desequilibrado da criação de associações e cooperativas para conseguirem o financiamento [...] a falta de discussão das próprias organizações sobre uma política de crédito para a região, ocasionou, em alguns casos, uma perda do controle da situação e uma **certa abertura para a corrupção em diferentes níveis [...]** a criação desenfreada de organizações em função da chegada do FNO na mesorregião (para terem acesso ao financiamento) é **outro problema que desarticula os movimentos sociais já existentes**. Estes enfrentam problemas com certas **lideranças oportunistas** muitas vezes com objetivos políticos e eleitorais (p. 41-2. Grifos meus).

Afigura-se assim nesta *conjuntura* uma crise de legitimidade do MPST junto aos agentes nos municípios, bem como uma possível não identificação dos agentes com as organizações em virtude do distanciamento desencadeado pela estrutura rotinizada

racionalmente, cujas relações passavam a pautar-se em *racionalidade orientada a fins*. A ordem de relações tendia à forma *associativa*, fragilizando a ordem de relações *comunitárias* e a *racionalidade orientada por valores*, que se tinha de forma mais presente na sociabilidade e estrutura de legitimidade *comunitária*.

Por sociabilidade e estrutura de legitimidade *comunitária*, aponto as características típicas da *comunidade de vizinhança*, a que Weber (1991, Vol I, p. 248) faz referência, tais como a ação comunitária que vai além da comunidade doméstica individual. Aqui se inclui a ajuda da vizinhança que se constitui pela proximidade espacial, situação comum de interesses e ajuda mútua, com o estabelecimento de uma certa ordem capaz de regular os comportamentos. Para Weber, esta forma de sociabilidade é o fundamento da “comuna”, ou seja, um tipo de formação social que se mantém pela “[...] relação com uma ação comunitária política que abrange uma pluralidade de vizinhos” (Idem, p. 249). Na Transamazônica, principalmente nas décadas de 1970 e 1980, as formas de sociabilidade nas vicinias e a estrutura de legitimidade das organizações dos agricultores em muito se assemelham a estas características, sobretudo quando se considera o *capital social* e *político* construído a partir dos espaços eclesiais e sindicais.

Um aspecto que potencialmente se coaduna com as implicações da *rotinização racional* a partir da década de 1990 e se manifesta na sociabilidade dos agricultores diz respeito ao fato de que, em geral, a gradativa organização dos primeiros lotes e dos novos assentamentos (principalmente a partir da década de 1990), bem como a diminuição da ação eclesial com um certo conteúdo messiânico, fazem com que o associacionismo e o sindicalismo (base do movimento social camponês) vão perdendo seu poder de mobilização, assumindo em geral uma forma burocratizada que se traduz numa relação entre dirigentes e dirigidos em que os primeiros assumem o papel de patrões, e os segundos passam a pleitear apenas os benefícios (materiais, financeiros ou de prestígio social) diretos que a relação pode possibilitar. Percebe-se o gradativo enfraquecimento da sociabilidade, cuja referência está ligada à coletividade e à comunidade – muito intensa durante a mediação mais presente da igreja católica (D’INCAO; ROY, 1995) e, portanto, durante a fase do movimento social, antes da estrutura institucionalizada.

O trecho abaixo da entrevista realizada com o atual padre responsável pelas paróquias de Medicilândia revela muitos dos aspectos apontados acima, sobretudo através das idéias ou categorias de percepção “comunidades fracas” e “participação por interesses como aposentadoria e financiamento”, cuja causa é atribuída à “secularização” – aproximada de transformações culturais como que rotinizadas racionalmente:

Padre: A maioria das **comunidades tão fracas**, nós temos 70 comunidades, é, a **gente chama comunidades né, mas funcionando como comunidade eu contaria 30 né dessas 70**, e a participação, no muito, tem algumas que eu posso passar.... até muito, como tem isso, quase tudo, mais o dia-a-dia da comunidade, um pequeno grupo, então, às vezes só uma família ou uma pessoa

Alcione: E qual é a diferença dessas 30 que o senhor falou que vão bem e o restante das 70 que não vão, qual a diferença?

P.: Onde vai bem há uma diferença grande, lá o povo é mais esclarecido, mais consciente, compreende mais as coisas, né, participa mais dos movimentos, das associações, das entidades, e da ONG. Onde não é, a participação é muito pouco, não é organizado, ou é muito desligado né, muito carente em todos os sentidos.

A: De recursos financeiros também? Uns são mais carentes nesse sentido e aí participam menos?

P.: Sim, sim

A: E a energia elétrica, tem a ver?

P.: Não, eu já acho que não influenciou ainda isso, né, de participação não [...] Não, isso aí é em geral, isso aí é um **secularismo**, né, tudo de vagarzinho, na Europa já faz tempo né, 200 anos; aqui agora que tá chegando, **cada um cuida de si e os outros se viram**, então: “eu não creio mais, eu não...[...] a **participação nas reuniões das entidades também, e quando vem, vem se houver um interesse**, se tratar de **aposentadoria, se tratar de financiamento**, aí é claro, né, mas no dia-a-dia se conta com pouca gente, bom, é o mundo né, hoje oferece mais muitas possibilidades.

Neste quadro, faz sentido ainda pensar na ‘crise da base’, enquanto a crise que advém da ‘base’ organizativa ou política dos atores sociais da agricultura familiar se olharmos para constatações empíricas e de estudos já realizados acerca das organizações rurais, nos quais se observa que o fundamento de articulação e mobilização das mesmas é a base familiar ou comunitária (MEDEIROS, 1989). Portanto, apresenta-se ameaçada tal base pelo *desânimo* e *desinteresse* dos jovens e o conseqüente esvaziamento das comunidades vicinais pela saída das famílias.

Neste contexto, as expectativas de permanência no campo, que desenharam os contornos da visibilidade dos *jovens agricultores*, se mesclam com este problema social de esvaziamento das comunidades vicinais, principalmente dos colonos pioneiros, e do avanço da pecuária, ameaçador das formas *comunitárias* e coletivas de sociabilidade, portanto, em muito, fonte de fragilização da ‘base’ das organizações sociais do campo:

Para a igreja, para as comunidades, isso [referindo-se à CFR] ia ser um retorno muito grande, **porque os jovens iam ficar na comunidade, ele vai se estabilizar como colono, então não há o perigo dos colonos saírem dos seus lotes [...]** de maneira que ele pudesse não só viver para trabalhar, mas também usufruir de seu trabalho, e aí a igreja deu muito, muito valor pra isso, **porque firmava as comunidades no interior pra não esvaziar, porque senão sairia um e outro e aí entrariam os grandes latifundiários, então as comunidades iam desaparecer [...]** (Religiosa Católica).

Para tanto uma mediação que articulasse as famílias e as fizesse permanecer nas vicinais participando da vida comunitária, base das organizações sociais do campo e, por outro lado, as exigências de conhecimento formal e técnico voltados à agricultura sustentável apresentavam-se como demandas de um tipo de relações e de legitimidade *societária*, próprias de uma conjuntura rotinizada racionalmente. Esboçar-se-iam, moldadas nestes elementos, a visibilidade dos *jovens rurais* ou *jovens agricultores* e uma das esperanças em torno deles quanto a ocuparem a condição de *lideranças* na ação coletiva e na ação pública. Para tanto, um espaço de formação que catalisasse esta expectativa e que ao mesmo tempo equilibrasse as formas *comunitárias* e *societárias* de socialização e estrutura de legitimidade das futuras lideranças se tornava condição para reproduzir o campesinato com estes elementos. A Casa Familiar Rural articulava o *campo familiar*, o *campo político*, o *campo religioso* e o *campo escolar*. Muitas avaliações deste momento apontam elementos desta natureza:

A gente até brincava assim, se a gente não conseguir formar muita coisa, mas pelo menos cidadão que tenha consciência da vida em que está inserido a gente tem obrigação de ajudar a formar. Então acho que a **Casa cumpre muito o papel político também de formação de liderança, essa não é o centro, mas acabou sendo** muito isso, **acabou mesmo um espaço de dirigentes muito forte** (Liderança Regional 2/FVPP).

Tinha a Igreja Católica, trabalhava muito esse incentivo da fixação na terra pra ninguém vender o lote porque ali era o espaço pra criar a **família, e criou toda uma perspectiva no jovem de que aqui** [na CFR] ele ia **adquirir conhecimentos técnicos** e ia **favorecer mais o trabalho do dia-a-dia, ele ia tá gerenciando a propriedade**, adquirir uma série de conhecimento que ia ajudar o pai, a família (Liderança Local/STR).

1.2 O técnico agrícola e o dirigente: significados da categoria social *jovens agricultores*

Do contexto abordado se depreende que a ‘crise da formação’ se projeta, portanto, em dois níveis: um político (ou das organizações sindicais e comunitário-religiosas) e outro técnico (ou das propriedades agrícolas das famílias e seu sistema de produção). Em ambos os espaços o conhecimento escolar e profissional em agricultura se impõe como meio para continuidade das práticas e espaço social da condição camponesa. Estes dois aspectos parecem, sobremaneira, desenhar as novas expectativas em torno dos *jovens agricultores*, para o que a CFR se inscreveria como instrumento para prover as demandas desta crise.

Nesta conjuntura, conforme vejo, os *jovens agricultores*, que são representados como alunos da CFR, potencialmente agricultores profissionais – portanto, com *estudo* –, são publicizados, de certa forma vigiados e posicionados, pelos diversos atores e agentes, como

investidos de expectativas para a reprodução social do campesinato a fim de responderem a estes processos políticos e econômicos de diferenciação social. Os indivíduos nomeados *jovens rurais* ou *jovens agricultores* seriam assim aglutinados como uma espécie de categoria social, sobretudo, em função do contexto no qual se inseriu a nomeação. Segundo expressam os discursos acima acerca das expectativas dos agentes posicionados nos diferentes *campos* envolvidos nas organizações rurais, e conforme expõe o projeto pedagógico piloto de implantação da CFR, a categoria social *jovens agricultores* seria equivalente a ser *dirigente* e a ser *agricultor profissional*:

O Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica desde seu surgimento elegeu a educação com uma de suas prioridades. Durante estes cinco (5) anos de existência vem procurando uma forma de ensino que possa ao mesmo tempo proporcionar ao jovem trabalhador rural os **conhecimentos necessários a sua profissionalização enquanto agricultor** [...] (MPST; LAET, 1995, p. 1. Grifos meus).

Na prática, esta categoria social parece estar investida de expectativas para prover as necessidades nos espaços públicos/coletivos e no espaço doméstico (núcleo familiar e comunidade vicinal). Isto é, para responder respectivamente à ‘crise da base’ e à crise dos sistemas de produção’, através da ocupação do lugar social de *dirigentes* e/ou de *agricultor profissional*. Esta última definição é ressignificada entre os agentes (sobretudo os ex-alunos, lideranças locais e famílias) como *técnico agrícola*.

Dirigente é uma expressão comum entre os entrevistados. É usada para definir quem ocupa o lugar de liderança, ou seja, espaços/posição social de coordenação e/ou representação dos agricultores, seja nas organizações comunitário-religiosas, seja nas organizações sindicais. Também é recorrente usarem a expressão *frentista* para falarem deste agente e do lugar social de liderança, principalmente entre os *colonos velhos* ou *pioneiros*.

Cumprir destacar que, no contexto de visibilidade dos *jovens agricultores* na Transamazônica, ser *dirigente* requer também ser o *técnico agrícola* dado o contexto de rotinização racional/*autoridade institucional* das organizações sociais, assim como o *técnico agrícola*, via formação na CFR, estaria investido, em potencial, do lugar de *dirigente*, dado o seu papel de “difusor dos conhecimentos técnicos na família e na comunidade”, como sugerem as expectativas e o projeto pedagógico.

Os atos de nomeação, longe de serem atos desinteressados, tornam visível/público e legítimo o que há de distintivo no grupo, neste caso, dos agricultores camponeses em relação ao “outro” (representado pela pecuarização, êxodo rural, fragilidade do engajamento político e

até certo ponto a não identificação dos jovens com a agricultura) (BOURDIEU, 1990). As nomeações acima tanto representam a negação dos elementos de fato fragilizadores da condição camponesa em seus aspectos sócio-econômicos, quanto representam um processo eminentemente político. Neste caso, também as nomeações são legitimadoras do grupo, por condensar e, potencialmente, fazer incorporar nos *jovens* nominados e classificado *esquemas de percepção e apreciação* do mundo social.

Em sendo as nomeações legítimas e legitimadoras, os *jovens rurais* e, principalmente, os *jovens agricultores* estariam sendo posicionados pelo *capital escolar*⁶⁰, *social* e *cultural* adquiridos na CFR e que incidiriam seja na reprodução das organizações sociais, seja na reprodução da condição camponesa. Em linhas gerais estas seriam as expectativas dos agentes e atores em torno dos *jovens* com diferentes ênfases, próprias dos diversos *campos sociais* de onde estes agentes e atores falam, e que especificariam os conteúdos necessários para a reprodução nos quadros de crise anteriormente expostos.

Os diferentes *campos sociais*, enquanto segmentos do *espaço social*, são dotados de regras próprias de funcionamento que orientam para investimentos em espécies de *capitais* também diversos. Assim, uma síntese possível destes investimentos (por parte dos agentes envolvidos nas organizações sociais) diferenciados e interrelacionados poderia ser condensada nos seguintes pontos: atuação técnica com base na sustentabilidade ambiental (ênfata pelo *campo científico-acadêmico*/LAET-UFGA, gradativamente incorporada pelo *campo político*); permanência nas vicinais, pautada em uma sociabilidade *comunitária* (expectativa sobretudo do *campo religioso*/Igreja Católica); participação nas organizações sociais e atuação como *dirigente* (ênfase, principalmente, do *campo político*/STR, MPST, FETAGRI).

No capítulo seguinte são abordadas, sobretudo, as relações entre os *campos* político e científico-acadêmico que configuraram a trajetória da CFR na ação coletiva, e nesta, as finalidades sociais desta escola, bem como sua dinâmica pedagógica.

⁶⁰ Capital escolar diz respeito a um tipo de capital cultural em estado institucionalizado, e é garantia de propriedades inteiramente originais, dado o reconhecimento institucional conferido pelo certificado escolar (BOURDIEU, 1998, p.78-9).

Capítulo II – Uma escola para a *formação dos jovens agricultores: trajetória e finalidades sociais da Casa Familiar Rural da Transamazônica*

Os jovens do campo são tornados visíveis em um cenário nacional e regional de publicização da fragilidade da agricultura de base camponesa associada à carência de escolarização e de técnicas agrícolas adequadas à sustentabilidade ambiental e econômica, notadamente a partir da década de 1990. Em Medicilândia, na Transamazônica, os *jovens agricultores* enquanto categoria são investidos da expectativa coletiva de tornarem-se *técnicos agrícolas e/ou dirigentes*, para dar continuidade ao grupo, como agentes construídos socialmente pela antecipação latente de uma espécie de nova geração do campesinato.

Inseparável desta visibilidade esteve/está a ideia ou a finalidade de oferecer um *estudo diferenciado* que viria a se constituir na Casa Familiar Rural, assim também investida de um papel social específico, a saber, formar o *jovem agricultor*. Portanto, esta intervenção socioeducativa funcionaria como estratégia e, como tal, visaria à reprodução do espaço das posições que diferenciam e legitimam o grupo que a instituiu.

2.1-A trajetória constitutiva da CFR na Ação Coletiva

Bom, já a **CFR nasceu já depois** [da “discussão em torno da comercialização, de sindicato, combinação de produto, escoamento... a vida da gente na região...”] **a gente né, com o sindicato e questão de estudar os filhos da gente, a gente começou a pensar** numa coisa, **numa maneira de estudar os filhos, mas ligado à agricultura né. O debate começou assim**, porque sempre era assim, os filhos da gente chegava na idade de estudar, saía e ia pra cidade e nós sempre falava isso: “ – Era bom se a gente conseguisse estudar os filhos da gente mas tivesse uma ligação né com a agricultura, com o lote... e aí foi que teve essa... **surgiu a Casa Familiar Rural** (Pai 2/CFR-4ª Turma).

O processo de construção e “evolução” da proposta CFR na Transamazônica, já amplamente estudado por Ribeiro (2003), é avaliado por esta autora como um processo cuja assunção “orgânica” pelas organizações sociais enquanto “fonte para a construção de demandas voltadas para as ações de desenvolvimento” (p. 159) deu-se de forma gradual. Nem sempre nos projetos coletivos a potencialidade desta prática social teve um lugar nítido, precisamente definido e articulado ao conjunto das ações.

Isto, como evidencia a fala acima, certamente se desenhou devido ao fato de a CFR situar-se em uma *conjuntura* marcada por duas situações econômico-políticas contraditórias: por um lado, assiste-se uma certa trajetória econômica ascendente das famílias de agricultores (sobretudo com a posse da terra e créditos agrícolas, como se verá melhor no 3º capítulo), bem como das formas organizativas que as representam (com a legitimidade política

conquistada no contexto local e regional e com a ampliação das entidades representativas da organização dos agricultores para além do STR); por outro lado, assiste-se uma *conjuntura* de tensão e instabilidade decorrente da confluência da ‘crise dos sistemas de produção’ e da ‘crise da base’, que ameaçavam a legitimidade conquistada (cf. Capítulo 1).

Tal *conjuntura* engendraria transformações significativas nos *esquemas práticos* ou, como define Bourdieu, nos “[...] princípios de classificação, de hierarquização, de divisão que são também princípios de visão [...]” (1990, p. 99) e, por conseguinte, princípios que informam as posições e as ações dos atores e agentes no *jogo social*. Os projetos coletivos, dentre eles a CFR, originados dos esforços dos atores sociais para prover condições objetivas favoráveis à reprodução da condição camponesa, comumente definidos como “projetos de desenvolvimento regional”, condensariam e de certa forma codificariam as características, fragilidades, ambigüidades e as projeções desta reprodução.

É possível identificar que na trajetória de constituição do lugar da CFR na ação coletiva, estiveram os pares estratégicos de financiamento e/ou de cooperação técnica e acadêmica, com os quais as organizações representativas do campesinato na Transamazônica vêm interagindo.

A educação na trajetória coletiva da condição camponesa territorializada na Transamazônica sempre se configurou como uma necessidade, seja pelo seu caráter de valor universal, seja pelas inexistentes, quando muito, precárias e insuficientes condições para prover as demandas de escolarização no campo. Mas, mesmo sendo assumida como um problema social, notadamente desde o primeiro Plano de Desenvolvimento Global (PGDT) – muito sob a influência do “Grupo dos Professores” (RIBEIRO, 2003), que posteriormente constituiu o SINTEPP –, a educação entrava como ‘bandeira de luta’ de forma genérica. As reivindicações postas no Projeto Emergencial de Educação para a Transamazônica, construído a partir do PGDT, dão conta do quadro de precariedade do ensino público local:

Muitas escolas foram construídas pela comunidade ou com a participação dela, mesmo assim o número de escolas é insuficiente para garantir o acesso à escola, além disso, 70% das escolas construídas funcionam sem as mínimas condições ou em condições precárias. Cerca de 30% das escolas estão desativadas ou funcionando em péssimas condições, por falta de recursos humanos, equipamentos e material de consumo e permanente [...] 40% dos educadores não possuem o 1º grau completo. Aproximadamente mil professores esperam por um curso de magistério a nível de 2º grau e somente 3% concluiu o curso superior (MPST, 1991 c, pp. 5-6).

A partir de meados da década de 1990, conforme mencionado, é que se caracteriza a proposição da CFR como uma forma escolar específica e com investimentos sociais distintos.

De fato, a partir da pesquisa-diagnóstico realizada em 1993 pelo LAET e MPST acerca do “Futuro dos Jovens do campo da Transamazônica”, iniciaram-se as ações para implantar a CFR, em um contexto que denota duas ordens de intenções, a saber:

(a) Por um lado, concretizar as discussões/preocupações das famílias e representantes das organizações sociais iniciadas no ciclo da Regionalização das Ações acerca de “estudar os filhos da gente” em um tipo de *estudo diferenciado*, ou seja, “ligado à agricultura”. Debate então mobilizado pelo ‘grupo dos professores’:

Na época nem era o SINTEPP, que nem existia, nem existia essas organizações, existia uma organização em cada município de professores, claro que eles recebiam uma influência da CUT, do CNTE, dessas coisas assim mais nacionais, também vinham a igreja católica, então a presença dos professores, dos pais, assim muito empenhados nesse debate mais da educação, eles trouxeram esse debate... esse outro lado do debate, o do conteúdo, do porque aprender, mas aprender pra que, então eles trouxeram isso muito forte pra dentro do movimento e com isso ajudou os agricultores e todos nós na época a refletir sobre o que que a escola ensinava pros filhos e aí começou a descobrir todas aquelas histórias que não eram só nós que estavam descobrindo, mas era o mundo da década de 90 (Liderança Regional 2/FVPP).

(b) Por outro lado, buscar por meio da CFR (além de outras ações) intervir nos quadros de crises que se tornavam visíveis ao debate coletivo. Junto a isto, estava a possibilidade de, por meio da CFR, também concretizar e, em muito, articular os interesses do MPST com o novo par estratégico, o LAET.

Dentre os interesses do LAET estava a adequação dos programas desenvolvidos na parceria PAET à região, visando a construir tecnologias alternativas, quer seja pelas exigências do órgão financiador, a Comunidade Econômica Europeia e seus objetivos de desenvolvimento ecologicamente sustentável, quer seja pelas necessidades objetivas de intensificação da produção agrícola nos lotes, a fim de conter o quadro de ‘pecuarização’ e os efeitos desta para o desflorestamento e avanço da fronteira agrícola.

Do ‘lado’ do MPST, ou mais amplamente, das organizações sociais do campo, emergia a necessidade de afirmação ou fortalecimento da agricultura familiar, frente ao quadro da ‘pecuarização’ e ao quadro, no âmbito local, de descrédito ou enfraquecimento do poder político e de desarticulação do sindicalismo. No âmbito regional, havia a estratégia de afirmação política de lideranças no legislativo e executivo, o que ampliava as possibilidades de atuação/intervenção da ação coletiva na Transamazônica, logo, a sua legitimidade em âmbito regional/nacional.

Em julho de 1994, um seminário foi realizado no Campus da UFPA em Altamira, com a participação de representantes das organizações sociais e de alunos/as do curso de

Pedagogia. A finalidade era fazer a primeira apresentação da proposta pedagógica da CFR na região. Esta apresentação foi feita por um assessor da Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil (ARCAFAR Sul), por conta das bem sucedidas experiências de formação por Alternância nesta região desde 1989, mais precisamente na cidade de Barracão (Paraná), de onde se difundiu a proposta para outras cidades deste estado. Ao que indicam as entrevistas, os documentos e bibliografias disponíveis, este seminário teve como agentes propositivos os/as pesquisadores/as do LAET e como agentes articuladores lideranças políticas da Secretaria de Formação da FVPP. A partir desta discussão inicial “[...] o MPST deu impulso determinante e foi o carro-chefe no projeto de implantação das Casas Familiares Rurais na região [...]” (SABLAYROLLES; ROCHA, 2003, p. 31).

Como já amplamente explorado e publicado⁶¹, as CFRs originaram-se na França em 1935, a partir da ação dos sindicatos de agricultores familiares e da ação da Igreja Católica visando a oferecer uma “educação alternativa aos jovens então desinteressados da educação formal”. Desde então, as CFRs têm como forma ou metodologia a Pedagogia da Alternância, na qual os tempos de estudo e convivência na escola e na família/comunidade são alternados e interrelacionados. A forma organizativa das CFRs, em geral, apresenta enquanto referência sócio-pedagógica as organizações sociais e as famílias de agricultores representados na figura jurídica da Associação de Pais, sendo que a participação das famílias nesta associação é uma exigência para os filhos estudarem nas CFRs.

Na Transamazônica, a partir de 1993, os diálogos entre aqueles atores sociais e famílias e suas expectativas/interesses em interação na “estrutura de relações objetivas” confluem para a constituição do projeto piloto da CFR (assinado pelo MPST e LAET) e, sobremaneira, constroem as suas características. Nesta *conjuntura*, convém pensar as fontes de influência ou os porquês de esta forma escolar (fundada na Pedagogia da Alternância), e não outra, ter sido incorporada na região.

No contexto nacional e regional, foi na década de 1980⁶² e início de 1990 que se deu a disseminação de uma ampla variedade de experiências educativas referendadas na proposta francesa da Pedagogia da Alternância. No sudeste do Pará, por exemplo, a Escola Família Agrícola (EFA) já estava em funcionamento, com um arranjo institucional que envolvia o

⁶¹ Além dos documentos das organizações sociais, há, no meio acadêmico, importantes trabalhos que registram e analisam a origem das CFRs na França e no Brasil, a exemplo da tese de doutorado de Neila Reis Correia dos Santos (2006). Hoje, há centenas de CFRs na França e outros países da Europa, bem como na África e América Latina. Como já há diversas sistematizações da história das CFRs, de forma a contemplar as suas características e princípios pedagógicos, não irei me deter neste aspecto, neste trabalho.

⁶² Ainda que a disseminação tenha se dado a partir da década de 1980, no Brasil, a primeira experiência se deu bem antes, em 1968 em Pernambuco na cidade de Rio das Almas (MPST; LAET, 1995, p. 4).

Centro Agro-ambiental do Tocantins/CAT (presente em Marabá desde a década de 1980) e o Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins (LASAT), criado em 1991, com o objetivo de fazer a integração entre pesquisa-desenvolvimento e a formação de profissionais em ciências agrárias. Arranjo institucional que serviu de inspiração e orientação para a parceria PAET e, certamente, para a discussão da Pedagogia da Alternância, na Transamazônica.

No âmbito local, a equipe do LAET era formada, dentre outros profissionais, por agentes de desenvolvimento agrícola e pesquisadores franceses. Em geral, os agentes locais destacam que “[...] foi o Cristian Castelanet, um pesquisador francês que conhecia a realidade das Casas na França, que falou desta proposta” (Liderança Local 3/CFR), e a partir desta informação inicial a equipe de formação da FVPP entrou em contato com as experiências de CFR do Sul do país para a realização do seminário de 1994, anteriormente mencionado.

Os atores locais destacam ainda o fato de os agentes da CFR na Transamazônica terem sido os pioneiros na inovação metodológica desta forma escolar na região norte do Brasil. Não obstante esta possível construção discursiva, em geral útil e necessária na ‘barganha’ de reconhecimento político para consecução de recursos, inclusive financeiros, a história factual demonstra que no contexto regional (estado do Pará) havia uma movimentação desde o início da década de 1990, por parte de diversas entidades políticas e acadêmicas envolvidas em ações de desenvolvimento da agricultura familiar articuladas a entidades nacionais representativas das experiências em Pedagogia da Alternância, como a União Nacional de Escolas Famílias Agrícolas (UNEFAB) e a Associação Regional de Casas Familiares Rurais (ARCAFAR Norte e Sul) (SILVA, 2003).

Com o seminário de apresentação da proposta CFR em Altamira, deu-se início, a partir de setembro de 1994, ao processo de sua divulgação nos municípios por meio de reuniões com as famílias nas vicinais e lideranças dos STRs, de articulações com as prefeituras e órgãos de assistência técnica, a fim de publicizá-la e constituir o arranjo institucional necessário para o funcionamento da escola (ARAUJO, 2002; RIBEIRO, 2003).

Foram realizadas reuniões de divulgação em sessenta e duas⁶³ comunidades vicinais. Ao que indicam as entrevistas, estes foram momentos significativos de debates acerca do papel da escola no campo e de problematização do caráter urbanizador das práticas escolares tradicionais:

Que você ensinava os filhos que a roça era o único lugar onde eles não podiam ficar; os livros... e aí a gente fazia reuniões onde os livros eram mostrados pros agricultores, aonde não tinha nada da roça; as figuras, se vocês for pegar aquelas cartilhas mais antigas você vai ver que elas faziam alusão à zona rural de uma

⁶³ Segundo Ribeiro (2003), foram realizadas cerca de 80 reuniões, naquelas 62 comunidades.

maneira muito bucólica, uma coisa assim... enfeitada, saudosa [...] então isso foi ajudando esse debate tal e tal e a grande pergunta era assim: você quer que seu filho estude pra que? Pra ir embora ou pra ficar? (Liderança regional 2/FVPP).

Neste período, foi formada a equipe de monitores, que, juntamente com o presidente eleito da associação – um agricultor liderança comunitária –, fez a primeira visita à CFR de Quilombo-SC (Junho de 1995). Em março de 1995, foi realizada a Pesquisa Participativa⁶⁴ com as famílias e a partir desta a definição dos Temas Geradores e das Atividades Pedagógicas. Logo em seguida, o início das aulas - em novembro deste ano.

O arranjo institucional de parcerias para funcionamento da CFR de Medicilândia se deu via Convênio de Cooperação Técnico-científica com as seguintes instituições: CEPLAC, SEDUC, SAGRI e EMATER, com o apoio e assessoria do LAET e UFPA/*Campus* de Altamira, sendo que a FETAGRI, enquanto entidade representativa dos agricultores familiares em nível regional, esteve à frente da apresentação da demanda e efetivação de convênios (RIBEIRO, 2003, p. 49- 50; CFR/MEDICILÂNDIA, 1995). Além destes parceiros permanentes, a prefeitura municipal posteriormente compôs esta parceria, comprometendo-se com auxílios para a alimentação, dentre algumas outras despesas eventuais; não raras, porém, foram as omissões da prefeitura nestes compromissos. A alimentação durante o período de aulas, de fato, ficava assegurada pela contribuição dos pais, que a cada alternância na CFR doavam partes da produção familiar; as sacas de alimentos sempre foram trazidas com dificuldades devido à falta de automóveis para o transporte e às más condições das estradas, principalmente no período chuvoso. Além disto, a participação das famílias foi fundamental na criação das condições minimamente adequadas para funcionamento interno na CFR através de serviços (limpeza, cuidados com a organização e disciplina das turmas, preparação de alimentos, etc.) realizados pelos pais e alunos em parceria com os monitores.

Ao que indicam as entrevistas, a contribuição da CEPLAC⁶⁵ foi fundamental, sobretudo na doação da área e do antigo prédio de madeira, improvisado durante muito tempo pelos agentes da CFR como sala de aula e até hoje como dormitório. Além desta infraestrutura inicial, a CEPLAC, segundo um ex-presidente da CFR, também mediou a consecução de recursos junto ao Ministério da Agricultura para construir o prédio atual (de alvenaria e bem estruturado). Fora isto, em termos de infra-estrutura para a realização das

⁶⁴ Estas etapas elencadas são definidas pelo manual das CFRs como exigência para implantação e funcionamento destas escolas.

⁶⁵ Adiante neste texto, ao longo da abordagem acerca das finalidades e vivência didática da proposta sócio-pedagógica da CFR, se verá que a contribuição da CEPLAC, assim como da EMATER e EMBRAPA, dentre outras entidades, foi de suma importância para a orientação técnica agropecuária das atividades, seja na sala de aula, seja nas vicinais.

atividades pedagógicas, a equipe da escola contava com um automóvel cedido pela CEPLAC e uma motocicleta doada pelo LAET. Ainda no âmbito do funcionamento interno das ações sócio-pedagógicas na CFR e nas vicinais, a equipe do LAET teria sido também fundamental no apoio e desenvolvimento das atividades de orientação técnica, sobretudo com fundamentos agroecológicos, junto aos monitores, alunos e às famílias, como se verá adiante.

A remuneração dos monitores era garantida por recursos captados junto à ICCO, entidade de co-financiamento ligada ao governo Holandês que visa principalmente ao desenvolvimento de trabalhos em prol da redução sustentável da pobreza. Também consta nos documentos a contribuição da entidade alemã Pão Para o Mundo, que financiou por dois anos o pagamento de um técnico agrícola.

Em 1996, foi criada a Associação Regional de Casas Familiares Rurais (ARCAFAR-Norte e Nordeste), durante reunião em Altamira, a partir da articulação de importantes lideranças da Transamazônica, em intensa mobilização com agentes de CFRs de vários estados do Norte e do Nordeste, como o Maranhão. Nesse processo, destaca-se uma liderança regional, coordenador, à época, da secretaria de formação da FVPP, e uma liderança local de Medicilândia que entre 1996 e 2004 assumiu a coordenação da ARCAFAR. Ainda em 1996, a ARCAFAR passou a compor o arranjo institucional da CFR. Importa destacar que esta liderança local assumiu a gestão⁶⁶ da Associação de Pais da CFR (logo, da gestão desta escola) desde o início da primeira turma (novembro de 1995) até outubro de 2002, reassumindo esta gestão posteriormente, em julho de 2004. Em março de 2005, aquela liderança local foi substituída por sua esposa, também liderança comunitária, a qual permaneceu na gestão até julho de 2008. Atualmente esta gestão é assumida por um ex-aluno da 4ª turma da CFR.

Segundo a liderança que assumiu a gestão da CFR e da ARCAFAR, foram implantadas, no período de 1996 a 2004, dezoito CFRs no Norte e Nordeste, diversos contatos foram feitos com organizações nacionais e internacionais, o que teria possibilitado alguns convênios firmados com os Ministérios da Educação e da Agricultura e com a Embaixada da França no Brasil. Com recursos deste convênio, entre 2004 e 2005, foram realizadas viagens de lideranças, alunos e monitores para outras CFRs no Brasil e na França. Naquele período se conseguiu ainda um curso para formação de monitores de CFRs das regiões Norte e Nordeste.

⁶⁶ De acordo com o regimento da CFR, a substituição de gestões é feita por meio de eleição promovida pelo conjunto dos membros da Associação de Pais. Na prática, segundo os entrevistados, chegava-se a cogitar possíveis candidatos de tendências mais ou menos díspares dentro do STR e Partido dos Trabalhadores; porém, não se chegava a formar chapas concorrentes e nem a realizar eleição propriamente dita - um consenso era estabelecido no jogo de forças entre estes agentes/famílias.

Em muitas ocasiões, agentes franceses mediavam estes momentos de formação continuada e intercâmbio dos monitores e alunos.

Desta forma, o que se observa é que um conjunto de forças políticas concentradas no município de Medicilândia funcionou como fator de atração para que a experiência piloto⁶⁷ aí se efetivasse. Dentre os fatores que compõem esse conjunto, destacam-se: (a) a presença ativa de uma importante liderança do MPST eleita para a Câmara de Vereadores pelo Partido dos Trabalhadores que, à época da implantação da CFR, foi uma das referências junto às famílias na divulgação da proposta da escola, e a partir do primeiro encontro, em julho de 1994, teria organizado uma equipe com representantes do STR e lideranças eclesiais para implantação da CFR, incluindo a motivação das famílias para constituir a associação de pais; (b) a existência de organizações sociais originadas desde a década de 1970, cujas lideranças já estavam bem consolidadas; (c) o fato de que lideranças representativas deste município, formadas nos espaços coletivos eclesiais e sindicais, que exerciam o cargo de coordenação na FVPP, dentre outros, se lançaram como candidatos em pleitos eleitorais para deputados estadual e federal.

Além destes fatores políticos, Medicilândia destaca-se pelos solos de terra roxa, considerados os melhores da Transamazônica para a agricultura familiar, configurando este município como um dos pólos centrais do Projeto de Colonização, destinado preferencialmente aos cultivos permanentes (cacau, café, pimenta-do-reino e cana-de-açúcar), e aos cultivos anuais que compõem os produtos de subsistência alimentar (cf. Ribeiro 2003). A este aspecto também se pode acrescentar o fato de este município, além de outros que constituem o lado oeste da Transamazônica, ter sido contemplado primeiramente e com maior número de créditos agrícolas para plantações permanentes; além de ter sido, em período mais recente, um dos primeiros a receber o FNO Especial. Fatores que caracterizam Medicilândia (além de Uruará) como um dos mais capitalizados da região. Por outro lado, são fatores que agravam o desgaste dos solos, a complexificação da produção nos estabelecimentos agrícolas, pois há, certamente, um maior número de pragas nas plantações, uma maior necessidade de comercialização, dentre outros. A fala abaixo ilustra esta motivação do ponto de vista econômico para se implantar a CFR:

Com a vinda dos créditos, financiamentos do FNO, PROCERA.... **as lideranças se preocuparam em ver esta questão de desenvolvimento mesmo, desempenho da agricultura**, aí houve o pensamento de ver como funcionava a CFR no Sul; a idéia de CFR na Transamazônica começou em Medicilândia e aí os outros municípios foi

⁶⁷ No mesmo ano, estas discussões se realizavam em Medicilândia, Pacajá e Uruará. Devido a fatores de ordem político-organizacional, o projeto piloto da CFR foi implantado em Medicilândia, de modo que somente em 1998 se implanta a CFR em Pacajá e, no ano 2000, em Uruará. Ribeiro (2003) estuda estas diferenças do processo de construção do projeto CFR nos municípios da Transamazônica.

puxando para seus municípios [...] **Houve a preocupação das lideranças, cooperativas... de como utilizar melhor o investimento nas propriedades e que os filhos dos agricultores tivessem se inteirando e descobrindo formas de melhor cultivar, desenvolver os solos [...]** um pouco seria uma interação com os técnicos que eram os professores formadores, para se descobrir a forma de adequação mais regional. (Liderança local/STR).

Duas questões importantes, definidoras das especificidades da CFR, chamam atenção na fala acima. A primeira diz respeito ao papel dos professores formadores ou monitores, a quem foi atribuído o papel de mediadores ou de extensionistas rurais, através do acompanhamento das formas produtivas das famílias, trazendo-as para o conjunto dos conteúdos escolares, em um processo pedagógico no qual pais, filhos e monitores aprendessem tanto sobre as práticas agrícolas tradicionais, quanto sobre as inovações possíveis advindas do *campo acadêmico*. A segunda questão diz respeito à forte motivação ou justificativa de ordem econômica e/ou técnica para a implantação da CFR, seja pelas necessidades factuais, sentidas no nível local pelos agentes, seja pela necessidade de justificar a captação de recursos da ação pública governamental e não governamental.

Esta mediação entre escola e famílias, através da CFR, se daria por meio da alternância entre o *tempo-comunidade* e o *tempo-escola* via temas geradores nas aulas e nas visitas de campo, visando-se à difusão de conhecimentos técnicos ao melhoramento da produção nos lotes pelo enfrentamento de problemas, cuja resolução fugia à experiência técnica dos agricultores:

A gente trazia os temas do nosso lote lá, a gente trazia **os problemas que a gente tinha lá e aí quando chegava lá na sala os nossos professores** que era o técnico agrícola e a Maristela [...] aí eles **tentavam mostrar formas pra gente solucionar aquele problema**. [...] Tinha muita visita no tempo-comunidade, que a gente chama, que era o período que a gente tava lá, **normalmente tinha visita deles**. Muita aula prática também. **Várias vezes a gente teve aula prática**, por exemplo, alguma coisa que a gente aprendia lá na escola, quando chegava lá na nossa comunidade, lá o dia que eles fosse fazer visita, **a gente reunia e demonstrava lá na prática o que agente tinha aprendido lá** [...] uma das coisas que eu lembro bem foi como a gente fazia **composto orgânico**, foi uma das coisas que **a gente demonstrou na nossa comunidade** lá [...]. Ia bastante gente, porque lá no 115, era seis, cinco famílias [referência ao número de famílias com filhos na CFR] **envolvidas era muito gente que era envolvida e a vizinhança toda da gente**. Quando ia ter essas demonstração lá, a gente avisava a comunidade e eles participavam bem [...]. Na igreja, **o meio que a gente mais usava era a Igreja**, o encontro lá na igreja, **na hora dos avisos, avisava que ia ter reunião, ia ter visita**. (Ex-aluno 3/CFR - 1º Turma. 33 anos).

A esta justificativa econômica, chama atenção a expectativa de formação política de lideranças na CFR, que inclusive toma maior espaço na ordem das motivações e expectativas. Na avaliação da liderança regional 2/FVPP já explicitada no capítulo 1, isto parece ficar claro quando a mesma afirma que a “CFR cumpre muito um papel político de formar liderança”,

“[...] essa não é o centro, mas acabou sendo muito isso, acabou mesmo um espaço de dirigentes muito forte [...]”.

Uma das explicações para a configuração deste lugar de formação política na CFR diz respeito à rede de relações que a constitui, principalmente em sua implantação.

No *campo familiar*, isto teria se dado devido à relação direta de envolvimento das famílias dos *colonos velhos* ou *pioneiros* na implantação da CFR, as quais haviam sido também as fundadoras das Delegacias Sindicais, do STR, dos Grupos de Jovens, das primeiras associações de produtores rurais, enfim, dos espaços coletivos de organização do campesinato em Medicilândia. Este fato também se revela nos discursos dos pais e dos alunos da CFR, como uma espécie de “sentimento de nós” e/ou de um coletivismo expresso em falas como **“O povo que entrou na CFR que começou ali foi o povo do sindicato, o povo da cooperativa, da igreja, do movimento, na 1ª turma, 2ª turma, era uma idéia mais comunitária [...]”** (Pai 3/ CFR -1ª Turma).

Nos *campos* político, acadêmico/científico e religioso-comunitário, nas avaliações abaixo, o viés de formação política na CFR teria também se constituído por dois fatores: A) a necessária profissionalização que se buscava construir frente à ‘crise da base’, advinda também das más sucedidas experiências de gestão de associações de produtores rurais e dos próprios créditos agrícolas; B) a trajetória de engajamento político dos agentes envolvidos na mesma. Vejamos os depoimentos a seguir:

Ele [o crédito agrícola do FNO] chegou a influenciar por esse fato de gerenciamento. Porque os agricultores não tinham gerenciamento, não sabiam o que iam fazer com aquele dinheiro, tavam ficando endividado né; em 92 começou o fogo do FNO, 95 tava no auge, e aí as cooperativa, os sindicato tavam sendo criado naquela época, tavam virando uma máquina de financiamento. Pra ver que todas as cooperativa nossas faliram, foram todas criada pra financiamento, não foi pro sistema cooperativismo e hoje os sistema cooperativismo de Medicilândia tá falido porque foi criado numa metodologia pra financiar, acabou o financiamento, acabou a cooperativa, acabou a associação, acabou... Então havia sim uma necessidade de gerenciamento, e aí foi que entrou a Casa com o objetivo de estudar, mas também gerenciar o sindicato, gerenciar as nossa cooperativa (Ex-aluno 2/CFR -1ª turma, 37 anos).

[...] nesse projeto [da CFR] dado todas as fragilidades da proposta e dado também o seu apelo simbólico da educação, você acabou arregimentando um conjunto de pessoas muito engajadas politicamente e essas pessoas, elas acabam influenciando fortemente nesse negócio assim: quem é que vai trabalhar na casa de uma pessoa rural, num projeto que não tem ainda reconhecimento, que tem todas as dificuldades? Só são aquelas pessoas que estão envolvidas em alguma estratégia assim política, social de transformação ou aquelas pessoas que também já tinham uma história de envolvimento nisso tudo [...] e acabou influenciando muito para que a Casa se tornasse isso também, influenciasse politicamente os jovens, os jovens da Casa [...] bom, pensou-se uma CFR também para dar continuidade às organizações sociais [...] não só do INCRA, quem vai dar continuidade ao INCRA, quem vai dar continuidade também aos movimentos

sociais?[...]. Então em **Medicilândia você tinha uma influência muito forte da igreja, mas a igreja do Xingu, ligada à Teologia da Libertação**, mas numa corrente muito mais forte que era liderada pelo Bispo, pelo Dom Ervim. Éramos todos seguidores dessa corrente, mais ligada ao Frei Beto, o próprio Leonardo Boff [...] (Liderança Regional 2/FVPP).

Tal como explicita a fala acima, a trajetória de constituição da proposta sócio-pedagógico da CFR contou com o perfil e prática de engajamento político de seus monitores/professores, tendo em vista o lugar institucional desta escola fora da ação pública, ou seja, fora da rede municipal de ensino, e, advindo disto, as dificuldades financeiras e estruturais que geravam um olhar preconceituoso, senão de estranhamento, dos não engajados, expresso em avaliações como “[...] não tinham aquilo como escola do prefeito, e isso a gente foi mostrando com o tempo que era uma escola diferenciada, não deixa de não ter opiniões partidárias, política, formação, mas isso teve barreira [...]” (Ex-aluno 2/CFR - 1ª Turma).

Decerto, como consequência das necessidades econômicas/técnicas das famílias e das organizações locais e deste perfil político da rede de relações envoltas na CFR, os monitores dedicaram-se à proposta da CFR, assumindo-a como um projeto também deles. Os monitores até 2008 atuavam como professores tanto na área técnica do currículo escolar (Agricultura, Zootecnia e Prática de Campo, sendo que dentro destas áreas se estudava temas como solos, cultura do café, bovinocultura, feijão, associativismo, administração e planejamento, organizações sociais⁶⁸...), quanto na área básica, ou seja, os conteúdos das áreas de conhecimento comum, nacionalmente estabelecidos pelo Ministério da Educação.

Estes monitores eram engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas (formação escolar em nível médio) e, de acordo com o Regimento da CFR de Medicilândia, diferente da proposta francesa, estes teriam uma assessoria Técnico-Pedagógica, seja no planejamento escolar, seja nas atividades práticas junto às famílias e alunos nas vicinais. Esta equipe de assessoria Técnico-Pedagógica foi composta por uma professora do curso de Pedagogia da UFPA e por professores da área de Ciências Agrárias ligados a esta universidade e/ou ao LAET. Com diferentes agentes sociais, esta assessoria do LAET permaneceu até por volta de 2007, portanto, mesmo após a finalização da parceria PAET-MPST que se deu em 1999. No conjunto destas ações de assessoria, destacam-se as atividades desenvolvidas sob a coordenação de Mestre Afonso, uma liderança eclesial que atuava junto ao LAET,

⁶⁸ Estes são exemplos de temas de estudo elencados no planejamento de ensino para o 2º ano de formação na CFR. Segundo consta neste documento, estes temas foram escolhidos em assembléia geral da associação realizada em agosto de 1996. Em geral compunham o público das assembléias: os pais, os monitores, lideranças e assessores do LAET/UFPA.

principalmente no acompanhamento de viveiros comunitários de mudas de pimenta-do-reino melhoradas, bem como no incentivo para formar associações de produtores rurais específicas dos ex-alunos.

Cabia também a esta equipe mobilizar outras redes de profissionais de instituições como CEPLAC, EMATER, Fundação Tocaia (que desenvolve ações sócio-culturais), Universidade Estadual do Pará, Secretarias Municipais de agricultura, saúde, educação, a fim de prover demandas de serviços de diversas natureza, inclusive de atuação em sala de aula em temas de estudo e atividades específicas, como artes, atendimento psicológico, etc. A igreja católica contribuía diretamente com o apoio na mobilização e/ou animação das famílias nas vicinais e com a presença de religiosos/as na CFR na condução de palestras, encontros acerca de temáticas ligadas, sobretudo, aos preceitos religiosos e à necessidade de manter-se no campo/junto à família e nas organizações sócio-comunitárias. Falas, como a seguinte, são recorrentes entre os ex-alunos:

[...] o padre que ia todo dia seis horas, ele fazia oração, toda seis horas, oração do pai nosso as seis da manhã. O padre fazia palestras, por exemplo, a gente foi duas vezes pro grupo lá de Altamira, grupo da igreja que participava [...] Geralmente aquilo que todo padre fala, falava muito sobre educação. A gente tem que ter educação pra conviver com a família no meio da sociedade mesmo. Procurar buscar mais a parte da igreja, buscar cada vez mais o conhecimento na igreja, participar mais (Ex-aluno 4/CFR - 5ª Turma. 24 anos).

A falta de professores para lecionar especificamente nas áreas técnica e básica (situação que perdurou até por volta de 2007, portanto até a 5ª turma)⁶⁹, segundo um dos ex-monitores entrevistados (atuante da 2ª à 5ª turma), se devia a três razões: a primeira diz respeito à influência do modelo francês de CFR, o qual demarca a necessidade de os monitores atuarem nas duas áreas visando-se à indissociabilidade entre as mesmas; a segunda razão é a carência, na Transamazônica, de profissionais tanto da área técnica, quanto da base comum (professores formados no magistério e/ou em licenciatura, com perfil para atuar na CFR); a terceira é a carência de recursos financeiros para contratar um número razoável de pessoas, o que na avaliação dos ex-monitores os sobrecarregava de trabalho e os colocava

⁶⁹ Ressalto que o recorte temporal desta pesquisa, conforme sinalizado na introdução, consiste no intervalo entre 1995 até 2007, ou seja, até a conclusão da 5ª turma, que se deu em dezembro de 2007. As transformações na dinâmica e arranjo institucional da CFR a partir de 2007, como será abordado adiante, não se fizeram sentir de forma marcante até esta turma, pois os monitores que lá estavam atuando, em sua maioria, eram os que já trabalhavam desde pelo menos a 2ª turma. As várias oscilações de pagamento de seus serviços provocavam as constantes saídas e entradas destes monitores da escola. Ao que indicam lideranças, monitores e ex-alunos, conforme a necessidade, havia contratação de técnicos agrícolas e agrônomos pela FVPP, para atuar como monitores. Por vezes, estes vinham de outros estados do Brasil ou de outros municípios do Pará. A resolução deste quadro de mudanças constantes de monitores, bem como a melhoria da infra-estrutura da CFR, teriam se dado após a assinatura do convênio entre BNDES e Governo Estadual em maio de 2007.

desafios escolares para além de suas habilidades e/ou área de formação escolar/universitária. Tais fatos levaram a adequações da proposta ao contexto da região, com a introdução do papel do pedagogo na já comentada equipe de assessoria técnico-pedagógica, diferentemente do que preconiza o modelo francês:

[...] a gente tentava dentro do que era possível, **a gente trabalhava com esses jovens a partir da realidade que a gente vivia** lá, mas **não era o pacote da França**, entendeu? [...] mas assim, **a gente tentou e aí o papel da Marizete [professora da UFPA] foi fundamental na proposta**, porque eu era agrônomo, o Ailson é técnico agrícola, então quando eu fui pra proposta eu nunca tinha trabalhado com sistema de educação, eu não tinha formação nenhuma [...] e aí a proposta ela puxava pra discussão da formação, da realidade do agricultor, de você fazer trabalhar com essa realidade, fazer técnicas participativas [...] e aí o pedagogo... [...] **porque na proposta original é o técnico que vai fazer tudo entendeu, ele vai ser o professor de matemática, português, ele vai ser tudo e aí quando a gente foi colocar isso em prática não tinha nem pedagogo lá na proposta deles** [...] (Ex-Monitora 1/CFR).

Com algumas exceções, principalmente a partir da 3ª turma, estes monitores tinham, de fato, uma trajetória de engajamento nas organizações sociais, principalmente a partir das CEBs e Grupos de Jovens na região e/ou em outras. Assim, são recorrentes falas como “[...] o Ailson e a Maristela [...] eles dois foram educados, como diz a história, na mesma cartilha nossa, foi eles que ajudaram a criar o projeto.” (Ex-aluno 2/CFR - 1ª Turma). De modo que o perfil político e a formação adequada às necessidades das famílias parecem ter estendido a dedicação dos monitores com a escola ao compromisso com a orientação escolar, profissional e pessoal dos *jovens*/alunos, bem como à orientação/assistência quanto a técnicas agrícolas junto aos pais. Esta orientação feita pelos monitores/professores muitas vezes também se estendeu à mediação de conflitos entre os filhos e as famílias. Sobre isto são recorrentes avaliações como a do ex-aluno abaixo, considerado um “aluno-problema” dadas a indisciplina na CFR e a “ignorância com os pais”, expressão utilizada pelo monitor citado abaixo para definir a falta de diálogo do ex-aluno em casa:

Pra mim tem um professor que foi pra mim exemplar, o professor Vanderlei. Desde o começo com a gente, sempre ele era um dos caras que a gente chegava assim, a gente sentava eu e ele no quarto, um cara que me dava muito conselho [...]. Assim, o estudo, que era pra eu tentar me dedicar mais. Buscar mais conhecimento e fazer aquilo que eu tinha vontade de fazer. Não ir pela cabeça dos outros (Ex-aluno 4/CFR- 5ª Turma. 24 anos).

Por estes fatores, esta experiência condensou e condensa expectativas também diferenciadas, bem como formas diferenciadas de interação dos atores e dos agentes sociais com as mesmas. Com estas singularidades e “diante de um movimento sindical enfraquecido, bem como de um movimento social de abrangência regional em expansão”, segundo a avaliação de Ribeiro (2003, p. 83), “[...] a CFR representou a face da esperança, alguma coisa

boa que estava nascendo. Esse sentimento estava impregnado nos discursos [...]”. A este respeito é particularmente interessante observar as expectativas e, por consequência, os investimentos depositados pelas famílias na CFR, expressas tanto no trecho de entrevista abaixo realizada por Ribeiro em 09/09/02, quanto na realizada por mim para esta dissertação (2009), respectivamente:

Um dos pais chegou e disse numa conversa bastante reservada de que ele não acreditava mais no sindicato como forma de elemento de organização, mas ele ainda **tinha uma confiança muito grande de que através da CFR as coisas encontrassem o caminho novo e que o sindicato pudesse voltar a encontrar o seu caminho e ser representativo dos agricultores** (Liderança Sindical. RIBEIRO, 2003, p 83. Grifos meus).

Então criou todo aquele entusiasmo e os alunos se esforçaram mesmo, os professores se dedicaram muito também nas aulas, no ensinamento; **trouxeram uma coisa muito boa**, porque **havia todo aquele sonho ainda de avançar na terra, desenvolver [...]** (Liderança Local/STR).

Por outro lado, o contexto político de expansão e afirmação e o perfil organizativo ‘rotinizado’ do MPST que reduzia seu papel de mobilizador e formador político, provocaram algumas ambigüidades, senão indefinições quanto ao lugar da CFR na ação coletiva. É recorrente nos documentos oficiais do MPST, deste período, a avaliação de que o ‘movimento’ precisava “assumir de fato” esta proposta e acompanhá-la, em função também de que prefeituras municipais passavam a tomar para si a implantação da CFR⁷⁰ e a barganhar legitimidade junto às populações rurais, dado o reconhecimento construído pelas necessidades objetivas de escolarização e pelo *capital social* das CFRs. Isto fica expresso no excerto abaixo do relatório do “1º Encontro de Planejamento de 1995”, realizado nos dias 8 e 9 de fevereiro deste ano:

Teremos que discutir o papel do MPST dentro deste projeto [das CFRs], já que até agora ele não foi nem discutido dentro da executiva do MPST. Se o MPST assumir este projeto caberá a este: a articulação e divulgação; buscar a parceria de sustentação e dar o direcionamento político (pois no Uruará já está se implantando um projeto de escolas agrícolas do prefeito que já está buscando apoio junto ao Governo) (MPST, 1995 b, p 4).

Algumas omissões na proposta pedagógica do Projeto Piloto da CFR de Medicilândia seriam expressões desta indefinição do seu lugar no ‘projeto de desenvolvimento’ construído pelos atores sociais, a exemplo do processo de ‘ambientalização’ que, apesar de não estar incorporado, até 1995, às finalidades da CFR, já se desenhava como característica de um projeto de desenvolvimento regional, sobretudo em função da parceria entre LAET e MPST, bem como dos projetos experimentais em

⁷⁰ Tratava-se da experiência de CFR de Uruará que estava em discussão e a prefeitura local estava tomando pra si a idéia sócio-pedagógica e o processo de implantação.

agroecologia realizados com recursos do Ministério do Meio Ambiente. Isto teria se dado devido à incompatibilidade de interesses do MPST, que neste momento, apesar de assumir a preocupação ecológica como parte de seus discursos, resistia em assumir as “demandas ambientais” apresentadas pelos diagnósticos do LAET. Tais demandas implicavam substituir o foco de interesses da ação coletiva, que estava marcado pelas possibilidades políticas e objetivas do FNO Especial, de manter as famílias no campo.

Na prática, porém, a condução da proposta pedagógica da CFR neste momento teria ficado a cargo de lideranças específicas do MPST e do STR, e a cargo do LAET/UFPA, que auxiliava, sobretudo, na construção dos Planos de Formação⁷¹ a partir da Pesquisa Participante com os alunos e famílias, bem como na construção das Fichas Pedagógicas, as quais necessitam conhecimentos técnicos específicos.

Se, por um lado, os efeitos da ‘rotinização’ na ação coletiva impunham a CFR como necessidade para formação técnica e política junto de outras experiências como oficinas e cursos para lideranças e agricultores, por outro lado, a ‘rotinização’ apresentava-se nas organizações sociais de ‘base’ como um dos fatores que, sobremaneira, contribuiu para o lugar indefinido ou para o não investimento de ações na condução desta experiência, sobretudo em Uruará e Medicilândia. No geral, as avaliações dos agentes da ação coletiva apontam como causa desta situação “o problema do gerenciamento da CFR”, que se traduzia na carência de lideranças tanto capacitadas para assumir a função de monitores, quanto liberadas das obrigações de gerenciamento do crédito agrícola, para mobilizar a participação das famílias nas atividades pedagógicas e de gestão da CFR. Isto se evidencia no trecho abaixo do Relatório do Encontro de Planejamento Estratégico do PAET:

Casa Familiar Rural - não conseguiu evitar que os problemas que se tem nas organizações passassem para o conselho da CFR. O conselho além de gerenciar o crédito e outros projetos tem que gerenciar a CFR. Os pais são capazes de elaborar o plano de aula e atividades, eles não estão preparados para elaborar um plano de formação x desenvolver um programa para acompanhar, os monitores acabam administrando as casas. Como acompanhar os pais para ficarem efetivamente elaborando os temas? Como montar o corpo pedagógico para a formação dos pais no local (junto a SEDUC)? [...] (LAET; MPST, 1996, p. 12. Grifos meus).

⁷¹ Planos de Formação são os planejamentos para o período de formação dos jovens na CFR, nos quais se elencam os temas-problemas (ou temas geradores) sugeridos e/ou diagnosticados na pesquisa participante junto às famílias, bem como se elencam os conteúdos escolares a serem trabalhados a partir dos temas. As fichas pedagógicas são resultado de uma pesquisa bibliográfica, a fim de compor um conjunto de informações técnicas acerca dos temas-problemas, histórica e geograficamente situados, para mediar o estudo dos mesmos de forma interdisciplinar.

Ao que apontam os documentos das organizações sociais, o lugar ‘orgânico’ da CFR como parte de um projeto de desenvolvimento regional vem se dando na mesma proporção da ‘ambientalização’ das propostas de intervenção da ação coletiva na agricultura familiar a fim de consolidá-la. De modo que ‘ambientalizar’ as práticas agrícolas implicava construir uma preocupação moral com a natureza, mais precisamente, com os recursos naturais. Isto, objetivamente, passava pelo aprendizado de técnicas agroecológicas que, em geral, não compõem o conjunto de conhecimentos tradicionais dos agricultores, no entanto eram/são imprescindíveis para o cumprimento das exigências legais e das exigências advindas do perfil dos órgãos financiadores.

A partir de 1996, percebe-se um processo de ‘ambientalização’ dos programas de intervenção da ação coletiva, mais precisamente no *campo político* regional em diálogo com transformações no cenário nacional e internacional, o que certamente provocou a reformulação do PGDT neste mesmo ano. Com isto, assiste-se a uma mudança substancial nos objetivos e finalidades deste PGDT de 1996 em relação ao PGDT de 1991. Isto fica visível nas páginas em que se vê o destaque ao “desenvolvimento e à sustentabilidade da pequena produção familiar”; à necessidade de “construir um projeto que compreende mais que buscar linhas de crédito”; à necessidade de “esclarecer ao trabalhador sobre o que é viável plantar, cultivar a terra de maneira que se preserve o meio ambiente e garantindo a sobrevivência na família”; bem como a ênfase na publicização de que o ‘movimento’ está “tornando suas tímidas experiências agroambientais em propostas de desenvolvimento”. Junto a estas propostas, a CFR é anunciada como “projeto destinado aos jovens filhos dos agricultores” (MPST; FVPP, 1996).

Em função da estrutura rotinizada racionalmente e ‘ambientalizada’, apresenta-se no PGDT/1996 a ênfase da “formação” ou “capacitação dos agricultores”, com tripla finalidade: garantir a capacidade das lideranças de gerenciamento das organizações sociais; formar novas lideranças; e garantir a capacidade dos agricultores gerenciarem os estabelecimentos agrícolas. Neste cenário, a CFR afigura-se como instrumento importante para formação, seja em termos capacitação de novas lideranças, seja de difusão de conhecimentos e habilidades juntos aos agricultores – potencialmente capazes de investi-los de *capital cultural* ‘ambientalizado’ e profissionalizado.

Para esta completa ‘ambientalização’ e a conseqüente incorporação da educação, mais precisamente da CFR e suas singularidades sócio-educativas, parecem ter contribuído: (a) no *campo acadêmico/científico*, as pesquisas sobre os impactos do FNO na região, realizadas pelo LAET, com intuito de “confirmar a hipótese de que aquela modalidade de

crédito era ineficaz” (HENCHEN, 2002, p.74), e de atender a interesses deste ator social, junto às exigências já “ambientalizadas” dos órgãos internacionais de financiamento; (b) no campo político, a própria política agrícola do país começava a voltar-se às necessidades da agricultura familiar, marcadamente com recursos do Programa Nacional para a Agricultura Familiar (PRONAF). Esta tendência afirma-se na região, sobretudo na década de 2000, na qual se torna cada vez mais nítido o perfil da ação coletiva tanto voltada à efetivação ou consolidação do desenvolvimento regional ambientalmente sustentável, quanto apresentando órgãos públicos como pares estratégicos.

Por certo, contribuíram para esta ‘ambientalização’ os recursos do PP/G-7 - considerado o maior programa em iniciativas sócio-ambientais no Brasil -, bem como as mudanças recém introduzidas com as políticas territoriais do Estado. Aquino (2009, p. 234) analisa, por exemplo, que as exigências dos financiadores do PP/G-7 quanto à participação da sociedade civil na execução dos projetos aprovados pelo Programa induziram a dinâmica de criação de instituições privadas com fins públicos na Amazônia nos anos de 1990 e de 2000, notadamente com princípios e práticas ecológicas. Inicia-se na Transamazônica, neste contexto, sob a coordenação da FVPP, a denominada fase de experimentação de projetos agroecológicos nos municípios, chamados de Projetos Demonstrativos⁷². Com recursos do MMA e PP/G-7 (liberados principalmente a partir de 1999), esta fase teve como principais ações o Projeto Roça Sem Queimar, as Reservas Comunitárias de Porto de Moz, e o Projeto de Valorização e Conservação das Reservas Florestais Legais, nos lote dos pequenos produtores rurais nos municípios de Pacajá e Medicilândia.

Dentre as finalidades do MPST e FVPP, nesta fase de projetos experimentais, estão a difusão de novas técnicas de uso da terra e dos recursos florestais e a socialização de conhecimentos em torno das questões ambientais e das políticas sociais, a fim de diversificar a produção e escapar dos riscos (já vividos com a ‘pecuarização’) da dependência de um único produto e de suas flutuações de mercado (BRASIL.MMA, 2006).

Seguramente, isto influenciou a mudança em 2000 da nomeação MPST para Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX), o que se afigura como uma forma de colocar-se e/ou manter-se no jogo social, desfrutando e disputando os *capitais* (simbólicos, materiais/financeiros, sociais) que as nomeações legítimas representam. Trata-se, portanto, a ‘Ambientalização’ das práticas sociais dos agentes coletivos, de um processo sócio-político em que as ações e relações dos agentes passariam a ser pautadas pelas

⁷² Consiste em subprograma do Programa Piloto para a proteção das Florestas Tropicais do Brasil, do MMA. Em dez anos de atuação na Amazônia e Mata Atlântica, apoiou cerca de 320 projetos (BRASIL.MMA, 2006).

questões ambientais enquanto preocupação com a natureza e a relação do homem com a mesma⁷³; preocupação esta definida por Lerrère (1997) como o ‘bom uso da natureza’, o qual decorre da construção e/ou ampliação do padrão de preocupação moral com os recursos naturais.

Neste caso, a nomeação legítima e legitimadora MDTX apresenta duas conseqüências da ‘ambientalização’: a) a inclusão do Xingu como espaço de sua atuação, logo, instrumento também de sua visibilidade nacional e internacional; b) a atribuição também de legitimidade ambiental às formas sócio-produtivas da condição camponesa. Estas conseqüências configurariam uma dupla ampliação dos pertencimentos sociais na relação ação coletiva e agentes do campesinato regional, na qual, hoje, para além dos agricultores, tornam-se visíveis para a ação pública e para a ação coletiva, os ribeirinhos, os pescadores artesanais, os indígenas⁷⁴ e outros grupos tradicionais ou considerados povos da floresta.

No âmbito das políticas territoriais do Estado, prevê-se o desenvolvimento de ações a partir de territórios organizados, ou seja, regiões que condensam ações coletivas com formas de envolvimento dos atores e agentes, pautadas no desenvolvimento ambientalmente sustentável, dadas as exigências estabelecidas e/ou acordadas no Zoneamento Ecológico-Econômico⁷⁵, pelo qual se prevê articulação de ações federais e estaduais. As repercussões desta abordagem territorial de políticas e planejamento públicos têm influências diretas nas concepções de desenvolvimento rural, principalmente, nas ações do MDA e são provocadoras de transformações, ainda em curso, nas práticas organizativas e sócio-produtivas dos agricultores familiares.

Em 2003, por exemplo, tem-se no âmbito da ação pública o início do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT)⁷⁶, cujo

⁷³ Destaco que a questão assim exposta não significa afirmar que os camponeses apresentam um modo de vida cujo cuidado com a natureza não seja colocado como preocupação; antes, os mesmos, em geral, têm um comportamento ambientalmente orientado, porém não pela ideologia ambientalista, mas pela necessidade de garantia de seu modo de produção e sua autonomia social/produtiva, os quais dependem da fertilidade dos solos e demais recursos naturais como água em seus lotes e alguns produtos da floresta que possam ser consumidos e/ou vendidos.

⁷⁴ A incorporação da representação dos indígenas no âmbito do ‘movimento social camponês’ e sua rede de relações é um assunto conflituoso, ainda que a Prelazia do Xingu sempre tenha assumido e atualmente com mais visibilidade e força política a causa ambiental junto da causa indígena. Esta quase separação – assim interpreto – entre prioridades da Prelazia do Xingu e do Movimento Social Camponês é apontada por Ana Paula Souza em sua dissertação de mestrado (2006).

⁷⁵ Em janeiro de 2009, é sancionada a lei nº 7243/2009 do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) da área de influência das rodovias BR-163 (Cuiabá-Santarém) e BR- 230 (Transamazônica).

⁷⁶ O PRONAT é coordenado pelo MDA. Seu público alvo são agricultores familiares, famílias assentadas pela reforma agrária e populações beneficiadas pelas novas modalidades de ordenamento. Dentre os objetivos deste programa está o apoio à organização e ao fortalecimento institucional dos atores locais na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos territórios (PEIXOTO, 2009, pp. 76-79).

instrumento operacional e financeiro, como registra Peixoto (2009), é o PRONAF. O que se percebe no âmbito da ação coletiva na Transamazônica, a partir das políticas territoriais, em especial as do PRONAT, é a intensificação das ações ambientais nas organizações sociais e nos estabelecimentos agrícolas, e nisto incluem-se as potencialidades de manutenção da condição camponesa, agora com mais chances de inclusão na ação coletiva, o que, potencialmente, diminui uma das fontes históricas de instabilidade e precariedade do campesinato. Por outro lado, intensificam-se os desafios quanto às experiências técnicas em agropecuária, agora demandantes de técnicas ambientalmente sustentáveis frente aos constrangimentos legais mais presentes e frente às exigências feitas pelas políticas de créditos agrícolas.

O atual projeto coletivo orientador das ações do MDTX e da FVPP – enquanto entidades que continuam a aglutinar um número significativo de atores sociais com diversas bandeiras de luta, sob a representatividade da agricultura familiar – denominado ‘Projeto de Consolidação da Agricultura Familiar e Contenção do Desmatamento na Região da Transamazônica e Xingu’⁷⁷, condensa, desde a sua construção em 2000, o conjunto das características atuais da ação coletiva e das práticas sócio-produtivas em agricultura. Seus desafios impõem mudanças nas formas de atuação destes atores, principalmente os identificados com a condição camponesa.

Não por acaso, portanto, é que também a partir do ano 2000 há “maior atuação da FVPP em consecução de recursos para agricultura familiar” (BRASIL.MMA, 2006), advindo disto seu destaque, no cenário local, regional, nacional e seguramente internacional – no diálogo com instituições de pesquisa, como o Instituto de Pesquisa Ambiental (IPAM), a Universidade da Flórida, o Instituto Sócio-Ambiental (ISA), a Fundação Heinrich Boell, a Internacional Rivers, a Rainforest Foundation e a Rainforest Noruega.

Estes elementos são emblemáticos da *estrutura de legitimidade* e das condições de existência não mais fundados na vinculação à tradição ou ao carisma. A estes elementos é acrescida a força e o poder diferente “[...] também revolucionário da *ratio*, que ou atua de fora para dentro – pela modificação das circunstâncias e problemas da vida e assim, indiretamente, das respectivas atitudes –, ou então por intelectualização (WEBER, 1991, Vol I, p. 161). Vejamos como estes elementos se insinuam nos projetos coletivos contemporâneos da condição camponesa:

⁷⁷ No Termo de Referência deste projeto, em 2000, há o indicativo de beneficiamento direto de 4 mil famílias agricultoras da região Transamazônica e Xingu.

Hoje mais do que nunca é vital se discutir e colocar em execução um novo modelo de desenvolvimento econômico para a região. Porém **é preciso investir prioritariamente na formação e capacitação dos agricultores, para que os mesmos possam participar como atores ativos desse desenvolvimento.** Atento a este quadro o setor [de Formação] propõe uma agenda de **3 prioridades [...] formação e capacitação de recursos humanos; formação dos jovens agricultores; capacitação de lideranças dos agricultores e gerenciamento das propriedades e das organizações** [...]. Nesse contexto um **novo perfil**, novo conceito de qualificação, vai além do simples domínio de habilidades e disposição para cumprir atividades do dia-a-dia, não **basta mais um agricultor que saiba “fazer”, é necessário também “conhecer”** e, acima de tudo “saber aprender”.

O novo perfil busca valorizar a iniciativa, o raciocínio lógico. **Não basta mais contar com o agricultor de tradições.** É preciso, antes de tudo garantir a existência de um **agricultor inovador** [...] (MPST; FVPP, 1996, p. 8. Grifos meus).

Estas estratégias de formação – nas quais se situa também a CFR – afiguram-se, nesta *conjuntura* rotinizada racionalmente e, principalmente, ‘ambientalizada’, como um “trabalho de sociabilidade”, tendo em vista que a reprodução do capital social é tributária deste trabalho (BOURDIEU, 1998); é por meio dele que se realizam

[...] trocas, onde se afirma e se reafirma incessantemente o reconhecimento e que supõe, além de uma competência específica [...] e de uma disposição adquirida para obter e manter essa competência, um dispêndio constante de tempo e esforços (que tem seu equivalente em capital econômico [...]) (Idem. p. 68).

Segundo Weber (1991, Vol I, p. 145), nas estruturas rotinizadas racionalmente, o grau de qualificação profissional cresce paralelamente à burocracia, pois a legitimidade se dá “em virtude de conhecimento”; este é seu caráter fundamental especificamente racional e a posição de poder se dá pelo conhecimento profissional (Idem, p. 147). No contexto sócio-político referendado na institucionalidade e no contexto econômico demandante de técnicas construídas sob fundamentos para além do saber prático, uma das estratégias da ação coletiva para enfretamento das ambigüidades e desafios do campesinato contemporâneo na Transamazônica vem sendo, a partir do Projeto de Consolidação da Agricultura Familiar e Contenção do Desmatamento na Região da Transamazônica e Xingu, a ênfase (requerida nas discussões desde 1991) na formação do *agricultor técnico* ou *agricultor profissional*.

Com a ‘ambientalização’ das ações do MPST, para além do discurso, tem-se, a partir do PGDT de 1996, a inserção das CFRs nos objetivos deste projeto e nas suas atividades, de modo a *codificar*, tornar clara, pública e homologada a ‘ambientalização’ do território, assumida esta ‘ambientalização’ como proposição da ação coletiva. As CFRs parecem ser *vitruines* desta publicização, com repercussões concretas na condução destas experiências.

Assim, dentre as atividades da programação por setores do PGDT de 1996 consta o “assessoramento direto à experiência piloto” de CFR em curso em Medicilândia, bem como a organização da “discussão política em outros municípios para a expansão do projeto”. Para tanto, foi estabelecido na metodologia do projeto que esta assessoria seria feita através da “participação da equipe de coordenação, planejamento e avaliação das atividades (MPST; FVPP, 1996, p. 5).

Um reflexo possível destas condições sociais nitidamente ‘ambientalizadas’ são formalizadas no “Projeto de Estruturação Técnico-Pedagógica da Casa Familiar Rural de Medicilândia”, de 1996, no qual se lê entre as suas finalidades a busca de respostas à demanda de “[...] formação e informação principalmente quanto ao **conhecimento tecnológico adequado a necessidade ambiental da região** que permita aos pequenos produtores da região prosperar e viver com dignidade” (CFR/MEDICILÂNDIA, 1996, p. 2. Grifos meus).

Este lugar da CFR e dos jovens, na ação coletiva, como “prioridade estratégica para o desenvolvimento da agricultura familiar dessa região” (MPST; FVPP, 1996, p. 9), amplia-se quando aquela passa a ser considerada como instrumento central de “difusão dos projetos agroecológicos” dentro do ‘Projeto de Consolidação da Produção Familiar Rural e Contenção dos Desmatamentos na Transamazônica e Baixo Xingu’ de 2001. O início das discussões do agora MDTX, representado juridicamente pela FVPP, com o BNDES, para implementação deste projeto se deu a partir do ano 2000. Desde então, neste projeto, se previa a ampliação das CFRs para os demais municípios da Transamazônica visando à implantação destas escolas nos doze municípios de atuação do MDTX.

O lugar estratégico da CFR *dentro* dos demais projetos coletivos fica explícito na abordagem seguinte:

Esforços relacionados à educação (formação e capacitação) de agricultores constituem-se, também, em pontos prioritários, neste caso, as **CFRs por meio da Pedagogia da Alternância, desempenharão papel de fundamental importância, inclusive, na formação dos Agentes Agroambientais e Técnicos que darão suporte de Assistência para as bases do desenvolvimento** que vêm sendo incentivadas pelos movimentos sociais (FVPP; MDTX, 2001, p. 1. Grifos meus).

O “Projeto de Consolidação da Produção Familiar Rural e Contenção dos Desmatamentos na Transamazônica e Baixo Xingu” está em curso desde 2003, quando da formalização da cooperação entre BNDES e FVPP, com previsão de vigorar até 2013 (FVPP, 2007). Este convênio assegura o valor de dez milhões de reais para construção dos prédios e aquisição de automóveis para as CFRs da Transamazônica. Importa destacar que em maio de 2007, durante lançamento do Planejamento Territorial Participativo, o governo estadual, que

tem à frente representantes do Partido dos Trabalhadores, potencialmente identificado com a ação coletiva regional, assina o convênio do Projeto acima citado, no qual, enquanto contrapartida junto ao BNDES, este governo se responsabiliza pelo pagamento dos monitores da área técnica da CFR. Este convênio vinha sendo discutido desde 2004, porém não assumido de fato (FVPP, 2007).

Da articulação e/ou possível identificação entre ação coletiva “ambientalizada” e ação pública, cujo enfoque centra-se, atualmente, nas políticas territoriais, tem-se uma substancial ampliação do número de CFRs na Transamazônica, do número de monitores contratados sob seleção pública e garantia de sua remuneração, bem como o melhoramento das condições de funcionamento das mesmas.

A partir de 2007, efetiva-se a contratação da Equipe de Assessoria Regional e planejamento com agentes parceiros da FVPP e da SEDUC. Desde 2007, também se tem o funcionamento das CFRs dos seguintes municípios: Altamira, Anapu, Rurópolis, Vitória do Xingu, Porto de Moz e Itaituba. Além destes municípios, em Brasil Novo, foi construído o prédio da CFR, que funcionava desde 2005.

Seguindo a constituição de um quadro cada vez mais formalizado de funcionamento das CFRs, inclusive a de Medicilândia, tem-se, a partir de 2008, a realização de um programa de formação continuada de monitores, especialmente, dos novos técnicos contratados via seleção pública realizada em 2007, sob a responsabilidade da Secretaria de Formação da FVPP. A metodologia se faz através de Encontros de Formação de Monitores das CFRs, sendo que o Módulo I deste programa foi realizado em janeiro de 2008 (Curso de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável) e o módulo II em julho de 2008 (Curso de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável) (FVPP, 2007).

No final de 2008, após 13 anos de discussão junto à SEDUC, se deu o reconhecimento da Pedagogia da Alternância pelo Conselho Estadual de Ensino do Estado do Pará. Alguns dos desdobramentos possíveis deste reconhecimento consistem em: a) inclusão das CFRs, bem como das outras formas escolares que adotam a Pedagogia da Alternância, no sistema de ensino público⁷⁸, o que as coloca em um lugar passível de receber os mesmos

⁷⁸ Até o final de 2008, as CFRs funcionavam com autorização provisória do Conselho Estadual de Educação do Estado do Pará. Por conta disto, em geral, os documentos das CFRs e os agentes sociais a caracterizam como uma “experiência de educação informal”. Neste caso, penso que uma classificação mais adequada seria educação escolar não-formal dado o caráter de não se referendar e/ou depender das orientações e recursos exclusivos do Estado. Talvez neste caso, mais condizente com a conjuntura que constitui a CFR na Transamazônica, seria coerente caracterizá-la como experiência escolar com uma institucionalidade referendada nas organizações sociais em diálogo com a ação pública, tendo em vista que há regras codificadas, resultados esperados, ações e agentes orientados por regras para além das engendradas pelas organizações sociais e pela forma Pedagogia da Alternância. Refiro-me às regras de atendimento a um patamar de conteúdos, habilidades e competências

recursos financeiros destinados à Educação Básica. Estas formas nem sempre vinham sendo reconhecidas pela ação pública municipal e estadual, ainda que currículos diferenciados como os da Pedagogia da Alternância, bem como, formas de gestão escolar com a ampla participação das famílias e comunidades já estivessem amparadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN 9394/96) (art. 23 e 24, dentre outros); b) certificação dos alunos egressos que ficará, assim se projeta, sob a responsabilidade dos Centros de Formação em Alternância (CEFA)⁷⁹, via Associação de Pais da CFR.

Atualmente, observam-se mudanças no arranjo institucional inicial das CFRs, que apontam uma presença cada vez maior da ação pública e talvez menor de entidades de pesquisa como o LAET/UFPA, ainda que ações sejam desenvolvidas com o apoio institucional e profissional da universidade. No arranjo atual, tem-se a FVPP como coordenadora do projeto, em parceria com o BNDES, Governo do Estado e Prefeituras. Sendo que a este banco público compete o financiamento da construção dos prédios e de equipamentos permanentes (computadores, móveis...); ao Governo Estadual compete o pagamento de monitores da “área técnica” (agrônomos, principalmente); às Prefeituras Municipais, o pagamento dos monitores da “área básica”, ou seja, os professores responsáveis pelas disciplinas do núcleo obrigatório do currículo da Educação Básica e o provimento de materiais de consumo. A relação institucional entre prefeituras e esta escola se dá por meio de convênios com a Associação de Pais da CFR. Para o funcionamento interno, ou seja, a execução das atividades pedagógicas e profissionalizantes, contribuem a EMBRAPA, a EMATER, a CEPLAC, a SAGRI, a UFPA, e os STRs. Estas entidades, de forma mais ou menos influente, dependendo da capacidade da gestão e articulação dos gestores e monitores da CFR – conforme destacam estes agentes sociais –, atuam

[...] no processo de formação dos jovens e na efetivação de pequenos projetos de produção de grãos, criação de pequenos animais, plantação de cacau, implantação de iniciativas agroecológicas nas propriedades dos jovens e na CFRs, utilização da tecnologia Roça sem Queimar e projetos de apicultura (FVPP, 2007, p. 4).

estabelecido pela base comum nacional de currículo escolar previsto na LDBN de 1994, e pelo Plano Decenal de Educação para Todos do Ministério da Educação do Brasil. Uma discussão mais detida sobre educação informal e educação não-formal, fora ou dentro do campo da educação escolar, é encontrada em Simson (2001).

⁷⁹ Esta entidade foi construída a partir da I Marcha pela Educação Rural do Estado do Pará, mais precisamente por um Grupo Técnico da Pedagogia da Alternância, em 2002, que aglutinou agentes das organizações sociais e governamentais. Trata-se de uma Articulação política e pedagógica das experiências em Pedagogia da Alternância, notadamente CFRs e EFAs, a fim de “unir forças e negociar como o governo do estado a institucionalização da Pedagogia da Alternância no Conselho Estadual de Educação (RIBEIRO, 2003, p. 147), concretizada somente em 2008, na gestão do PT no Governo Estadual.

Como desdobramento do reconhecimento formal, a liberação de recursos financeiros e de profissionais disponíveis especificamente para as CFRs, tem-se, em 2008/2009, a implantação do ensino médio profissionalizante nas CFRs dos municípios de Pacajá e Altamira. Um dos fatores que teria levado a esta implantação nestes municípios e não em Medicilândia – município onde se deu a experiência piloto –, segundo lideranças regionais, foi a presença atual de uma maior articulação entre STR, prefeituras e FVPP/MDTX, a exemplo de Pacajá, cuja gestão municipal hoje é feita pelo Partido dos Trabalhadores, sendo que várias lideranças advindas das organizações sociais/sindicais e comunitário-religiosas estão assumindo coordenações nas secretarias municipais.

Nos últimos dois anos, outro desdobramento possível do novo quadro institucional desta escola diz respeito ao redirecionamento ou a ênfase para a atuação técnica da CFR ou, como expõe a liderança abaixo, “voltar um pouco mais também para a agricultura em si”:

[...] acabou sendo muito isso, acabou mesmo um espaço de dirigentes muito forte e o que que precisa quando a gente discute hoje? Até a gente acha que assim, precisa voltar um pouco mais também pra agricultura em si, pra parte técnica da agricultura, pra assessorar os problemas que tem no meio rural e tal, a **Casa precisa cumprir um pouco mais e ser um espaço de referência técnica** [...] precisa de avançar nessa técnica pra **poder conseguir ser esse centro de referência pros agricultores**, pra que eles se sintam... **tenham resposta sobre os problemas da agricultura nesses espaços também.** [...] É, na verdade, é assim que aconteceu: era ... você pensava em formar, ter uma formação pros filhos que **tinha a agricultura como foco, isso era tudo, é o centro e ainda continua sendo**, só que nesse projeto, **dado todas as fragilidades** da proposta [...] **you acabou arregimentando um conjunto de pessoas muito engajadas politicamente** [...] (Liderança regional 2/FVPP).

Para isto convém pensar que o jogo social “[...] é o lugar de uma necessidade imanente, que é ao mesmo tempo uma lógica imanente [...] é regrado, ele é lugar de regularidade (BOURDIEU, 1990, p.83)”, assim o “bom jogador supõe a invenção permanente” (Idem, p. 81). Neste caso, considerando a estrutura de legitimidade da ação coletiva rotinizada racionalmente que exige a profissionalização de seus agentes, sobretudo no quadro da ‘ambientalização’; considerando o contexto de visibilidade da agricultura familiar para ação pública em termos de políticas de financiamentos e, finalmente, considerando as necessidades advindas da complexificação crescente das formas de sociabilidade e práticas produtivas na agricultura, a intervenção mais técnica (em relação à formação política ou de *dirigentes*) da CFR seria a regra atual para a sua participação no jogo? Representaria a intervenção da CFR mais técnica, e mais próxima dos atores públicos, uma maior possibilidade de manutenção do espaço social constitutivo do campesinato?

2.2 As finalidades sociais e a prática pedagógica: a CFR como estratégia de reprodução segundo a lógica das organizações sociais

A esperança do movimento era formar base pro sindicato, igreja, dessas organizações [...] **uma das esperanças deles era se concluir jovens com uma grande clareza para formar base para esses meios, esses movimentos, não só pra agricultura, mas também para formar base, líder pra igreja, movimento e assim por diante.** Todo esse tipo de estudo foi dado pra nós [...] todo tempo foi dado palestra, entidades [...] (Ex-Aluno 9/CFR- 1ª Turma, 31 anos).

As finalidades sociais da CFR – portanto, para além dos intuitos escolares – impõem algumas questões para se pensar os retornos possíveis deste investimento das organizações sociais na categoria social *jovens agricultores* e o *lugar* da CFR junto a elas: por que o conteúdo e a forma da intervenção sócio-educativa da CFR teria sido útil para os *campos* constitutivos do *espaço social* onde a CFR é posicionada?

As finalidades incorporadas à proposta pedagógica da CFR parecem expressar os conteúdos sociais advindos da *conjuntura* instável, notadamente expressos na ênfase à profissionalização dos agricultores e na necessidade de que a formação escolar possibilitasse a permanência no campo. Em geral esta última finalidade é apresentada nos documentos oficiais a partir da oposição ao sistema escolar público instituído pelo Estado, dadas as suas referências sócio-produtivas urbanas:

Totalmente desvinculado da realidade do agricultor, principalmente do pequeno e médio, o **ensino oferecido para a população rural não tem dado respostas às suas necessidades de formação e informação**, principalmente **quanto ao conhecimento e ao uso de tecnologias adequadas ao cultivo, que permitam melhorar a produtividade e que possibilitem as famílias camponesas prosperar** e viver com dignidade. [...] O Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica [...] vem procurando uma forma de ensino que possa ao mesmo tempo, **proporcionar ao jovem trabalhador rural os conhecimentos necessários a sua profissionalização enquanto agricultor, sem se desprender do meio onde vive** (MPST; LAET, 1995, p. 1. Grifos meus).

Destas finalidades depreende-se que por meio da CFR, em certo sentido, busca-se prover os *jovens agricultores* de uma espécie de *capital cultural* necessário para identificar-se com a condição camponesa via “profissionalização enquanto agricultor” e participar do espaço social (como *técnico agrícola* e/ou como *dirigente*), incorporando através das práticas sócio-profissionais da CFR as *disposições* e *esquemas de percepção* desta condição dada a forma escolar não dissociar-se do “meio onde vive”, sobretudo, da família camponesa. Assim, a forma escolar fundada na Pedagogia da Alternância teria na família e no meio rural um dos *espaços-tempo* referência para o desenvolvimento das atividades didáticas e sócio-

profissionais. “[...] Nesta escola o aluno passa uma semana⁸⁰ em sala de aula e em regime de internato e duas semanas em sua propriedade, seu local de experiências”, tendo em vista o fim pedagógico que enseja a “participação das famílias dos agricultores na formação dos jovens” (MPST; LAET, 1995, pp. 1-4). Participação esta também mediada pela Associação de Pais que coordena a Casa Familiar Rural, na qual as famílias mais envolvidas na proposta e muitos dos ex-alunos permanecem sócios atuantes após o término da escolarização, ainda que com muitas limitações conforme se verá em outro momento nesta dissertação.

A relação escola, família, *campo* científico-acadêmico e político também seria construída e vivida a partir dos Temas Geradores de Estudo, advindos de pesquisas sócio-culturais realizadas no momento da constituição e ingresso das turmas considerando-se suas necessidades e especificidades sócio-produtivas (RIBEIRO, 2003, p. 163). O *tempo-espaço familiar*, comumente denominado *tempo comunidade*, característico do ritmo pedagógico da Educação por Alternância é animado pelas atividades em torno do Tema Gerador e visa-se neste *tempo-espaço* a

[...] resolver os problemas originados na realidade das explorações agrícolas, ao aporte de problemas e experiências, ao diálogo com monitores e colegas descortinando novas soluções. A estadia na propriedade agrícola contempla o engajamento total do jovem no trabalho agrícola e a revisão dos planos de estudos pessoais (MPST; LAET, 1995, p. 4-5).

Os Temas Geradores consistem em *situações-limites* e/ou características sociais e produtivas identificadas através da Pesquisa Participante ou diagnóstico sócio-cultural realizado nas comunidades onde se realizará a intervenção pedagógica pela equipe de profissionais e, de maneira ideal, com a participação orgânica dos grupos sociais. Os Temas Geradores visam a mediar a formação escolar em diálogo com as condições de existência dos grupos; estes temas são, assim, referências para organização curricular dos conteúdos escolares e dos conteúdos sociais que se busca discutir com os educandos durante a formação (FREIRE, 1987).

Os Temas Geradores e a organização curricular, bem como as atividades didáticas desenvolvidas pela problematização dos temas são sistematizados no Plano de Estudos, o qual “é discutido e elaborado em conjunto, envolvendo os monitores, os pais e os jovens. Normalmente [...] é executado por fases conforme o desenvolvimento da cultura, criação ou processo de gestão na respectiva propriedade agrícola que garante a alternância” (MPST; LAET, 1995, p. 6). A fala abaixo ilustra a dinâmica de estudos, experiências de campo

⁸⁰ A partir de 2008, após o reconhecimento da proposta Pedagogia da Alternância pelo Ministério da Educação e Conselho Estadual de Educação do Pará, o tempo-escola passou a ser de 20 dias e o tempo-família 15 dias em função da carga horária exigida nacionalmente aos estabelecimentos de ensino escolar.

envolvendo os conteúdos escolares/técnicos e o *saber-fazer* tradicional a fim de atender às demandas da ‘crise dos sistemas de produção’ sob a mediação dos *campos* científico-acadêmico e escolar:

A gente trazia os temas do nosso lote lá, a gente trazia os problemas que a gente tinha lá e aí quando chegava lá na sala os nossos professores que era o técnico agrícola e a Maristela [...] aí eles tentavam mostrar formas pra gente solucionar aquele problema. [...] Tinha muita visita no tempo-comunidade, que a gente chama, que era o período que a gente tava lá, normalmente tinha visita deles. Muita aula prática também. Várias vezes a gente teve aula prática, por exemplo, alguma coisa que a gente aprendia lá na escola, quando chegava lá na nossa comunidade, lá, o dia que eles fosse fazer visita, a gente reunia e demonstrava lá na prática o que agente tinha aprendido lá [na CFR]. (Ex-aluno 3/CFR - 1º Turma. 33 anos).

A continuação desta fala expõe ainda a relação dos *jovens agricultores*, seus monitores técnico agrícolas e, por assim dizer, a relação da CFR com as demais famílias no *tempo comunidade* no sentido de socialização de técnicas agrícolas (em grande parte agroecológicas)⁸¹ e de vivência das relações comunitárias:

[...] uma das coisas que eu lembro bem foi como a gente fazia **composto orgânico**, foi uma das coisas que **a gente demonstrou na nossa comunidade** lá [...]. **Ja bastante gente**, porque lá no 115, era 6, 5 famílias [referência ao número de famílias com filhos na CFR] **envolvidas, era muita gente que era envolvida e a vizinhança toda da gente**. Quando ia ter essas demonstração lá, a gente avisava a comunidade e eles participavam bem [...]. Na igreja, o meio que a gente mais usava era a Igreja, o encontro lá na igreja, **na hora dos avisos, avisava que ia ter reunião, ia ter visita. [...] se achassem [os vizinhos] que era uma idéia viável, desenvolvia lá, [...].** Uma das coisas **bem interessante que achava: a gente tava aprendendo, mas a gente tava disseminando lá onde a gente tava. Não era uma coisa presa, que eu ia lá aprendia e ficava comigo na minha casa. Uma coisa que a gente tentava era tá repassando pra comunidade de um modo geral.** (Ex-aluno 3/CFR - 1º Turma. 33 anos).

Ainda acerca da dinâmica escolar-comunitária, destacam-se o Caderno de Exploração Agrícola⁸² e as Fichas Pedagógicas. O primeiro consiste em “[...] um instrumento de base, nele o jovem descreve a realidade atual do trabalho na propriedade agrícola, as questões, os ajustamentos”. Outro instrumento pedagógico mediador do diálogo com as famílias e o conhecimento formal são as Fichas Pedagógicas, estas “[...] substituem os manuais ou livros-texto. Trazem informações objetivas relacionadas com a química, a biologia, física, matemática, português, tecnologias, etc.” (MPST; LAET, 1995, p. 6). As falas abaixo revelam o papel de mediação destes instrumentos pedagógicos entre os *campos*

⁸¹ Além das técnicas agrícolas agroecológicas de cultivos, os alunos entrevistados frisam com frequência as técnicas de cuidados com o gado e manejo de pastos como temas estudados e com repercussão na comunidade, para além do núcleo doméstico.

⁸² Este instrumento recebe, em diversos documentos acerca da Pedagogia da Alternância, outras denominações: Caderno da Empresa, Caderno de Acompanhamento, Caderno da Realidade, Livro da Vida dos Jovens (RIBEIRO, 2003, p. 161).

acadêmico-científico e o *campo escolar e comunitário*, especialmente no que se refere ao retorno ou auxílio no trabalho, seja de articulação regional a fim de aglutinar profissionais e lideranças na construção dos materiais e nas atividades técnico-pedagógicas a partir deles, seja no trabalho sócio-produtivo dos *jovens agricultores* no campo, para além do tempo de estudos na CFR, tendo em vista a relação profissional e afetiva que os egressos entrevistados mantêm com estes materiais didáticos:

Tem tudinho aí, eu tenho, eu acho que se faltar é uns 5% [...] mas tá tudo grampeadinho; **de bovino, pro lado de suíno....** [...] **se precisar pra mim fazer uma pesquisa, alguma coisa que tivesse de precisar, de fazer uma pesquisa** e vê alguma coisa que agente esquece – porque agente esquece muito né, é muita coisa ! – daí agente... em tal lugar, tá lá, e olha pra confirmar. Bom, o meu pensamento naquele tempo era assim: eu vou guardar. [...] Isso era tudinho, **eles colaboravam tudinho, a Universidade, a Fundação em Altamira [FVPP], o Ailson mais a Maristela**. Os quinze dias que ela ia dar aula, **nós vinha pra cá e passava quinze dias fazendo esse papel, esse material todinho e correndo atrás de pessoas pra vir dar palestra**. (Ex-aluno 1/ CFR-1ª turma, 32 anos).

O Caderno que a agente escrevia o que fazia na propriedade durante essas duas semanas, esse aí eu tinha. **Tinha que fazer tudo durante essas duas semanas, chegava na escola e apresentava [Colocação em Comum]**, aí os professor ficava com nós, escrevia tipo um relatório [...]. **Quando eu tô com dúvida de alguma coisa aí eu pego minhas apostila e leio [...] dúvida que eu tô plantando, pecuária também... vô lá e leio aí tira a dúvida [...]** enxertio eu já fiz em laranja, que eu mais pratiquei mesmo foi enxertio [...] **manejar pasto...** essas coisas assim...” (Ex-aluno 10/CFR-5ª turma, 19 anos).

Acompanharam, **esse pessoal [STR, LAET, FVPP] acompanhou muito bem pelo menos da 2ª [turma] e chegamo até a fazer um estágio em algum dele, nós chegamo a ir pra Belém, Altamira e até o 240, era com pimenta-do-reino que nós fazia estágio** (Ex-aluno 7/CFR-2ª turma, 37 anos).

Segundo Ribeiro (2003, p. 161), o Caderno de Exploração Agrícola é mediado pelo Plano de Estudo e pela Colocação em Comum (momento escolar mencionado na fala acima), que acontece, em geral, no retorno do *tempo-espaço família*, quando o conjunto de alunos e monitores discute o Tema Gerador acrescido das informações levantadas pelas pesquisas junto à família e vizinhos em torno de perguntas mobilizadas a partir dos Temas Geradores. É ainda na Colocação em Comum que se escolheriam os sub-temas geradores a serem discutidos nas sessões de estudo no *tempo-espaço escolar*.

As avaliações em geral são realizadas ao final de cada tema gerador e “compreendem a análise das atividades realizadas na propriedade, apresentação do Caderno de Exploração, melhoramentos introduzidos (2º ano), análise global da propriedade (3º ano)” (MPST; LAET, 1995, p. 6).

O *lugar social* da CFR na ação coletiva, quando olhada sob o foco de sua trajetória, sua forma escolar e conteúdo social mediados pelos instrumentos acima, se afigura como uma

espécie de resposta do *habitus* do grupo social que a anima visando-se a um futuro esperado em diálogo com o passado. Situa-se nas características acima a perspectiva da CFR enquanto um cálculo estratégico, ao modo de um *senso prático* ou uma lógica imanente às ações dos agentes sociais, cuja forma ou modalidade escolar Pedagogia da Alternância, cumpriria o efeito de *codificação do habitus* e das *condições de produção do habitus*, o que a posiciona como prática gerada *pelo* e geradora *do habitus de classe*.

O efeito de codificação ou de ‘dar forma à ação’ de maneira explicitamente regrada na conjuntura ‘rotinizada’ e ‘ambientalizada’ – que a CFR parece cumprir – implica racionalização, publicação oficial e tem um efeito de consagração e licitação (BOURDIEU, 1990), produzindo portanto pessoas autorizadas, pois investidas do conhecimento e do reconhecimento. O efeito de codificação parece inscrever-se no conteúdo e forma da CFR, uma vez que incorpora no trabalho didático escolar – formador, por excelência, de *esquemas cognitivos* ou *disposições* – princípios de divisão social importantes, definidores da condição camponesa naquele contexto, seja no âmbito das unidades domésticas, seja, ainda, na estrutura de legitimidade das organizações sociais “rotinizadas racionalmente (instituições duradouras e interesses materiais)” (WEBER, 1979, p. 73).

Ao que indica o investimento coletivo junto à “base” (agricultores e suas famílias) – *lugar* onde é posicionada a CFR pelos atores sociais tendo em vista o envolvimento das famílias na gestão e condução pedagógica – parece ser razoável pensar a CFR como espaço de tessitura dos laços das organizações sociais com as famílias camponesas, para além de sua permanência na comunidade vicinal ameaçada pela saída dos *jovens* e pelo avanço da pecuária. Por conseguinte, afigura-se na CFR o lugar estratégico de socialização na rede de relações constitutivas do campesinato – no diálogo entre trajetória passada e presente – tendo em vista que a socialização é “[...] um processo biográfico de incorporação das disposições sociais oriundas da família e da classe de origem, mas também do conjunto dos sistemas de ação atravessados pelo indivíduo no decorrer de sua existência” (DUBAR, 2005, p. 93). Dadas as singularidades didático-pedagógicas desta escola com articulação entre os *campos familiar, comunitário-religioso, político e campo científico*, a CFR parece assumir o lugar de *socialização societária e comunitária* (DUBAR, 2005).

2.1.1 A socialização societária mediada pela CFR

Como instituição escolar, a CFR assumiria o lugar de *socialização societária*, a qual consiste em formas de sociabilidade fundadas em “regras estabelecidas de maneira puramente

racional por finalidade” (DUBAR, 2005, p. 108), a fim de fazer incorporar capitais sociais próprios de uma *conjuntura* rotinizada racionalmente: conhecimentos técnicos, “ambientalizados” e profissionalizantes. Assim a CFR estaria posicionada enquanto uma espécie de aglutinadora da rede de relações entre os *campos* político, escolar e acadêmico/científico, e como difusora dos esforços para fazer permanecer os *jovens* no campo sob forma atualizada, como possibilidade de mediar a superação dos processos de diferenciação social em curso, via fortalecimento da rede de relações.

A *socialização societária* também cumpriria, dentro das especificidades do campesinato em sua forma histórica na Transamazônica, um trunfo político na rede de relações dos *campos sociais*, tendo em vista duas das características importantes deste campesinato, potencialmente legitimadoras da sua trajetória coletiva e da continuidade das organizações rurais.

(1) A primeira advém do fato de que o tipo de rede de relações constitutivas da posição do campesinato em sua configuração parcialmente autônoma em relação à *sociedade envolvente* – sejam estas relações em suas formas “[...] econômicas, culturais ou “políticas” [...]” (MENDRAS, 1978, p. 119. Aspas do autor) – criam

[...] papéis e funções de intermediários. Porque é necessária a existência de um mecanismo para assegurar os contatos, transformar os conflitos em negociação, encontrar as soluções, regatear vantagens, defender interesses (Idem).

Papéis e funções, portanto, de mediadores (*lugar* ocupado, assim parece, pelas lideranças no contexto do campesinato da Transamazônica) que mantêm o contato com o exterior, para conhecê-lo e compreendê-lo, enquanto barganham benefícios (econômicos, políticos...) para a *sociedade camponesa* a fim de fazer os sindicatos, as cooperativas, os serviços agrícolas, a publicidade, o crédito, criarem novas redes, no sentido de fazê-las trabalhar em seu proveito (Idem, p. 123). Tal finalidade social é ilustrada nas falas dos agentes envolvidos na CFR, a exemplo do Ex-aluno 5, quando se refere à participação dos alunos: nas “[...] associações, sindicatos, orientava mesmo [...] pra tá organizado, como conseguir algumas coisa [...]”. Sobretudo, esta tendência de constituição de redes pela ação de agentes mediadores no campesinato vem se fazendo na trajetória em Medicilândia por meio de construção e/ou conquistas de espaços coletivos e públicos como as CEBs, os STRs, o Sindicato de Professores, a conquista do FNO Rural, as parcerias com o LAET, com a universidade, com o PT dentre outros espaços, instituições, benefícios, atores cuja origem e atuação tradicionalmente são referendadas na cidade.

(2) A segunda está relacionada ao fato de que, na Transamazônica, esta forma histórica de rede de relações do campesinato tem possibilitado o deslocamento do espaço-geográfico das lutas do campo para a cidade, como se observa ao longo dos ciclos da ação coletiva.

Leroy (1991, p. 168) ao estudar o campesinato de Santarém, principalmente a partir da CSLU – origem do sindicalismo dos trabalhadores rurais também em Medicilândia e demais municípios da Transamazônica –, analisa que a força social do sindicalismo rural fez-se pela “vinda à cidade pelo campesinato organizado”. Neste caso, trata-se, segundo sua definição, da *cidade política* e/ou da *cidade econômica*, a fim de sair do isolamento físico e social e articular as lutas travadas localmente com as grandes questões nacionais e internacionais.

Alguns exemplos desta “vinda à cidade pelo campesinato organizado” apresentam-se na trajetória do campesinato na Transamazônica: na relação dos STRs com a CUT, que na década de 1980 foi condição de possibilidade para o fortalecimento político dos sindicatos na Transamazônica e de conquistas importantes. Na década de 1990 a constituição da Fundação Viver, Produzir e Preservar, localizada em Altamira e articulada com movimentos e grupos ambientalistas nacionais e internacionais e com o governo, parece estar cumprindo o que representou a CUT quanto à possibilidade de participação do campesinato na *cidade política*.

Ocorre que uma das conseqüências desta relação (social, política e econômica) intensa do campesinato com a *sociedade envolvente* é, segundo Mendras, a diminuição da autonomia da *sociedade camponesa* e a partir disto a necessidade de “[...] intermediários mais numerosos e mais especializados: o professor junta-se ao padre; os negociantes e a cooperativa somam-se ao intermediário de negócios; os conselhos técnicos e profissionais provocam a criação de sindicatos [...]” (1978, p. 126). Esta mudança no perfil dos mediadores é também decorrente de transformações sócio-econômicas como as assistidas na Transamazônica nos processos de diferenciação social da década de 1990.

A partir de estudos acerca do campesinato na França em época de mudanças das condições econômicas e técnicas da agricultura, Mendras (1978, p. 128) destaca o fim de mediadores “conservadores” e a transferência deste lugar social no jogo político da *sociedade camponesa* a mediadores com outras características como *comerciantes, funcionários e técnicos agrícolas*. Para este autor, “hoje em dia, fazem-se transferências análogas nos países onde a mudança técnica e econômica caminha ao lado da mudança política sem, porém, com isso, abalar a autonomia da coletividade camponesa” (Idem). Na *conjuntura* de mudanças técnicas e políticas na Transamazônica, os *jovens agricultores*, sobretudo os socializados na

CFR, enquanto *dirigentes e técnicos agrícolas*, cumpririam papel análogo ao destes novos mediadores, considerando a rede de relações comunitárias (famílias, organizações religiosas) e societárias (com intensa relação e localizadas na cidade como o STR, a FVPP, o LAET...) constitutivas da CFR?

2.2.2 A socialização comunitária mediada pela CFR

As condições *rotinizadas racionalmente* de socialização dos *jovens agricultores* mediadas, especialmente, pela CFR têm como referência o conjunto das organizações dos trabalhadores rurais auto-identificadas e nomeadas como movimento social⁸³, ainda que as características organizacionais aproximem tais organizações mais da idéia de *associações civis*, definidas como “[...] formas organizadas de ações coletivas, empiricamente localizáveis e delimitadas, criadas pelos sujeitos sociais em torno de identificações e propostas comuns, como para a melhoria da qualidade de vida, defesa de direitos de cidadania, reconstrução comunitária, etc.” (SCHERER-WARREN, 1999, p.15).

Em que pese a importância destes tipos de espaços coletivos para se garantir condições dignas de vida tendo em vista a visibilidade e articulação dos atores sociais com a ação pública (até mesmo como de “braços do Estado”) e a articulação com organizações para além do espaço nacional, nos espaços locais, como o que se observa em Medicilândia, há um arrefecimento da socialização política enquanto prática de discussão/estudos coletivos a fim de organizar o grupo para conhecimento e defesa de direitos e interesses. Por conta disto, há também o arrefecimento da capacidade organizativa nos espaços sindicais e até religiosos, como avaliam agentes deste *campo*:

[...] **no sindicato não havia muito esse corpo formal**, exemplo: “a executiva toma conta e depois só empresta informação de como foi”. **A princípio aqui era muito assim: os colonos participavam de reuniões de 15 em 15 dias, de mês em mês, a direção executiva não era remunerada. O presidente, o tesoureiro tinha também de tomar conta da roça dele, então era um sindicato mais de palestra, não dava expediente diariamente; isso mudou a partir do momento desse convênio com a previdência, daí em diante se precisou de um corpo executivo** [...] os colonos fundadores e os sócios mais ativos vêm quanto tem assembleias do sindicato [...], **aqueles encontros que a gente tinha, de reunir 20, 30, 50 companheiros para discutir diminuiu** (Liderança local/STR).

⁸³ Definido na literatura específica como “[...] o conjunto mais abrangente de práticas sóciopolítico-culturais que visam a realização de um projeto de mudança (social, sistêmica ou civilizatória), resultante de múltiplas redes de relações sociais entre sujeitos e associações civis. É o entrelaçamento da utopia com o acontecimento, dos valores e representações simbólicas com o fazer político, ou com múltiplas práticas efetivas” (SCHERER-WARREN, 1999, p. 15-6).

A CFR, apesar da característica intrínseca à sua natureza de escola, ou seja, ser uma instituição, seria – conforme acenam as expectativas dos atores sociais e sua forma pedagógica – o espaço por excelência de *socialização comunitária*, tendo em vista os desafios e necessidades do contexto de crises em que se apresentava urgente o reforço das redes de relações nos espaços domésticos (familiar) e nos espaços comunitário-religiosos nas vicinais.

Um outro desafio frente ao qual a CFR parece assumir a posição de ator social para superá-lo via *socialização comunitária* refere-se à relação dos filhos com os pais, também ameaçada no contexto de instabilidade de reprodução da condição camponesa revelada no *desânimo dos jovens com o campo*. Arnauld de Sartre (2002) em pesquisa realizada sobre os jovens da Transamazônica⁸⁴ interpreta aquele desânimo como rejeição dos jovens às exigências dos pais, que se revelaria em conflitos entre ambos, seja quanto à “autoridade do “pai”, seja em relação ao trabalho em conjunto” (Idem, p. 4. Aspas do autor). Na citação a seguir – figura esta rejeição como uma forma de reivindicação *societária*, pondo em evidência a fragilização da *socialização comunitária* no âmbito das famílias e da coletividade local⁸⁵:

As aspirações desses mesmos, as consideramos como reivindicações societárias, segundo as quais a família e o trabalho agrícola são duas coisas diferentes, autônomas; a comunidade familiar não mais está sendo o grupo social de referência desses jovens que querem inserir-se na sociedade global. (ARNAULD DE SARTRE, 2002, p. 4-5).

Vejamos a configuração da *socialização comunitária* na dinâmica pedagógica da CFR, narrada quando o ex-aluno avalia se a CFR contribuiu para a sua atual prática de *dirigente comunitário* na vicinal 130 norte:

Eu acredito que sim, contribuiu sim, a CFR ela incentivava muito isso né de incentivar: “você têm que ficar [na comunidade, no campo], de participar da vida comunitária, depois cês têm que participar das associações”; batia forte nisso: associação, sindicatos, orientava mesmo [...] pra tá organizado né, como conseguir algumas coisa e, como se diz, a gente deve tá organizado na comunidade [...] a própria direção mesmo, os monitores, principalmente os

⁸⁴ A pesquisa foi realizada com amostras de jovens da frente pioneira da Transamazônica, o texto citado não deixa claro se além de Medicilândia outros municípios foram *lôcus* de estudo. Os jovens da CFR compuseram parte da amostra, os quais Arnauld de Sartre tipifica como os que estão recebendo os investimentos de profissionalização dos atores do desenvolvimento regional.

⁸⁵ Refiro-me ao tipo de organização da sociabilidade camponesa definida por Mendras (1978, pp. 86-7) como relações de interconhecimento, que podem ser caracterizadas por sua “organização mais ou menos individualista, mais ou menos comunitária”. O autor faz a distinção entre *coletividade camponesa* e *comunidade*, considerando que esta última definição evoca um comunismo primitivo ou arcaico. Para o autor a *comunidade camponesa* aí não se inclui, daí preferir defini-la como *coletividade local* em que a vida e o trabalho, o espaço familiar e o espaço coletivo combinam-se e, no mais das vezes, coincidem, mas não ensejam um comunismo. Ao longo desta dissertação – como já mencionado na introdução – utilizo o termo comunidade e comunidade vicinal para referir-me ao local de vida e moradia dos agricultores, tendo em vista que estes são os termos usados pelos mesmos.

primeiros, acredito que também **eles tinham cultura familiar e comunitária**, então eles diziam mesmo que tinha que ser assim. (Ex-aluno 5/CFR-5ª turma, 21 anos).

O envolvimento das famílias e dos demais *campos sociais*, via CFR, potencialmente consolida a sua posição de *socialização comunitária*, enquanto espaço de reconstituição da possível coletividade de pertencimento, capaz de superar as fragilidades, especialmente no âmbito político. Por outro lado, a *socialização societária* (mediada pelo conhecimento escolar e de técnicas agrícolas, tendo-se os atores no *campo científico* como pares de diálogo nesta condução, a exemplo do LAET, CEPLAC, EMBRAPA) se constituiria como trunfo para se prover muitas das necessidades advindas da ‘crise dos sistemas de produção’, bem como de gerenciamento das organizações sociais rotinizadas.

Com a codificação das finalidades das CFRs (ao lado da ‘agricultura alternativa’), o MPST/MDTX e STRs parecem querer construir uma previsibilidade da trajetória coletiva, uma vez que os efeitos da codificação, centrados na “clarificação e homogeneização”, é tornar o objeto codificado visível, público, conhecido de todos (BOURDIEU, 1990, p. 102).

Na configuração do espaço social ‘ambientalizado’, rotinizado racionalmente e ‘peculiarizado’ que fragiliza – de certa forma – o volume e a estrutura do conjunto de capitais da *condição de classe* dos camponeses, a necessidade de *construção de classe*, parece impor-se aos atores sociais e agentes sociais, como uma necessidade coletiva.

A classe social é definida por Bourdieu “[...] enquanto sistema de relações objetivas incorporadas”; portanto a classe deve ser relacionada, segundo este autor, com o “[...] *habitus de classe* como sistema de disposições parcialmente comum a todos os produtos das mesmas estruturas”. O *habitus* assume a forma de “[...] sistema subjetivo, mas não individual, de estruturas interiorizadas, esquemas de percepção, de coesão e de ação, comuns a todos os membros do mesmo grupo ou classe e constituintes da condição de toda objetivação e percepção [...]” (BOURDIEU, 2003, p. 71). Vejamos a expressão desta possível posição da CFR enquanto estratégica na *construção de classe*, presente nos objetivos da programação do “Setor de Agricultura” do MPST:

[...] Fortalecer a Agricultura Familiar na Transamazônica, através do redirecionamento do modelo de colonização, com elaboração do Plano Global de Desenvolvimento Regional, buscando alternativas de produção adaptadas ao ecossistema local; - **Assegurar a continuidade dos projetos econômicos (projeto FNO-Especial e Projetos Alternativos) e na área da Agroecologia (Projetos Agroambientais)** que estão sendo desenvolvidos pelas Associações e Cooperativas como estratégia para o crescimento da Agricultura Familiar; - **Possibilitar aos jovens do meio rural, alternativas de educação que conciliem ensino, formação com o desenvolvimento**

agrícola, através da implantação da CFR na Transamazônica (MPST; FVPP, 1995, p. 5. Grifos meus).

Uma leitura possível a este respeito é que a ênfase das organizações sociais na “formação” a partir da década de 1990 e de forma mais nítida a partir de 1995, principalmente através da CFR, se apresenta como uma estratégia para fazer afirmar ou reforçar o *habitus*, diante de representações e interações conflitantes e ambíguas num quadro de tensão entre saberes e práticas tradicionais, ‘pecuarizadas’, não ‘ambientalizadas’ e saberes e práticas ‘rotinizadas’, e ‘ambientalizadas’. Assim, a necessidade de formação dos agricultores, nos âmbitos técnico e político, realizada por meio de cursos, oficinas, encontros e, especialmente, por meio da CFR, sugere a institucionalização de um processo de *construção de classe*.

No capítulo seguinte veremos a possível incorporação da CFR nas estratégias de reprodução social das famílias, as relações deste lugar da CFR com as características sócio-políticas e econômicas das mesmas, bem como as lógicas de escolha do filho *jovem agricultor*.

Capítulo III - As famílias de orientação dos *Jovens Agricultores* e as possíveis lógicas que posicionariam a CFR como estratégia para sua reprodução social

A categoria *jovens agricultores* é publicizada em uma *conjuntura* em que as características econômicas e políticas de sua condição camponesa, como os saberes tradicionais, as habilidades e técnicas orientadoras do *saber-fazer* e da rede de relações – portanto as espécies de *capitais* construídos nas e construtores das estruturas objetivas daquela condição social –, são considerados insuficientes para estes agentes manterem sua posição na estrutura de classes. Contexto que sugere uma *conjuntura* que pode ser analisada como racionalização social (DUBAR, 2005), ou seja, uma espécie de passagem histórica de uma *socialização comunitária* dominante a uma *socialização societária* dominante nas esferas econômica, política e religiosa/cultural, indicada pela *rotinização racional* da estrutura de sociabilidade e legitimidade em que os agentes envolvidos na CFR se encontram.

Assim, considerando as mudanças em curso e, antes, as características sócio-produtivas das *famílias CFRs*⁸⁶, cumpre pensar acerca de quais investimentos/expectativas em torno desta escola os pais dos *jovens agricultores* teriam incorporado como possível estratégia de reprodução do grupo doméstico e da condição camponesa. Como e sob que condições esta escola (considerando-se suas especificidades sócio-pedagógicas) teria se tornado uma necessidade para estas famílias do ponto de vista de sua reprodução social?

Dois fatos marcantes da posição social das *famílias CFRs* chamam atenção no âmbito de suas singularidades sócio-econômicas e políticas e resguardariam uma relação direta com as lógicas de escolhas do *filho CFR*, logo, das expectativas nele projetadas, como se verá adiante:

1- Junto à característica migrante destas famílias, à exceção de uma, é possível constatar que todas as *famílias CFRs* não possuíam terra em suas regiões de origem, ou seja, 97% (30 das 31 famílias entrevistadas) apenas passaram a possuir terra na Transamazônica, a partir colonização dirigida, não obstante a sua condição camponesa.

2- As *famílias CFRs* são de agricultores sócios do STR e, segundo informações de lideranças locais acerca dos 70 egressos da escola CFR, há o indicativo de que pelos menos 49% têm ou já tiveram participação direta nas organizações sociais/sindicais e/ou comunitário-religiosas, ou seja, ocupariam cargos/funções de *dirigentes* (coordenadores de grupos de vizinhos, grupos de jovens, grupos de mães nas comunidades vicinais, secretários ou presidentes do STR, de cooperativas de produtores rurais, etc.). Considerando a primeira

⁸⁶ Uso esta denominação para referir-me às famílias que tiveram filhos escolarizados na Casa Familiar Rural.

turma, este número de *dirigentes* atinge 79% das famílias. Entre os pais e *jovens* entrevistados (cf. Quadro 3, p. 124), tem-se 19 famílias (62%) com atuação direta nas organizações sindicais/partidárias ou comunitário-religiosas, ou seja, que atuam ou atuaram como *dirigentes*; e 12 famílias (39%), com pouca ou nenhuma atuação nas organizações sindicais e comunitário-religiosas, apesar de serem sindicalizadas, participarem de reuniões bem como das missas e terem sido sócios de alguma associação de produtores rurais.

Esta característica guarda relação com os critérios de escolha dos alunos, logo dos pais CFRs, e parecem evidenciar o *lugar* da escola CFR na Transamazônica. Dentre os critérios destacam-se os seguintes, que não seguem uma lógica de atributos acadêmicos/escolares⁸⁷: a) foram priorizados os colonos, ou como são chamados, os *frentistas*, uma associação que se faz no contexto local entre o pioneirismo e a condição de colono; b) levou-se em consideração o interesse das famílias em permanecer no campo, tendo em vista que esta tem sido a grande meta das organizações sociais aliada à meta de desenvolvimento rural. Vejamos como os agentes expressam estes critérios:

Tinha que ser filho de colono, o pai tinha que ter terra ou então... tinha meeiros, mas aí **eles trabalhavam na terra** de alguém fixo: um tio, um colono, pra ele poder fazer a experiência dele; tinha que ser filho de colono ou então estabelecido na roça, onde ele pudesse exercitar sua experiência e tinha que ter feito a 4ª série, pra ele poder acompanhar a reflexão de ginásio... e se as famílias também se comprometiam em ajudar com comida, tinha que pagar as passagens e participar das reuniões. (Religiosa Católica).

Na prática, ao longo da trajetória da CFR aqueles dois critérios de seleção (a participação das famílias nas organizações sociais e/ou a participação dos *jovens* escolhidos para a CFR nas atividades religiosas, associativas, sindicais) parecem concretizar-se enquanto um “pertencimento à comunidade”, que equivaleria a “participar da capela e da escola”, bem como dos demais espaços coletivos criados pela ou que dialogam com a ação coletiva – pertencimento comunitário este próximo ao identificado por Viana (1990) no campesinato do sudoeste paranaense. Este critério parece naturalizar o fato de que os *colonos velhos* tiveram, ao longo destes quatorze anos, prioridade na CFR, tendo em vista que estes foram os fundadores – como assim se definem – das organizações sociais, sobretudo do STR e da própria CFR. Isto se evidencia em falas como a do Ex-aluno 11 (35 anos), quando perguntado sobre os critérios para escolher os alunos: “–Uai, como por exemplo, era os colonos mais velhos que participava!”.

⁸⁷ Outros critérios formalizados no projeto pedagógico: ter no mínimo 14 anos de idade, ter cursado a 4ª série do ensino fundamental, morar no campo.

Um outro critério diz respeito à prioridade de admissão dos irmãos, primos, sobrinhos de *ex-alunos CFRs*, uma espécie de ressalva moral referida ao conhecimento e reconhecimento mútuos entre a escola e as famílias já envolvidas na mesma. Devido a este critério é recorrente encontrar famílias com até três membros que estudaram nesta escola, entre irmãos, primos (em maior número) e tios; pelo menos 9 das 31 famílias da amostra (29%) foram identificadas com esta característica. Destas, 6 (67%) tiveram ou têm o pai, e/ou um filho ou um sobrinho como *dirigente*, ou seja, liderança em algum cargo ou função pública nas organizações sindicais e/ou comunitário-religiosas.

As *famílias CFRs*, grosso modo, compõem o público dos 42.000 estabelecimentos agrícolas da região da Transamazônica; de forma mais precisa, as mesmas fazem parte dos, aproximadamente, 12.000 estabelecimentos que estão organizados no STR e/ou associações e cooperativas nesta região (IBGE, 2000).

Estas famílias chegaram até 1985⁸⁸ na Transamazônica. Entre as 31 famílias da amostra, 22 são nordestinas (em geral do Maranhão, Bahia e Piauí), o que equivale a 71% do total e as demais são oriundas das regiões centro-sul ou centro-oeste; 26 *famílias CFRs* (ou seja, 84%) chegaram até 1979, e 5 *famílias CFRs* (ou seja, 16%) chegaram entre 1980 e 1985⁸⁹. É fato que estas famílias vivenciaram o período de abertura da Rodovia Transamazônica (da BR 230) e de constituição do espaço social camponês, tendo como marco inicial a colonização dirigida implementada através do Programa de Integração Nacional.

Certamente, tendo em vista este marco temporal e histórico comum, é recorrente nas falas dos pais e *filhos CFRs* entrevistados a auto-definição de *colonos pioneiros*, e entre os pais mais idosos (entre 70 a 85 anos) a auto-nominação *colonos velhos*. Estas nomeações são comumente incorporadas pelos filhos ao se definirem também colonos, quase como sinônimo da condição de agricultor, bem como são nomeações atribuídas ou reconhecidas pelos demais grupos. Considerando estes aspectos e os critérios de seleção das famílias, para efeito de uma primeira caracterização dos *pais CFRs*, é possível então defini-los segundo dois públicos: o primeiro, com idade entre 60 a 80 anos, trata-se dos *Colonos Pioneiros*, compondo 23 casos (74%); o segundo, mais jovem, com idade entre 40 a 50 anos, que fazem parte da 2ª geração

⁸⁸ Na amostra, apenas uma exceção se observou: trata-se de uma família maranhense que chegou na Transamazônica em 1997.

⁸⁹ Segundo alguns estudos acerca do processo de ocupação humana da Transamazônica, a exemplo de Simões (2002), este intervalo de tempo que corresponde à chegada das *famílias CFRs* na região, pode ser dividido em duas fases da colonização: a) 1ª Colonização (entre 1972 a final da década de 1970), período no qual se assiste a uma concentração da ação pública com o 1º Plano de Integração Nacional; b) 2ª Colonização, que, de acordo com a classificação daquele autor, teve início nos primeiros anos da década de 1980 em meio a uma crise conjuntural do modelo de colonização agrícola e com a liberação de 2500 hectares de terras pelo INCRA até 40 km da faixa da BR 230.

dos Colonos Pioneiros. 8 casos, 26% das famílias. Observa-se uma diminuição considerável do número de filhos entre estas famílias. As famílias dos *colonos pioneiros* têm predominantemente mais filhos que as famílias definidas como *2ª geração dos Colonos Pioneiros*. Nas primeiras, tem-se de 5 a 12 filhos; nas segundas, de 2 a 5 filhos (em dois casos os filhos são adotivos).

Entre os *pais CFRs* da *2ª geração dos Colonos Pioneiros* observou-se que há um nível maior de escolaridade: foi possível identificar que em 1 caso a mãe tem o Ensino Médio Completo⁹⁰ e em um segundo caso o pai estava esperando concluir este nível de ensino pelo PRONERA; em 2 casos foi possível verificar que os pais tinham o Ensino Fundamental maior (até a 8ª série). Nos demais casos observou-se que os pais estudaram até, no máximo, a 4ª série do Ensino Fundamental. Assim, pode-se dizer que entre os Pais da *2ª geração de Colonos Pioneiros*, 50% têm entre o Ensino Fundamental Maior e o Ensino Médio, e 50% tem no máximo até a 4ª série do Ensino Fundamental. Entre os *pais CFRs Colonos Pioneiros*, foi possível verificar que estes têm pouca escolaridade, em geral demonstram saber ler. Entretanto, não foi possível identificar até que série estudaram.

Os marcos temporal e histórico acima mencionados comuns às *famílias CFRs* desenham a sua condição social e nela as suas características econômicas e políticas, inseparáveis das ações públicas e da dinâmica agrária na história da região Transamazônica. Condição marcada por três processos sociais: a constituição do *campesinato de fronteira* na Amazônia em relação com o *capitalismo autoritário* (VELHO, 1979); a relação das famílias com a estrada Transamazônica, enquanto um fator importante para a posse da terra, atribuindo-lhes a condição de colono e a sedentarização⁹¹ após um passado migratório em busca de terras para trabalhar; a organização social como forma de resistência coletiva e possibilidade de permanência na terra e na região tendo em vista o fim dos investimentos do Estado ditatorial no projeto de colonização.

Estes processos sociais evidenciam-se nas narrativas das trajetórias de vida das *famílias CFRs* feitas pelos pais e/ou pelos filhos, de modo que estas trajetórias podem ser organizadas em três momentos: a) migração para a conquista da terra e abandono do projeto de colonização pelo Estado; b) luta pela permanência na terra e conquistas coletivas; c) dificuldades de gerenciamento dos lotes e arrefecimento da organização social, bem como da vida comunitária. Grosso modo, como se vê a seguir nos qualitativos demarcadores da

⁹⁰ Trata-se da mãe de família que tinha terra própria antes de migrarem para a Transamazônica.

⁹¹ Fato também identificado por Arnauld de Sartre (2001).

trajetória, a terra, seja como conquista, seja como ideal de luta ou organização coletiva pela permanência na região, é apresentada como principal motivadora das suas ações.

A - Migração para a conquista da terra incentivada pelo Estado e abandono do projeto de colonização:

Eles⁹² tão fazendo um livro aí do colono velho, porque daqui nós veio em doze família e só tem eu aqui; os outros venderam o lote, um bocado morreram. [...] **Trouxeram nós pra aí e largaram aí**, como diz o outro. No começo **fizeram a promessa de muita coisa, mas depois deixaram o pessoal aí pela própria sorte** (Pai 1- *Colono Pioneiro*/CFR – 1ª turma. Ano de chegada: 1971).

Na Amazônia a história do campesinato está associada às fronteiras agrícolas, seja em sua fase de expansão⁹³ ou em sua fase pioneira. As *frentes pioneiras* constituem uma dinâmica social cujo resultado é a incorporação de novas regiões pela economia e caracteriza-se pela instauração de empreendimentos econômicos, pois surgem da necessidade direta de produção da sociedade capitalista e não como consequência do “desenvolvimento” (MARTINS, 1990).

A lógica do chamado *capitalismo autoritário*, principalmente na década de 1970, concentrou-se na utilização da agricultura camponesa como fonte de uma certa “acumulação primitiva”. Quadro este que atribui à agricultura camponesa – diferente da agricultura do setor de exportação – uma limitada capitalização (VELHO, 1979, p. 222). As políticas deste período, perpetuando e acentuando suas características nas décadas posteriores, são gestadas em um momento de transição da economia brasileira (e, também, de vários países periféricos da América Latina), marcadamente, de agro-mercantil para urbano-industrial. Desta forma, a efervescência da ideologia nacional-desenvolvimentista – elaborada pela CEPAL⁹⁴, pautada no discurso da dependência do desenvolvimento econômico, para que se tivesse elevação do

⁹² Referência a uma equipe composta por ex-lideranças locais que hoje estão em funções públicas de representação regional ligada ao Partido dos Trabalhadores. Esta equipe estava à época desta entrevista coletando depoimentos dos colonos pioneiros para compor um livro sobre os mesmos.

⁹³ As *frentes de expansão* ligadas à agricultura vêm ocorrendo desde a década de 1950, se intensificam na década de 1970 em meio ao Estado ditatorial; dentre os fatores que forçaram este quadro estão a seca no Nordeste entre 1969-70, o fechamento da fronteira no Paraná e a redução da plantação de café no Centro-Sul. A isto se soma a necessidade de se ter no país a agricultura camponesa para a produção de gêneros alimentícios a fim de se compensar o vazio no mercado interno (MARTINS, 1990).

⁹⁴ A Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL –, surgida no final da década de 40, representou, no campo teórico, a espinha dorsal do nacional-desenvolvimentismo, inspirando, no âmbito da política econômica e do planejamento, a atuação de vários governos periféricos, dentre eles, o Brasil. Tal comissão inaugura o ideário da necessidade de o Estado – a fim de se tirar as economias periféricas do jogo do livre-mercado, controlado pelos países desenvolvidos – ser o promotor do desenvolvimento e responsável pelo planejamento de estratégias voltadas para retirar os países periféricos da condição de exportadores de produtos agrícolas primários (MANTEGA, 1992, p. 32-40). A despeito do que se teorizou nesta fase, as políticas governamentais do Estado, marcadamente clientelistas, atuaram de forma irresponsável e perversa no meio rural, particularmente, distorcendo, por realizar, “pelo alto” ou superficialmente, as diretrizes da CEPAL, o que resultou no aumento da concentração de renda e em todos os demais problemas sociais gerados por esta situação.

nível de vida da população – passou a alimentar os esboços de políticas e projetos de desenvolvimento, direcionados, particularmente, às áreas tradicionais da agricultura brasileira – agricultura camponesa, tida como condição do atraso.

Além destes fatores econômicos já esboçados nas *frentes de expansão*, para a constituição da *frente pioneira* na Amazônia os fatores ideológicos ou políticos, devido ao contexto da ditadura militar, tiveram mais peso que em períodos anteriores, sobretudo a fim de conter o avanço de partidos de esquerda na região amazônica⁹⁵. Sob o discurso de “integrar para não entregar” a colonização conjugada à abertura de estradas – a cada “cem quilômetros de cada lado das estradas em construção seriam reservadas à pequena agricultura” (VELHO, 1979, p. 209) – foi estratégica na *frente pioneira*. Como marca do *capitalismo autoritário* aliado ao objetivo de institucionalizar a agricultura marginal na Amazônia, tornando-a uma espécie de “válvula de escape” para as necessidades econômicas e políticas, os incentivos fiscais estiveram de fato destinados às grandes empresas capitalistas e as preferências destas foram as atividades agropecuárias e de mineração. Contrastando com estes grupos, estava a massa de colonos vindos de várias partes do país, além dos que já se encontravam na região, bem como fazendeiros e latifundiários que em grande medida constituíram as oligarquias locais e promoveram as diversas formas de violência no campo.

A Transamazônica (BR 230) configura-se, dentre as rodovias abertas neste período, a de maior valor simbólico, dada a promessa de integração nacional e de ocupação da Amazônia, e ainda por ter sido escolhida como o principal eixo para colonização oficial de modo a “simbolizar uma nova era” (VELHO, 1979, p. 210) para além de suas reais possibilidades ou viabilidade sócio-econômica, tendo em vista, dentre outros fatores, o contingente de famílias que chegaram aos municípios cortados pela Transamazônica, ou criados a partir dela, ultrapassando o previsto no projeto oficial.

Nas representações dos agricultores entrevistados e de seus filhos, a estrada Transamazônica e o projeto de colonização como viabilidade para a conquista da terra são postos como espécies de marcadores daquela ideia de “uma nova era” no que se refere às possibilidades de melhores condições de vida e trabalho na agricultura, bem como uma

⁹⁵ O PIN e seu complemento, o PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste), por exemplo, foram anunciados pelo Estado em substituição ao modelo desenvolvimentista, pois marcado por uma abordagem interregional cujos objetivos eram incentivar a migração do Nordeste para a Amazônia e desenvolver o forte sentimento de identidade nacional brasileira, neutralizando com isto a esquerda nacionalista para a qual as vastas áreas na região amazônica e sua distância do Centro-Sul colocavam a região como campo visado de atuação política, o que ameaçava as forças conservadoras no contexto de pós II Guerra Mundial.

espécie de ilusão, engano propagandeado pelo Estado revestido de promessas; ambos teriam funcionado como fatores de atração ou mobilizadores da migração:

Ouvia falar muita coisa boa e no final não era nada, nada do que falaram. **A gente de lá [de Alagoas] via as pistas mais linda do mundo da Transamazônica asfaltada que mostravam pra gente as imagem [...]** Era o povo que fazia as entrevistas [servidores do INCRA] com a gente que mostrava as pistas [...], **dizia que chovia todo dia**, aí eu disse: “- vamo embora!”, **porque lá era seca, passava de dois ano sem chover** de jeito nenhum e aí nós viemo. (Pai 7- *Colono Pioneiro/CFR* – 1ª turma. Ano de chegada: 1983).

Chama atenção o fato de que o ideário em torno da Transamazônica, como o acima descrito pelo agricultor chegado na década de 1980, também se faz presente nas explicações acerca do porquê a família teria migrado para esta região, tanto dos pais que chegaram na década de 1970, quanto no caso da família que chegou em 1997:

Nós viemos pela história da Transamazônica e chegemos até aqui [...] **Falavam muito que era um lugar rico. Tinha como que a gente sobreviver mais através do trabalho**. O trabalho não era escasso. O trabalho pra cada um era bem fácil, tinha casa... Era bem rica algumas coisas, por exemplo, **tinha castanha do Pará, cupuaçu, o cacau...**(Ex-aluno 4/CFR-5º turma, 24 anos).

Em acordo com as condições estruturais que motivaram o governo a criar o projeto de colonização, estão as alegações das *famílias CFRs* quanto aos “fatores de expulsão” da terra natal e/ou do último local de moradia – tendo em vista que 70% das famílias entrevistadas fizeram pelo menos duas ou três migrações para estados diferentes antes de chegarem na Transamazônica. Dentre estes fatores destacam-se: catástrofes socioambientais como secas por longos períodos; a condição de trabalhadores agrícolas sem acesso direto à terra e sem condições estruturais para manutenção do trabalho agrícola de base familiar. As *famílias CFRs* por não possuírem terras antes de migrar, viviam na condição de arrendatárias, meeiras em fazendas ou lotes de terceiros ou de parentes (em geral genros, irmãos ou compadres). No caso da única *família CFR*, capixaba, que possuía terras e plantava café, a migração (inclusive dos avôs paternos) foi motivada pela redução da renda do café e pela busca de terras para os filhos casados. A este “fator de expulsão” se soma a necessidade de busca de autonomia frente aos riscos de dependência patronal nas fazendas e grandes plantações. Estes são casos de *pais CFRs* que eram empregados além de arrendatários (2 casos). As falas a seguir exemplificam as condições de vida antes da migração:

Eu **mexia com negócio de carnaubal** né. Porque é... bom, a minha vida é meia comprida, mas só lá eu trabalhava no verão, eu trabalhava na carnaubeira, carnaubal porque naquele tempo dava muito dinheiro o pó e essa firma lá era pra ganhar e eu trabalhava com eles e quando era inverno eu trabalhava numa lanchazinha carregando cereais das fazendas deles lá pros armazéns deles [...]. **O tempo ficou**

fracassado, aí surgiu a Transamazônica, pois bem, aí eu tinha vontade de vim pra cá pro Pará experimentar, porque diz que cearense é um bicho que não sabe donde dorme [...]. (Pai 4- *Colono Pioneiro/CFR* – 1ª turma. Ano de chegada: 1972).

Ah! Na Bahia era cultura, era... eu mexia com arroz, arroz pouco né, só nas vargem, agora, era feijão, milho, né mandioca e as vez uma criaçãozinha de porco [...] também ele [o pai] cuidava desse tipo de coisa, mesma coisinha, é o que tocava lá justamente era isso [...] quem podia criar gado podia; a gente não podia porque não tinha condição [...] lá nós não tivemos terra, e sempre morava na terra dos outro. Agora eu fui criado com um irmão [...] sempre ele teve a terra e sempre a gente morou com ele [...]; meu cunhado também tinha terra, então também a gente morava com o cunhado e às vez com o irmão, sempre lá e cá [...] Levanta a cabeça depois de casado que precisava da terra pra criar os filho, já não tinha mais condição, porque a coisa foi evoluindo, a terra foi encarecendo, por fim a gente terminou não comprando a terra [...] Eu saí por Paraná, fui em busca de um pedacinho de terra, gostei de lá, terra boa sem dúvida, agora só que não deu pra mim é que tem aquele negócio de terremoto, aí a gente ficou com medo [...] A gente voltou pra Goiás, lá eu morei quatro ano, gostei de lá, só que o sistema de terra ... naquela época o campo não dava [...]. Em 68, só, eu vim sem a família pra Vila Rondon, aí botei na cabeça que era o Pará [...] já se falava em Altamira só que não tinha Transamazônica, tava é o projeto, mas aí em 79 veio tudo com destino pro Brasil Novo [...] (Pai 8- *Colono Pioneiro/CFR* – 1ª turma. Ano de chegada: 1979).

A fronteira agrícola constitui-se, portanto, em um importante marco da *campenização* e por vezes de *recampenização* no Brasil; mesmo dentro de uma lógica perversa de reprodução do capitalismo. A fronteira representa um *tempo-lugar* de possibilidades para o desenvolvimento da pequena agricultura (VELHO, 1979).

As condições de chegada na região deram-se basicamente de duas formas: por meio do cadastro e assistência do INCRA⁹⁶, ou de forma “espontânea” por meio de locação de caminhões feita por grupos de famílias vizinhas e/ou parentes:

Eram 12 famílias, não tinha ninguém conhecido, se conheceram no caminho [...] só queriam [os servidores do INCRA que faziam o cadastro das famílias] gente que tivesse de 4 filhos pra cima [...] nós viemo, quando nós saímos de Goiânia até Anápolis, era doze homem mais as famílias, a gente parecia que ia pro céu, o que era de reportagem, nego filmando a gente tudo! Chegando em Anápolis tinha uma mesa que ia como daqui, lá, no meio da casa assim, no restaurante achava um jeito tudo pra gente almoçar, jantar; aí de lá pra cá viemo, aí quando cheguelmo nesse meio de mundo em 71 essa estrada não era tão boa, avistemo que não era assim tão boa. Aí cheguelmo, fomo prum lugar no Tapajós em Belém, perto do Guamá. [...] tinha um lugar lá que o INCRA tava trazendo esse pessoal de todos os estados do Brasil [...]. Aí quando nós tava um mundo velho de gente, tinha 1200 pessoas lá pra modo de vim, era mulher, menino tudinho [...]. Aí jogaram nós dentro de Altamira. Em Altamira só tinha uma casinha lá, uns armazém que vendia aqui uma farinha, não tinha nada de assim que desse pro pessoal se alimentar tudo num dia. (Pai 1- *Colono Pioneiro/CFR* – 1ª turma. Ano de chegada: 1971).

As famílias chegadas durante a década de 1970, inicialmente, ficaram cerca de seis meses em um assentamento provisório⁹⁷ do INCRA situado a 23 km da cidade de Altamira,

⁹⁶ Órgão do Estado responsável pelos Projetos Integrados de Colonização e que previa o assentamento de 100.000 famílias em lotes de 100 hectares na Transamazônica.

denominado de João Pezinho, ou no Km 40, próximo ao atual município de Brasil Novo. Estes assentamentos, segundo os relatos, funcionavam como uma espécie de ‘tempo’ para as famílias acostumarem-se às condições climáticas, enquanto se abriam as agrovilas e se demarcavam os lotes, o que, na maioria das vezes, foi feito pelos próprios pais de família, seguindo orientações do INCRA:

[...] E aí o INCRA o que é que fez? Não pode deixar esses pessoal amontoado aqui. E aí pegaram no João Pezinho. **O João Pezinho tinha feito uma abertura até lá adonde é a 23 hoje. E aí trouxeram o pessoal aí e jogaram de dentro, um bucado de barraca dentro**, tudo barraquinha baixinha assim. Danado encarou mais doido do mundo e **o pessoal tudo achando ruim não queria ficar**. Até que eles tinha assim umas quarenta barracas de palha ali no quarenta e aí foi todo nós pra lá. Aí eles mudou aqui pra frente e nós ficamos pra lá. **E aí nós fomos entrando aí cada um pegando uns lote** e aí... mas eles não queriam que trabalhasse, porque sei lá! Medo, **o cara não podia fazer nada aquele ano, por que não sei o quê, podia adoecer, medo de o cara adoecer e dá trabalho** [...]. Aí ficamos seis meses lá. **Eu mesmo vim, nós veio, chegamos, pegamos uns lote aqui, eu lembro até pelo mapa, nós viemos até ali, o cara falou que as terra toda era igual, aí nós pegamos**, depois teve a coisa da gente trocar os lotes, mas eu não quis. E aí fiquei aí, tô até hoje aí, mas a vida aqui não foi fácil não. (Pai 1- Colono Pioneiro/CFR – 1ª turma. Ano de chegada: 1971).

Assim, a abertura de lotes pelos colonos não foi feita sem conflitos em diversos casos, especialmente com fazendeiros já instalados nas áreas ou com índios:

Esse lote aqui foi “comprado”, como é que se diz, na raça, não é na raça em todo ponto falando porque **essa área aqui se dizia ser de fazendeiro**. O meu vizinho do lote aqui até me deu muito conselho pra não entrar nesse lote que **os lote era dos fazendeiro do Paraná e eles não abria mão pra ninguém e naquela época tinha uma pessoa que vigiava** [...] nessa emergência, parece que mataram alguém de lá pro Paraná, chamaram ele pra lá e não voltou mais. **E eu entrei no lote, eu precisava de trabalhar e não levou dois ano o INCRA veio e me assentou no lote** [...] **Pra cá, veio sete família comigo** [...] **Tudo conhecido e a maioria da família**. Graças a Deus **todos eles conseguiram terra, a maioria foi nesse travessão, mas tem umas que ficou lá no 95** [vicinal 95 sul], eles tinha conseguido, **todos conseguiram nesse travessão porque tem uma área aqui que é área indígena** e naquela época dizia ser da Cootrijuir⁹⁸. Cootrijuir como é? Fez os pique dessa área foi forte. Com a desistência da Cootrijuir os colono entrou muito, muito nesse travessão, no de lá [do 95 sul], tudo por tudo e depois passou a ser da FUNAI, **e a Federal veio e tirou todo mundo sem direito a nada** [...](Pai 8- Colono Pioneiro/CFR – 1ª turma. Ano de chegada: 1979).

Os meados da década de 1970 e, principalmente, “os anos iniciais da década de 1980 na Transamazônica”, coincidem com o auge da recessão provocada pela crise do modelo de intervenção estatal via projeto de colonização agrícola (SIMÕES, 2002). Desta forma, entre as

⁹⁷ Neste período, as famílias receberam doações de alguns alimentos trazidos pelo INCRA (por vezes jogados dos helicópteros em movimento que não chegavam a aterrissar, a exemplo dos pacotes de charques destacados pelos colonos entrevistados) e uma ajuda de custo que os colonos chamam de “salário”.

⁹⁸ Trata-se de uma cooperativa do sul do país que na década de 1970 havia sido responsabilizada para assentar famílias na região da Transamazônica; segundo informações dos colonos isto não ocorreu.

famílias CFRs que chegaram após a década de 1970, são comuns relatos de que passaram em média dois anos no município do Brasil Novo trabalhando como meeiros ou arrendatários em lotes de terceiros até conseguirem recursos financeiros para a compra do lote próprio, quase sempre por meio da venda de arroz ou de animais de pequeno porte:

Em 75 nós chegemo, nós se apossemo no km 100 e comecei a trabalhar com outros né, que nosso dinheiro só deu pra chegar aqui, só chegar aqui e pronto, e aí chegemo aqui, fizemo e não tinha condição nem de ir pra frente [...] **aí peguemo empreitada com os outro pra derrubar mata, roçar mato e plantemo as primeira**, foi em trato com os outro e até que foi na época, foi no primeiro ano mesmo, **nós colhemo quase 600 sacas de arroz no nosso nome e aí nós demo de entrada** [...] aí nós paguemo a metade, não deu pra pagar tudo, aí no outro ano acabemo de pagar o lote. [...] **Já o meu lote eu peguei nem me lembro, acho que em 83, 84** [...] Eu comprei, mas fui praticamente assentado porque já saiu no meu nome, **eu paguei a terra num serviço de um senhor que roçou aqui um pedacinho, mas no nome dele não tava na época, e ele resolveu não ficar aqui e aí transferiu pra mim** [...] (Pai 5 – 2ª Geração dos *Colonos Pioneiros* / CFR 5ª Turma. Ano de chegada da família de orientação: 1975).

As *famílias CFRs* que chegaram durante a década de 1970 estão hoje situadas nas áreas de colonização antiga que têm cerca de 30 anos, em geral em lotes de 100 hectares e localizadas na faixa da estrada (BR 230) ou até 20 km da faixa. As famílias que compraram os seus lotes, em geral dos primeiros colonos que emigraram para as cidades ou outros estados durante a crise inicial do projeto de colonização com o fim do I PIN em 1975, estão situadas em áreas mais distantes, cerca de 25 a 45 km da faixa. Também é comum encontrar estas famílias em áreas cuja ocupação se deu cerca de dez anos após o início da colonização, principalmente na vicinal 130 norte. Os *pais CFRs* que compõem a 2ª geração dos colonos pioneiros também estão localizados nos lotes e nas vicinais mais distantes, em geral.

Segundo Sablayrolles; Rocha (2003, p.40) “o Incra concentrou os sulistas nas melhores terras [terras roxas ou mistas] do lado oeste [do PIC Altamira]”. Notadamente, estes desenvolveram-se como cacauicultores, diferentemente das famílias assentadas nas “terras fracas”, a exemplo das famílias da CFR de Medicilândia, que apesar de localizadas no lado oeste da Transamazônica residem nas áreas denominadas “terras brancas”, geralmente localizadas do lado norte de Medicilândia, consideradas “as mais fracas”. Segundo pode-se ler abaixo, trata-se principalmente da área que foi institucionalizada na década de 1990 como PA Surubim, que compreende as áreas entre as vicinais 70 norte até 120 norte:

A maioria dos alunos é do PA Surubim, lá tem mais terras fracas, e a CFR ela procura tá trabalhando a questão da agricultura familiar; tem maior dificuldade o pessoal do PA de participar dos cursos oferecidos nas escolas da prefeitura; tem mais jovens com idade de trabalho no lote e têm que se deslocar pra estudar, pois a oferta é mais rara, então a opção da CFR se torna melhor, daí as famílias do PA Surubim aderem mais à proposta da CFR (Liderança local/STR).

No lado sul de Medicilândia, a predominância é de “terra roxa”, propícia ao cultivo de cacau; porém ocorrem aí faixas de terras brancas onde se localizam muitas das famílias de alunos da CFR, inclusive muitos da primeira turma. Assim, dentre as 27 vicinais que compõem a zona rural de Medicilândia, a atuação da CFR vem se concentrando nas seguintes:

QUADRO 2: VICINAIS DE ORIGEM DAS FAMÍLIAS CFR/MEDICILÂNDIA

VICINAIS CONTEMPLADAS	Nº DE ALUNOS					
	1ªTURMA	2ªTURMA	3ªTURMA	4ªTURMA	5ªTURMA	TOTAL
70 – 75 sul	6	-	-	2	1	9
80 – 85 sul	-	1	-	1	-	2
90-95 sul	1	-	-	1	1	3
100 -105 sul	-	1	-	-	-	1
100-105 norte	3	7	7	7	4	28
110-115 (117) norte	6	1	1	1	4	13
120-125 norte	2	-	-	1	1	4
130 – 135 norte	1	-	3	2	2	8
Não declarada	-	2	-	-	-	2
Total	19	12	11	15	13	70

Fonte: dados de campo/2009.

Elementos típicos da idéia de fronteira como utopia, sobretudo na conquista da terra, são recorrentes na relação que os agricultores entrevistados apresentam com o lote enquanto um patrimônio ou “território” familiar, pois lugar de vida e de trabalho tal como destaca Wanderley (1997, p. 28), onde se projeta a trajetória do grupo doméstico, a reprodução das gerações posteriores, bem como se desenha um projeto de futuro no qual a garantia da autonomia seja viável frente à experiência anterior de ameaça à sobrevivência e frente ao constante risco de os filhos irem para a cidade:

Meu lote não tem negócio pra ele não; eu posso até abandonar, mas vender não. **Depois de todo sofrimento, esperei pela estrada, fiquei lá morando sozinho, casei, constitui família com toda dificuldade,** carregando menino nas costas, passando por dentro de igarapé porque não tinha ponte, eu bebi água, quase me afogava nesses garapé [...] **agora a gente já tem uma estrada, não tá rodando carro, mas a gente tem, e agora por último a gente tem energia no lote; eu não vou vender meu lote não!** (Pai 6 – 2ª Geração dos *Colonos Pioneiros* / CFR 5ª Turma. Ano de chegada da família de orientação: 1973).

[...] **o filho do agricultor tem que ficar no lote, se casar no lote, vai criar a família no lote porque aí o seu lote vai produzir, você vai morar no lote e a sua família e a sua descendência vai tá no lote** [...] olha, na nossa cabeça quem vai pra cidade não volta mais pra terra, não volta mesmo [...] **são raros os casos de filho de colono que voltou,** e infelizmente as pequena cidade não oferece trabalho pra seu menino, tá todo mundo desempregado, vira um monte de filho de colono [...], aonde que a gente percebeu que **tem que ficar na terra e isso porque a gente gostava de roça mesmo e que gostava dos pés de lavoura, de olhar, de examinar** [...] (Pai 5 – 2ª Geração dos *Colonos Pioneiros* / CFR 5ª Turma. Ano de chegada da família de orientação: 1975).

Uma das características singulares da condição camponesa, presente nos elementos sócio-econômicos acima que também, em muito, revelam uma espécie de economia moral desta condição, consiste no valor material (enquanto fator de produção) e simbólico que é atribuído à terra. Tendo em vista que a economia camponesa, segundo Mendras (1978, p. 49), é uma *economia não-monetária*, a terra não é considerada um capital no sentido de que não engendra lucro (cf. Idem, p.46-7), assim como o gado ou qualquer outro elemento que constitua o patrimônio do grupo familiar. Esta idéia também é compartilhada por Wolf (WOORTMANN, 1995, p. 45), para quem a terra, a propriedade camponesa, é tanto uma “unidade econômica quanto um lar”. Isto porque, “[...] a preocupação dominante do camponês é a perpetuação do sistema, a manutenção de seu gênero de vida e a continuidade de sua família, grupo doméstico e linhagem” (MENDRAS, 1978, p. 46).

Apesar das esperanças e projetos de futuro dos agricultores depositados no Projeto de Colonização, o apoio anunciado pelo Governo Federal quanto ao incentivo de transportes e à infra-estrutura básica de habitação, saúde, educação, bem como uma estrutura pública de assistência e acompanhamento através das unidades do INCRA instaladas nos municípios de Altamira e Rurópolis, não permitiu, desde o início, a sobrevivência das famílias (BRASIL. MMA, 2006, p. 13). Ou seja, o próprio *espaço-tempo* de migração na fronteira agrícola parece ter sido signo de projetos de futuro e autonomia, mas também fonte de precariedade e instabilidade dada a insuficiência de atuação da ação pública.

Notadamente, esta instabilidade é derivada da ação pública por duas razões: a primeira diz respeito ao não provimento das condições básicas para instalação das famílias de agricultores de diversas regiões, portanto, com tradições de trabalho adequadas à sua região de origem, distintas da área de floresta equatorial onde foram instalados. A segunda diz respeito ao fato de que a ação pública previa subsídios creditícios, assistência técnica de programas especiais, conforme Peixoto (2002, p. 28) analisa, concentradores e excludentes, pois não eram acessíveis à grande maioria dos agricultores descapitalizados, e muito menos condizente com suas formas sócio-produtivas, a exemplo do PROALCOOL, PRONAZEM, PROPEC, PROTERRA, dentre outros.

Entre os anos de 1973 a 1982, no âmbito dos estabelecimentos agrícolas ocorreu uma evolução de lavouras brancas, sobretudo do arroz, a partir da técnica da coivara, ou seja, desmatamento/queimada da floresta. Os produtores no início recebiam o apoio de órgãos públicos para armazenagem e garantia de preço e de compra da produção através da CIBRAZEM. O Branco do Brasil oferecia créditos para as lavouras brancas (arroz, milho, feijão, mandioca) (PEIXOTO, 2002, p.30). Em 1976, os agricultores receberam

financiamentos para a pimenta-do-reino, primeira lavoura perene implantada na região, subsidiada pelo Banco do Brasil, com a assistência técnica da EMATER. Ainda neste ano a CEPLAC concentra esforços no programa PROCACAU, também por meio de créditos subsidiados, porém a maior concentração desta cultura foi nas zonas de terra roxa. No final da década de 1970 a política creditícia concentrou-se na implantação de cacau, pimenta-do-reino (que abrange o conjunto da região, principalmente as zonas de terra mista) e café (plantado em quase toda a região) (SABLAYROLLES; ROCHA, 2003).

Dentre as *famílias CFRs* de *colonos pioneiros* observa-se que as que chegaram até 1982 obtiveram créditos para financiamento de lavoura branca e perene, sendo mais comum a pimenta-do-reino e o café, tendo em vista os tipos de solos em que foram instaladas. As famílias que chegaram posteriormente alegam ter recebido créditos subsidiados para lavouras brancas durante a década de 1980; destas, foram identificadas apenas 3 famílias que receberam créditos para implantar lavoura de cacau neste período⁹⁹. Apesar destas possíveis fontes de capitalização das *famílias CFRs*, invariavelmente, os pais e *jovens* entrevistados narram esta experiência agrícola com os seguintes elementos: inconstância nos tipos de lavouras financiadas, sem a participação dos colonos na definição das mesmas; inadequação do tipo de lavoura ao tipo de solo; pouca rentabilidade e fracasso ou “não funcionamento” destas iniciativas. A fala seguinte ilustra como as famílias representam estas questões:

[...] aí é aquela coisa né, a gente vem trabalhar, **uma hora é uma cultura, outra é outra**, sempre como é... **a terra ela não é apropriada pra cacau; pimenta-do-reino a gente sempre plantou aqui, mas não sei porque que a gente plantou quando a doença já tava na área, não funcionou**, não deu mais ou menos nada. (Pai 8- *Colono Pioneiro*/CFR – 1ª turma. Ano de chegada: 1979).

As condições estruturais na Transamazônica, marcadas pela negligência da ação pública – denunciada nas falas dos colonos por meio de expressões como “jogaram a gente aí” e por meio de sentimentos recorrentes de terem sido enganados pela propaganda em torno da estrada – se agravam principalmente a partir de 1974, quando se encerra o período de vigência do I PNDE, o que representou a retirada gradativa da ação do INCRA na região e a redução de recursos para o Projeto de Colonização¹⁰⁰.

⁹⁹ As *famílias CFRs* identificadas como da 2ª geração de *colonos pioneiros* em geral conseguiram terras no final da década de 1980, assim receberam financiamentos já na década de 1990.

¹⁰⁰ Um dos fatores que levou ao abandono do Projeto de Colonização foi a inflexão da ação pública, representada, pelo lançamento do Poloamazônia para exploração de minerais e madeireiros em 1975. Com a criação do Poloamazônia, a pecuária bovina obteve maiores incentivos, intensificando uma tendência já presente desde a construção da rodovia Transamazônica com o incentivo do Estado através da demarcação das glebas destinadas a fazendeiros e da distribuição de créditos.

Alguns outros acontecimentos agudizaram a situação sócio-econômica principalmente dos agricultores (pois o contexto de isolamento geográfico e ausência da ação pública se davam também nas zonas urbanas da região), a saber: como a Transamazônica era uma área federal, o Governo Estadual não a assumia como sua jurisdição; a partir de 1974, com a instalação da Usina Abraham Lincoln, aumentou o fluxo de colonos atraídos pelo crédito facilitado pelo Banco do Brasil para plantar cana-de-açúcar (MONTEIRO, 1996, 75)

¹⁰¹

B - Luta pela permanência na terra e conquistas coletivas

Olha, eu comecei participar dessas organizações geralmente no ano de 78, por aí, mas **como igreja; depois a gente mesmo que criou, eu ajudei a criar, o sindicato de Medicilândia [...].** É o seguinte, que se falar como **a gente não tinha nem nada, aí disseram que pra conseguir alguma coisa tem se organizar e além disso a camada mais dos pobres seria o sindicato,** então vamo formar o sindicato [...] (Pai 5 -2ª Geração dos *Colonos Pioneiros* /CFR-5ª turma. Ano de chegada da família de orientação: 1975).

A origem das primeiras formas de ação coletiva na Transamazônica é marcada por contornos comunitários de sociabilidade, cuja influência de um conteúdo e ação religiosos e cristãos aliadas à situação comum de instabilidade do Projeto de Colonização e isolamento aglutinaram os migrantes no que se poderia ler como uma ‘comunidade de intercâmbio social’, cujos fatores de motivação, como os apontados por Weber (1991, Vol I, p. 269), são aspectos exteriores, especialmente os das diferenças no modo de viver habitual, geradas por alguma causalidade histórica.

Inicialmente a situação de isolamento, confronto com ambiente físico estranho (floresta virgem), quadro institucional pré-fabricado e não funcional, geraram de forma difusa um ‘sentimento de não estar em casa’, mobilizador, como aponta Hébette et all (2002, p.193) de formas de solidariedade a partir de relações de parentesco e vizinhança ou de origem regional. É recorrente na memória dos *pais CFRs* este *tempo-espaco* inicial de uma espécie de coletivização das ações para viabilizar a permanência nos lotes, através de relações em geral constituídas por grupos domésticos de irmãos, tios, primos e, em poucos casos, de avós, bem como de famílias que migraram mais ou menos no mesmo período (no caso de famílias que não se conheciam). Estas famílias demarcaram os lotes juntas, portanto mantiveram por

¹⁰¹ Segundo Sablayrolles; Rocha (2003 p. 44) tratava-se de pequenos proprietários mais capitalizados. Uma parte destes ‘novos colonos’ é chamada de ‘sulistas’, por terem vivido em estados da região Sul, nas ocupações do Paraná, incentivados pela possibilidade de trabalho nas plantações de café nos anos 1950 a 1960, apesar de não serem todos desta região.

muitos anos lotes próximos uns dos outros, facilitando a criação de redes de solidariedade local, mesmo em meio ao isolamento geográfico, especialmente nas estações chuvosas. As narrativas abaixo ilustram estas características da forma de sociabilidade em que a migração e a conquista da terra parecem funcionar como causalidades históricas fundantes do grupo social:

Não era só a gente lá de Parnaíba, nem Maranhão não, era de outros lugar também, que vinha gente de tudo... [...] Aí:”- Vamo tirar lote agora? “- Vamo tirar lote!”. Aí nós viemo, quando nós chegamo no setenta [Vicinal 70 sul], **gente entramo, aí quando nós chegemo era nós cinco nessa viagem que nós ia tirar lote, veio eu, Pedro, meu irmão, o Quinca e Zé Feitosa e outros companheiros**, aí quando nós chegamos pra cá do setenta não tinha estrada, **nós encontramos outro companheiro** [...] **Quando nós chegamo, ela não tinha estrada, nós viemo entrando por uma vareda**, ele disse que vinha uma estradazinha que os trator ia fazer estrada, aí nós entramo fazendo vareda, eu marquei este lote e junto com os outros homem que marcaram pra trás. [...] **Mesmo lote que a gente tá hoje, desde 72...**[...] eles fizeram uma carteira, nós viemo; aí quando foi poucos dias, **nós entramo pra cá pra trabalhar, nós cinco, nós trabalhava num mutirão, os cinco, era. Nós trabalhava um dia pra um, um dia pra outro, um dia pra outro, e o menino meu, o mais velho ele vinha, que era o cozinheiro** e pra onde nós vinha tinha que levar ele, porque a onça nesses matos era o que existia [...] **Nós sempre plantava, fazia um mutirão, o mutirão sempre tava junto, aí como aqui entrou mais gente, nos se organizamo, aí trabalhava sempre no mutirão** que era sempre o mais melhor, nós recebia esse pouquinho do INCRA [referência ao primeiro crédito subsidiado para arroz] que dava pra sobreviver e graças a Deus hoje nós tamos aqui, **a maioria foram embora, aqui, daqueles mais velho que vieram, só tem eu e o Pedro, meu irmão, os outro tudo já foram em 75, 80** [...] (Pai 4- *Colono Pioneiro/CFR* – 1ª turma. Ano de chegada: 1972).

Em grande medida, esta forma de sociabilidade comunitária foi potencializada pela coesão confessional das agremiações religiosas referendadas na Igreja Católica, e aos poucos se traduz em trocas de serviços mais amplos como hortas comunitárias, ‘jornalzinho’, máquinas comunitárias, cantinas e Revendão Comunitário, de modo a constituir um “espaço semi-público de resistência e elaboração de projetos coletivos em pequena escala” (HÉBETTE et al , 2002, p.209), bem como alfabetização e escolarização inicial dos migrantes e de alguns de seus filhos (em experiências quase informais, dada a ausência do Estado).

Neste início da organização social, denominado ciclo de Atomização das Lutas, as únicas formas possíveis de convergências de ações eram dadas pela função mediadora de entidades confessionais (RIBEIRO, 2003; MONTEIRO, 1996), notadamente das pastorais católicas que atuavam através da animação dos trabalhos nas comunidades rurais, incentivando e promovendo reuniões, cultos, experiências populares de escolarização e encontros de formação, refletindo com os agricultores sobre as razões políticas e estruturais que os haviam levado para a Transamazônica. Dentre os objetivos deste ‘trabalho de base’, estavam, junto à discussão sobre os problemas da região, o incentivo, formação e mobilização

quanto ao papel dos sindicatos dos trabalhadores rurais até então com caráter patronal. As falas abaixo destacam estas formas de organização, as estratégias, a relação com grupos adversários política e economicamente, e ainda a participação das mulheres e de lideranças eclesiais:

É muito difícil, muito difícil e naquela época muita gente que se dizia ser, não era! Quando foi pra formar a Delegacia Sindical eu acompanhei do princípio ao fim, **a gente começou ali no Santo Limana¹⁰² né, às escondidas**, de Santo Limana a gente **teve um estudo no Severino Paulino de Medeiros, no quilômetro 100 e também lá dentro do cacau fez um barraco no mato porque tinha muitos espião, a perseguição era muito grande né [...]** os **espião vinha do lado do latifúndio**, nunca queriam não, nunca concordou e nem vai concordar até porque a direção deles é uma e a nossa é outra. Então foi totalmente difícil; de lá de Severino Paulino, a gente **teve um estudo de dois dias no município de Uruará, no lote do Raimundo Pereira**, trata de Raimundo Cabeludo, e de lá começou a andar [...] o grupo mesmo que achou é: um era do Mourão da Porteira, o Zé Geraldo, ele foi o primeiro delegado sindical que nós tivemos em Medicilândia; tinha o Bento Xavier que é meu genro e mora em Medicilândia [...] eu fui da diretoria algumas vezes mas pelo conselho fiscal, inclusive agora eu sou do conselho fiscal [...] **Isso aí minha filha, era gente que queria matar freira, matar delegado sindical [...]** (Pai 8- *Colono Pioneiro*/CFR – 1ª turma. Ano de chegada: 1979).

[...] os **grileiro não queria que formasse o sindicato**, eles sabia que **o sindicato era um direito dos agricultor e então nós pelemos e lutamos pra poder fundar esse sindicato** porque não tinha jeito, porque aqui era os de Prainha, então pra fundar esse sindicato aqui foi, eu sei que um foi o Zé Geraldo, que é deputado hoje, foi o Moacir, eu sei que foi umas três pessoas daqui pra Prainha, **trouxeram o presidente do sindicato de Prainha pra cá pra poder aqui fundar-se uma delegacia [...]** eram bem umas 50 pessoas, **homem, tinha mulher também, sempre as mulher, a própria Lenir era uma das lutadoras daquele tempo e muitas outras mulheres**, até as que saíram daqui, participavam... Tinha muita mulher também que era quente mesmo... Que botava quente era mesmo... [...] **nós fazia as reuniões escondido no mato com medo**, era como medo da avaliação do povo, nós fazia lá escondido, ainda **ficava gente na faixa prestando atenção quem era que chegava; desconhecido, se entrasse uma pessoa desconhecida, corria e avisava** uns cidadãos lá na casa, nós fazia uma vareda e ficava lá dentro na beira do igarapé, **era uma reza do mato, era as irmãs, era as mulheres, as irmã mesmo, e padre e todo mundo, era a maior união do pessoal unido pra poder ver se escapava, fizemos muitas reuniões aqui no 70 mesmo, do lado do sul, do norte [...]**(Pai 4- *Colono Pioneiro*/CFR – 1ª turma. Ano de chegada: 1972).

Estas foram as “primeiras iniciativas de movimento” (BRASIL. MMA, 2006, p. 17), quando as equipes de lideranças comunitárias e eclesiais, enquanto parte da ação pastoral da Igreja Católica nas prelações do Xingu e da Diocese de Santarém e de Itaituba, inseriram-se em alguns pontos da região, principalmente do lado Oeste do PIC Altamira e Itaituba através das Comunidades Eclesiais de Base.

Os debates convergiam para a conquista de espaços públicos pelos agricultores através da formação das Delegacias Sindicais. É importante observar que esta fase corresponde aos anos de provável maior instabilidade econômica para as famílias

¹⁰² Trata-se de um dos *colonos pioneiros*.

permanecerem nos lotes e na região dada à finalização do I PIN e o efetivo “abandono do Estado”¹⁰³. Em 1975, frente ao quadro de falência da agricultura familiar nos moldes em que vinha sendo conduzida, cerca de 40% das famílias de colonos assentadas pelo INCRA já havia abandonado o projeto e regressado às regiões de origem (MONTEIRO, 1996)¹⁰⁴. Ficaram na região Transamazônica principalmente os colonos que haviam implantado culturas perenes (grupo em que se incluem os *pais CFRs*). Estas culturas entraram em fase de produção no início da década de 1980, sendo que a “fase áurea” deu-se somente após 1984, proporcionando então uma “forte acumulação econômica para a região” (SABLAYROLLES; ROCHA, 2003 p. 46).

Assim estas famílias teriam ficado cerca de dez anos (entre a retirada da ação pública e a fase de geração de renda das culturas perenes) em condições adversas de sobrevivência, porém em intensa mobilização local e gradativamente regional a partir dos grandes encontros entre os anos de 1987 a 1989.

A partir desta organização de base sindical, entre as décadas de 1980 a 1990, assiste-se, por exemplo, a importantes conquistas que construíram as possibilidades de resistência e permanência na região. Em 1983, foram criadas as delegacias sindicais regionais de Medicilândia, Uruará, antigas áreas pertencentes ao município de Prainha. O fortalecimento das delegacias sindicais tornou-se então bandeira de ação coletiva a fim de se conquistar a emancipação daqueles municípios e a consolidação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, “[...] tornando-se [os STRs] mediadores políticos das relações sociais e econômicas, com inserção rural e urbana, uma vez que as duas realidades são muito próximas nas áreas de colonização” (BRASIL. MMA, 2006, p. 20).

O final dos anos 1980 e o início dos anos 1990 são marcados por uma nova crise econômica, desta vez dos cultivos permanentes (café, cacau, pimenta-do-reino), a qual representou, na análise de Simões (2002, p. 2), uma crise política devido à ausência e desinteresse do poder público em desenvolver a região; e uma crise agroecológica, com a redução dos rendimentos destas culturas, a perda da fertilidade dos solos e o aumento dos problemas fitossanitários, como a fusariose e a vassoura-de-bruxa. Este quadro foi agravado com a redução do crédito agrícola a partir de 1985. Neste contexto, a organização sindical dos

¹⁰³ Monteiro (1996, p. 31), ao analisar esta fase inicial de ocupação da região e da organização social, destaca que os elementos de identificação coletiva e auto-reconhecimento/nomeação são marcados pelo sentimento comum de “banidos da terra natal”, “pertencentes a uma região específica do Estado”, “sobreviventes de um projeto [de colonização] fracassado”, “moradores de uma região abandonada pelo Poder Público.

¹⁰⁴ Apesar desta dinâmica populacional na Transamazônica, a partir de meados da década de setenta, ao que indica Hurtienne, a região norte nos anos setenta e oitenta permaneceu como uma região predominantemente de imigração. Na década de setenta a taxa anual da região foi de 5%, acima da taxa natural; nos anos oitenta a taxa de crescimento populacional caiu para 3,8% (2001, p. 220), certamente por conta dos fatores acima elencados.

agricultores intensifica as mobilizações pela criação de novos municípios: Uruará, Medicilândia, Rurópolis e Pacajá. Este seria um meio de “[...] aproximar o poder de decisão da população e ter maior poder de ações e controle sobre a administração pública [...]” (BRASIL.MMA, 2006, p. 2). Desta forma, em 1988 foram criados os municípios de Pacajá (ex-território de Portel); Medicilândia (ex-território de Prainha) e Uruará (ex-território de Prainha). Em 1995, é criado o município de Anapu (ex-território de Senador José Porfírio) (SABLAYROLLES; ROCHA, 2003, p. 43).

Nos anos 1990, como já comentado em outro momento, as principais reivindicações e conquistas das organizações sociais concentraram-se no FNO Especial. Este crédito teria se configurado, segundo a avaliação das lideranças e dos beneficiados, em possibilidade de permanência das famílias nos lotes, após as crises econômica e agroecológica das culturas perenes acima comentadas.

Entre as *famílias CFRs*, foi possível identificar que 81% receberam FNO¹⁰⁵. As demais famílias apresentam pouco investimento no lote e, contrastivamente àquelas que afirmam ter recebido, apresentam menor condição econômica expressa no estado das residências, bem como no fato de não possuírem motocicleta – veículo ao qual é atribuída considerável importância pelas famílias, tendo em vista a necessária locomoção nas vicinais e para Medicilândia. Dentre as localidades ou vicinais que mais receberam FNO Especial, os entrevistados (*joventes CFRs* e lideranças do STR) destacam o PA Surubim.

Após quase 20 anos de cultura perene, a introdução do gado nos primeiros anos da década de 1990, e os créditos, bem como financiamentos para infra-estrutura a partir de 1996 com o PRONAF, possibilitaram uma estabilização econômica destes agricultores ou uma transição para tal. Segundo estudos específicos, os sistemas de produção nos lotes que tiveram esta trajetória, onde se incluem os lotes das *famílias CFRs*, caracterizam-se pela “[...] predominância do componente pecuário nos sistemas de produção familiares [...]”, com pouca atenção às lavouras brancas e aos cultivos perenes (SIMÕES, 2002, p. 13).

Do ponto de vista político, as *famílias CFRs* vêm compondo o público constitutivo da ‘base’ das organizações representativas dos agricultores, bem como ocupando as funções públicas nas mesmas, sejam elas sindicais, partidárias, associativistas ou comunitário-

¹⁰⁵ Apenas 19% das famílias estão classificadas entre as que não receberam ou não foi possível identificar se receberam, tendo em vista que não expressaram afirmativamente ou negativamente com precisão o recebimento deste crédito agrícola. Em geral, as famílias manifestam um certo constrangimento ao falar do FNO, sobretudo as famílias com menos recursos econômicos. Ou então é comum encontrar famílias que ao falar deste crédito iniciam dizendo de uma forma defensiva: “já paguei o banco, não devo mais nada”. Em dois casos, os pais tentaram evitar minha presença, pois pensavam que se tratava de uma entrevista do banco para cobrança da dívida do FNO.

religiosas (onde se incluem grupos de vizinhos, grupo de mães, grupos de jovens, equipe de condução/organização dos cultos e missas, times de futebol, grupos de trabalho com saúde alternativa).

Do ponto de vista da sociabilidade, é possível caracterizar as *famílias CFRs* como fazendo parte de um círculo de relações para além das familiares: vê-se a inserção social destas famílias na vizinhança e nos espaços e ações coletivas ligados à igreja (barracão comunitário, festas em comemoração ao dia do/da padroeiro/a ou para arrecadação de recursos para a comunidade); bem como a inserção social mais ou menos intensa destas famílias nas ações e *lugares sociais* mais próximos ao espaço da cidade, especialmente, os ligados ao STR, associações e cooperativas (reuniões, assembléias, passeatas, encontros...). Por este motivo, observa-se também que os grupos externos ou “urbanos”¹⁰⁶ que mais intervêm na vida local são os ligados ao STR aos partidos políticos, principalmente o PT, além das lideranças eclesiais.

A relação com o meio urbano ou com a cidade dá-se ainda mediada por necessidades de serviços como transações bancárias, aposentadoria, compras em supermercados, lojas ou feiras, vendas de produto, principalmente a farinha (quando se tem disponível para comercializar). A ida à cidade, feita na maior parte das vezes nos *carros de linha*¹⁰⁷, senão em motocicleta, também se dá orientada pela necessidade de visitas a parentes e eventualmente pela participação em reuniões no STR (prática mais comum entre os homens, pais de família), e missas ou festas na Igreja. Com menor frequência as famílias também se dirigem à Medicilândia para tratamento de doenças; em casos mais graves dirigem-se geralmente à Altamira.

Considerando as características sócio-econômicas e políticas sintetizadas nos parágrafos anteriores, seria possível tipificar as *famílias CFRs* em quatro grupos, de acordo com os seguintes elementos definidores: a) do ponto de vista político, destaca-se a maior

¹⁰⁶ Apesar de a sede do STR estar localizada na cidade e seus dirigentes aí residirem, estes mantêm lotes, em muitos casos com plantações (cacau, café...) e/ou gado, onde reside um *morador*, ou seja, um agricultor contratado como meeiro ou arrendatário. Há situações em que este *morador* é alguém da família: um irmão, primo, cunhado... Por conta desta frágil separação entre o urbano e o rural nas relações que envolvem os agentes do STR, escrevo a palavra urbano entre aspas.

¹⁰⁷ Trata-se de carros do tipo ‘paus-de-arara’ que circulam em alguns dias da semana nas vicinais com destino à Medicilândia; paga-se entre 10 a 20 reais dependendo da distância do lote em relação à cidade. Em conversa com um dos donos destes *carros de linha*, este afirmou que há vicinais, como a 115 norte, na qual já não convém *fazer linha*, pois há pouquíssimas famílias ainda morando; situação ratificada pelas famílias entrevistadas e pela observação em campo, em que se viu além de muitas casas de agricultores fechadas e há muito não habitadas, também escolas municipais (de 1ª a 4ª série) fechadas, pois não há alunos, conforme explicaram os moradores. Nestas localidades, estes fatos compõem um ar de abandono, apesar de se ter recentemente energia elétrica instalada nas casas a partir do programa federal ‘Luz para Todos’; este abandono é comumente lembrado pelas famílias entrevistadas como fazendo parte do “enfraquecimento da comunidade”.

proximidade ou distanciamento em relação ao centro das decisões nas organizações sociais (sindicais ou comunitário-religiosas; b) do ponto de vista sócio-econômico, destaca-se a propriedade da terra e o uso da força de trabalho familiar.

Assim, no *tipo 1*, tem-se os *pais CFRs* com atuação de *dirigentes*, ou seja, com participação direta ou ativa nas organizações sindicais/partidárias ou associativistas (predominantemente) e/ou comunitário-religiosas –, e bem sucedidos economicamente; estes somam 12 casos. No *tipo 2*, tem-se os *pais CFRs* com atuação de *dirigentes*, porém mal sucedidos economicamente; somam 7 casos. O *tipo 3* consiste nos casos de pais com pouca ou nenhuma atuação nas organizações sindicais/partidárias ou comunitário religiosas, porém bem sucedidos economicamente; estes somam 5 casos. O *tipo 4* engloba os *pais CFRs* com pouca ou nenhuma atuação nas organizações sindicais/partidárias ou comunitário-religiosas e mal sucedidos economicamente, somando 7 casos no total da amostra. No quadro abaixo, é possível visualizar estes tipos, a porcentagem dos mesmos em relação ao conjunto da amostra e a especificação do número de pais que atuam/atuaram como *dirigentes* nas organizações sindicais/partidárias ou nas comunitário-religiosas:

QUADRO 3: TIPIFICAÇÃO POLÍTICO-ECONÔMICA DOS PAIS CFRS

TIPOS	CASOS	%	PARTICIPAÇÃO SINDICAL/PARTIDÁRIA	PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIO-RELIGIOSA
TIPO 1 (+ POLÍTICO/+ECONÔMICO)	12	39%	11	1
TIPO 2 (+ POLÍTICO/-ECONÔMICO)	7	23%	2	5
TIPO 3 (-POLÍTICO/+ECONÔMICO)	5	16%	0	0
TIPO 4 (- POLÍTICO/-ECONÔMICO)	7	22%	0	0
TOTAL	31	100	13	6

Fonte: dados de campo/2009.

Os grupos de *pais CFRs* identificados como “+ políticos” ou *dirigentes* caracterizam-se pela sua maior participação política, definida esta enquanto engajamento e mobilização para defesa de interesses econômico-políticos e/ou comunitários do grupo. Portanto, estes pais exercem influência ou têm poder de decisão no interior destas organizações sociais (no quadro acima estão representado como “+ políticos” e, somados, constituem 19 casos (62%) do total de *pais CFRs* da amostra. Os grupos de *pais CFRs* com menos atuação nas organizações sindicais/partidárias ou comunitário-religiosas (representados como “– políticos”), somados, constituem 14 casos (45% da amostra) que não têm atuação como *dirigentes*, ou seja, não são lideranças, porém comungam com/pertencem a este grupo, seja como associados (no STR

e/ou associações de trabalhadores rurais, cooperativas), seja como participantes assíduos ou eventualmente em missas, reuniões, festas.

A respeito da participação política em defesa de direitos e interesses comuns, sobretudo nos espaços coletivos e representativos dos agricultores, cumpre destacar algumas questões:

1- A maior participação política (*tipos 1 e 2*) parece estar relacionada tanto à posição de ascensão econômica, no sentido do patrimônio construído a partir da agricultura (*tipo 1*), quanto à posição de *dirigente* na comunidade e/ou na relação com as organizações sociais, isto porque se observa que no *tipo 2* todos são *dirigentes*, apesar de serem considerados “mal” sucedidos economicamente, diferentemente do *tipo 3*, no qual, apesar de bem sucedidos economicamente, em nenhum dos casos os *pais CFRs* têm a posição de *dirigentes*.

2- A predominância de participação nas organizações sindicais/partidárias e associativistas (nos *tipos 1 e 2*) pode ser relativizada quando se considera que as respostas acerca da participação direta foram dadas pelos *pais CFRs* com base na sua participação atual. No entanto, todos tiveram participação direta na constituição das delegacias sindicais e/ou do STR nas décadas de 1970/80, ou ainda, ocuparam ou ocupam alguma função no STR ou nas associações (com menor frequência e/ou menos destacada pelos entrevistados). Assim, esta atuação é inseparável – neste início das organizações sociais – dos espaços e ações comunitário-religiosas¹⁰⁸.

3- Foi possível identificar a atuação de 7 *mães CFRs* como *dirigentes* (5 casos no *tipo 1*; e 2 casos no *tipo 2*), notadamente em organizações comunitário-religiosas. Destas, duas (do *tipo 1*) ocupavam também função de secretária no STR e na Rádio Comunitária, hoje sob a coordenação do STR. Apenas em 1 destes casos o marido não era também *dirigente*. De forma geral, esta participação feminina parece (pois se precisa de mais dados para afirmar isto) se dar predominantemente nas organizações comunitário-religiosas, bem como no Movimento de Mulheres da Transamazônica ligado ao STR e a estes espaços comunitários nas vicinais. Por outro lado, a predominância da participação dos homens, *pais CFRs*, se dá nos espaços ou funções do STR e associações, com atuação direta também no Partido dos Trabalhadores. Parece, portanto, aí se desenhar, ainda que de forma tênue, possíveis espaços

¹⁰⁸ Em grande medida, esta separação organização sindical/partidária e comunitário-religiosa é menos um fato do que um recurso didático para exemplificar os tipos de participação dos pais CFRs. O atual presidente do STR, por exemplo, é também Ministro da Comunhão na igreja católica. Na festa e celebração religiosa em comemoração ao dia do agricultor (25 de julho de 2009) este atuou durante a missa, ofertando a hóstia sagrada aos presentes ao lado do padre, com vestes apropriadas e distintivas de sua função religiosa, na sede do STR. Também é recorrente os pais e os *juvems agricultores* que são *dirigentes* comunitário-religiosos servirem como mediadores entre o STR e as famílias nas vicinais, levando ou trazendo informações, mobilizando para reuniões ou encontros, dentre outras ações.

(físico e políticos) distintos ou predominantes de atuação político-organizativo dos homens e das mulheres: para eles o espaço físico e político da cidade/Medicilândia ou mais próximo desta (o STR, as associações, o PT); para elas o espaço comunitário-religioso, igualmente político – no sentido de um grupo com interesses comuns e ações de defesa aos mesmos – nas vicinais¹⁰⁹, enquanto espaço físico.

4- A classificação dos *pais CFRs* com menos atuação nas organizações sindicais/partidárias ou comunitário-religiosas diz respeito aos casos que não têm atuação como *dirigentes*. Em dois casos, observou-se um distanciamento quase total destas organizações, não fosse o fato de os pais serem sindicalizados. Nesta tipificação com “menos atuação política” estão inclusos 3 casos de famílias de religião protestante (2 casos no *tipo 4*; 1 caso no *tipo 3*): as mesmas participam das programações de suas igrejas que, em geral, têm menos adeptos nas vicinais e um menor ou nenhum discurso/atuação comunitária no sentido de atuação coletiva ou engajamento nas organizações sindicais, associativistas. Conforme sugeriram alguns dos *pais CFRs dirigentes* entrevistados “eles são crentes, não é muito de participar”. Os próprios pais ou *filhos CFRs* evangélicos afirmam “participar só mais do culto da igreja”, ou ainda, que “depois que passei a ser crente deixei mais essa coisa de Grupo de Jovens, reunião...”.

5- Uma das características marcantes dos grupos de *pais CFRs* com maior atuação política (*tipos 1 e 2*)¹¹⁰ – isto tanto entre os pais auto-denominados *colonos pioneiros* quanto os pais definidos como *2ª geração dos colonos pioneiros* – diz respeito ao eloqüente discurso fundador, seja de comunidades nas vicinais, seja das delegacias sindicais e do STR, seja ainda do próprio município de Medicilândia. Estes grupos repassam a ideia de que criaram a região a partir da relação com o projeto fracassado de colonização e da Transamazônica (a BR tomada ao modo de uma região)¹¹¹ no sentido de que a conquistaram, dividiram e a nomearam como resultado das organizações sociais (sindicais; comunitário-religiosas...), da agricultura

¹⁰⁹ Esta tênue separação entre espaço da cidade (que equivaleria ao STR, PT, associações) e espaço das vicinais (que equivaleria às formas de organização comunitário-religiosas) se deve à dificuldade em separar a atuação de *dirigentes* atuais do STR, associações e do PT local, da atuação comunitário-religiosa. Estes tiveram sua formação política inicial e destacaram-se como lideranças nestes espaços comunitário-religiosos até chegarem aos atuais cargos ou funções. Está também no espaço político e físico das vicinais grande parte da ‘base’ daquelas organizações. Por outro lado, não houve até hoje mulheres como presidentes ou coordenadoras em organizações sindicais, associativistas ou partidárias, ainda que elas exerçam papel importante de liderança, logo, de mobilização e formação nos espaços comunitário-religiosos ligados ao STR, às associações e partido político.

¹¹⁰ Também encontra-se este discurso entre os pais CFRs com menos participação política, mas não de forma frequente e espontânea como nos demais casos.

¹¹¹ Importante destacar o estudo feito por Tânia Luiza Bonassa (2007) acerca da presença deste discurso fundador entre os moradores da região da Estrada do Colono entre o Oeste e Sudoeste do Paraná, os quais também mobilizam a relação entre estrada, colonização e um espaço geográfico reinventado sob razões históricas e reivindicado como tal pelo grupo e organizações de moradores.

de base camponesa. Também mobilizam este discurso e/ou sentimento quando falam de si como “nós, os companheiros” e dos demais agricultores – “os outros”, “os novatos”, ou o “povo do eixo” – provavelmente chegados após década de 1980 ou que não participaram das ações coletivas que desencadearam a criação de Medicilândia. Vejamos algumas falas significativas desta forma de auto-definição:

Desde o começo, desde o início, **o finado pai foi fundador de comunidade, ele era muito ligado a questão religiosa né, da igreja**, sempre ele **era uma liderança nas comunidade**, aí ele fundou 2 comunidade, inclusive foi 3, ele fundou: travessão do 75, quando chegamo ele fundou a comunidade; quando nós mudamo pro 70, onde nós compramo a terra, ele fundou 2 comunidade, aí eu, e desde já quando foi, **começou a discussão sobre sindicato aqui, eu fui o primeiro tesoureiro da delegacia sindical né, uma delegacia sindical de Prainha né, ligada ao município de Prainha**, inclusive o Zé Geraldo era presidente, **eu fui o tesoureiro e o outro secretário, nós fomos os fundadores, eu fui fundador do sindicato, e do partido** quando começou a discussão do partido. (Pai 2 – 2ª Geração dos Colonos Pioneiros / CFR 4ª Turma. Ano de chegada da família de orientação: 1974).

[...] **então é aqui mesmo o meu lugar**, inclusive até eu tô fazendo um cemitério na agrovila por modo de eu ficar enterrado aí [...] **Porque eu sou o fundador daqui e quero fundar até o cemitério se for preciso.**

[...] **tem muito agricultor que se deram bem** como pelo menos que eu conheço [...] chegaram naquela época, 71, **tá aprumado; tem outro companheiro, o seu Helaro, nós até trouxemos muda de banana e mandioca pra cá**, lá pra casa dele, que eu conheço bem é... Tem outros, **mas são novatos** [...] que mora dos 70 [referência à vicinal] e pouco, **não sei se ele é sindicalizado também**, acho que é, mas ele também se deu bem na região. **Tem pouco os que ficou daquela época pra cá**, não é tudo não, **é pouco mesmo dos companheiros que ficou**, na faixa mesmo só esse mesmo mais ou menos que eu conheço, **o resto é tudo novato**, aqui mesmo no travessão [...] (Pai 4- *Colono Pioneiro*/CFR – 1ª turma. Ano de chegada: 1972).

Nestes discursos parecem estar presentes duas formas complementares de falar da e sentir a região e o grupo: a) no sentido de um *capital simbólico*, que Bourdieu (1990, p. 167) define como o poder de *nomear a região* e *poder de fazer grupos*; poder de mobilizar a estrutura objetiva da sociedade por meio da estratégia de “tornar visíveis, explícitas as divisões sociais implícitas”; b) uma construção social da região compreendida como território historicizado por dinâmicas que trazem repercussões à territorialização, ou seja, ao processo de reorganização social da região deflagrado por instâncias políticas (OLIVEIRA, 1998), sejam estatais ou não.

Em um caso ou em outro, a região e a comunidade parecem ser apresentadas como espaços sócio-históricos de disputas de *capitais* materiais ou simbólicos, onde se definem configurações de ordem histórica e geopolítica geradoras de identidades. Ao delimitar e tornar pública uma região trata-se de trazer à existência o grupo que reivindica a nomeação em função de um princípio de pertinência ao local e de unidade interna, como forma de ser percebido e reconhecido. Assim, a ideia de região e de comunidade, bem como as

identificações a elas associadas existiriam como uma dimensão subjetiva e como exteriorização de uma construção interior do grupo social e dos indivíduos imbuídos de interesses políticos e de busca de legitimação.

Entre os grupos identificados como bem sucedidos economicamente (representados no quadro anterior como “+ econômicos”) que somam 17 casos (55%), 12 famílias (71%) têm mais de um lote¹¹². Isto equivale a: a) além do lote adquirido quando se estabilizaram na região, têm uma chácara de terra roxa (onde mantêm plantações de cacau) ou um pequeno sítio na agrovila onde mantêm a casa e, em geral, pés de cacau (nestes casos não ultrapassa 100 pés); b) um lote adquirido quando se estabilizaram na região e um segundo lote comprado em geral para criação de gado/pasto e/ou implantação de lavouras perenes. Em 10 casos (59% dos 17 bem sucedidos economicamente) foi possível identificar que há pelos menos uma motocicleta pertencente a um membro da família. Em 1 caso, além da motocicleta, há também 1 carro. Os demais 5 casos (29%) são famílias que têm apenas o lote adquirido quando da estabilização na Transamazônica, mas apresentam uma boa renda traduzida na posse de motocicleta, algum tipo de maquinário para fabricação de farinha, dentre outros, e carro (1 caso)¹¹³.

De forma ocasional e rara, estas famílias vendem mão-de-obra familiar sob forma de meação ou diárias. Quando isto acontece, quase sempre, é em períodos de pouco trabalho na propriedade da família e, em geral, isto pode ser feito por um ou mais dos filhos que moram no lote (inclusive o *filho CFR*) – não se observou casos em que o pai de família o fizesse. Principalmente nos momentos de colheita, é comum estas famílias contratarem mão-de-obra extra familiar. Nestas famílias *tipo 1* e *3* (“+econômicas”), salvo uma exceção¹¹⁴, todas as demais (94%, ou 16 casos) têm atualmente pelo menos 1 membro da família com alguma fonte de renda além da agricultura, sendo que em 10 casos, esta renda advém da aposentadoria do pai e/ou da mãe (aposentados como agricultores/as); nas demais famílias tem-se as seguintes fontes de renda: em 3 casos (*tipo 1*) são as mães (3 da 2ª geração de Colonos Pioneiros e 1 da 1ª geração) que têm funções remuneradas como agentes comunitárias de saúde, merendeira em escola, secretária no STR; em 1 caso a mãe é aposentada como professora, por problemas de saúde; em 1 caso (2ª geração dos *Colonos Pioneiros*) o pai é vigilante além de agricultor; e em 1 caso a mãe é viúva e recebe pensão do Estado.

¹¹² Considera-se, nestes casos, o lote padrão da colonização que equivale a 100 hectares, sendo que em raras situações o lote adquirido foi de 50 a 80 hectares.

¹¹³ Assim tem-se que 12% do total das 17 famílias “+ econômicas” possuem outro tipo de automóvel, além de motocicleta.

¹¹⁴ Neste caso os pais (2ª geração de Colonos Pioneiros), assim como os avós, têm terra roxa e plantam cacau principalmente, além de roças anuais.

De forma geral, estas famílias receberam financiamentos desde a década de 1970 (para arroz, café, pimenta-do-reino, cacau – em menor número), bem como receberam financiamentos pelo FNO Especial (entre um a três financiamentos) e/ou pelo PRONAF. Mantêm algumas cabeças de gado (em geral falam de 15 a 80 cabeças de gado de corte), cavalo, pastos e algum tipo de plantação perene, além de roças anuais de arroz, feijão, milho e macaxeira. Apesar de não ter sido possível identificar se todas as famílias deste grupo receberam financiamento para cacau, foi identificado que todas mantêm essa cultura (de 100 a 300 pés, até 16.000 pés). É recorrente, nestes casos, as plantações perenes (principalmente o café) serem consorciadas com cupuaçu e coco.

Nos lotes onde moram, estas famílias *tipo 1 e 3* mantêm a casa, criação de animais de pequeno porte (galinhas, porcos), bem como o primeiro pasto e o curral que quase sempre ficam muito próximos da casa, além de algumas árvores frutíferas. As casas, amplas, bem construídas e conservadas, são de madeira (com exceção de 1 caso em que a casa é de alvenaria); o chão é em geral de cimento e sempre bem cuidado pelas mulheres, assim como as panelas e os fogões (geralmente, mesmo possuindo o fogão a gás, mantém-se o fogão à lenha feito de barro, ambos em usos alternados); nos quartos mantém-se as camas e locais de redes antes usadas pelos filhos já casados e reocupadas em dias de visita pelos parentes, principalmente pelos filhos, netos. Devido à implantação de rede de energia elétrica¹¹⁵ recente nas vicinais (há mais ou menos seis/oito meses), observam-se eletrodomésticos novos, sobretudo geladeira e televisão.

Entre os grupos identificados como mal sucedidos economicamente (representados no quadro acima como “– econômicos”) que somam 14 casos (45%), a situação sócio-econômica poderia ser assim caracterizada: 3 famílias (21%) têm lotes menores que o da colonização (portanto menores que 100 ou 80 ha), ou um pequeno sítio na agrovila, predominantemente, na vicinal 100 norte (1 caso no tipo 2 e 1 caso no tipo 4). Nestes casos, em geral, a família mantém alguns poucos pés de cacau no sítio (em média 100 pés) e conseguem renda através de trabalhos que desenvolvem como meeiros, principalmente em plantações de cacau. Também ocorre a prática de roças para alimentação da família em lotes de terceiros, para os quais é dada uma porcentagem da produção. As demais 11 famílias

¹¹⁵ A instalação de energia elétrica era sempre narrada com ar comemorativo pelas famílias, dado ter sido há muito esperada e reivindicada.

destes grupos (79%) têm 1 lote (apenas em uma exceção, tinha 1 lote e o sítio da agrovila); possuem algumas cabeças de gado (de 15 a 30 cabeças) e alguns pés de cacau¹¹⁶.

Nestas famílias *tipo 2* e *4* (“ – econômicas”) é comum a venda de mão-de-obra familiar, inclusive em algumas situações, do chefe de família, e raramente contratam mão-de-obra externa. Em 10 casos (71%) das 14 famílias deste grupo, pelo menos 1 membro da família possui fonte de renda além da agricultura nas seguintes situações: em 2 casos o pai e a mãe são aposentados; em 4 casos as mães viúvas recebem pensão do Estado; em 3 casos as mães têm funções remuneradas como agente comunitária de saúde, professora ou atividades como venda de cosméticos nas vicinais (neste caso há na família também 1 filho aposentado por deficiência mental); em 1 caso o pai é vigilante, além de agricultor. Os demais 4 casos (29%) ficam assim configurados: 2 destas famílias mantêm trabalhos autônomos (borracharia, venda de lanches, etc.), na cidade (onde moram), enquanto principal fonte de renda; e em 2 casos (1 deles o pai já é falecido) as fontes de renda são o trabalho na agricultura ou venda da força de trabalho familiar em sistema de meação e/ou diárias.

Diferentemente dos grupos melhor sucedidos economicamente, no geral, estas famílias apresentaram bastante dificuldades em manter o gado, por conta de fatores como: falta de áreas de pastagens, tendo em vista o limite da área permitida para derrubada da floresta (em muitos casos ultrapassado); pragas no pasto (principalmente a “cigarrinha”), para os quais os agricultores têm menos condições de manter cuidados necessários; falta de cuidados fitossanitários para o gado. Por estes motivos é comum encontrar casos de famílias destes grupos que pegaram até 3 financiamentos de FNO, mas venderam todo o gado ou ficaram com menos de 15 cabeças.

Neste grupo “mal sucedidos economicamente”, em dois casos (1 no *tipo 2* e 1 no *tipo 4*) tem-se até quatro irmãos casados morando no lote dos pais em pequenas casas próprias; trabalham juntos e dividem a renda adquirida. Em 2 destes casos (no *tipo 4*) a família apresentava carência na disponibilidade de alimentos, mas mantinha algumas poucas galinhas e porcos. É importante notar que em ambos os casos, assim como em mais 3 casos (somando-se então 5 casos), o pai era falecido ou tinha abandonado a família há muitos anos (1 caso), ficando o gerenciamento do lote a cargo da mãe e/ou de um filho, configurando um quadro de escassez de mão-de-obra na família. Mesmo assim, em 7 casos as famílias possuíam pelo menos uma motocicleta. As casas, salvo uma exceção, são de madeira, amplas e bem

¹¹⁶ Foi identificado um caso (no *tipo 4*) de família que não possui plantação de cacau, e apenas 15 cabeças de gado compradas, ou seja, não financiadas; neste caso, o pai abandonou a família quando os filhos eram ainda muito jovens, e dos 12 filhos, apenas o mais novo (Ex-CFR) está no lote. Trata-se de um quadro em que renda e mão-de-obra familiar são escassos.

conservadas; possuem também energia elétrica e com isto mantêm em geral uma geladeira e uma televisão. Vejamos a seguir o relato das condições de vida e trabalho de uma das famílias com menor renda, escassa mão-de-obra e propriedade precarizada, características que se evidenciam sobretudo no *tipo 4*:

Não deu pra pegar financiamento [...] no lote não tem pasto, só tá juquirá, tem umas 15 cabeças de gado só, que nós compramo. Aqui não dá cacau, aí quando nós chegamo **tinhas uns pezinhos de pimenta espalhados por aí e depois morreu** [...] deu uma renda muito pouquinho mas deu, **com essa renda fizemo a casa,** ia guardando [...]. **O gado foi [comprado] trabalhando, nós não deve nada no banco; trabalhava na roça mesmo, na diária pros vizinhos aqui perto;** fazendo é cerca [o filho CFR], é roçando, é plantando arroz, muita coisa... (Mãe 1 – *Colona Pioneira* / CFR -4ª turma. Ano de chegada na região: 1971).

Há poucos casos de venda dos primeiros lotes, 4 casos: em 2 casos (no *tipo 1*) as famílias venderam um dos lotes, mantêm um outro e/ou uma chácara, e moram na cidade; em 1 caso (no *tipo 3*) os pais idosos não mantêm relação direta com a agricultura, pois venderam um dos 2 lotes e moram na cidade onde vivem da aposentadoria e da renda de duas outras casas alugadas, o segundo lote dividiram entre os dois filhos homens; em 1 caso (no *tipo 4*) os pais são divorciados, o pai mora na cidade onde mantêm uma borracharia (não há informações se possui lote) e a mãe mora em lote herdado (50 hectares).

No total tem-se 7 pais CFRs (23%) morando na cidade (Medicilândia), os demais permanecem nos lotes. Apenas em um caso, os pais (*tipo 1*), já idosos, moram na cidade e não mantêm relação direta com a agricultura; os demais (2 dos *tipos 1* e 3; 4 dos *tipos 2* e 4) mantêm relação com a agricultura, ou seja, mantêm plantações (no lotes e/ou chácara) de cacau e/ou uma outra cultura perene e gado; eventualmente, plantam arroz ou feijão para consumo da família. Nestes 6 casos, a família tem casa na cidade em boas condições, com exceção de 2 casos (no *tipo 2*) que têm casas de madeira em más condições de conservação em área bastante afastada ou em área alagadiça (ocupação urbana); a renda destas famílias, além do lote, é gerada por emprego de algum membro da família (5 casos) e/ou de trabalhos informais (1 caso).

Entre os *colonos pioneiros* entrevistados houve dois casos em que o lote foi vendido; em um dos casos com a finalidade de morar em Medicilândia e outro caso para morarem em chácara próxima à cidade. Entre os pais CFRs que compõem a 2ª geração dos *Colonos Pioneiros*, há um caso em que o primeiro lote, há mais de 30 km da vicinal, foi vendido, mantendo-se metade do segundo lote na mesma vicinal, onde cultivam pequenas roças e um pouco de gado.

Os pais e *jovens CFRs* entrevistados, independente se mais ou menos bem sucedidos ou consolidados economicamente, destacam o gado e o pasto como empreendimentos muito valorizados. Estes são o centro de suas preocupações no que se refere aos cuidados diários e à necessidade de conhecimento técnico, seguido do cacau. Também é para o gado e o pasto que se dirige grande parte dos esforços de trabalho e de transações de compra e venda, embora tenham culturas de café e/ou da pimenta-do-reino e cacau (fonte de esperanças que oscilam com os preços destes produtos). As poucas plantações anuais, principalmente para alimentação da família, só muito eventualmente são vendidas.

Possuir plantação de cacau apresenta-se como aspiração de todos os agricultores entrevistados, que alegam a segurança de renda possibilitada pela valorização deste produto no mercado. Alegam também o tipo de trabalho “mais leve” em termos de dispêndio de força física, além de ser menos danoso ao meio-ambiente, portanto, não sujeito a constrangimentos legais como outros tipos de plantações. Por conta destes fatores, é recorrente os *pais CFRs* entrevistados apresentarem o desejo de comprar chácaras nas áreas de terra roxa ou mista, bem como é comum manterem pequenas plantações de cacau nos lotes que definem como “experiência pra ver se dá certo”.

É relativamente comum encontrar agregados morando com os *pais CFRs*, principalmente entre os pais classificados nos *tipos 1 e 3*. Aqueles “ajudam” nos trabalhos no lote e cuidam de parcelas de plantações perenes de filhos que já não moram com a família. Também é comum entre os filhos casados as relações de “ajuda” aos pais nas roças e culturas perenes. Abaixo, seguem algumas falas que exemplificam as características econômicas acima destacadas, bem como ilustram o fato de que é comum na sociabilidade atual das *famílias CFRs* o lar paterno permanecer como referência para os filhos casados, os quais em geral moram próximo aos pais ou em Medicilândia, dirigindo-se ao lote dos pais nos finais de semana, festas de aniversários e outras ocasiões:

Rapaz, hoje mesmo **pra dizer a verdade tem só capim lá e 1500 pé de cacau só**, mas tá tudo certo com **cercadinho no curral** e tudo que nós fez. Aí eu pensei, **queria plantar um café esse ano**, aí acima daquele viveiro não prestou pra eu fazer muda, sei lá descartei então já pra esse ano que vem, agora nesse inverno que vier... **E roça assim de leguminosa... assim, todo ano, arroz, milho...** Só eu e o pai que trabalha, quando tá lá; **quando a gente tá com dinheiro a gente paga uma diária aí pra ajudar, mas é difícil, a maioria das vezes é só a gente** mesmo (Ex-aluno 1 – CFR/1ª Turma, 32 anos).

No ano retrasado **uma tal de cigarrinha comeu o pasto todinho**, foi **necessário eu vender o gado todinho**, esse gado era até financiado pelo FNO, e aí tive que vender **senão o gado ia morrer**, aí nós vendemo e **o dinheiro nós fizemo pasto aqui**, só

que agora não tem vaga¹¹⁷ [referência à falta de áreas disponíveis para implantação de pastos tendo em vista que o lote chegou ao limite autorizado para derrubada da floresta da reserva legal] e agora **não sei como é que a gente vai fazer pra pagar o banco, a gente tá apertado com esse negócio e a conta do banco tem que pagar**, só que a minha conta não é muita, por que eu fui um dos primeiros a tirar em 94 [...] (Pai 4- *Colono Pioneiro*/CFR – 1ª turma. Ano de chegada: 1972).

[...] Aí, por exemplo, a gente vai tocando do jeito que Deus ajuda a vida pra gente. **Eu tenho um café ali, tô montando sozinho lá, e colhendo um cacauzinho... assim mesmo é pouco porque eu não zelei do meu café** todo não. Café tem que zelar muito mesmo. **Um bocado de gente queimou quando tava barato preço; agora é que tá bom de preço**, mas agora já tem uns dois anos que **a gente colhe base de uns 2.000 kg, 6.000 kg** [...] **Por enquanto não emprego gente de fora, tem meus menino que comprou umas terras lá, eles vem me ajudar**; aí tem esse **outro rapaz aí que é cunhado do meu filho...** e **ele tem um pedaço de café que ele deu pra ele e ele toca por conta dele**. Mora aqui em casa e toca por café. E a gente acha bom ele de companhia pra nós aqui, que **quando é sábado e domingo tem gente aqui que nem uma festa, mas segunda vai todo mundo embora e fica só eu e a velha** aí. (Pai 1- *Colono Pioneiro*/CFR – 1ª turma. Ano de chegada: 1971).

Apesar dos diversos problemas que ensejam os créditos agrícolas destinados à implantação de pastos e criação de gado na região (pecuarização, desgaste dos solos, falta de experiência técnica dos agricultores em lidar com gado, dentre outras), já abordados na configuração da ‘crise dos sistemas de produção’, os mesmos teriam trazido alguns ganhos, principalmente na melhoria dos estabelecimentos agrícolas dada a capitalização das famílias, bem como a complementação alimentar. Na avaliação dos *pais CFRs* as ambigüidades em relação aos usos e retornos do FNO são largamente expressas:

Foi válido, pra mim foi [...] o salário [da esposa professora na Vicinal 130 norte] pra manter a casa ele num dá, sinceramente eu digo que não deu e não dá. O FNO, algumas parcela, a sobra do dinheiro que foi liberado pro dono do gado, aquele restinho que sobrou veio pra mim, comprei novilha, sobrou uma mixaria, em pouquinho, aí a gente comprava óleo, açúcar, arroz, depois logo mais saiu uma liberação, eu acho que foi de 900 e pouco [reais], não atingiu bem 1000; naquela história você comprava, você não pegava o dinheiro, você comprava a mercadoria, o banco pagava a casa, mas só devido a um conhecimento que a gente teve né a gente só aprende a licitar com a nota e aí o comerciante deu o dinheiro pra gente né, a gente comprou claro né, um bocado de mercadoria, o que a gente precisava, o restante você pegou em dinheiro pra compra nos local, nas farmácia [...]. Comecei a vender o gado quando já acabou todas as liberação, que não tinha mais nada pra pagar lá e aí já tava montando os bezerro, os primeiro que nasceram já tavam no ponto de venda, aí foi quando começou a vender, principalmente os macho [...] depois a gente foi vendendo de dois, três [cabeças de gado], até sete mil [reais] eu cheguei a vender de uma vez só. (Pai 5 -2ª Geração dos *Colonos Pioneiros* /CFR-5ª turma. Ano de chegada da família de orientação: 1975).

¹¹⁷ Note-se que nos lotes destes agricultores há a concorrência do pasto com as roças pela terra; bem como a ideia latente de que as áreas de pasto nunca mais serão retrabalhadas para outros tipos de cultivos. As lógicas de uso e de ralação com a terra em muito se assemelham à identificada por Garcia (1983) no contexto do campesinato marginal da *plantation* canavieira. Este fato também parece ir ao encontro da ideia de “pecuarização” expressa pelas lideranças das organizações sociais (cf. Capítulo 1) como ameaça à produção de alimentos pelos agricultores que receberam FNO.

As motivações e relações econômicas e políticas mobilizadas pela Transamazônica, em suas promessas e dificuldades, como se vê, estiveram presentes na trajetória das *famílias CFRs*, constitutivas do conjunto da população migrante e que se estabilizou ao longo da BR 230. Nas narrativas dos colonos, ao modo de acontecimentos fundadores, estão o conteúdo e ação religiosa e progressista como um dos elementos mobilizadores a partir de uma legitimidade em muito aproximada de uma estrutura carismática; junto a esta característica, estariam presentes outros elementos constitutivos da *crença subjetiva* comum entre os grupos que se atraem ou se repelem, a saber, uma heterogeneidade exterior em relação a outros grupos sociais, e/ ou uma homogeneidade interior, onde residem os “efeitos comunizantes” motivados pela *afinidade de origem*, a qual, segundo Weber (1991, Vol I, p. 270), mesmo com ou apesar de divergências, “[...] pode existir e desenvolver uma força criadora da comunidade, quando apoiada na lembrança de uma migração real: de uma colonização ou emigração individual”. Uma das conseqüências desta crença na afinidade de origem, particularmente em “território estranho” como quando se trata de “colonização política”, é a formação de *comunidades políticas*, que se constituem como grupos humanos com

[...] semelhanças no *habitus* externo ou nos costumes, ou em ambos ou em virtude de lembranças de colonização e migração, nutrem uma crença subjetiva na procedência comum, de tal modo que esta se torna importante para a propagação de relações comunitárias, sendo indiferente se existe ou não uma comunidade de sangue efetiva (WEBER, 1991, Vol I, p. 270).

Alguns destes elementos sociais e subjetivos parecem revelar-se na forma como os colonos falam de si, como se observa nas falas já citadas e na seguinte:

Mas eu pensava: num lugar desse se você não se organizar, se a gente não se organizasse pra trazer recurso, alguma coisa pra cá, ficava muito difícil. **Aí nós se organizava mesmo, nós andava, nós pelejava e acho que as conquistas daqui tudinho foi só com essas lutas. Porque se não fosse isso tinha sido mais pior e não tinha ninguém aqui colono.** Isso aqui **tava cheio de fazendeiro [...]. Delegacia sindical...** desde o começo, desde o começo mesmo da implantação quando nós pelejamos pra tirar de Prainha pra cá, **aquela luta todinha foi nossa. Eu participei da luta**, até quando nós conseguimos tirar, depois nós conseguimos [...]. Toda vida eu, o sindicato, eu não largo não. **Sindicato pra mim é uma coisa, é uma coisa que o agricultor, todo colono que pensa, todo trabalhador tem que se organizar e ter pra defender os direito da gente.** [...] **Era colono, grileiro, grileiro, porque esses caras não era colono.** Aqui tem um bocado de gente que veio com a ideia de arrumar lote aí, mas só pra invadir as terra aí [...] e **aí a gente chegou na nossa luta aí, mas foi dura a luta o sindicato pra implantar.** E aí a luta foi essa, até que nós, mas foi muito bom ter feito aquela implantação, **ajudou muitos colonos que pensava** [Pai 1- Colono Pioneiro/CFR – 1ª turma. Ano de chegada: 1971).

Observa-se na trajetória dos agricultores entrevistados, bem como nos documentos referentes a estes ciclos da ação coletiva atomizada e mais regionalizada, que se nomear e tornar-se visível enquanto ‘colonos da Transamazônica’ e/ou trabalhador rural revestia-se, e ainda se reveste em situações públicas da ação coletiva, como uma autorização para falar em nome de uma coletividade criada e abandonada pelos órgãos públicos, o que lhes atribui legitimidade, conhecimento e reconhecimento para mobilizar-se, pois que a crença subjetiva da afinidade de origem tornava os colonos comuns e, na relação com o Estado e/ou com grupos economicamente adversários, enquanto classe mobilizada e mobilizável. A identificação ‘colonos da Transamazônica’ presente nas falas dos agricultores entrevistados (sobretudo entre os *tipos 1 e 2*) e nos documentos das organizações sociais referentes a este período, lhes atribuiria uma legalidade ou legitimidade para reivindicar em nome de um grupo nomeado e de uma região dividida pelo Estado, e é agora tomada como critério político para auto-nomeação do grupo e como princípio de pertinência ao local, o que igualmente se revestiria de *poder simbólico*, portanto político, por construir a unidade interna do grupo e os tornar autorizados ao ponto de constituir visão de mundo e constituir posição para ação no jogo social (BOURDIEU, 1998).

C - Dificuldades de gerenciamento dos lotes e arrefecimento da organização social, bem como da vida comunitária

Ela [a esposa] era dirigente da comunidade [vicinal 110 norte], então de qualquer forma nós participava. **Quem participava mais na comunidade era nossa família. Essa lá é uma comunidade muito rebelde**, a gente tentou pra ver se... **Assim, né como se diz, o pessoal chegou do eixo, que não conhece os movimento, mas não teve jeito... a gente abandonou um pouco a comunidade;** a gente participava e ainda participa [...] (Pai 6 - 2ª geração dos *Colonos Pioneiros* / CFR -5ª turma. Ano de chegada: 1973).

[...] de fato era **na época que a gente fundou o sindicato a partir da igreja, tava tudo inserido num mesmo pensamento**, eu acho assim né, e depois a Casa e depois veio a CFR, as associações, cooperativas, sempre pensava da mesma forma. **Aí depois que começou né, entrou as linhas de financiamento, a cooperativa já começou a pensar mais em dinheiro, os próprio associado, e começou a ter divergência sim.** Inclusive, hoje, se for dizer assim, **aquele pensamento que a gente tinha na época, tá restando quem? Qual tá restando hoje? O sindicato que segura a barra né, e a igreja que sempre tão unido**, inclusive vamo ter a festa agora sábado, amanhã né. (Pai 2 - 2ª geração dos *Colonos Pioneiros* / CFR 4ª turma. Ano de chegada: 1974).

Entre meados dos anos 1990 e anos 2000, assiste-se em termos de organização social dos agricultores a uma ampliação da legitimidade e do poder de influência e proposição junto à ação pública, bem como da relação com entidades, ONGs e instituições no espaço regional, nacional e internacional, sobretudo devido à maior incorporação das demandas e ações

‘ambientalizadas’ ao conjunto dos projetos de desenvolvimento da região. Conseqüentemente, também se assiste à consolidação da institucionalização dos espaços coletivos criados pelos agricultores ou com a sua participação, configurando o quadro da rotinização no nível local e regional e em grande medida nas comunidades vicinais ao nível da sociabilidade e da participação nos espaços comunitários.

No nível local, todavia, observam-se nas falas dos *pais CFRs* (seja os tipificados como *dirigentes* ou não) as mesmas avaliações acerca da escassa presença direta das organizações regionais, como o MDTX, nas ações do STR e até mesmo do próprio STR de Medicilândia nas vicinais. Fato que é visto como decorrente do seu papel de gerenciador de projetos e da burocracia relativa à previdência social dos seus associados, dentre outros fatores. O papel que teve o STR, sobretudo na década de 1980, de “formador” é arrefecido, bem como sua relação com a igreja enquanto importante ator de aglutinação e formação dos agricultores. Este quadro teria se intensificado com as mal sucedidas práticas associativistas na região a partir do FNO, como destaca o agricultor na epígrafe acima¹¹⁸.

Quanto à participação nas comunidades vicinais, a ideia já comentada acerca da expressão “comunidades fracas” verbalizada pelos agricultores (principalmente nos *tipos 1 e 2*) e pelo padre entrevistado (cf. Capt. 1), parece correlata a formas de sociabilidade rotinizadas, lidas também pelos *pais CFRs* através da ideia de comunidades “rebeldes” ou “enfraquecidas”. Seja pela saída das famílias pioneiras das vicinais, seja pela entrada de famílias que, na avaliação destes pais, “não conhecem os movimentos”, seja por uma possível idealização do passado coletivo e da sociabilidade nos quais a cooperação ou ajuda mútua e o engajamento nas formas coletivas de organização estiveram presentes, ou ainda por uma real diminuição da presença das famílias nos espaços comunitários, sobretudo os ligados à igreja católica e ao STR, é recorrente nas representações dos *pais CFRs* o arrefecimento do sentido de coletividade.

Os *pais CFRs*, sobretudo os do tipo 1 e 2, avaliam este processo como se estivessem sendo ameaçados de alguma forma. Observa-se isto nas falas registradas abaixo – emblemáticas das demais avaliações expressas pelos entrevistados – através da destacada “falta de ajuda” antes existente, e do atual do “desânimo”, ao modo de uma individualização e conseqüente falta de pessoas mobilizáveis ou animadas para participar – nominadas freqüentemente como “rebeldes”. Observa-se ainda a idéia de que esta individualização ameaçaria os trabalhadores rurais ou colonos dando espaço para atuação de fazendeiros e para

¹¹⁸ Conferir também a abordagem deste problema no Capítulo 1.

as formas de trabalho assalariado. Assim, latente a esta ideia de “enfraquecimento da comunidade”, a continuidade do uso da terra pela agricultura de base camponesa e as formas de organização dos agricultores de base familiar/comunitária parecem estar sendo reivindicadas ou cobradas. Estaria ainda presente uma certa denúncia dos elementos antagônicos à possível trajetória coletiva dos agricultores e com isto uma certa responsabilidade coletiva para além do meio familiar:

Era o travessão mais difícil, onde tinha mais gente é esse lugar aqui [vicinal/travessão 105 norte]; esse travessão nosso, logo, **logo entrou uns colono aí comprando lote, tem colono aí que tem oito lote, tem outros que tem três, quatro.** Quer dizer que ficou... a gente no começo era bom demais, **mas depois foram vendendo o lote e aí só pra um** [...] Ficou difícil [...] Diminuiu [as reuniões na comunidade e celebrações religiosas]. Quer dizer, eu tô mais de ano que **eu não sei se eles estão fazendo essa reunião, ao menos aqui nesse travessão, não tem.** Tem um menino lá dentro do km 100 [...]. Que é o [...] é um rapaz bom também, aquele muito interessado. **Eu nunca que pensava que ele tinha uma cabeça assim de participar de uma luta, de uma organização, os filhos dele de estudar.** Porque **o pai dele é assim muito radical** [...] **Radical assim, era das pessoas que tinha cabeça de rico.** [...] Ele chegou em 71. Ele pegou aquele lote da faixa [...]. Mas é assim, **ele não gosta dessas coisas, de participar de nada, o negócio dele é trabalhar individual e era abrir fazenda.** Então **já não era o meu projeto** [...]. (Pai 1- Colono Pioneiro/CFR – 1ª turma. Ano de chegada: 1971).

Aqui era tudo animado, era uma alegria grande, depois deu um fracasso grande, ficou assim difícil [...]. Antes tinha assim: gente freqüentava as igreja, **a gente animava a comunidade** [...] uns seis, sete anos mais ou menos, fracassou [...] **o povo não quiseram, né? sozinho não age! Eu, minha mulher era tudo envolvido, trabalhava na comunidade** [...] assim **fazia todo esforço, ajudava, freqüentava todas as coisas, ajeitava** [...]. (Pai 7- Colono Pioneiro/CFR – 1ª turma. Ano de chegada: 1983).

Ainda que estas idéias-valor estejam presentes entre os pais das quatro tipificações, no *tipo 4* (“-político/-econômico”), observa-se que o peso na avaliação deste “enfraquecimento da comunidade” é atribuído mais a fatores econômicos, expresso na ideia abaixo de que os colonos, em geral, apesar dos esforços de trabalho “não fazia nada”, no sentido de que não conseguiam gerar renda. Vejamos o trecho de entrevista abaixo:

Alcione: Quando a senhora veio, veio muita gente com a senhora pra Transamazônica?

Mãe CFR: Veio.

A.: Os que moravam aqui neste travessão?

Mãe CFR: Os que moravam aqui foram embora tudinho, só tem eu.

A.: Foi mesmo? Por que eles foram embora será?

Mãe CFR: **Sei lá, acho que trabalhava demais e num fazia nada,** acho que é isso.

A.: Eles chegaram a pegar FNO?

Mãe CFR: Acho que pegaram, pegaram.

A.: E esses foi embora?

Mãe CFR: **Foi embora; não dava nada.**

(Mãe 1- Colona Pioneira/CFR- 4ª turma. Ano de chegada: 1971).

Os créditos agrícolas, como se viu, disponibilizaram capital para as famílias de colonos, bem como viabilizaram a aquisição de rebanho bovino como uma espécie de ‘conta bancária’ do agricultor, no sentido de ter uma garantia de recurso em casos de emergência. Viabilizaram ainda a implantação de pastos, prática que permite valorizar o patrimônio fundiário, valorizada/desejada – e implantada quando possível – pelos agricultores desde 1974 a 1975 (PEIXOTO, 2002, p.30). Apesar destas estratégias sócio-econômicas em que os créditos agrícolas estiveram presentes desde a década de 1970, a grande maioria dos agricultores entrevistados afirma ter tido poucas possibilidades de desenvolver os estabelecimentos.

Tem-se, então, uma certa ascensão econômica marcada pela escassez de condições para manter ou aumentar o patrimônio, decorrente do desgaste dos solos; da complexificação dos sistemas de produção e do limite da reserva legal de floresta nos lotes, em muitos casos já ultrapassada. Estes fatos são comuns entre as *famílias CFRs* que compõem os quatro grupos, independentemente de serem *pais colonos pioneiros*, ou *pais CFRs da 2ª geração dos colonos pioneiros* e, certamente, são agravados pela qualidade ruim dos solos (terras de fertilidade baixa). Estas dificuldades agrícolas são narradas com certo desgosto pelos pais e censuradas pelos filhos:

Os projeto que nós pegamo aqui **foi tudo os projeto que não ajudou muita gente não** [...] Foi tudo financiamento. Aí foi... tem que cavar e aí **perdia um monte de cupú** [referência às plantações consorciadas que os agricultores eram obrigados a fazer com o recebimento do FNO Especial], **aí que não tinha pra quem vender**. Depois começaram comprar no noventa, **mas a gente era uma dificuldade pra puxar no tempo das águas, no tempo das água mesmo** [referência ao período chuvoso ou “inverno” na Transamazônica]. Aí **você tinha que tirar 50 kg** de polpa e sair numa moto pro noventa, **chegava lá vendia por R\$1,50. Aí não dava, só era pra não perder de tudo**. E aí nós tamo aí até hoje. Eu gosto daqui, **às vezes a mulher até fala assim pra gente vender, ir embora**[...]. (Pai 1- Colono Pioneiro/CFR – 1ª turma. Ano de chegada: 1971).

[...] foi na época do FNO, teve no final de 94, mais ou menos, aí ele tinha cinco mil pés de cacau plantado junto com café, aí foi uma época que deu a crise do cacau aí ninguém nem quis comprar cacau, aí ele cortou o cacau todinho, botou fogo e plantou capim pro FNO [...] ele largou e deixou só o café que também, acho que foi em 2001, 2002, teve a crise do café também, foi a época que ele cortou o café todinho de novo; plantou cacau de novo agora, só que agora não deixo ele cortar mais não. A briga velha. Mas tá lá no lote [...] (Ex-aluno 8/CFR 4º turma, 22 anos).

3.1 - As motivações dos *pais CFRs* e as lógicas de escolha do filho *Jovem Agricultor*

A condição social se constitui a partir das estruturas de relações objetivas que criam as possibilidades de existência e tendem a engendrar práticas, disposições, esquemas de ação

e de interpretação semelhantes, nos quais os agentes se reconhecem e a partir dos quais eles se diferenciam, conformando um grupo social ou a classe afinada pela harmonização – sem maestro – do *habitus* (BOURDIEU, 2007, p. 106). Na base dos pertencimentos e diferenciações estão, portanto, as espécies de *capitais* que caracterizam o *habitus de classe* dos grupos e produzem a posição ou posições dos agentes. As posições das *famílias CFRs*, suas representações, esquemas de percepção e ação parecem ganhar conteúdo e forma informadas pelos processos sociais marcadores dos três momentos da trajetória destas famílias anteriormente abordados; as *nuances* entre estas posições e conseqüentemente nas suas formas de pensar e agir seriam marcadamente influenciadas pelos fatores políticos e econômicos que configuram as tipificações das mesmas.

As representações dos *pais CFRs*, por exemplo, acerca do que é ser agricultor, guardam ampla relação com a sedentarização e a ascensão econômica, bem como com o estado de arrefecimento das suas formas coletivas de relações e as dificuldades para manter aquela posição social. A idéia de “agricultor profissional”¹¹⁹, “técnico, com estudo” foi recorrente nas falas dos pais CFRs entrevistados:

Eu considero que o **homem da roça ele é profissional**, ele é o agricultor, ele **tem uma profissão**, eu acho que é uma das melhores que tem, ter que ser uma profissão respeitada, tem que saber trabalhar com ela, **com estudo ajuda muito** e, por exemplo, **ser técnico pra trabalhar na roça**, era a minha idéia. [...] (Pai 5 – 2ª Geração dos *Colonos Pioneiros*/CFR 5ª Turma. Ano de chegada da família de orientação: 1975).

Também é recorrente, especialmente nos tipo 1 e 2 (os *dirigentes*), a representação sobre ser agricultor próxima a um recorte de classe com interesses políticos, capital econômico, pertencimento a grupo e finalidades contrários aos “produtores”. Estes, em geral, são definidos como os fazendeiros e cacauicultores, principalmente por possuírem capital, muitos lotes; porém – na visão dos colonos – “não têm nada no lote”, no sentido de que não plantam e não criam nada fora o cacau e/ou gado, além de não viverem na terra. A oposição “produtor” x “agricultor” também aparece tomando por referência o Sindicato dos Produtores Rurais *versus* o Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

¹¹⁹ Ao contrário disto, Arnauld de Sartre (2002, p. 7) analisa que dentre os agricultores por ele estudados na Transamazônica, a grande maioria (assim se depreende) não se identificava com a agricultura a partir da profissão ou trabalho/ofício, mas como sua localização geográfica, ou seja, diziam que “moravam na roça”. Neste estudo, a idéia de agricultura como profissão foi percebida entre os agricultores “sindicalistas”, caracterização mais próxima dos *pais CFRs* (principalmente os dos grupos 1 e 2); isto nos leva a inferir que esta representação de agricultor e agricultura profissionalizados não é algo comum ao conjunto dos agricultores da Transamazônica, mas notadamente, aos envolvidos nas organizações sociais de base sindical.

Eles [referência a uma família que quer comprar o lote do entrevistado] são cacauero, mas já tem oito lote aí cheio de gado; **já passou a fazendeiro, a pessoa já tá com umas mil cabeça de gado, ele é um produtor**, ele já tem um capital a mais, porque tem cara aí que tem cem mil pés de cacau, noventa, cem mil pés de cacau, **um cara desse aí tem renda, mas não tem nada no lote** [...] se o cacau tiver como reflorestamento, ele pode tá engajado no artigo da lei, mas não é agricultor. (Pai 1- Colono Pioneiro/CFR – 1ª turma. Ano de chegada: 1971).

Os *pais CFRs*, apesar de não comporem o nível mais empobrecido do campesinato na Transamazônica (principalmente os *tipo* 1 e 3), mesmo identificando-se como agricultores “aprumados” – expressão utilizada pelos entrevistados e que denota uma estabilidade e ascendência, em oposição aos demais colonos que foram embora das vicinais e aos demais que não têm gado ou nenhuma plantação perene –, quando falam de suas condições econômicas expressam uma certa idéia ou sentimento de “fracasso”, ou de que “ainda não deu certo”. E, no geral, expressam isto em relação à falta de condições para manter a produtividade que os lotes poderiam ter em relação aos seus esforços de trabalho e aos créditos agrícolas aí investidos.

Os *pais CFRs* apresentam uma satisfação em viver na terra ou em manter o lote (no caso das famílias que moram na cidade). Como projetos de futuro apresentam (com menos frequência no *tipo* 4) o desejo de desenvolver atividades agrícolas que denotam um processo de ‘ambientalização’ em curso, bem como a necessidade de intensificação do uso da terra aliada à técnica e atribuem estas possibilidade à ação pública ou a si mesmos:

Isso [vender o lote] não cai na minha cabeça não. **Eu vivo bem aqui**, que tenho 75 anos de idade, eu **tenho saúde aqui dentro. Eu moro num lugar que tem abundância, tem energia agora**, quando tinha aquela escuridade eu não saía, e agora? **O que eu quero é um projeto pra mim fazer reflorestamento, uma coisa, um gadim tinha aí, mas um projeto que tenha um sonho pra gente fazer um reflorestamento aí, conforme o consórcio que a gente planta**. Eu acho que dá pra gente ficar. **Agora, o governo vai ter que fazer isso aí, se ele quiser preservar isso daqui, senão o pessoal derruba mesmo** (Pai 1- Colono Pioneiro/CFR – 1ª turma. Ano de chegada: 1971).

Olha, **nosso plano é continuar trabalhando mesmo com recurso da gente e a gente conseguir alguma criatividade na roça pra diversificar**, entendeu, **você mesmo se tornar um técnico dentro dela**, porque vai ser obrigado né? (Pai 5 – 2ª Geração dos Colonos Pioneiros / CFR 5ª Turma. Ano de chegada da família de orientação: 1975).

Estas representações dos *pais CFRs* parecem também ser um desdobramento ou incorporação das necessidades/finalidade de gerenciamento dos estabelecimentos agrícolas com técnicas agroecológicas e saberes formais fortemente defendidos e divulgados após meados da década de 1990. Nos documentos, principalmente a partir daquele ano, apresenta-se como “bandeira de luta” – em consonância com as políticas de créditos – a inserção competitiva da agricultura familiar no mercado, enquanto condição de possibilidade para

manter ao mesmo tempo o modo de vida e a legitimidade das organizações sociais conquistadas, superando o desafio da preservação ambiental, em uma *conjuntura* de inadequação e insuficiência das ações públicas e da assistência técnica dos órgãos governamentais:

A agricultura ainda é a ausência mais marcante na grande discussão nacional sobre a **qualidade, produtividade e competitividade** [...]. Isto se reflete de forma negativa na oferta de qualidade e nos preços dos produtos. **Os problemas socioeconômicos derivados da insuficiente qualificação educacional, profissional e tecnológica de mão de obra no campo tendem a se agravarem agora e no futuro**, em razão de dois fatores: de um lado o **desafio da preservação ambiental**; de outro, a reorganização do comércio e das finanças internacionais sob a forma de grandes blocos regionais [...]. Como manter ou melhorar o padrão de vida da população diante da entrada na nossa região de produtores que vêm das regiões: sul, sudeste, centro-oeste de melhor qualidade e menor preço? **É preciso organizar, administrar e executar em toda a nossa região, a formação profissional e a promoção social dos agricultores e suas famílias** (MPST; FVPP, 1996, p. 8-9. **Grifos meus**).

Assim a integração ao mercado e a garantia de “promoção social dos agricultores”, tal como se explicita no excerto acima, se apresentam como fundamentais para garantia do “patrimônio sócio-cultural” do campesinato. Transformar-se pela profissionalização dos agentes sociais ou pela modernização dos estabelecimentos agrícolas, neste caso, seria possibilidade para manter a condição camponesa¹²⁰; este parece ser um dos retornos da CFR na Transamazônica, ao incorporar estes conteúdos sociais em suas finalidades e metodologia.

O momento da escolha do *filho CFR*, bem como as escolhas feitas e as justificativas das escolhas construídas pelos pais, em muito se apresentam como uma preparação para a sucessão tanto na propriedade familiar, em forma de terra e capital, quanto no lugar social destas famílias enquanto classe. Vejamos.

Os egressos entrevistados e/ou os seus pais apontam que a média de idade do pai quando o filho foi para a CFR era entre 55 a 60 anos (entre os pais *colonos pioneiros*), e 35 a 40 anos (entre os pais da *2ª geração dos colonos pioneiros*). No caso dos pais *colonos pioneiros* aquela faixa etária corresponde ao ciclo de vida da família em que se começava uma

¹²⁰ É possível perceber uma aproximação dos tipos de pais CFRs (sobretudo dos *tipos 1 e 2*, aqui tipificados como *dirigentes*) com os *tipos* de agricultores definidos como “os sindicalistas” no estudo realizado por Arnauld de Sartre (2002, p. 9) na Transamazônica. Estes, assim como os pais CFRs, apresentam uma visão profissional sobre ser agricultor; porém Sartre os classifica com reservas enquanto agricultores de base camponesa tomando como referência a relação propriedade, trabalho e família. Afigura-se nestes fatos e análises um profícuo diálogo acerca da aproximação ou distanciamento destas características de agricultores com o campesinato, por ora, de certo, impossível de ser feito. Recorro, por conseguinte, à ideia de condição camponesa considerando-se que para além da relação propriedade-trabalho-família (destacada por muitos autores clássicos do campesinato que privilegiam os aspectos econômicos para análise), a condição camponesa também se dá, de acordo com Mendras (1978), pelo nível de envolvimento/participação das pessoas com a sociedade camponesa e isto pode se dar independentemente da profissão ou do tipo de trabalho executado.

preparação da transferência do gerenciamento do lote para os filhos, como indica o trecho da entrevista abaixo (Ex-Aluno 7/ 2ª Turma, 37 anos):

Alcione: Pra plantar é tu que decide?

Ex-aluno: Se tiver que plantar, é eu que decido, se tiver que derrubar alguma coisa é eu que decido, se é de plantar alguma coisa, é eu que decido.

A.: Antes de tu ir pra CFR, tu já fazia isso?

Ex-aluno: Não, não fazia isso não [...] era meu pai, por que ele morava lá né, aí: “- nós vamo plantar o feijão”, aí era ele que dizia; “- vamo derrubar a roça e plantar o arroz”, ele dizia, era ele.

A.: Ele passou esses trabalhos pra ti com que idade?

Ex-aluno: Sim, foi assim que ele se aposentou, com 60 ano ele já começou a entregar pra mim, é porque já tem uns 13, 14 ano [tempo que coincide com o período em que o filho estava na CFR].

De forma geral, os filhos escolhidos¹²¹, no momento da decisão de ir para CFR, desenvolviam trabalhos nos lotes com os pais como “ajuda” e eventualmente trabalhos remunerados para vizinhos, apesar do desejo recorrente (com raras exceções) entre os *jovens agricultores* de não permanecer no campo. Em todos os casos os *pais CFRs* manifestaram que apenas um dos filhos “estava bom” pra estudar na CFR. Em exceções, porém, observou-se o desejo de que pelo menos dois filhos estudassem lá.

Dentre as justificativas ou argumentos que nortearam os critérios de escolha do filho para estudar na CFR estão, por um lado, o desejo dos pais de que o filho “se interessasse pela roça”, o que se afigura como o anseio tanto de que os filhos se identificassem com o campo, quanto de que o filho “aprenda a trabalhar mais com técnica”. Tal desejo parece ir ao encontro dos argumentos construídos pelas lideranças das organizações sociais de que os *jovens* não se interessavam pelo campo (cf. Capítulo 1).

Por outro lado, os *pais CFRs* destacam, entre os seus critérios de escolha, habilidades, interesses e talentos que diferenciariam o filho CFR dos demais. Dentre os argumentos recorrentes caracterizadores do filho CFR destacam-se:

(a) os referentes às habilidades de estudo e trabalho na agricultura: “tinha facilidade pra estudar”, “tinha interesse de estudar e trabalhar na roça, “era o mais ativo”, “era o que sabia zelar do lote”;

(b) os referentes à vontade e/ou habilidade do filho para atuar nas organizações sociais também compuseram a construção da escolha, o que se expressa em avaliações de que

¹²¹ Observou-se uma exceção (Ex-aluno 8, 22 anos) no *tipo 1*, cuja família mora na cidade; o filho, além de não ter atividades nos lotes, afirma que não tinha nenhum interesse na agricultura, nem em estudar. Foi para a CFR para satisfazer ao pai. Após a formação na CFR, afirma ter mudado de idéia e atualmente trabalha no acompanhamento de projetos de desenvolvimento rural com bases agroecológicas ligados ao STR.

o filho “era disposto, fazia cursos, tava no movimento, andava no mundo...”; “era muito chegado na luta sindical”.

Quanto aos demais filhos: “eram mais rude pra aprender”. Nesta direção é curioso um dos argumentos recorrentes que apontam esta ideia (expressa na primeira da seqüência de falas abaixo) de que os demais filhos em geral “tinha cabeça dura, dava mais pra trabalhar na roça”. Tal expressão denota que o filho escolhido pra CFR era aquele que assumiria o gerenciamento do lote e para tanto o conhecimento e habilidade técnica seriam imprescindíveis. Os demais, “cabeças dura”, poderiam trabalhar na roça, ou seja, realizar os trabalhos mais práticos na agricultura.

Além destes qualitativos, privilegiou-se o sexo masculino na escolha (isto se reflete no número de agricultoras formadas na CFR: apenas 7 nestes cinco anos, equivalendo a 10% do total de egressos). Há ainda a prioridade dada ao filho mais velho: em 19 casos, (63% da amostra), foi o primeiro filho homem; em 7 casos, ou seja, 23%, foi o segundo filho homem; em 1 caso (3%) foi o terceiro filho homem; em 2 casos, foi o sexto filho homem; em 1 caso o filho que foi para a CFR era o único dos doze filhos que permaneceu no lote com a mãe. Invariavelmente a escolha também obedeceu aos critérios: ser solteiro e morar com os pais (em geral no momento da escolha do *filho CFR* havia de dois a três filhos ainda morando com os pais, no caso das famílias numerosas). Vejamos alguns depoimentos peculiares dos critérios de escolhas construídos pelos pais, em que se observa a confluência com os recortes, expectativas, interesses construtores da categoria *juvens agricultores*:

Porque ele era solteiro, nós achamo que ele tinha mais condições de ir pra lá, interessou-se, ele foi. Naquele tempo o Francisco [o segundo filho que hoje mora com os pais] não era nem casado...Tinha este outro, o Juscelino que tá em Altamira, **ele era o mais cabeça dura, dava mais pra trabalhar na roça**; ele [o escolhido pra CFR] **era mais cuidadoso na roça**, foi... ele ia e nós mais fazia gosto [...] **Os companheiros** nosso mesmo vieram e falaram que era bom, então a gente interessou-se para ele estudar mais e ele **é um menino novo, já mostrou de ser uma pessoa mais de outra categoria** [...] (Pai 4- *Colono Pioneiro/CFR* – 1ª turma. Ano de chegada: 1972).

Sempre **as idéia dele foi diferente das idéia dos outros** [irmãos], **trabalhava com espalhadeira de pimenta, andava com o padre neste mundo** todo, ia pra Uruará, **cursos, movimento... era disposto**, também **trabalhava na roça** com a gente [...] os **outro são mais fraco nos estudo** [...] (Pai 7- *Colono Pioneiro/CFR* – 1ª turma. Ano de chegada: 1983).

Ele era muito interessado, ele nasceu aqui e ele **era interessado mesmo a estudar, aí trabalhava no lote**, aí estudava uma semana e ficava duas no lote. Aí ele foi pra lá [...] Ah, eu fazia gosto!. Tanto esse como o outro [filho] fazia, pejejei pra eles não saírem [...]. Ele pensava mesmo... o estudo dele é pouco, mas é muito inteligente, **era também muito chegado na luta sindical** também [...] (Pai 1- *Colono Pioneiro/CFR* – 1ª turma. Ano de chegada: 1971).

Seja afirmando o *filho CFR* como o agricultor profissionalizado em potencial, seja negando esta possibilidade para os demais filhos por não possuírem pré-requisitos, as escolhas dos *pais CFRs*, de forma unânime, parecem ter a ver com dois aspectos peculiares à trajetória do grupo social composto pelos mesmos:

1) A “luta” e a continuidade da mesma;

2) A trajetória econômica ascendente que se visualiza na aquisição da terra e na fixação da família na mesma e na Transamazônica, já que a mobilidade espacial faz parte da história das famílias. Junto a isto, as possibilidades de manutenção ou aumento do patrimônio, bem como, por outro lado, os desafios técnicos para permanência nos lotes e/ou no trabalho com a agricultura, para o que se apresenta como alternativas viáveis o gerenciamento “com planejamento” e técnicas agrícolas.

Observa-se na fala a seguir que junto à possibilidade de “trabalhar com planejamento”, potencialmente mediada pela escola e pelo filho que lá estudou, projetam-se possibilidades de melhorar a terra e nela o cultivo do cacau e a criação de gado – as duas maiores fontes de preocupação e esperança das famílias, já comentadas anteriormente:

Bom, eu esperava que tivesse uns dois menino aí, **ao menos dois que tivessem estudado lá e tomasse conta do lote e desenvolvesse aí uns projeto bom**, porque a gente conhece aí pra fora pessoas que estudou, formou-se pra técnico agrícola e hoje tá na agricultura desenvolvendo a lavoura, que é isso que eles trabalham, tão desenvolvendo uma atividade que dá pra sobreviver ele com família, com tudo. E aqui, nós, não tendo isso, trabalha aí quase sem planejamento, sem nada. Porque aqui, por exemplo, eu tenho um cacauzinho que eu plantei, um gadim; a terra não ficou muito assim muito boa [...]. (Pai 1- Colono Pioneiro/CFR – 1ª turma. Ano de chegada: 1971).

O futuro profissional desejado para o filho escolhido para a CFR também se afigura como diretamente influenciado pelo lugar social dos *pais CFRs* no que se refere à trajetória sócio-econômica dos mesmos. Um fato comum entre todos os pais foi a manifestação de que o filho escolhido se tornasse, pela formação na CFR, um técnico agrícola ou o seu correlato: um agricultor técnico, profissional. Tal expectativa parece dizer respeito tanto à incorporação do ofício ou profissão de agricultor acrescido de capital escolar/técnico, quanto o desejo de que estes *juvems* assumam a gestão do patrimônio familiar.

Quanto às *filhas CFRs*, as expectativas ou projetos de futuro dos pais parecem estar motivados menos pela chance de sucessão no lote¹²², do que pela ideia de profissionalização

¹²² Corroborar com esta ideia o fato de que, por exemplo, foram os dois irmãos da ex-aluna acima citada (ambos casados; um destes também estudou na CFR) os únicos a receber cada um, metade de um dos lotes da família

ou da possibilidade de estas moças estudarem em um local com regras rígidas e em regime de semi-internato. A única aluna que foi possível entrevistar fala dos projetos dos pais para ela junto à CFR sempre atrelados ao disciplinamento rigoroso imposto pela família, e a CFR seria um lugar moralmente desejável para o estudo da filha. O casamento, neste caso, afigura-se como o projeto de vida ou alternativa única para as moças:

Ex-aluna: A finalidade dele [do pai quanto ao estudo na CFR] era só pra gente ser agricultor assim pra trabalhar mesmo no lote.

Alcione: E quais eram teus planos?

Ex-aluna: Os mesmos também, como eu te falei: não saía de casa, não tinha conhecimento com nada, e tinha que ter aquela obediência no que ele falava pra gente... só, casar mesmo... a escola lá era mais respeitada (Ex-aluna 1/CFR- 3ª Turma, 31 anos).

Assim, observa-se que o ingresso dos filhos e das *filhas* na CFR – com diferentes expectativas para os gêneros – seria construído tomando-se como critérios: 1) as dificuldades da família em reproduzir-se; 2) a permanência dos filhos no campo – neste caso mesmo para as filhas a CFR parece concentrar as possibilidades de continuarem no campo, estudando/sendo formadas em um local com regras e disciplina aproximadas às da família. Tradicionalmente, sendo às moças destinado como futuro o casamento – mesmo as que estudam na CFR – seria possível falar de um processo de masculinização¹²³ da categoria social *jovens agricultores*, assim como das expectativas de sucessão da gestão da propriedade familiar. Processo este próximo – porém provocado por fatores diferentes – aos identificados por Abramovay et al (1998) no campesinato do Oeste de Santa Catarina, no qual este autor identifica um processo de masculinização da juventude rural como um todo, tendo em vista a saída das moças para a cidade numa maior proporção em relação aos rapazes.

Quanto ao exercício e/ou lugar social privilegiado para atuação da possível profissão de agricultor ou da condição de agricultor técnico agrícola, as respostas dos entrevistados revelam a seguinte variação: em 18 casos (58%) os *pais CFRs* desejam que os filhos sejam técnicos agrícolas para cultivar/desenvolver o lote – aqui parece situar-se um desejo mais

vendidos na ocasião dos pais idosos mudarem-se para Medicilândia. Com a renda da venda do outro lote compraram casa na cidade.

¹²³ Cumpre destacar, entretanto, que se afigura haver uma mudança nas representações dos ex-alunos CFRs quanto à imagem da mulher – pelo menos quanto às ex-alunas CFRs. Os ex-alunos quando falam das colegas de curso ressaltam tanto qualitativos que sugerem valores morais recorrentes no campesinato como: “era uma menina bem educada”, “menina de família”; quanto valores que sugerem a aceitação da profissionalização das mulheres agricultoras: “ela era estudiosa e enfrentava mesmo os trabalhos na escola, na roça, tudo que os menino fazia ela fazia lá nas aulas práticas...” (Ex-aluno 1/CFR – 1ª Turma, 32 anos). Por outro lado, esta ideia de masculinização dos *jovens agricultores* parece estar presente no imaginário dos envolvidos na CFR pois as lideranças (homens e mulheres), e pais entrevistados quando indagados sobre onde moravam os ex-alunos CFRs não faziam referência às ex-alunas (nisto talvez tenha pesado também a linguagem masculinizadora da pergunta); as mesmas apareciam quando os entrevistados me narravam o mapa onde pontualmente localizavam-se as casas das famílias.

explícito de que os *filhos CFRs* sejam os herdeiros na sucessão do lote e aí permaneçam morando. Em 13 casos (42%) manifestam o desejo de que os *filhos CFRs* se tornassem técnicos agrícolas para exercer atividades, seja em órgãos de governo na área de assistência técnica rural, seja nos projetos, programas de desenvolvimento rural coordenados pelas organizações sociais. Nesta expectativa parece situar-se uma aceitação da possibilidade de que os *filhos CFRs* tenham um emprego fixo, porém ligado à agricultura em Medicilândia, o que seria uma forma dos mesmos não se distanciarem da família e/ou permanecerem na agricultura. Também nas falas destes pais afigura-se o desejo de que estes filhos, mesmo empregados, contribuam na gestão do lote ou a assumam, senão, que ao menos influenciem na gestão do patrimônio familiar. Vejamos alguns posicionamentos dos *pais CFRs* e de alguns *jovens agricultores* (sobre o desejo dos pais)¹²⁴, que revelariam estas expectativas:

[...] o **homem da roça ele tem que saber concorrer também, não basta ser só da roça, tem que saber administrar a roça**, aí, por exemplo, **um estudo ajuda**, e a **Casa Familiar Rural veio pra ajudar no estudo da roça**, na questão da terra, da lavoura, e acompanhar lá a lavoura ou preço e tudo, **é esse objetivo que eu tinha**, que eu também tinha vontade né.[...] Eu considero o **homem da roça ele é um profissional**, ele é o agricultor, ele tem uma profissão [...] (Pai 5 - 2ª Geração dos *Colonos Pioneiros* /CFR-5ª turma. Ano de chegada da família de orientação: 1975).

Pra nós, o grupo, quando discuti a CFR, achou....achou não, **é uma vantagem ter um técnico agrícola na família**, é muito bom! [...] (Pai 8- *Colono Pioneiro*/CFR – 1ª turma. Ano de chegada: 1979).

[...] uma das coisas que me despertou o interesse em eu estudar nesse projeto é porque assim, a gente **precisa ter acesso à escola, mais também a gente ia tá morando lá no lote**, então isso foi uma das coisas que, **tanto eu como meu pai, viu isso** como um ponto principal pra que a gente viesse a estudar na Casa Familiar Rural [...] como a gente morava no lote lá a **expectativa era que a gente pudesse adquirir recurso para poder se manter lá no lote mesmo** [...] (Ex-aluno 3 /CFR – 1ª Turma, 33 anos. Pai: *Colono Pioneiro*).

Bom, quando tava na CFR a gente [referência aos pais e a si mesmo] pensava em eu me formar, fazer um curso técnico, ou sei lá, alguma coisa, e **formar e trabalhar assim de empregado, mas de uma forma que como se fosse assim uma cooperativa por exemplo, tipo, tem a COODESTAG que trabalha dando assistência técnica com os agricultores** [...] (Ex-aluno 12/ CFR -4ª Turma, 22 anos. Pai: 2ª Geração dos *Colonos Pioneiros*).

A posição política e as condições econômicas das famílias igualmente parecem exercer influência sobre o futuro desejado para os filhos quanto ao tipo de atuação enquanto técnicos agrícolas. Quanto às condições econômicas das famílias, no quadro a seguir se observa que entre os grupos de pais classificados nos *tipos 1* e *3* (bem sucedidos economicamente) apresenta-se o maior número de casos referente à expectativa de que os

¹²⁴ No geral há uma correspondência entre o desejo dos pais de que os filhos fossem estudar na CFR e o desejo dos filhos que lá estudaram. Na amostra há 1 caso (no *tipo 3*) em que o pai não queria que o filho estudasse, independente do tipo de escola; há 1 caso (no *tipo 1*) em que o filho escolhido não queria estudar na CFR. Afirma, porém, que mudou de idéia após as primeiras Alternâncias.

filhos CFRs permaneçam no lote e assumam a gestão do mesmo. Já entre os grupos de pais classificados como *tipos 2 e 4* (que não são bem sucedidos economicamente, embora não façam parte do grupo de agricultores mais empobrecidos da Transamazônica/Medicilândia) há uma maior aceitação da possibilidade do filho CFR empregar-se, sem deixar de assumir ou contribuir o/para o gerenciamento do lote, reflexo de um tipo de socialização caracterizado pelo trabalho familiar e a proximidade geográfica.

QUADRO 4: EXPECTATIVAS DOS PAIS QUANTO AO TIPO DE ATUAÇÃO DESEJADA PARA O FILHO CFR

EXPECTATIVA	TIPO 1 + POLÍTICO/ +ECONÔMICO		TIPO 2 + POLÍTICO/ -ECONÔMICO		TIPO 3 - POLÍTICO/ +ECONÔMICO		TIPO 4 -POLÍTICO/ -ECONÔMICO		TOTAL	
									ABS	%
SER TÉCNICO AGRÍCOLA PARA CULTIVAR/ DESENVOL VER O LOTE	10	32%	3	10%	3	10%	2	6%	18	58%
SER TÉCNICO AGRÍCOLA PARA EMPREGAR- SE	2	6%	4	13%	2	6%	5	16%	13	42%
TOTAL	12	38%	7	23%	5	16%	7	22%	31	100%

Fonte: dados de campo/2009.

Proporcionalmente, se observa que entre os *pais CFRs* definidos como *Colonos Pioneiros* há uma menor aceitação da possibilidade dos *filhos CFRs* empregarem-se, isto é, 39% destes pais, contrastando com 50% (4 casos) dos *pais CFRs* definidos como 2ª geração dos *Colonos Pioneiros*, os quais somam 8 casos ao todo. Os *Colonos Pioneiros*, especialmente os mais idosos e que atuam ou atuaram como dirigentes sindicais, são os que mais manifestaram rejeição à ideia de o filho CFR empregar-se e, em geral, atribuem a esta ideia/expectativa uma certa traição às finalidades desta escola¹²⁵ e principalmente àquela da formação do ser colono; isto denotaria que estudar para empregar-se, ainda que permaneça no campo, seria uma forma de perder a condição de camponês. Assim eles avaliam:

Eu falo é assim: porque depois eles já não tavam pensando mais em desenvolver que nem começaram. Aí eles já tinham um outro pensamento: queriam estudar o segundo ano e depois continuar. **Não era um colono, não ia se preparar pra ser um colono, o cara já pensava era num emprego, uma coisa bacana. Aí era igual uma escola normal mesmo, aí, resumindo, pra mim perdeu o sentido de Casa Família Rural [...]** (Pai 1- Colono Pioneiro/CFR – 1ª turma. Ano de chegada: 1971).

¹²⁵ Esta ideia também comporia o quadro de avaliações que apontam uma “queda” da CFR, abordada no Capítulo 4.

Observa-se que o fato de uma possível incorporação do desejo/expectativa do filho de empregar-se se diferencia dos dados apontados no estudo já realizado por Arnauld de Sartre (2002, p. 4) sobre os agricultores da Transamazônica, especificamente sobre os que não comporiam, em sua definição, “o nível mais baixo da escala social” – tal como os pais CFRs. Este autor afirma que “os mesmos rejeitam com muita força o assalariamento” e em sua avaliação isto “está ligado a um modo de vida comunitário”, em que os pais desejam que os “filhos reproduzam o modo de vida caracterizado pelo trabalho familiar e a proximidade geográfica”.

Quanto à posição política dos pais *dirigentes* (tipos 1 e 2), afigura-se que apenas esta posição política não define o desejo de que os filhos permaneçam trabalhando no lote, mas sim esta posição associada à defesa do patrimônio da família e, conseqüentemente, a possibilidades maiores de ascensão econômica ou manutenção deste patrimônio. Por outro lado, a posição política dos pais CFRs influenciaria a expectativa de que os filhos que lá estudaram assumissem também o lugar social de *dirigentes*. No quadro abaixo observa-se que este desejo manifesta-se apenas entre os pais *dirigentes* (tipos 1 e 2), sendo que dentre os entrevistados apenas 26% foram os que espontaneamente manifestaram este desejo ao falarem do futuro profissional esperado para o filho CFR:

QUADRO 5: EXPECTATIVAS DOS PAIS QUANTO AOS FILHOS CFRs SEREM DIRIGENTES

EXPECTATIVAS	TIPO 1 + POLÍTICO/ +ECONÔMICO	TIPO 2 +POLÍTICO/- ECONÔMICO	TIPO 3 - POLÍTICO/ +ECONÔMICO	TIPO 4 -POLÍTICO/- ECONÔMICO	TOTAL	
					ABS	%
EXPECTATIVA DE QUE O FILHO SE TORNASSE DIRIGENTE ALÉM DE TÉCNICO AGRÍCOLA	6	2	-	-	8	26%
NÃO MANIFESTARAM INTERESSE/EXPECTATIVA NESTE SENTIDO	6	5	5	7	23	74%
TOTAL	12	7	5	7	31	100%

Fonte: dados de campo/2009.

As falas a seguir explicitam que, ao projetarem nos *filhos CFRs* este lugar social, há junto o desejo de continuidade de sua atuação nas organizações sociais, ou seja, da ideia-valor de “luta”. Porém, revelam a necessidade de que esta atuação se dê fundada na “formação” escolar/técnica; evocando o lugar de mediação da CFR que daria “mais força para atingir” os objetivos do grupo. Esta qualidade do *dirigente* técnico esperada pelos pais revelaria as condições necessárias para superar os desafios da ‘crise da base’, em uma conjuntura de rotinização e de ‘ambientalização’ em curso nas organizações sociais que difere em muito das suas próprias qualificações:

Ativada [uma pessoa ativada], e **a gente tinha aquele interesse um dia ter um filho numa associação que fosse um dirigente, e lá na CFR tinha mais força pra se atingir** o que agente precisa [...] (Pai 4- Colono Pioneiro/CFR – 1ª turma. Ano de chegada: 1972).

É que é importante porque **eles poderiam ser os futuros dirigentes daqui**, entendeu? Não precisa a gente ser tudo aquilo de dirigentes aqui, e sim eles, **porque eles têm a formação** [...] (Mãe 2 – 2ª Geração de *Colonos Pioneiros* / CFR- 4ª Turma. Ano de Chegada: 1979).

[...] Eu sempre falo pro [faz referência ao *filho CFR*], eu digo: “– meu filho **se você fosse um cara que quisesse progredir na vida na questão, né, das lutas, do sindicato, política né...**”. (Pai 2 - 2ª Geração dos *Colonos Pioneiros* / CFR 4ª turma. Ano de chegada: 1974).

As lógicas de escolha do *filho CFR*, as expectativas depositadas nos mesmos, revelariam tanto mudanças nos critérios de sucessão do lote e/ou de gestão do patrimônio da família, quanto a antecipação de uma nova geração do campesinato, na qual as expectativas dos *campos* político, familiar, acadêmico e religioso são depositadas, de forma a confluir para um investimento coletivo na capacidade desta nova geração de reproduzir aquela condição social.

Este preparo da nova geração afigura-se imprescindível para manter a condição social, que se faz pela classe e, nesta, pela identidade através da qual os agentes se conhecem e se reconhecem. Nesta perspectiva, há nas lógicas que construíram o *filho CFR* pelas famílias envolvidas nesta escola uma dimensão objetiva e uma dimensão subjetiva. Trata-se, objetivamente, de construções sociais que se dão na trajetória de ações, interações e relações no jogo social, com finalidades de manutenção das condições econômicas de existência. Trata-se também de esquemas de percepção e apreciação, ou seja, estruturas cognitivas e avaliatórias adquiridas pela posição no espaço social, influenciadas pelas estruturas objetivas.

Particularmente sobre os *pais CFRs*, o desejo de que o *filho CFR* torne-se técnico agrícola (seja para trabalhar/gerir o lote ou empregar-se sem distanciar-se da família e contribuindo na gestão do lote) resguardaria, a partir de motivações técnicas e políticas, o investimento para que os mesmos permaneçam no campo em condições melhores – via estudo escolar/técnico. Estas expectativas se inscreveriam enquanto estratégias incorporadas ou construídas pelas *famílias CFRs* como respostas aos desafios de sua reprodução social como classe e como unidade doméstica.

Esta reprodução ou a continuidade da condição social, porém, em conjuntura de racionalização social, apresentaria mudanças que se apresentam na questão a seguir:

O desejo de que o *filho CFR* possa empregar-se como técnico agrícola, e com isto a admissão de assalariamento pelo campesinato, afigura-se como consequência de um modo de

vida societário em curso, qual seja: ficar no campo neste caso, parece apresentar como condição ou desejo a possibilidade de conciliar a gestão do lote paterno e as atividades de extensão rural remuneradas, seja através de órgãos de governos, seja através do STR, dos espaços representativos dos agricultores como associações, cooperativas, etc. Este fato conduziria a novos arranjos na sucessão, senão do lote, da gestão “com planejamento” do patrimônio da família?

A reprodução conciliada com mudanças também se manifesta no fato de os pais desejarem que o *filho CFR* – portanto na categoria de técnico agrícola – assuma a gestão do patrimônio familiar (consolidado em terra e capital) em dois sentidos:

1) Tendo em vista que a questão sucessória é, fundamentalmente, influenciada pelo tipo de patrimônio (ABRAMOVAY et all, 1998), aquela expectativa dos pais parece ser uma consequência direta de transformações em sua condição social promovidas pela ascensão econômica, capitalização via créditos agrícolas e complexificação dos sistemas de produção.

2) A decisão de que o filho “estudado”, o “técnico agrícola da família”, assuma a gestão do lote e/ou do patrimônio familiar é um forte indicativo da influência dos processos em curso de diferenciação social rotinizados e ambientalizados, das políticas de financiamento rural – tal como identificado por Abramovay et all (1998; 2001) no estudo sobre a juventude do campesinato de Santa Catarina –, e da presença de agentes do *campo acadêmico/científico/escolar* no interior do campesinato.

Tais influências, junto ao estado do patrimônio familiar, parecem contribuir para o credenciamento da educação escolar como instrumento ou recurso das estratégias de reprodução social das famílias: o filho que “deve”/“precisa” ficar no campo é o filho “estudado”. Este fato parece distinguir-se das lógicas tradicionais do campesinato em que a educação escolar torna-se importante – principalmente do ponto de vista econômico – apenas quando credencia os jovens a migrarem para as cidades, tal como apontam os estudos realizados por Abramovay et all (2001), Lamarche (1997) e Garcia Jr. (1989) dentre outros, migração esta que compõe as estratégias de reprodução da família camponesa ainda que parte da mesma “se transforme em não-camponesa” (GARCIA JR, 1983, p. 226).

O que também faz pensar esta incorporação da CFR pelas famílias como possível estratégia de reprodução social é o fato de que nas sociedades camponesas, como analisa Mendras (1978, p. 92), o cultivo da terra e as escolhas matrimoniais são “[...] ocasiões privilegiadas para desenvolver estratégias sábias e de longo alento, pois estas são as duas principais ocasiões em que se introduz uma incerteza no sistema de relações sociais”. Na Transamazônica, entre os *pais CFRs*, aquela incerteza quanto ao cultivo da terra se faria

presente, tendo em vista a ‘crise dos sistemas de produção’ e os constrangimentos ambientais diversos das experiências tradicionais dos colonos.

De certa forma, parecem estar *em jogo* nas finalidades atribuídas à CFR pelas famílias e em suas lógicas de escolha do filho CFR, três interesses sociais e resultados possíveis, a saber: 1) a passagem das *propriedades intrínsecas e relacionais* constitutivas da trajetória social do grupo a estados objetivados, homologados e publicizados em forma de *esquemas práticos* – ao modo de um *habitus de classe* (principalmente dos mais envolvidos na proposição da CFR); 2) a atualização destas propriedades por meio da incorporação das espécies de *capitais* imprescindíveis para a manutenção da condição social na *conjuntura* contemporânea; 3) a atualização das regras de sucessão pela necessidade do capital escolar/técnico no gerenciamento dos lotes, como será abordado no 4º capítulo.

A proposta pedagógica da CFR codificada com estes conteúdos sociais teria o caráter de *práticas sociais* geradas enquanto uma das estratégias de reprodução social propondo-se a reafirmar a origem das *propriedades intrínsecas* (a agricultura familiar camponesa) e das *propriedades relacionais* (a ideia-valor de ‘luta’ referendada na ação coletiva aglutinadora das organizações sociais) definidoras do *habitus de classe* e inerentes à condição camponesa.

No momento em que elas aparecem como determinadas pelo futuro, isto é, pelos fins explícitos e explicitamente colocados de um projeto ou plano, as práticas que o *habitus* produz (como princípio gerador de estratégias que permitem enfrentar situações imprevisíveis e sempre renovadas) são determinadas pela antecipação implícita de suas conseqüências, isto é, pelas antigas condições de produção de seu princípio de produção, de modo que elas tendem a reproduzir as estruturas objetivas das quais elas são o produto (BOURDIEU, 2003, p. 54).

As práticas sociais procedem das condições sociais de produção do *habitus*, este, por sua vez, é a base de constituição dos pertencimentos, das formas de identificação dos agentes com a sua condição social (BOURDIEU, 2007). As condições de produção do *habitus* na Transamazônica, contemporaneamente, são marcadas pela racionalização como uma das conseqüências da rotinização social e da codificação em que se configura a CFR. Esta cumpriria este lugar social enquanto estratégia de reprodução, por um lado, construída por mudanças no campesinato e, por outro, mediadora/ratificadora das mudanças que já se fazem presentes, senão anunciadas. Os resultados do *capital escolar/técnico* mediados por esta escola são – potencialmente – capazes de: (a) transformar/reconverter o *capital social e cultural* dos *jovens agricultores* em outra espécie mais rentável e/ou mais legítima para a *conjuntura* na qual eles se encontram; (b) difundir a cultura da *sociedade envolvente* e com

isto a incorporação da cidade (*cidade política e/ou cidade econômica*) pelos *jovens agricultores* como parte constitutiva de sua condição social.

No capítulo que se segue são analisadas as influências da intervenção social da CFR na condição camponesa dos *jovens agricultores*, sobretudo focando-se as inserções sócio-profissionais e as diversas posições sociais que as espécies de *capitais* adquiridas por estes *jovens* têm possibilitado.

Capítulo IV - Os *Jovens Agricultores* e sua condição camponesa: inserção sócio-profissional e as múltiplas formas de permanecer no campo

A condição camponesa, a rigor, não se esgota na profissão ou na prática da agricultura; antes, são a forma como se está inserido em uma coletividade camponesa, os tipos de ligação física ou de representação/participação, e o desenvolvimento de papéis em transação com a mesma que configuram os elementos, os conteúdos definidores do ser camponês (MENDRAS, 1978).

A escola, instituição que, segundo Mendras (1978), permite ao camponês sair de sua relativa autarcia cultural e “entrar em cheio na sociedade envolvente”, é assumida na coletividade camponesa em estudo como um importante instrumento da ação coletiva. Por conseguinte, pensar a condição camponesa dos *jovens agricultores*, agentes socializados nas interações e representações em que a CFR se apresenta como referência, significa considerá-la na gênese da posição social dos seus ex-alunos, como geradora/conformadora de disposições mentais e/ou subjetivas, que funcionam como esquemas históricos de percepção, formas de agir e configurações de pertença ao campesinato.

Posições sociais vêm sendo constituídas e experienciadas pelos egressos da escola CFR, influenciando, conformando modos de vida, modos de trabalho e de relação com a agricultura (seja no campo, seja na cidade) que revelam/falam de uma condição social marcada por dois tipos de *capitais* caracterizadores da CFR: do ponto de vista interno à escola, tem-se a influência do *capital escolar*, específico à mesma; do ponto de vista externo, tem-se a influência do *capital social* da CFR enquanto mediadora dos atores do campesinato na Transamazônica – portanto, para além da instituição escolar. A estes *capitais* somam-se os investimentos das *famílias CFRs* nos filhos escolhidos para esta escola, que em muito influenciariam as posições sociais destes *jovens*.

Assim, considerando os apontamentos acima e a singularidade da socialização dos egressos da CFR, convém pensar, neste capítulo, a partir das atuais práticas sócio-profissionais: quem são os *jovens agricultores* após a socialização nesta escola; qual a relação entre as práticas destes *jovens* e o *lugar* a eles atribuídos nas estratégias de reprodução das famílias e das organizações sociais; quais os traços caracterizadores do pertencimento/participação dos *jovens agricultores* à coletividade camponesa na qual os mesmos vêm sendo socializados; e ainda como os *jovens agricultores* e a CFR são vistos ou avaliados pelos demais agentes da coletividade camponesa.

4.1 As posições sociais diferenciadas dos *jovens agricultores* no campesinato

A posição dos agentes constitui-se pela diferença a eles conferida no espaço social e por eles incorporada, bem como manifestada na estrutura de relações objetivas onde se inserem. Por assim dizer, a posição social traduz os esquemas ou disposições para perceber, sentir e agir ligadas à condição de classe, numa palavra, traduz o *habitus* diferenciador dos agentes e orientador de suas práticas; ao passo que, em sendo o *habitus* produto da socialização, este se torna capaz de informar os processos ligados à trajetória do grupo delineadores das tomadas de posição dos agentes.

Uma das características pertinentes à condição econômica e social dos *jovens agricultores*, logo, dos traços diferenciadores associados a sua posição correspondente no espaço, seria traduzida por uma espécie de *conceito-valor* manifestado no *destaque* a eles atribuído (tanto pelos agentes do campesinato, quanto pela sociedade envolvente) e pelos *jovens* interiorizado. Esta posição de *destaque* que teriam os *jovens* egressos da CFR também é revelada nas avaliações e/ou formas como os mesmos são representados e representam a si mesmos através de expressões como: “ter consideração”, “ser olhado com outros olhos”, ou ainda, “ter reconhecimento”.

Este *conceito-valor* foi apresentado primeiramente de forma espontânea em entrevista com uma liderança local, ex-coordenador da CFR em Medicilândia. Em entrevistas com outros agentes, quando questionados se havia e/ou há este *destaque* dos *jovens* egressos, os mesmos confirmaram, apontando algumas oscilações deste *destaque* ao longo da trajetória da CFR, conforme se verá adiante. Entre os *jovens agricultores* e seus pais, quando perguntados ‘o que havia mudado em suas vidas após a formação que tiveram na CFR’, a idéia de *destaque* foi sendo confirmada/demonstrada, espontaneamente, pelas demais expressões referidas neste texto: “passou a ser olhado com outros olhos...”, “teve mais reconhecimento...”, etc. Convém ressaltar que ao longo das entrevistas realizadas, a idéia de *destaque* é recorrentemente acionada sempre quando os agentes falam também das lideranças locais e regionais do MPST/MDTX, STR, FVPP, PT, as quais teriam se formado como tal porque “foram se destacando nas discussões, nos debates, nas lutas...”. O *destaque* teria assim um conteúdo de prestígio, reconhecimento no interior do grupo e de competência política, profissional, que atribuem aos sujeitos investidos do *destaque* uma posição pública respeitável.

Este *destaque* está presente em duas dimensões que se poderia dizer definidoras da posição (ou das posições) dos ex-CFRs: a primeira é a dimensão social ou das interações na

sociabilidade em que a prática política destes *juvems* inclui-se; a segunda é a dimensão técnica de seus saberes e práticas produtivas na agricultura. As falas a seguir são exemplares deste possível posicionamento:

[...] **Ser gente é o cara com conhecimento que pode se destacar dentro de uma política, no comércio** [...], então os **juvems da CFR tinha um destaque**; no comércio quando via um jovem da CFR dizia: “ – oi meu jovem, como vai você?”; **um jovem de uma outra escola não tinha esse tratamento** [...] existe isso ainda com certeza, eu dei o exemplo no comércio, mas é de uma forma geral: se encontrar um oficial de justiça, por exemplo, que você olha que é um cidadão à parte, ele te trata bem, ele te visita, ele trata como família, como cidadão de bem; dentro do sindicato é a mesma coisa [...] (Liderança local/CFR. Ex-coordenador da CFR).

Tem sim [*destaque*], eu acho que tem porque sempre fica né: “ – Estudou na Casa Familiar Rural!”. **Tem sempre uma credibilidade**, eu acho; no caso, vamos supor, se ele chega numa assembléia de sindicato, num seminário, quando se apresenta, fala que é, que foi, é ex-aluno da Casa Rural, sempre, se eles quisesse, eles tinha mais oportunidade, talvez até mais que um outro aluno né, **sempre tem mais uma facilidade de entrar** [...]. Também eu acho assim que esse grupo que estudou na Casa, hoje eles tão mais, assim, sabe administrar melhor o lote, quem ficou no lote; quem não ficou, que nem o [referência ao Ex-aluno 3, 1ª turma, 33 anos] mora até hoje aqui [na zona urbana de Medicilândia], mas eles, a gente nota, que **tem uma diferença né, dos outros, os outros que estuda assim, nem estuda [...]** eles não conseguem administrar né, o lote, de acordo mais na técnica, melhor [...]. Então eu acho que valeu a pena, **quem passou pela Casa Familiar Rural tem uma maneira diferenciada de administrar o lote**, que já é uma vantagem. (Pai 2/CFR – 4ª Turma. Liderança local. Ativista do Partido dos Trabalhadores. 2ª Geração de *Colonos Pioneiros*).

Com certeza tem [o *destaque*]. Eu acredito que mudou e muito. Por exemplo, eu participava apenas da minha comunidade lá, de coisa que era normal pra mim e para qualquer um que morava lá e participava de algumas reuniões, mas era muito pouco. E depois disso a gente viu que a gente passou a ter mais, assim a ser olhado com outros olhos, por a gente ter passado esse período lá na Casa Familiar Rural. Tanto é que depois disso eu fui chamado para dar aula lá pra adulto também. Depois disso surgiu esse curso, aí entrei nesse curso justamente por causa disso, pra tá mais envolvido nos movimentos sociais. [...] eu acredito que não só a minha turma, mas as outras [...] até na própria comunidade também, depois que eu tava estudando na Casa Familiar Rural, eu fui coordenador de grupo de juvems lá. Fui representante da nossa comunidade. (Ex-aluno 3 /CFR – 1ª Turma, 33 anos. Pai: *Colono Pioneiro*).

As disposições ou interiorizações de saberes, valores, gostos, habilidades e representações adquiridas pelos *juvems agricultores* parecem operar no espaço um processo de *distinção social* que se revelaria – a exemplo das falas acima – através de um conhecimento distinto e um reconhecimento dos traços distintivos que os definem. Produto do *habitus*, a distinção social sintetiza e expressa as diferenças da condição de classe; assim, a distinção, tal como revelada na idéia de *destaque* nas formas como os egressos da CFR são percebidos e percebem a si mesmos, apresenta-se

[...] como configurações sistemáticas de **propriedades que exprimem as diferenças objetivamente** inscritas nas condições de existência sob a forma de **sistemas de distâncias diferenciais** que, **percebidos por agentes dotados**

dos esquemas de percepção e de apreciação necessários para identificar, interpretar e avaliar seus traços pertinentes, funcionam como estilos de vida. (BOURDIEU, 2007, p. 164. Grifos meus).

A distinção social dos *jovens* egressos da CFR, ou o *destaque* dos mesmos, se faria pela posição que os mesmos vêm ocupando ou em que vêm sendo colocados nos diferentes *campos* (político; familiar; escolar; acadêmico; religioso), e parecem condensar-se hoje, sobretudo, em três espécies de *capital*, configuradores dos traços pertinentes dos *jovens* CFRs que lhes aprovisionaria os critérios de diferenciação:

1) Um *capital cultural* manifestado por estes *jovens* ao modo de uma distinção incorporada. Diz respeito, esse *capital cultural*, às propriedades – seja em forma de bens culturais, seja em estado institucionalizado como o capital escolar sancionado pela CFR – que se torna “parte integrante da ‘pessoa’, um *habitus*” (BOURDIEU, 1999, p. 74-5). Como tal contorna o *capital pessoal*, informado pelo *capital social*, ou seja, pelo conjunto de relações sociais nas quais os *jovens agricultores* estão/foram envolvidos, bem como pela ação educativa dos agentes na socialização familiar e escolar, principalmente.

2) Um *capital simbólico* ao modo de uma distinção percebida e revelada na posição de “credibilidade” ou de “ser olhado com outros olhos”. Tratar-se-ia sobretudo do *capital cultural* dos *jovens agricultores*, quando conhecidos e reconhecidos, ao modo de prestígio, reputação que atribui legitimidade aos mesmos (BOURDIEU, 1989, p. 134).

3) Um *capital social* que diz respeito ao recíproco reconhecimento entre os *jovens agricultores* e os demais agentes do campesinato, sobretudo, das organizações sociais/sindicais e comunitário-religiosas, conferindo a posição publicizada destes *jovens*, ao lado de um pertencimento ou vinculação à rede de relações constitutiva do grupo e permitiria aos agentes e aos *jovens* mobilizarem proximidades e trocas materiais e simbólicas (BOURDIEU, 1989).

Quando olhada a trajetória de socialização destes *jovens*, observa-se que a posição de agentes investidos de *distinção social* técnica e política foi sendo reforçada e reproduzida pelas diversas posições atribuídas aos mesmos nos diferentes *campos*.

4.1.1 O *destaque*: A construção da distinção social

A- A construção exterior ao grupo doméstico...

No *campo* das organizações sociais/sindicais e comunitário-religiosas, bem como no *campo* religioso e acadêmico, vê-se que desde a emergência da ‘crise da formação’ na década de 1990, a categoria *jovens agricultores* seria construída socialmente pela antecipação latente

de uma espécie de nova geração no campesinato, pois nestes *jovens* vem sendo projetada a expectativa de ‘dar continuidade’ à agricultura e às organizações sociais. Ideia que leva a pensar os *jovens agricultores* enquanto uma das categorias sociais para a reprodução do *espaço das posições* ou das propriedades distintivas que animam a possibilidade dos agentes “agruparem-se, mobilizarem-se ou serem mobilizados” em função “[...] de uma lógica específica, associada a uma história específica, das organizações mobilizadoras – pela e para a ação política, individual ou coletiva” (BOURDIEU, 2007, p. 101).

O *destaque* seria construído também pelo reconhecimento específico atribuído à instituição CFR. Esta, no campesinato da Transamazônica, apresenta um *lugar social* também de distinção enquanto escola, seja em seu conteúdo, seja em sua forma pedagógica. Investida do papel de mediadora das espécies de *capital* em jogo na ‘crise da formação’, sobretudo, o *capital escolar* com viés técnico e político (conforme se viu no capítulo 2) tem fundamentado o conteúdo da CFR e estaria cumprindo o efeito de codificação, ou seja, de dar os contornos à ação dos agentes nela socializados naquela conjuntura rotinizada e ‘ambientalizada’.

Quanto à forma escolar, para este lugar de formação distinta, os diversos agentes do campesinato, via socialização comunitária e, principalmente, societária, envolveram os egressos na rede de relações que teria conferido a posição publicizada aos mesmos, cujo conteúdo também atribui *capital social* aos CFRs, seja pela atuação conjunta dos agentes mediadores da presença na “cidade política” do campesinato organizado (STR, MPST/MDTX, FVPP, LAET, Universidade e Igreja Católica), ou ainda por fatores que os próprios agentes da CFR evidenciam: “tinha outro fator diferente das escolas tradicionais: levava os *jovens* pra conhecer o que era um gabinete de prefeito, sindicato..., tudo o que você tinha numa comunidade ou município.” (Liderança local/CFR. Ex-coordenador da CFR). A esta característica da forma escolar da CFR subjaz um conteúdo social (aliado ao conteúdo curricular formal/escolar) no trabalho didático que aponta desdobramentos marcadores da especificidade desta escola e daquelas espécies de *capitais* apresentadas pelos *jovens agricultores*.

A trajetória de construção da distinção social dos *jovens agricultores* afigura-se como uma ampliação do *capital social* das *famílias CFRs*. Nas turmas egressas estudadas, o processo e critérios de admissão de *jovens* apontam como fundamental a participação das famílias e/ou dos *jovens* em organizações comunitário-religiosas e/ou sindicais. Na amostra dos 31 ex-alunos entrevistados, todos antes de ir para a CFR tinham um papel ativo nas organizações comunitário-religiosas, principalmente, através de Grupos de Jovens da igreja católica e da atuação como dirigentes comunitários. Também participavam das reuniões e

demais ações ligadas ao STR em suas comunidades e em Medicilândia – ocorrência comum entre os alunos com mais idade, notadamente, das duas primeiras turmas. As falas a seguir ilustram estes princípios e os investimentos feitos pelos *jovens* na CFR, no sentido de esta escola mediar a continuidade das suas ações na comunidade, organizações sociais e na agricultura:

Já em 95 a gente começa, 94 por aí assim, começa a discussão da Casa Familiar Rural né, e eu já tinha um certo trabalho de envolvimento né nos movimentos sociais, sindicato, essas coisa, e quando surgiu: “- é esse um projeto que me interessa”, e daí a gente começou a discutir, então Medicilândia foi o projeto pioneiro, começou a discussão primeiro e já em 95 né a gente começava a 1ª turma de Casa Familiar Rural dia 6 de novembro de 95, e eu fui porque, duas coisa: uma era alternativa de estudar que eu tinha e outra por que era uma formação que ia me servir pro meu futuro que era agricultura né [...] (Ex-aluno 2/CFR -1ª turma, 37 anos. Pai 7- *Colono Pioneiro*).

[...] Nós tinha moto, eu ia [pras reuniões do STR em Medicilândia] mais ele [o pai¹²⁶];eu sempre gostei dessas coisas: era Grupo de Jovens, de igreja, de sindicato [...] Ah! Eu fui coordenador do Grupo de Jovem, eu era... vixe Maria! [...] (Ex-aluno 11/CFR -1ª turma, 35 anos. Pai 1: *Colono Pioneiro*).

Eu era representante da comunidade e de jogos. A gente saía, vinha pra cá [Medicilândia], tinha Uruará. Aí tinha as palestras que a gente chegava e conversava [...] Geralmente a gente falava sobre educação. As palestras que realmente a gente fazia era sobre as pessoas, os crimes que hoje nós vivemos. Realmente as palestras eram essas. (Ex-aluno 4/CFR-5ª turma, 24 anos).

Sim, eu acho que antes mesmo eu já tinha uma visão de quase liderança [...]. Primeiramente eu já participava da igreja com a família, pai, mãe e tudo. Na era de 2002, eu comecei a me aprofundar mais na questão de igreja mesmo; outras organização nem tanto, e aí foi o tempo depois, em 2004, que eu fui pra lá [pra CFR] e aí hoje mesmo eu tô mais com questão religiosa [...] Aqui mesmo eu sou dirigente da igreja na comunidade. (Ex-aluno 5/CFR-5ª turma, 21 anos. Pai 5 – 2ª Geração dos *Colonos Pioneiros*).

B- A construção no interior do grupo doméstico: antecipação da sucessão...

O olhar sobre a trajetória de vida das *famílias CFRs* – refiro-me aos pais que tiveram filhos selecionados para estudar nesta escola –, tal como demonstram os dados abordados no 3º capítulo, sugere a antecipação e/ou o reforço do efeito de distinção social dos egressos da CFR, pois estaria ligada – tal antecipação – às regras de sucessão no lote, talvez, também antecipadas e reformuladas pela necessidade do *capital escolar/técnico* no gerenciamento do lote. Neste caso, dois aspectos caracterizadores da posição dos *jovens agricultores* na família de orientação se destacam: 1) Os interesses que construíram os qualitativos orientadores da escolha do filho CFR (ser solteiro; de preferência do sexo masculino; ter habilidades de estudo e trabalho na agricultura e vontade e/ou habilidade do filho para atuar nas organizações

¹²⁶ O pai deste ex-aluno era presidente do STR de Medicilândia nesta época lembrada por seu filho.

sociais); 2) a posição dos filhos escolhidos na escala familiar, cuja amostra evidencia que em 84% dos casos o filho escolhido ficou entre o primeiro e o segundo do sexo masculino¹²⁷. Nestes casos, observa-se que o *lugar* do futuro herdeiro transmitido para o segundo (ou terceiro) filho, deu-se pela ausência do filho primogênito que já havia casado ou migrado para a cidade. Vejamos a seguir a narração de um processo de escolha em que se afigura uma construção da posição do segundo filho como primogênito da família, dada a saída dos demais filhos do lote paterno, e os investimentos do pai no “primogênito substituto” para sucessão no lote, em detrimento das filhas:

Aí ele [o pai quando da escolha para o filho ir para a CFR] falou que era interessante pelo fato de eu tá estudando e morar lá no lote, porque assim, nós era quatro irmão homens, quem morava realmente lá com eles era só eu, os outros não ficaram muito tempo lá no lote com ele. O meu irmão mais velho saiu com dezesseis anos, depois ele foi pro exército e aí nunca mais voltou lá pro lote, pra ficar lá. Ele e os outros dois foram da mesma forma, eu é que fiquei lá mais tempo com ele lá fui eu, dos homens [...] então assim, esse meu outro irmão mais velho, ele morava em Belo Horizonte [...] aí o outro era muito jovem e o outro nunca se interessou muito por esses estudos da CFR. [...] Na verdade quem era pra ir [para a CFR] era uma irmã minha, a mais velha, ela queria, mas só que assim, como era pra ficar uma semana fora de casa em regime de internato pra lá, aí dificilmente um pai iria aceitar isso [...] até hoje as turmas, a maioria, são de homens. (EX-aluno 3/ CFR – 1ª turma, 33 anos. Pai: *Colono Pioneiro*).

Estes são também importantes indicadores de que a distinção social destes *jovens* resguarda relação com a posição de ascensão econômica das famílias – mais precisamente com as respostas dadas pelas mesmas para assegurar a sua capacidade de reprodução. Isso se faz sentir principalmente na seleção dos filhos para estudar nesta escola com aqueles qualitativos e interesses que apontam a sucessão no lote e/ou a sucessão no seu gerenciamento enquanto atividades contíguas àquelas de *dirigentes* ou de empregados em atividades agropecuárias, as quais os filhos poderiam desempenhar sob a condição de conjugarem estas atividades remuneradas com as responsabilidades de gerenciamento do lote.

Assemelha-se este possível regime sucessório à tradicional relação entre progeneritura e direitos sobre a terra nas sociedades camponesas, nas quais, tal como a estudada por Bourdieu (2004) em Bearne, antiga província francesa, as transações econômicas em torno da sucessão conduzem à escolha do filho que apresenta as melhores condições ou competências para assumir o dever de atuar como proprietário (para além do direito de propriedade), dada a função social da propriedade familiar que envolve tanto o patrimônio traduzido em terras e

¹²⁷ Sendo que em 61% dos casos (19 casos), o filho escolhido foi o primeiro do sexo masculino e em 23% (7 casos) a escolha foi o 2º filho. Nos casos restantes, que compõem 16% da amostra, observou-se o seguinte: em 1 caso, foi o 3º filho homem; em 2 casos, foi 6º filho homem; em 1 caso, foi o caçula de 12 irmãos; em 1 caso foi a 2ª filha mais velha.

renda, quanto o que se poderia definir como um patrimônio (ou capital) social das famílias que advém de seu “nome”, de sua reputação, de seu poder simbólico em um determinado grupo, pois é “[...] la salvaguarda del patrimonio, indisoluble de la continuidad de la estirpe [...]”. Assim é que:

[...] el derecho de primogenitura y la condición de heredera (*heretère*) pueden recaer em uma hembra no significa, en absoluto, que el uso sucesorio se rija por la igualdad entre los sexos, lo que contradiría los valores fundamentales de una sociedad que otorga la primacía a los varones. En la realidad, el heredero no es el primogênito, hembra o varón, sino el primer varón, aunque llegue em séptimo lugar [...]. Si se prefere que el heredero sea un varón, es porque así se asegura la continuación del apellido y porque se considera que un hombre está mejor capacitado para dirigir la explotación agrícola [...] cuando el herdero o la herdera abandonan la casa y la tierra, pierden su derecho de primogenitura porque este es inseparable de su ejercicio [...]. Se pone así de menifesto que este derecho no está vinculado a una persona concreta, hombre o mujer, primogênito o segundón, sino a una función socialmente definida [...]. (BOURDIEU, 2004, pp. 24-5).

No campesinato da Transamazônica, notadamente no grupo estudado, a função social do filho no qual se investe a sucessão do patrimônio da família, possivelmente atribuída ao *filho CFR* (portanto, o varão escolhido), parece assim inscrever-se em um costume sucessório em que o *estudo* na CFR se incluiria (de forma não tradicional) estrategicamente a fim de reproduzir a posição das famílias (que são também a base das organizações sociais) em duas direções: a primeira, no âmbito das unidades domésticas, em que se assiste à incorporação da ideia do agricultor profissional (*estudado* e habilitado com técnicas agrícolas adequadas ao tipo de uso que estes herdeiros precisam fazer da terra: recuperá-las e torná-las produtivas pelo uso da agricultura intensiva e ‘ambientalizada’). A segunda, também de forma não tradicional, incluiria nas expectativas das famílias a possibilidade destes filhos escolhidos – possíveis herdeiros – trabalharem (portanto, assalariarem-se) como técnicos agrícolas, assumindo, no entanto, o gerenciamento do lote, orientado pelos saberes técnicos.

Neste caso de incorporação do estudo e da possibilidade do filho herdeiro empregar-se (possivelmente conjugando atividades no campo e na cidade) – elementos não tradicionais da sucessão nas sociedades campesinas – seria uma consequência das crises que geraram a necessidade da escola CFR, notadamente, a ‘crise dos sistemas de produção’ e ‘crise da base’ que fragilizam a reprodução do grupo (?). Desta forma estariam estas transformações – o *estudo*, o tornar-se um *dirigente* e o tornar-se um técnico agrícola oriundo da coletividade

camponesa e aí vivendo organicamente – sendo condição de possibilidade para a manutenção do grupo estudado (?).¹²⁸

4.2 As diversas formas de permanecer no campo e as práticas em que se manifestam a distinção social dos *jovens agricultores*

A posição de *destaque* dos egressos da CFR afigura-se como uma espécie de crédito depositado nestes *jovens*, que é objetivado em suas formas de pensar, sentir, perceber e transmitir a trajetória e a posição da classe da qual fazem parte; créditos estes acionados conforme as oportunidades de inserção social – assim fazem crer as características dos *jovens agricultores* expostas a seguir.

As trajetórias individuais destes *jovens*, no entanto, são diferenciadas, de modo a configurar diversas posições, segundo o volume e a estrutura daquelas espécies de *capitais* incorporados, para o que influenciaram os diferentes espaços e agentes nos quais/com os quais estes *jovens* puderam interagir, principalmente após a CFR, bem como os diferentes meios – como *capital* social e econômico – a eles possibilitados, seja pelas famílias, seja pelas organizações sociais/sindicais e comunitário-religiosas.

Assim, trata-se agora de *jovens agricultores* que têm publicização e legitimidade no interior do grupo ou coletividade camponesa (e também na relação com a sociedade envolvente). Porém, percebe-se que há clivagens internas no seio desta categoria social, sobretudo na relação destes *jovens* com o campo e a cidade, com a terra e com o trabalho agrícola, bem como com a atuação política nas organizações sindicais e comunitário-religiosas –, ainda que ocupem estruturalmente a mesma posição de *destaque*.

A fim de traçar uma caracterização atual dos 70¹²⁹ *jovens agricultores* em seus modos de vida e inserções sócio-profissionais, tomando-se como critérios o vínculo de

¹²⁸ As transformações nas sociedades camponesas para a manutenção de sua capacidade de se reproduzir parecem ser mais comuns do que se possa imaginar, levando-as, em situações de crise, a incorporar como tradição o que antes era condenado. Um exemplo desta característica é observado na sociedade camponesa estudada por Bourdieu (2004), na qual o celibato (antes condenado tanto quanto a emigração) dos jovens passou a ser incorporada pelo costume sucessório. O celibato foi introduzido como estratégia de reprodução das famílias, modificando as trocas matrimoniais, dado um quadro de crise desta sociedade após a Segunda Guerra Mundial: os dotes contaram cada vez menos nos matrimônios; profunda transformação de valores como a queda da autoridade paterna e a conseqüente ida dos filhos primogênitos para as cidades; instrução das mulheres e sua emigração para as cidades; queda da natalidade, etc. Assim o *lugar* do celibatário na família foi sendo construído como algo desejado e introjetado pelos candidatos à sucessão, constituindo sua *hexis* corporal (torpeza, timidez em relação às mulheres) e sua *ética* (apego aos valores tradicionais da sociedade camponesa; pouca instrução; habilidades para se tornarem “os cabeças da casa”).

¹²⁹ Tal como já exposto na introdução, trabalho nas análises dos dados de pesquisa com informações alusivas a dois números: os referentes ao público total de egressos da CFR (70 *jovens*) que, por hora, são abordados neste trecho do capítulo, e com os 31 *jovens*, com os quais foram realizadas entrevistas aprofundadas.

residência no meio rural e trabalho na agricultura, bem como as interações com o campo (tendo em vista a finalidade da CFR e das famílias de manter os *jovens* no campo), é possível classificá-los a partir dos seguintes grupos ou tipos:

Tipo 1: *Campo*. Diz respeito aos 47 *jovens* que estão morando no meio rural exercendo trabalhos diretos na agricultura. Entre os egressos da CFR, em quase quinze anos¹³⁰ de existência da escola, este grupo representa 67% dos *jovens*. Destes, 22 (31% do total de egressos) estão casados; 25 (36%) estão solteiros. Entre os *jovens* que estão no campo e casados, 14 têm lote próprio e 8 não o têm; nestes casos, a família de procriação destes *jovens* mora no lote dos *pais CFRs* ou no lote dos pais da esposa. Já entre os solteiros que estão no campo, 4 têm lote próprio, os demais 21 não o têm.

Tipo 2: *Campo-Cidade*. Engloba os *jovens* que moram na cidade¹³¹ mas conjugam seus empregos ou outras atividades remuneradas com trabalhos no campo em atividades agropecuárias (em lote próprio e/ou da família de orientação). Representam 16% dos *jovens* egressos, ou, 11 casos. Neste grupo, 7 (10% do total de egressos) estão casados e 4 (6%) estão solteiros. Entre os casados, 4 têm lote próprio e 3 não o têm. Entre os solteiros nenhum tem lote próprio.

Tipo 3: *Cidade*. Abrange os *jovens* que estão morando na cidade, predominantemente em Medicilândia¹³² e aí são empregados no comércio local (lojas; depósitos de cerealistas¹³³; motoristas...), não mantendo relação de trabalho com o campo. Representam 17 % dos egressos da CFR, o que equivale a 12 *jovens*. Destes, 7 (10% do total de egressos) estão casados e 4 (6%) estão solteiros. Entre os CFRs que estão na cidade nenhum tem lote próprio, sejam casados ou solteiros.

A distribuição destas classificações dos *jovens* da CFR segundo as turmas formadas é possível visualizar no quadro 6 (página a seguir), podendo-se perceber uma concentração expressiva dos *jovens* do *tipo 1 (campo)* egressos da 1ª e 5ª turma, sendo que de uma forma

¹³⁰ Considerando-se o ano de realização da pesquisa de campo: 2009.

¹³¹ Há uma exceção apenas: um jovem mora na zona rural nas dependências da CFR. Afirma que não trabalha em atividades agrícolas, pois não tem terra e atualmente é coordenador da CFR, e destaca que todas as suas atividades profissionais estão voltadas para a coordenação desta escola, função que exige além da presença na CFR, idas diárias e constantes à cidade para encaminhar questões referentes à escola nas organizações sindicais, na prefeitura municipal, etc. Seu pai possui um pequeno sítio na agrovila e é vigilante desta escola, morando também nas dependências da mesma.

¹³² Segundo informações dos entrevistados, há dois casos de *jovens* que não estão em Medicilândia. Um estaria morando em Uruará-Pará e o segundo em outro estado do Brasil.

¹³³ Trata-se dos donos de depósitos que compram cereais (principalmente cacau, pimenta e café) dos grandes e pequenos agricultores e revendem em Altamira para empresas de maior porte que exportam para os centros de beneficiamento em outros estados. Estes depósitos são muito comuns na zona urbana de Medicilândia, assim como nos demais municípios do Oeste do Pará; seus donos, em quase todos os casos, mantêm grandes lotes ou fazendas e gozam de um certo prestígio junto à população local por conta da bem sucedida posição econômica, em especial, os que são *colonos pioneiros* e que conseguiram construir o patrimônio atual.

geral o maior número de alunos egressos das diversas turmas têm ficado no campo (67%). Somados os *juvêns* do tipo 1 (*campo*) e do tipo 2 (*campo-cidade*), observa-se que dos 70 egressos, 58 ou seja, 83%, mantêm vínculos diretos com o campo em atividades agropecuárias, o que, quantitativamente, expressa a positividade da intervenção da CFR na socialização destes *juvêns*, considerando-se as finalidades e expectativas coletivas que constituíram o conteúdo e a forma sócio-pedagógica desta escola.

QUADRO 6- TIPIFICAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES (POPULAÇÃO TOTAL EGRESSA DA CFR)

TIPIFICAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES	DISTRIBUIÇÃO POR TURMA FORMADA						
	1ªTURMA	2ªTURMA	3ªTURMA	4ªTURMA	5ªTURMA	TOTAL ABS	TOTAL RELT
Campo	15	6	8	7	11	47	67%
Campo-Cidade	2	3	1	3	2	11	16%
Cidade	2	3	2	5	0	12	17%
Total	19	12	11	15	13	70	100%

Fonte: dados de campo/2009.

Considerando-se os egressos da CFR quanto à faixa etária atual, observa-se uma concentração entre 24 a 27 anos e entre 28 a 31 anos:

QUADRO 7: FAIXA-ETÁRIA ATUAL DOS JOVENS AGRICULTORES

FAIXA ETÁRIA	DISTRIBUIÇÃO POR TURMA FORMADA						
	1ªTURMA	2ªTURMA	3ªTURMA	4ªTURMA	5ªTURMA	TOTAL ABST	TOTAL RELT
-20	-	-	-	-	2	2	3%
20 a 23	-	-	-	7	5	12	17%
24 a 27	-	6	7	5	6	24	34%
28 a 31	6	5	2	2	-	15	21%
32 a 35	7	-	1	1	-	9	13%
36 a 39	5	1	-	-	-	6	9%
+39	1	-	1	-	-	2	3%
TOTAL	19	12	11	15	13	70	100

Fonte: dados de campo/2009

Do total de egressos, 22 (31%) têm lote próprio. Estes lotes variam entre 100 ha, 50 e até 2 ha. Os lotes menores são predominantes entre os *juvêns* que têm adquirido terra, normalmente, são considerados chácaras, mas em quase todos os casos são de ‘terra roxa’ ou mista.

Estes dados, apesar de sugerirem, não correspondem a um processo ou tendência de descampesinização. Antes é possível pensar que este grande número de *juvêns* egressos da CFR sem terra própria é decorrente: 1) do número de *juvêns* solteiros (47%, equivalente a 33 casos do total dos egressos) que ainda estão morando com os pais, assumindo a gestão do lote, logo, inscritos na sucessão do lote paterno; 2) há uma considerável dificuldade destes *juvêns*,

mesmo os casados (53%, equivalente a 37 casos do total dos egressos) adquirirem terras próprias, especialmente os que advêm de famílias *tipos 2 e 4*, isto é as “ – econômicas” ; 3) a esta dificuldade somam-se os critérios hoje exigidos pelos *ex-CFRs* quanto à terra ideal. Conforme se verá diante, a “terra ideal” guarda relação direta com as possibilidades de aplicação dos conhecimentos escolares/técnicos: a terra almejada tem que ser terra roxa ou mista, de preferência próxima à cidade, para cultivo de cacau, principalmente, e hortas. A ênfase ou ideal comum entre os *jovens CFRs* para cultivarem cacau parece ter como motivação econômica e simbólica o fato de o município de Medicilândia ser considerado, hoje, o maior produtor de cacau do Brasil.

Assim, com estes dados também é possível pensar que os *jovens* egressos da CFR mantêm a tendência – já observada pelos monitores da CFR à época da permanência dos *jovens* em escolarização e pelos demais agentes das organizações sociais – a um processo de “chacarização” no município. Este processo também foi observado por Schmitz e Castellanet (1995) em Uruará; em Medicilândia, no caso dos egressos da CFR (como se verá melhor adiante), observa-se a predominância do cultivo de culturas perenes, sendo estas responsáveis pelo total da renda bruta; as culturas anuais que configuram a produção de alimentos ficam em segundo plano. Há ainda uma forte tendência de expectativas (para os que querem comprar chácaras) e de práticas sócio-produtivas (para os que já têm terra) voltadas ao cultivo de cacau, em detrimento do gado e pastos.

A partir da amostra (31 egressos entrevistados), é possível traçar algumas características dos *jovens agricultores* do ponto de vista qualitativo. Entre elas, observa-se no quadro abaixo a relação entre os tipos de *pais CFRs* (ou a situação sócio-econômica das famílias de orientação) e os tipos de *jovens agricultores* (ou a inserção sócio-profissional e modos de vida atuais).

QUADRO 8: RELAÇÃO ENTRE TIPOS DE PAIS CFRs E TIPOS DE JOVENS AGRICULTORES

TIPOS DE JOVENS AGRICULTORES	TIPOS DE PAIS CFRs				TOTAL	
	TIPO 1 + POLÍTICO/ +ECONÔMICO	TIPO 2 + POLÍTICO/ - ECONÔMICO	TIPO 3 - POLÍTICO/ +ECONÔMICO	TIPO 4 -POLÍTICO/ -ECONÔMICO	ABS	%
	CAMPO	9	4	3	5	21
CAMPO-CIDADE	3	1	1	1	6	19%
CIDADE	-	2	1	1	4	13%
TOTAL	12	7	5	7	31	100%

Fonte: dados de campo/2009

Dos dados anteriores tem-se que os *CFRs campo* e *campo-cidade*, somados, chegam a 87% da amostra (27 casos), ratificando a já demonstrada¹³⁴ predominância da permanência dos egressos da CFR no campo após a escolarização. Considerando-se ainda a **relação dos jovens com a cidade e a permanência destes jovens no campo**, parece haver uma relação direta entre as famílias com menos condições sócio-econômicas e uma maior predisposição dos seus filhos (que estudaram na CFR) irem para a cidade (de aí morar e trabalhar) após a escolarização, pois entre os 4 casos de *jovens CFRs cidade* identificados na amostra, 3 destes (75%) advêm de famílias *tipo 2* e *4* (“–econômicas”).

Esta característica parece ir ao encontro também da tendência observada nas expectativas dos pais à época da escolha do filho para estudar na CFR (cf. quadro 4, p. 147), pois entre os *pais CFRs* que apresentavam o desejo de ver o filho tornar-se “técnico agrícola para empregar-se”, afigura-se um aumento desta expectativa em relação à diminuição das condições econômicas, ou seja, do patrimônio materializado em forma de terra e renda das famílias. Configura-se assim a proporção entre condições econômicas da família e o desejo dos *pais CFRs* de que os seus *filhos CFRs* se tornassem “técnicos agrícolas para empregar-se” sem, porém, deixar de assumir/contribuir no gerenciamento do lote paterno: 2 de 12 casos, ou seja, 17% dos pais *tipo 1* (“+econômico/+político”) manifestaram aquela aspiração; 2 de 5 casos, ou seja, 40% dos pais *tipo 3* (“–político/+econômico”) manifestaram aquela expectativa; 4 de 7 casos, ou seja, 57% de *pais CFRs tipo 2* (“+político/–econômico”) manifestaram aquele desejo; 5 de 7 casos de *pais CFRs tipo 4* (“–político/–econômico”), ou seja, 71% destes pais, desejavam que seus *filhos CFRs* pudessem tornar-se “técnico agrícola para empregar-se”.

Observando-se ainda nos dados do quadro 8, que a relação entre os tipos de *pais CFRs* e as trajetórias dos *filhos CFRs* após a escolarização, fica assim configurada:

a) 75% (9 casos de 12) dos *jovens* de famílias *tipo 1*, isto é, que têm maior poder aquisitivo e maior participação política, permanece morando e trabalhando exclusivamente no campo. Os demais 25% (3 casos) são *jovens agricultores* oriundos de famílias *tipo 1* que estão morando na cidade e aí desenvolvendo atividades profissionais remuneradas, porém, todos estes *jovens* da amostra, atuam em programas ou projetos de desenvolvimento rural ligados ao STR e à Fundação Viver, Produzir e Preservar, bem como mantêm a atividades de gerenciamento dos lotes de suas famílias de origem em parceria com os pais. Portanto, 100% dos *jovens* das famílias *tipo 1* permanecem em um modo de vida em que o campo é a

¹³⁴ Cf. Quadro 6 (p. 163), referente ao total de alunos formados na CFR.

referência e estão assumindo atividades sócio-profissionais que atendem diretamente à reprodução do campesinato no âmbito das unidades domésticas e no âmbito político.

b) Quanto às famílias *tipo 2*, que têm mais participação política e menor poder aquisitivo, 57% dos seus *jovens agricultores* (4 de 7 casos) permanecem exclusivamente no campo (morando e trabalhando). Há 1 caso de *jovem campo-cidade*, trabalhando exclusivamente em atividades ligadas às organizações sociais/sindicais do campo. E 29% (2 casos) moram e trabalham na cidade. Depreende-se disto que 71%, ou seja, 5 de 7 casos (somados os *CFRs campo e campo-cidade*) dos *jovens agricultores* oriundos de famílias *tipo 2* também atendem às expectativas dos pais e das organizações sociais/sindicais e comunitário-religiosas.

c) Entre as famílias que têm menor participação política e maior poder aquisitivo (*tipo 3*), 60% dos *jovens* permanecem exclusivamente no campo (3 de 5 casos); 20% (1 de 5 casos) mora na cidade e conjuga atividades profissionais na cidade (autônomo) e no campo; 20% (1 caso) está morando e trabalhando na cidade. Assim, somando-se os *jovens campo e campo-cidade*, tem-se que 80% destes *jovens* (4 de 5 casos) das famílias *tipo3* atenderiam diretamente às necessidades de reprodução do campesinato, principalmente no âmbito das unidades domésticas.

d) 71,4% (5 de 7 casos) dos *jovens* oriundos de famílias *CFRs tipo4*, com menos participação política e menores condições econômicas – portanto, desfavoravelmente posicionadas na classe da qual fazem parte –, permanecem exclusivamente no campo (morando e trabalhando). 14,2% (1 caso) mora e está empregado na cidade em atividades não ligadas às organizações sociais/sindicais, mas mantém atividades agrícolas em lote próprio em parceria com o pai e contribui no gerenciamento do lote paterno; 14,2% (1 caso) mora, trabalha na cidade e não mantém atividades profissionais na agropecuária. Portanto, somados os *CFRs campo e campo-cidade* oriundos de famílias *tipo 4*, tem-se que 86% (6 casos de 7) dos *jovens* destas famílias também atenderiam às expectativas de reprodução do campesinato no âmbito das unidades domésticas, notadamente.

Analisando os mesmos dados a partir da inserção profissional dos *jovens*, campo e/ou cidade, do seu estado civil, do gênero e da posse (ou não) da terra, podemos compor 4 tipos: 1- *CFRs campo*, classificados como solteiros (com e sem lote próprio); casados (com e sem lote próprio) que trabalham para si e para/com os pais; casados que têm terra própria e cujos pais são aposentados ou estão morando na cidade; as *jovens agricultoras* casadas. 2- *CFRs campo-cidade*. 3- *CFRs cidade*. 4- *CFRs mediadores*, classificados como mediadores *dirigentes* e mediadores técnicos. Trata-se de uma das posições sociais apresentada por alguns

dos *CFRs campo* e *campo-cidade*, que melhor explicita a idéia de *destaque* ou distinção social correspondente às finalidades sociais da escola CFR.

Na hipótese de a CFR ter sido gestada e/ou incorporada pelas famílias sob influência das organizações sociais enquanto um instrumento de suas estratégias de reprodução social, onde se situa a expectativa/interesse das mesmas de que os filhos pudessem desejar a sucessão no lote ou, ainda que empregados, contribuir na gestão do mesmo, permanecendo, em ambas as situações, no campo em condições melhores que as de suas famílias de orientação, observam-se importantes retornos dos *jovens agricultores* no sentido de contribuição para as práticas sócio-produtivas no interior daquelas estratégias coletivas das famílias e das suas organizações representativas. Os números anteriores e a análise das trajetórias dos egressos da CFR abordadas nos casos a seguir demonstram que estes são os filhos que têm ficado no lote com os pais, sob diversas circunstâncias e formas de contribuição em diferentes etapas da dinâmica de trabalho, que revelariam os ‘arranjos’ da permanência no campo onde, como pano de fundo, observa-se a relação destes *jovens* com a agricultura e, mais amplamente, com o campesinato, bem como o *lugar* da cidade em suas perspectivas e modos de vida.

4.2.1 *CFRs campo: os jovens agricultores* que moram e trabalham no campo

A- *CFRs campo* solteiros (com e sem lote próprio):

Compõem 10 casos (correspondendo a 48% dos 21 *CFRs campo* da amostra), com idades entre 19 a 57 anos, sendo a maior concentração entre 30 a 36 anos. Todos moram no lote paterno e assumem o gerenciamento das atividades agrícolas. Em 5 casos este gerenciamento é feito em conjunto com o pai; as atividades de venda da produção, em geral (nos casos em que o pai ainda não se aposentou por completo), são feitas pelo pai de família, eventualmente o *filho CFR* também o faz. Na situação dos pais que já se aposentaram ou faleceram (2 casos), observa-se que aquele *jovem* assume o gerenciamento do lote com irmãos (o caçula solteiro e outro irmão¹³⁵, e contam com a ajuda da mãe), ou sozinho (1 caso).

Em todos estes casos de *CFRs campo*, observa-se que a diversificação de plantios (geralmente perenes) se dá por iniciativa e direção do *filho CFR* (com ou sem a anuência do pai, quando este já não atua nos trabalhos do lote). Abaixo segue a descrição de uma das dinâmicas de trabalho:

¹³⁵ Nestes casos verificou-se que o segundo irmão que permaneceu no lote paterno estudou até a 4ª série do Ensino Fundamental; em um dos casos este irmão tem problemas físicos por conta de acidente na roça.

Nós trabalha em comum, eu, meu irmão e o sobrinho; só que na hora de plantar é separado, cada um tem uma roça, só que vai lá, olha minha roça, olha a roça do meu irmão, depois do sobrinho [...] e aí cada um tem aquele total pras despesas do lote e aquele que não vai pras despesas, o cara faz o que ele quiser [...] Eu agora no momento, eu tô mexendo com enxertia, eu tenho uma arezinha ali pertinho da estrada, enxertio de pocã, limão Taiti, laranja, mexerica [...] eu mexo com isso, só que eu mexo também com feijão, tô com vontade de plantar abacaxi também [...]. (Ex-aluno 13 / CFR – 1ª turma, 33 anos. Pai 8: *Colono Pioneiro*).

Entre estes 10 CFRs solteiros que trabalham com o pai, 2 *jovens* também têm lote próprio, onde, em geral, mantêm plantações de cacau, café ou pimenta (muito raramente), mandioca e roças anuais (plantam arroz, principalmente, feijão...). O local de moradia é a casa paterna, ainda que passem semanas em casas menos confortáveis em seus lotes trabalhando; nestas temporadas, eles consideram que estão “trabalhando sozinhos”, mas dentro das estratégias de produção da família, a maior parte da renda, neste caso, parece ser dos filhos. Quando estão no lote paterno, afirmam “trabalhar para/com o pai” e a produção e a renda seriam da família. Esta dinâmica de trabalho não impede que eventualmente estes *jovens* também atuem como diaristas para vizinhos (especialmente em serviços de poda de cacau, cuidados com gado, construção de cerca, entre outras atividades que exigem um saber técnico), ou ainda como meeiros em cacau de conhecidos, parentes. Estas possibilidades de trabalho se dão em fases em que estão “mais folgados na roça” – assim se expressam – ou quando precisam conseguir capital para incrementar seu próprio patrimônio (compra de gado; construção de cercas; plantação ou ampliação de pastos ou de cacau). Também estas famílias contratam mão-de-obra externa nos momentos de plantio e colheita, na medida de suas possibilidades econômicas:

É assim, o pai tem um pedaço de cacau mais o [faz referência ao vizinho/compadre], e eu tava trabalhando no meu lote, nós tinha um gado lá e daí foi uma questão de pastagem que tava ficando ruim, aí vendemo o gado, todo mundo; aí tem os pasto correndo tudo de nós agora e daí meu cunhado tem um cacau de meia ali; daí o patrão dele me ofereceu um pedacinho de roça, daí eu peguei, mas já..., também fiz compromisso com ele até o final do ano, possibilidade que fim de agosto eu volto pra lá de novo [para o lote próprio] [...] pra não parar, eu só peguei ali pra não ficar parado, daí a possibilidade de voltar pra lá, a gente tirar financiamento e tal. Então a gente vai pra lá de novo, é assim: é no cacau aqui, quando o pai precisa, eu tô aqui e ajudo ele; quando não, eu tô lá na roça. (Ex-aluno 1/ CFR-1ª turma, 32 anos. Pai: *Colono Pioneiro*)¹³⁶.

Nestas famílias, principalmente nas que têm mais de dois filhos (notadamente do sexo masculino), observa-se que os demais irmãos, os que não estão morando no lote paterno, estão casados (há época das escolhas dos *filhos CFRs*, além destes, 2 ou 3 filhos ainda não

¹³⁶ Nos casos em que não se faz identificação do pai, por exemplo, *Pai CFR* 1, 2, etc., foi porque este não fora citado no texto.

estavam casados); em geral 1 ou 2 destes irmãos casados estão na cidade (Medicilândia ou em outros estados). Nestas situações, é comum que estes filhos ajudem a família com dinheiro ou ainda conservem cabeças de gado no lote paterno, contribuindo financeiramente na sua manutenção. Os demais moram no campo em lotes não muito distantes dos pais. Em ambos os casos, estes filhos mantêm visitas aos pais nos finais de semana e em datas comemorativas.

Quanto à perspectiva de permanência no lote paterno, entre estes *jovens CFRs* solteiros parece haver uma diferenciação gerada a partir das condições sócio-econômicas das famílias, ratificando a característica anteriormente apontada neste campesinato e no estudado por Abramovay et al (2001, p. 45) de que “a aspiração por viver na cidade é tanto maior quanto menos promissor o horizonte de geração de renda no estabelecimento paterno”.

Destes *jovens agricultores solteiros* 50% (5 casos) advêm de famílias *tipo 1* (“+ política/+econômica”) e 50% advêm de famílias (“- econômicas”), ou seja, *tipo 2* (3 casos) e *tipo 4* (2 casos). Os *CFRs* solteiros de famílias *tipo 2* (2 casos¹³⁷, 34 e 42 anos) manifestaram a possibilidade de irem para a cidade se lhes fosse apresentada a possibilidade de um emprego. Entre os *jovens* de famílias *tipo 4* (“-política/-econômica”), são expressivas as manifestações de que estão se preparando para irem morar e trabalhar em Medicilândia. Esta preparação se dá por meio de cursos técnicos específicos para atividades urbanas, ou pela esperança de conseguir um emprego na cidade, ou ainda, caso o “cacau não vingue ou não produza como estão planejando”. Vejamos as aspirações de permanência no campo:

Eu tenho duas opção: se esse cacau que a gente plantou vingar mesmo, eu fico aqui [no lote paterno], se não der nada, eu vou procurar melhoria em Medicilândia, vou achar emprego. (Ex-aluno 14/ CFR – 4ª turma, 24 anos. Pai: 2ª Geração de Colonos Pioneiros).

Que eu quero é emprego... na roça não tá dando, só o dinheiro da mãe, aposentada. Eu tô fazendo uns curso aí no Brasil Solidário¹³⁸ lá em Medicilândia, vamo vê se vai dar melhor pra emprego. (Ex-aluno 15/CFR – 4ª turma, 28 anos. Mãe 1: Colona Pioneira).

Diferentemente dos *jovens CFRs* anteriores, entre os *CFRs campo* solteiros de famílias *tipo 1* (3 casos com idades entre 32 a 42 anos e 2 casos com 19 anos), bem como em 1 caso¹³⁹ (57 anos) de *jovem* de famílias *tipo 2* (“+política/- econômica”) foi apresentada uma espécie de tendência a um “celibato”, que os *jovens* pretendem estender até quando puderem “melhorar as condições de vida”. Pretendem ‘ficar trabalhando com os pais até quando

¹³⁷ Nestes dois casos os pais de família são falecidos. O *Jovem CFR* assume o gerenciamento do lote com a mãe ou com um irmão.

¹³⁸ Trata-se de cursos técnicos em diversos serviços como garçom, recepcionista, secretário etc., realizados nos finais de semana. Segundo o ex-aluno são cursos pagos, e a instituição cearense que os ministra mantém equipes de monitores nos períodos dos cursos que, ao todo, durarão seis meses.

¹³⁹ Este mora em seu lote sozinho e cuida da mãe viúva idosa que mora em uma casa separada no mesmo lote.

puderem’. Vejamos a manifestação de alguns *jovens*, inclusive de um ex-aluno da primeira turma, que há cinco anos deixou o lote paterno:

Meu plano é ficar aqui com os velho até melhorar as condição... até quando der [...] (Ex-aluno 13 / CFR – 1ª turma, 33 anos. Pai 8: *Colono Pioneiro*).

Fui o último a sair [do lote paterno]. **Eu, por mim, sempre falava que nunca queria arrumar mulher não, que queria ficar dentro de casa até.... junto com eles [os pais] direto**, mai aí foi indo.... a idéia mudou. (Ex-aluno 11/CFR – 1ª turma, 35 anos. Pai 1: *Colono Pioneiro*)¹⁴⁰.

Minha idéia é **sempre ficar aqui com o pai trabalhando**, procurando **melhorar com os recurso da gente** [...] (Ex-aluno 5/CFR – 5ª turma, 21 anos. Pai 5: 2ª Geração dos *Colonos Pioneiros*).

Os dados acima e o fato, conforme se observa no campesinato em estudo, de que em geral os jovens casam-se entre 20 e 25 anos, parecem desenhar uma possível relação entre solteirice prolongada e sucessão no lote paterno que caracterizaria os *jovens CFRs campo* solteiros, sobretudo entre os de famílias “+ econômicas”. Nestes casos, a situação de crise manifestada na saída dos jovens do campo (cf. Cap. 1) aliada à ‘crise dos sistemas de produção’ e o investimento feito pelos pais e organizações sociais nestes *jovens* escolhidos para a CFR, estaria – a exemplo da incorporação do celibato nas estratégias de reprodução da sociedade campesina de Bearne em crise (BOURDIEU, 2004) – construindo também entre estes *CFRs campo*, atualmente solteiros, um estado de celibato ou, senão, aquele projeto de solteirice prolongada demonstrada pelos *jovens* nas falas acima¹⁴¹.

B- *CFRs campo* casados

Os *CFRs* casados que estão exclusivamente no campo compõem 11 casos (52% dos *CFRs campo*), após a escolarização, antes de casarem-se ficaram até nove anos morando com os pais. Casaram-se em média entre 24 a 33 anos (com algumas exceções entre 19 a 20 anos). É possível agrupá-los da seguinte forma:

B.1- *CFRs campo* casados¹⁴² (com ou sem terra própria) que trabalham tanto para si quanto para os pais (ou com os pais, na medida das possibilidades destes que já são idosos). Compõem 4 casos (36% dos 11 *CFRs* casados que estão no campo). Os casados que não têm terra própria constituem 2 casos (oriundos de famílias “– econômica”: *tipo 2 e tipo 4*). Estes e

¹⁴⁰ Este ex-aluno casou-se – ou como ele expressa-se “se juntou” – há 5 anos. Portanto, casou-se com 30 anos.

¹⁴¹ Esta característica manifestada pelos *CFRs campo* solteiros necessita ser melhor esclarecida com estudos específicos que fogem aos objetivos deste trabalho, abordando-se, por exemplo, a relação da situação destes *jovens* com as idades em que os demais rapazes camponeses da Transamazônica casam-se, somando-se às condições econômicas das famílias.

¹⁴² As esposas trabalham somente em casa; os maridos não fizeram menção ao trabalho das mesmas nas plantações também. Em uma exceção a esposa é professora na vicinal.

suas famílias de procriação moram no lote paterno (assim como, pelo menos 3 irmãos, também com suas famílias de procriação), em casas próprias pequenas ao redor ou ao lado da casa paterna. Nestes casos, observa-se que os irmãos trabalham juntos, principalmente nas roças para alimentação da unidade doméstica. Fora isto, estes *jovens* (CFRs e não CFRs) mantêm plantações perenes próprias (cacau; mandioca...) e algumas cabeças de gado criadas em conjunto, notadamente sob os cuidados do *filho CFR*; o cadastro do gado nos órgãos de fiscalização estaduais fica sob a responsabilidade do *CFR*. É comum nestes casos a aposentadoria dos pais ser empregada para ajudar as plantações dos filhos ou ajudar a comprar motocicleta para estes, equipamentos de trabalho, etc.

Também nestes casos, e – especialmente – no caso do ex-aluno oriundo da família *tipo 4* (cujo pai já é falecido), observou-se a preparação ou tendência em ir para a cidade assim expressa: “Eu já pensei em arrumar emprego na cidade; nesses dias mesmo eu disse pra mulher que ia pra cidade se arrumar um emprego, se não arrumar, eu não vou” (Ex-aluno 16/CFR – 1ª turma, 36 anos)¹⁴³.

Um segundo arranjo (2 casos na amostra) entre os casados que trabalham para si e para/com os pais, diz respeito aos *jovens* (oriundos de família *tipo 1*) que têm uma pequena área de terra em geral nas agrovilas, denominadas sítios ou datas (equivalente a 2 alqueires ou 3), ou meio lote (50 hectares), onde moram com a família de procriação, a 1 quilômetro da casa paterna. Os trabalhos de plantios (perenes e roças para prover a alimentação também da família de orientação) são feitos no lote paterno, bem como o gado e pastos aí são mantidos; no lote do *filho CFR*, mantêm-se alguns pés de cacau, para o “sustento de sua família” – o que significa a compra de alimentos não produzidos na roça, gastos extras com roupas, transporte, remédios. Também se observou a prática da apicultura e consórcios de espécies frutíferas (cupu, laranja, abacaxi, côco...)

B.2- *CFRs campo casados*¹⁴⁴ que têm terra e cujos pais estão aposentados ou morando na cidade.

Estes *jovens* somam 6 casos ao todo (55% dos 11 casos de *CFRs campo casados*). Os pais moram na cidade (3 casos), em chácaras próximas à cidade (1 caso), ou no lote da

¹⁴³ Este se casou há 2 anos.

¹⁴⁴ Ao que sugerem as informações dos maridos, as esposas trabalham somente em casa. Em uma exceção a esposa é agente comunitária de saúde, além de trabalhar em casa.

colonização (1 caso)¹⁴⁵. Em um dos casos o pai é falecido e o *filho CFR* (único filho homem) mora no sítio.

Todos estes *jovens* apresentam o perfil e prática de “chacareiros”¹⁴⁶: moram e trabalham em terras de menor tamanho (50 hectares; 3 hectares) e de melhor qualidade (terra roxa ou mista), próximas da cidade, logo dos pais também, a quem dão assistência, seja nos cuidados com a saúde, seja nas plantações perenes (predominantemente cacau), como é o caso dos pais que têm chácaras (2 ocorrências, todas na famílias de origem *tipo 1*). Em 3 casos estes *jovens* provêm de famílias “+ econômicas” (*tipo 1*, 2 casos; e *tipo 3*, 1 caso); em 2 casos as famílias de orientação são *tipo 4* (“– econômica”)¹⁴⁷. O cultivo predominante é o de cacau, havendo a forte tendência entre estes *jovens* de cultivarem hortaliças para venda na cidade. Também nestes casos, observa-se o desejo (ou a prática, em 1 caso) de desenvolvimento da apicultura. Ainda que raro, há o emprego provisório destes *jovens* como diaristas, meeiros, quando os vizinhos próximos necessitam; assim como há a contratação destes vizinhos quando os *CFRs* necessitam, numa espécie de “troca de serviços” como foi definida, com ou sem remuneração. Estes *jovens* também têm realizado financiamentos (ou planejam fazê-lo), seja para ajudar na compra da terra e/ou para implementar seus projetos. Abaixo segue um exemplo da dinâmica de trabalho e projetos destes *CFRs*:

[...] eu queria mesmo ponhar uma horta aqui, mas aqui fica difícil água pra mim, ainda tô pelejando pra ver se eu consigo arrumar uma água, pra mim fazer uma horta que é uma coisa importante que, no momento, pra mim tá difícil [...] É que também pra vender dá bom, tá pertinho da cidade. Por enquanto tá sendo só o cacau mesmo [...] É, feijão sempre eu plantei, só que esse ano não produziu, deu uma doença, o mela, eu plantei cedo e choveu muito e aí... deu o mela; aí o milho cultivei um pouco, arroz não [...]. Peguei um custeio [crédito bancário], inclusive vence esse ano, vence agora em novembro, fiz de três ano. Quando eu peguei esse custeio foi pra pagar aqui, uma parte [da chacara; a outra parte foi paga com a porcentagem a ele conferida da venda de um dos lotes da família de orientação]. [...] Agora os planos é plantar cacau, cacau e uma horta né, quero investir numa horta também,

¹⁴⁵ Dentre os *pais CFRs* que estão morando na cidade, 1 caso (cerca de 45 anos) mantém trabalhos agrícolas em seu lote e chacara, além de ser empregado como vigilante; 1 caso de pais muito idosos não mantém trabalhos agrícolas e 1 caso possui uma borracharia na cidade. Os *pais CFRs* aposentados que moram na chacara efetuaram há cerca de 6 anos a compra da mesma com os recursos obtidos da venda do lote da colonização, sob pressão dos filhos, conforme o *filho CFR* e os pais frisaram. Os *pais CFRs* idosos que ainda permanecem, contra a vontade dos filhos, no lote da colonização, moram com um rapaz a quem chamam de filho adotivo, este mantém roças de meia com o *pai CFR* e também outros filhos ainda mantêm culturas perenes (cacau, café) no lote paterno.

¹⁴⁶ Há entre estes casos 1 *jovem* que atualmente é “porcenteiro; não chego a ser nem meeiro” de uma grande cacaucultor de Medicilândia; este *jovem* mora em uma pequena casa velha de madeira nas terras do patrão, porém, à época da entrevista (agosto de 2009), havia comprado uma chacara (2 hectares de terra roxa) para onde pretendia mudar-se com a família em 2010. Revela que a condição de trabalho e vida do mesmo é/era motivo de desgosto para os pais e para si mesmo, principalmente porque o pai (ex-presidente do STR) tinha a expectativa de o filho ser um *dirigente*.

¹⁴⁷ Em 1 destes casos a chacara foi doada ao filho pela mãe que a havia recebido de herança. Em 1 caso o sítio de terra roxa foi herança do pai falecido.

igual eu falei né, tem que ver se eu arrumo uma água aí, cavar um poço, um negócio aí. (Ex-aluno 17/CFR – 1ª turma, 33 anos).

A circulação ou estadia na cidade, após a formação na CFR, destes *jovens agricultores* que hoje estão morando e vivendo exclusivamente no campo, é relativamente baixa. Apenas em 5 casos (ou 25%), após cerca de 1 a 2 anos morando no lote paterno, passaram pelo menos 2 anos morando em cidades (Uruará, Altamira, Belém, Goiânia), exercendo serviços na condição de assalariados (entregador de mercadorias; pedreiros; ajudante em madeireira...), ou em outras regiões agrícolas (na condição de meeiros, diaristas). As motivações foram variadas: em 2 casos esta saída temporária do lote paterno se deu motivada, primeiramente, por tratamento de saúde; em 1 caso a motivação foi o serviço militar obrigatório (exército); em 2 casos, estes *jovens* alegam, de um lado, a desmotivação para trabalhar no lote paterno, pois não tinham condições econômicas para desenvolver seus projetos de vida/trabalho a partir dos aprendizados e habilidades técnicas adquiridos na CFR; por outro lado, buscavam, no emprego temporário da cidade, adquirir recursos para retornar ao campo e desenvolver aqueles projetos, diversificar a produção e melhorar a renda no lote. Vejamos as falas a seguir destes *ex-CFRs* oriundos de famílias *tipo 1* e *tipo 2*, respectivamente:

Depois da CFR, passei 2 anos com o pai, plantei 530 pés de pimenta no lote com esperança, como eu tinha estudado na CFR, de desenvolver muda resistente à fusariose, só que não dei sorte, peguei umas mudas já infectadas, só tirei 100 quilos, ela morreu todinha depois de 2 anos; ainda tentei começar plantar o caroço dela pra fazer a muda, mas aí não deu certo; aí quando morreu tudo, com 2 anos, eu falei: “-essa região aqui não compensa mexer com pimenta não”. Aí foi na época quando saí lá pro 18, em Altamira, fui tocar um cacau lá, fiquei 1 ano. Aí quando saí, fui trabalhar pros madeireiros¹⁴⁸, lá no Macapixi [...] eu trabalhei de ajudante, passei 3 meses lá, o IBAMA fechou o patrão e aí eu voltei pro lote [paterno][...] (Ex-aluno 13 / CFR – 1ª turma, 33 anos. Pai 8: *Colono Pioneiro*).

O meu plano era de poder desenvolver dentro da nossa propriedade pra uma coisa bem melhor né, como, por exemplo, a produção do cacau mesmo, eu queria fazer uma coisa que pudesse aumentar mais né. Então fazer uma diversidade bem maior, entendeu, na nossa propriedade, então, enfim, desenvolver né. Foi o que não foi muito positivo né [...] até porque eu tive que procurar um outro meio né, a coisa ficou mais difícil né. Então aquilo que a gente... que eu acabei de falar, aquilo que a gente queria um pouco assim meio... ficou parado né. Aí foi procurar outra coisa, vê se melhorava depois né. É tipo assim... trabalhar na cidade né. (Ex-aluno 6/CFR – 4ª turma, 34 anos).

¹⁴⁸ O trabalho em madeireiras é uma via alternativa de trabalho relativamente fácil na região, porém vista com reprovação pelos agentes da CFR ou entre os *jovens* dela egressos. Esta atividade é sentida pelo coletivo envolvido nesta escola como uma espécie de traição ao investimento neles feito ou ao que se esperava que realizassem após a escolarização. Esta reprovação também se faz presente entre os egressos da CFR do município de Pacajá. Uma ex-aluna desta escola (atual secretária da CFR-Pacajá) expressa muito bem esta reprovação quando diz que “parece que tem uma vigilância pra quem estudou na CFR” – o que parece legitimar a idéia de construção/legitimação da classe (no sentido de formarem-se agentes identificados com o grupo e mobilizados por seus interesses, gostos e afinidades) envolta nas finalidades desta escola.

B.3 As *Jovens Agricultoras* casadas.

Apenas sete mulheres concluíram a escolarização na CFR (elas constituem 10% dos 70 egressos desta escola), e também foram em menor número matriculadas¹⁴⁹. A *jovem CFR* entrevistada (3ª turma, família de orientação *tipo 3*), constitui 9% (1 caso) na amostra dos *CFRs campo* casados. A mesma é casada¹⁵⁰ com o Ex-aluno 9¹⁵¹ (1ª turma; 31 anos, família de orientação *tipo 1*). O casal mora em lote próprio há menos de 1 km do lote dos pais do esposo. Esta ex-aluna, apesar de ressentir-se de conflitos com o esposo quanto a ser ouvida nas etapas de planejamento e decisão na dinâmica de trabalho no lote e ainda se colocar na condição de “ajudante na roça”, revela que participa ativamente destas etapas de produção, bem como na execução. Revela ainda que o esposo divide os afazeres domésticos e cuidados com os dois filhos pequenos (2 e 5 anos) após o trabalho na roça. Considera-o, porém, na condição de seu ajudante, sugerindo, mesmo com o diálogo e ajuda entre eles, o ‘lugar natural’ do homem (a roça) e o da mulher (a casa). Vejamos os trechos da entrevista:

Nunca a gente vai um na idéia do outro [falando a respeito dos conhecimentos adquiridos na CFR e praticados na roça], porque **sempre o homem quer ter a idéia melhor do que a mulher**, se ele disse aquilo eu não posso dizer outra coisa porque sempre não bate uma idéia com a outra, **aí sempre vou na idéia dele. Difícil ele dar algum apoio assim nas minhas idéias**. Que nem no caso de mexer com o gado, negócio de fazer cocho, fizemo um cocho de madeira e aquilo colocava sal, logo estragava tudo, e nos fizemos tipo um cursozinho que nem esse de administração, ensinava como fazer cocheira, fazer o cocho mas só que nunca fizemos aquela coberturazinha por cima. **Eu dava a idéia e ele não aceitava; até que fizemo a cobertura, aí o cocho melhorou bastante porque nós ia olhando aí naquela ficha** [Ficha Pedagógica da CFR] fica melhor. [...] **Eu capino de enxada, derrubo; no cacau ajudo a juntar, assim, quebro** entendeu? No outro dia mesmo eles tem que tá roçando, cuidar de lona, eu mexia a lona. **Basicamente eu faço tudo: o cacau que tem plantado, ele cavava as covas, eu colocava o cacau no lugar, eu que plantei tudinho, [...]** que nem eu vou pra roça com ele e deixo o neném lá com a sogra, **aí levo o outro [...]**, aí quando chega de tarde ele me ajuda, **que nem no caso: ele limpa a casa, ele varre a casa, ele dá banho no menino, ele ajuda em tudo. Assim, nós divide tudo: eu vou pra roça com ele, e em casa ele me ajuda.** (Ex-aluna 1/CFR- 3ª Turma, 31 anos. Pai: *Colono Pioneiro*).

Um dos retornos positivos da intervenção sócio-pedagógica parece ratificar-se na trajetória da ex-aluna acima. Trata-se de mudanças nas relações de gênero no interior das famílias de orientação e de procriação, bem como no trabalho agrícola. Esta ex-aluna, quando

¹⁴⁹ Como demonstram os dados referentes à possível incorporação da CFR nas estratégias de reprodução social das famílias, este aspecto parece ser motivado pelas especificidades sócio-produtivas da condição camponesa, cujo maior número de emprego de mão-de-obra no trabalho direto nas roças é feito pelos homens e também pela tradição camponesa de projetar nos filhos homens a expectativa de gerenciamento futuro dos estabelecimentos agrícolas.

¹⁵⁰ As outras 6 ex-alunas CFRs, segundo informações dos entrevistados, também estão todas casadas. Pelo menos 3 destas foi possível identificar que estão morando com a família de procriação em Medicilândia.

¹⁵¹ Casaram-se no penúltimo ano de escolarização da ex-aluna 1.

vivia com os pais, assim expressa o seu ‘lugar’ na família: “[...] como eu te falei, não saía, ficava só em casa, não tinha conhecimento com nada, e tinha que ter aquela obediência no que ele [o pai] falava pra gente [...]”. Atualmente, seja pela segurança ou visibilidade que a formação escolar aliada a conhecimentos técnicos na agricultura lhe permitem ter no campo, seja pela posição talvez menos controladora do esposo ex-aluno da CFR, a mesma – fazendo uso dos conhecimentos técnicos – atua em decisões e na execução de atividades de provisão de alimentos e de geração de renda, notadamente o cacau, que funcionaria como a “conta bancária” da família (espaços no trabalho agrícola, tradicionalmente assumidos/atribuídos pelos/aos homens)¹⁵². Este retorno positivo, conforme avalia a atual coordenadora da FVPP, estaria sendo visto e assimilado pelas lideranças das organizações sociais como “[...] um dos aprendizados com o qual não contavam ou de que não se davam conta que pudesse acontecer quando pensaram a CFR [...]”. Esta positividade de influência nas relações de gênero¹⁵³ é assim também expressa por um ex-coordenador da CFR:

Nós tinha aluno que quando entraram na CFR não fazia nada em casa, não lavava uma louça, não ajudava a mãe, não faziam uma horta, uma coisa; e na CFR eles tinham que fazer tudo isso, tinha as tarefas diárias de cada um, de lavar, de servir, de limpar; hoje eles já faz tudo isso em casa [...]” (Liderança local/CFR. Ex-coordenadora da CFR).

4.2.2 *CFRs campo-cidade*: os jovens agricultores que conjugam trabalho e/ou moradia no campo e na cidade

São 6 casos (19% dos 31 *jovens* da amostra). Em geral, moram na cidade com a família de procriação ou com a família de orientação (1 caso), mas todos mantêm relações sociais e de trabalho intensas com/no campo. 4 provêm de famílias “+ econômicas” e 2 de famílias “– econômicas”. Entre os casados, tem-se a seguinte configuração deste arranjo: em 3

¹⁵² A exemplo do estudo realizado por Garcia (1989, p. 12) do Agreste da Paraíba/Nordeste brasileiro, no qual este autor descreve que o papel da *mãe de família* no provisão de alimentos restringe-se à produção de alimentos hierarquicamente menos valorizados como cultivos em hortas de coentro, tomate, alface maxixe, etc. – “[...]alimentos não considerados fundamentais para o grupo doméstico, fazendo parte das *misturas* [...]” o provisão regular de farinha de mandioca, feijão, carne, cabe especificamente ao *pai de família*.

¹⁵³ Este mesmo resultado positivo foi constatado também por Maria Célia Vieira da Silva (2009, p. 143), no estudo sobre o papel dos jovens egressos da CFR de Santa Maria das Barreiras (Pará/Brasil). Esta autora afirma que “O que mais chama atenção é a questão da inserção de algumas jovens moças em atividades que antes, pela tradição, eram predominantemente desenvolvidas apenas pelos rapazes. Há alterações na compreensão das jovens e de seus pais quanto ao papel destas na unidade familiar, pois as jovens passam a se sentir capazes de realizar atividades que antes eram de domínio masculino”. Entre as atividades destacadas pela autora, há o trabalho das ex-alunas diretamente na roça e em atividades outras como apicultura; algumas destas moças passaram a ser consideradas a “macha da família” – como uma ex-aluna refere-se a si mesma, brincando acerca de seu papel no lote paterno –, bem como nas atividades das organizações sociais em cargos específicos ou como ativistas.

casos os *jovens agricultores* não têm lote próprio, suas esposas são professoras ou secretárias em órgãos públicos na cidade. Destes, 2 advêm de famílias *tipo 1*. Um deles está até hoje trabalhando com o pai e um irmão (também ex-CFR, que parece se responsabilizar mais pela execução de trabalhos diretos na terra)¹⁵⁴, principalmente no planejamento das atividades agrícolas (cacau, roças, gado bovino), emprego do capital conseguido com financiamentos, etc., nos lotes da família de orientação. Além dos trabalhos na agricultura, o mesmo tem atuado em coordenações em secretarias municipais e em coordenações do STR, além de programas sob responsabilidade da FVPP. No segundo caso, o pai já não trabalha no lote, pois idoso e viúvo, está morando na cidade; este *jovem* ficou cerca de seis anos no lote paterno (2 destes quando casado) após o término dos estudos na CFR¹⁵⁵ e mesmo depois, morando na cidade, mantinha roças com o mesmo e orientações técnicas quando necessário. Hoje ele está pleiteando a posse de um lote em área de ocupação rural via associação da qual é representante. No terceiro caso, o *ex-CFR*, oriundo de família *tipo 2* (“- econômica”), atua como coordenador atual da CFR e mora na área desta escola¹⁵⁶; a família de orientação tem apenas o sítio da agrovila, assim, as atividades agrícolas do pai (que é também vigilante na CFR) e do irmão, são desenvolvidas sob o sistema de meia ou diária para vizinhos.

Entre estes *jovens campo-cidade*, a configuração destes arranjos de trabalho com/no campo, sobretudo na relação com o lote paterno, se dá orientada por uma auto-responsabilização no sentido de “dar uma resposta na agricultura”. Isto vai ao encontro das expectativas dos pais quanto ao gerenciamento do lote (enquanto motivação para o filho estudar na CFR), e a ideia de deixar o campo dedicando-se apenas às atividades nas organizações sociais (que toma grande parte do tempo destes *jovens*) é vista de forma extremamente negativa pelos mesmos, especialmente nos casos em que os pais têm lote. Nas trajetórias e dinâmicas de trabalhos dos *CFRs campo-cidade* a seguir são exemplificados estes aspectos:

¹⁵⁴ Entre os entrevistados, observaram-se 4 casos em que as famílias tinham até dois *filhos CFRs*. Nestas situações é recorrente que o filho que demonstra maior habilidade para gerenciamento do lote segundo os saberes técnicos adquiridos na CFR é o que assume as responsabilidades de planejamento do conjunto dos trabalhos. Nestes casos, com uma exceção, o filho CFR que tem esta responsabilidade foi o primeiro a ir para esta escola, portanto, são os com mais idade também.

¹⁵⁵ Observa-se em diversas situações que estes *filhos CFRs campo-cidade* são os que permaneceram trabalhando, auxiliando no lote paterno mesmo quando morando na cidade. No caso já citado anteriormente do Ex-aluno 3 (33 anos), por exemplo, sobre o destino dos demais irmãos ele afirma que “[...] nunca mais voltou [o irmão mais velho] lá pro lote, pra ficar lá. Ele e os outros dois foram da mesma forma, eu é que fiquei lá mais tempo com ele lá fui eu, dos homens [...] mesmo depois de casado fiquei na base de dois anos com o pai; depois fui pra cidade com a mulher mas ainda tinha roça lá com ele.”

¹⁵⁶ Como já dito em outra parte deste texto, este constitui a exceção das características dos *CFRs campo-cidade*: diferentemente dos demais deste grupo, este *jovem* mora no campo e suas atividades profissionais centram-se na escola CFR, localizada na zona rural; e na cidade junto ao STR e demais entidades da ação pública e da ação coletiva. O mesmo atualmente não trabalha em atividades agropecuárias.

[...] o objetivo nosso, **o pensamento era esse: estudar e voltar e dar uma resposta na agricultura** [...] eu também cheguei a sair, não fiquei desvinculado da roça, mas cheguei logo em seguida, já em 2001, eu assumi o sindicato aqui, em Medicilândia, fiquei um mandato e aí, 2001 a 2003, 2003 eu tinha um objetivo né, que era conhecer um pouco essa questão do sindicato, até porque eu fazia parte e aí eu **fiquei na diretoria esse três ano e depois saí do sindicato com plano de voltar pra roça. Eu já tocava minhas atividade na roça, nunca abandonei, e aí então foi que veio essa questão do governo** né, que aí me chamaram pra trabalhar na prefeitura aqui em Medicilândia, aí eu vim pra Medicilândia, pra prefeitura e aí fiquei 4 ano, aqui, **mas sempre cuidando do meu lote**, e agora quando terminou esse governo [do PT]. [...] aí **já terminei em 2008 com incentivo de não mais trabalhar empregado nem...., fiz um concurso, mas aí não assumi porque não gostei de ficar concursado porque eu tenho um objetivo maior que é ainda tocar minha roça e meu lote.** Então, **final de 2008, eu fui pra roça e tô lá trabalhando com a minha família, meus irmão, meu pai que continua no lote, que a gente tá trabalhando em conjunto;** quando foi agora em maio a Fundação me chamou pra gente trabalhar um projeto que é financiado pela Fundação Ford [Projeto Mudança de Paisagem], e me chamaram pra coordenar o projeto [...] **eu fiz um acordo com a Fundação, que eu não fico tempo integral: essa semana eu não fui pra Fundação** [sede em Altamira], **essa semana eu fiquei no meu lote trabalhando [...], dois dia na semana eu fico lá na roça, trabalhando e orientando o que eu quero que faça lá na horta, no meu cacau, nas minhas coisas. Eu sou o gestor do lote.** [...] Nós tamo com o cacau, tem lavoura, mas somente pra alimentação; **nosso objetivo mesmo é o cacau; gado, a gente tem um pouquinho, mas só pra leite mesmo** [...] (Ex-Aluno 2/CFR – 1ª turma, 37 anos. Pai 7: *Colono Pioneiro*).

Ainda acerca dos *jovens* casados, nos 2 casos em que estes têm lote próprio, (comprado ou herdado dos pais já aposentados), estes moram em Medicilândia e aí desenvolvem trabalhos que parecem resguardar relação com a origem sócio-econômica das famílias. No caso do *jovem* oriundo de família *tipo 3* (“–política; + econômica”), observa-se um perfil muito empreendedor no sentido de ousar adequar, sob seu gerenciamento, a produção dos lotes da família de orientação e a produção e venda de produtos como polpas, sorvetes etc., com a ajuda de irmãos (no campo) e da esposa e sobrinhos (na sorveteria da cidade). No caso do *jovem* oriundo de família *tipo 4* (“–política; – econômica”), este trabalha em atividades que exigem menos o emprego das habilidades adquiridas na CFR: atuou em açougues, como carpinteiro, como eletricista, etc. No campo, além da assistência técnica dada ao pai nos finais de semana (o qual trabalha sozinho, pois além deste filho, tem apenas filhas), este *jovem*¹⁵⁷ mantém um lote, sob os cuidados do pai, onde cultiva o pasto e eventuais roças para alimentação e cria gado. Vejamos as descrições das dinâmicas de trabalho destes *jovens*:

É, esse lote lá nós tem cacau, tá com 3 ano já, já tá começando a produzir; um pouco de café, nós tem um consórcio de coco e cupuaçu. O cupuaçu e o côco é FNO. Produz bem [...] agora nós tem a sorveteria aqui, utiliza polpa de cupu, inclusive nós temo polpa de cupu, polpa de abacate, tem de goiaba, polpa de coco, tudo nós tem;

¹⁵⁷ Neste caso, a esposa não trabalha como assalariada.

aí porque agora eu não tô tendo mais tempo né, eu entregava era côco verde, aí côco seco também [...] tudo da propriedade, e nós temo é, gado lá também, cultiva o gado também [...], porque as área são pequena né, são pouco réis, faixa de uns 50 a 60 cabeça de gado lá [...] na outra propriedade minha lá, eu só tô cultivando lá só pastagem, mas eu já plantei lá arroz e milho lá esse ano passado né; o crédito FNO foi só o gado [...] aqui nós tira o açai e vende polpa daqui. (Ex-aluno 7/CFR – 2ª turma, 37 anos. Pai: *Colono Pioneiro*).

Às vezes eu chego lá [no lote paterno], fim de semana, e chego: “– **pai, tá precisando disso, tá precisando desse tipo de adubo, tá precisando desse tipo de importação do café, do cacau, o gado tá precisando desse tipo de remédio**”. [...] Agora no meu lote lá é mais pasto e gado; o pai ajuda lá. (Ex-aluno 4/CFR – 5ª turma, 24 anos.).

Há apenas 1 caso de *jovem* solteiro que conjuga as atividades campo-cidade. O mesmo reside com a família (*tipo 1*) na cidade¹⁵⁸ e mantêm 1 lote de terra branca (destinado à pecuária), 1 lote de terra mista (destinada ao cacau e a roças eventuais para alimentação da família) e 1 chácara também destinada ao cultivo de cacau. Este *jovem* desenvolve principalmente o gerenciamento destes lotes e atividades com o pai e atua na coordenação e execução (orientação técnica de agricultores) do programa denominado “Roça sem Queimar”, desenvolvido pelo STR e FVPP. Além disto, o mesmo possui uma pequena empresa de produtos agrícolas em Medicilândia e presta assistência técnica aos agricultores, juntamente com um ex-monitor da CFR – seu sócio na empresa.

Observando-se as dinâmicas de trabalhos (nos lotes e na cidade/organizações sociais) ressalta-se a seguinte diferenciação: os *jovens* das famílias “+ econômica” (*tipos 1 e 3*), com uma exceção (cuja família não é *dirigente*), trabalham predominantemente nas ações das organizações sociais/sindicais que lhes exige as habilidades de *dirigentes*, bem como conhecimentos técnicos e “ambientalizados”. Quanto às práticas agrícolas, observa-se que a maior possibilidade de diversificação da produção (roças, café, cacau, frutas, hortas e gado) está atrelada às condições econômicas e à disponibilidade de mão-de-obra, pois diferentemente do Ex-aluno 4 (acima citado), único filho do sexo masculino e oriundo de família *tipo 4* que se dedica em seu lote à pecuária, os demais manifestaram práticas de diversificação em suas formas de gerenciamento ou em suas perspectivas de trabalhos, com a ajuda do pai e irmãos.

Quanto às alegações destes *jovens* que os levaram a morar e trabalhar também na cidade destacam-se duas ordens de motivações: uma diretamente ligada às finalidades sociais da CFR e outra de ordem pessoal. A primeira diz respeito ao desejo de “conhecer um pouco essa questão do sindicato”, comum entre os *jovens* que atuam nos programas, projetos das organizações sociais/sindicais. A segunda motivação deu-se em função das esposas que

¹⁵⁸ Os pais e a irmã têm funções/cargos no STR e no Partido dos Trabalhadores.

moravam ou trabalhavam na cidade, bem como em função da falta de “condições para investir no lote paterno”. Vejamos um exemplo destas motivações:

Teve duas coisas que influenciou bastante pra que eu viesse pra cá. Uma das coisas foi que a **minha esposa é funcionária pública, aí chamaram ela pra cá, zona urbana [...]** em relação ao nosso lote lá que, como **o pai já morava desde setenta e oito e a gente tinha investido em várias atividades, várias culturas e nunca tinha tido bons resultados [...]**, porque era o que eu tava vendo: meu pai trabalhando há vários anos lá e a gente não conseguia fazer muita coisa lá, **era só o básico mesmo, era só pra alimentação e o necessário [...]**. **Uma terra roxa é diferente, você planta e é de uma coisa garantida**, e lá a gente tava meio sem opção, que o gado era inviável, em apenas oitenta e seis hectares, que é o nosso lote lá. O café, o preço, que tava lá embaixo e as outras atividades também não. A pimenta não aturava muito [...] quatro anos já morria todas. **Eu me vi quase sem uma coisa pra mim investir lá no lote lá.** (EX-aluno 3/ CFR – 1ª turma, 33 anos. Pai: *Colono Pioneiro*).

4.2.3 CFRs cidade: os jovens agricultores que moram e trabalham na cidade

Na amostra estes *jovens* configuram 4 casos (13% dos 31 casos da amostra). Moram e trabalham na zona urbana de Medicilândia; 3 destes estão casados e 1 solteiro. 3 (75% destes *jovens*) advêm de famílias *tipo 2* e 4 (“- econômicas”), e 1 advêm de família *tipo 3* (“+ econômica”).

Dois *jovens* (oriundos de famílias *tipo 2*: “+política/-econômica”) moram com as famílias de orientação na cidade; em média estas famílias¹⁵⁹ são pequenas, têm entre 2 a 4 filhos, entre homens e mulheres. As mesmas mantêm o lote com algumas roças para alimentação e poucas cabeças de gado bovino. Em 1 destes casos, mora também a família de procriação do *ex-CFR* casado¹⁶⁰. Em dois casos, ambos casados, (oriundos de famílias *tipo 3*: “-política/+econômica” e *tipo 4*: “-política/-econômica”), os pais moram nos lotes, com um filho mais jovem que o *CFR*.

Dado o distanciamento aparente do campo, senão das formas de vida ideais almejadas pelos agentes da CFR, estes *jovens* são os que menos incorporam o conceito-valor de *destaque* ou são os que menos aparecem nas definições recorrentes de *destaque* enquanto expressão de distinção social. Os empregos destes *jovens* demandam pouca ou nenhuma aplicação dos aprendizados adquiridos na CFR e exigem pouca escolaridade. Observou-se ainda que mudam de ocupação com certa frequência: cobradores, vendedores no comércio local, moto-taxistas, motoristas de cerealistas locais, etc. Em 1 caso, o *ex-CFR* é servidor concursado do município e atua como Auxiliar de Serviços Gerais. É possível pensar a partir

¹⁵⁹ Migraram para a cidade poucos anos após a formação do filho na CFR.

¹⁶⁰ Nos casos destes *ex-CFRs* casados, as esposas não trabalham fora de casa. Em 1 caso observou-se que a esposa estuda à noite.

destes dados que o nível de escolarização e o tipo de escolarização, bem como o *capital cultural* e *simbólico* investido nos e incorporado pelos egressos da CFR, apenas teriam “valor” no meio social constituído pela CFR e seus agentes. Portanto, para estes *jovens CFRs*, na cidade – tal como expresso pela maioria dos jovens (72% x 13%) estudados por Abramovay et all (2001, p. 45) no campesinato do Oeste de Santa Catarina – estariam as menores chances de realização profissional. Na Transamazônica, considerando a amostra dos *jovens* entrevistados, há apenas um dos *jovens* (família *tipo 2*) que está hoje na cidade (juntamente com a família de orientação) que apresenta a perspectiva de que na “cidade consigo melhor condição de vida” (Ex-Aluno 19/CFR – 2ª turma, 25 anos. Pai: 2ª Geração de *Colonos Pioneiros*) e seu pai afirma que o filho “[...] não tem interesse de trabalhar na agricultura, o negócio dele é mais a música; ele teve uma banda, andou por Altamira, teve umas decepção aí com namorada [...]” (Pai CFR 9/2ª turma. 2ª Geração de *Colonos Pioneiros*).

Estes *jovens* ficaram pouco tempo com as famílias de orientação após o término dos estudos na CFR, a exceção do *jovem* oriundo da família *tipo 3*¹⁶¹. Dentre as motivações, tem-se alegações distintas das demais apresentadas pelos outros *ex-CFRs* que conjugam trabalhos entre campo e cidade ou que estão se preparando para morar na cidade. Os *CFRs cidade* afirmam que, à época da ida para a CFR, já tinham o desejo de empregar-se, fato que os teria levado a migrarem para a cidade após a escolarização, à revelia das expectativas dos pais que demonstram decepção com a situação atual dos filhos. No entanto, após as experiências de trabalho na cidade, apresentam recorrentemente (isto foi expresso por 3 dos 4 *CFRs cidade* entrevistados) a motivação atual ou projeto de vida para voltar para o campo, pois julgam que na agricultura teriam melhor renda, bem como autonomia para trabalharem (sem rotina e sem exploração do patrão). Também, as apostas na possível renda a ser gerada pela plantação de cacau em parceria com a família de orientação, apresentam-se, no caso destes *jovens*, como motivo atual para retornarem ao campo:

Bom, na verdade, naquela época [da escolarização na CFR], **eu quase não pensava muito assim no futuro**, por que eu vim pensar no futuro mais de vinte anos pra cá, dezoito anos, **mas sempre pensei, quando trabalhava, sempre quis vir pra cidade quando tava lá, sempre vinha pra cidade arrumar um emprego aqui**, eu pensava pra mim que ia ser melhor; só **que hoje eu trabalho de empregado, eu trabalho no objetivo de voltar pro lote**, porque **eu vi que na cidade não é meu lugar [...]** Ah, sei lá, **vim pra cá trabalhar de empregado, empregado a gente... cria rotina, todo dia aquela mesma coisa e, sabe, que eu não gostei de trabalhar de empregado, sabe que pra mim trabalhar autônomo é o meu forte [...]**eu

¹⁶¹ Este *CFR* saiu do lote paterno cerca de 2 anos após o término da escolarização, por não conseguir mais trabalhar na agricultura, porque tem os movimentos do braço direito prejudicados por um acidente sofrido durante suas atividades na plantação de cacau da família. Mesmo assim, ao contrário da mãe (merendeira concursada da prefeitura municipal), o pai ainda espera/deseja que o filho retorne para o lote.

pensava em me formar, fazer um curso técnico ou, sei lá, alguma coisa, e **formar e trabalhar assim de empregado, mas de uma forma que como se fosse assim uma cooperativa por exemplo, tipo tem a COODESTAG, que trabalha dando assistência técnica com os agricultores, era isso que eu pensava [...]** Bom, que na verdade **o cacau tá em formação né, lá na terra roxa** que a gente comprou, aí eu **pretendo ficar empregado até o cacau ficar, até formar o cacau, quando formar eu pretendo ir lá pra chácara e trabalhar no cacau lá, junto com meu pai** (Ex-aluno 12/CFR – 4ª turma, 22 anos. Pai: 2ª Geração dos *Colonos Pioneiros*).

[...] na **cidade não tá dando não; o que agente ganha só dá pra comer; trabalha às vezes até de madrugada quando tem que buscar cacau nos lote na vicinal... sem hora-extra [...]** trabalha todo dia até 8, 9 horas da noite, **não tem carteira assinada. Tô pensando em juntar um dinheiro e voltar lá pro lote com o pai, trabalhar lá...** levar a mulher e os filho. (Ex-aluno 18/CFR – 3ª Turma, 28 anos. Pai: *Colono Pioneiro*).

Tal como expresso acima na fala deste *jovem*, à época da ida para a CFR (“eu quase não pensava no futuro; tinha plano de ir pra cidade”), é recorrente entre estes *ex-CFRs Cidade* o fato (ou a verbalização do fato) de terem ido para a CFR por falta de opção para continuar estudando na vicinal e, principalmente, por cederem às solicitações e desejos dos pais, mas que mudaram de idéia depois.¹⁶²

Observa-se que nos casos destes *jovens CFRs* que moram e trabalham na cidade, os vínculos com o campo estariam sendo mantidos, seja através da inserção nas relações de parentesco (a exemplo dos *jovens* casados ou solteiros que moram com a família de orientação), especialmente como trabalhadores na unidade familiar que ainda mantêm o uso social da propriedade agrícola, seja por meio de geração de renda incorporada pelas famílias através de seus empregos, seja participando dos projetos de futuro dos pais no tocante aos investimentos nos lotes. Em qualquer uma das formas, os mesmos estariam participando da reprodução familiar.

¹⁶² No conjunto dos ex-alunos entrevistados, fora estes quatro tipificados como *CFRs cidade* que apresentaram dúvidas ou discordâncias com os pais sobre a sua escolha para estudar na CFR feita pelos pais, observou-se que entre os *CFRs campo* há 1 caso em que este dizia que “[...] não queria estudar mais de nada, nada; queria era ir para cidade”(Ex-Aluno 1/CFR – 1ª turma, 32 anos. Pai: *Colono Pioneiro*); observou-se ainda, entre os *CFRs campo-cidade*, 1 caso em que o filho escolhido para a CFR afirma que “Antes [à época da ida para a CFR] eu nem sabia o que eu queria ser [...], eu fui mesmo pelo meu pai [...]. Aí depois que eu voltei [referência ao tempo em que as atividades da CFR ficaram paralisadas por 1 ano], aí eu já voltei por mim mesmo [...]”. (Ex-Aluno 8/CFR – 4ª turma, 22 anos. Mãe 2: 2ª Geração de *Colonos Pioneiros*). Estes casos de discordância entre a vontade inicial dos filhos escolhidos para a CFR e a de seus pais, é presente sobretudo entre os jovens de pouca idade à época da ida para esta escola; estes dois jovens citados foram para a CFR com 18 e 14 anos, respectivamente. Outros possíveis elementos que desenham aquela discordância inicial entre desejo dos filhos e dos pais parecem ser os seguintes: nos casos dos *CFRs cidade* (advindos de família “– econômicas”: *tipos 2 e 4*, predominantemente), as poucas condições financeiras destas famílias e as reduzidas possibilidades destes filhos permanecerem na agricultura com futuro promissor quanto à geração de renda na propriedade paterna; nos casos dos *CFRs campo* e *campo-cidade* acima citados (advindos de famílias bem posicionadas política e economicamente: *tipo 1*), pesaria para aquela discordância o fato de que estes jovens já estavam estudando a 5ª série do Ensino Fundamental na cidade quando foram escolhidos para irem para a CFR. Estes fatos parecem reforçar a perspectiva de que dentre os fatores para a permanência no campo figuram, principalmente, as condições de trabalho e possibilidades de gerar renda no lote paterno aplicando os saberes técnicos adquiridos com a escolarização.

4.2.4 Os jovens agricultores mediadores: a distinção social advinda da atuação no campo e na *cidade política/econômica*.

A caracterização de *CFRs mediadores* diz respeito a 15 dos *jovens* que se incluem na tipificação *CFRs Campo e Campo-cidade*. Representam, portanto, 48% do total da amostra de egressos. Estes *jovens* exercem (12 casos) ou já exerceram (3 casos) atividades sócio-profissionais, com perfis e práticas de mediação entre os agricultores em suas vicinias e os serviços ofertados na cidade, seja nas organizações sociais/sindicais, seja nos órgãos públicos estatais, nas empresas, nos bancos, etc. Quando considerado o número de *jovens* que manifestaram o desejo de atuarem como mediadores, traduzido no possível exercício de liderança nas organizações sociais/sindicais e comunitário-religiosas, amplia-se o número de egressos com perfil de mediadores para 17 *jovens* (55% da amostra).

Estes intermediários entre campo-cidade têm uma posição distinta na coletividade camponesa, sobretudo por seu papel de influência e poder (social, econômico e político), como mediadores entre os camponeses, suas instituições representativas e os grupos externos. Têm, de certa forma, um duplo pertencimento entre o campo e a cidade, que lhes permite o trânsito entre os grupos, o acesso e a capacidade de divulgação de informações; bem como lhes atribui o *lugar* de representantes de interesses dos agricultores e, por vezes, da coletividade camponesa.

No caso em estudo, os capitais cultural, social e simbólico, bem como a rede de relações em que estão envolvidos os *jovens agricultores* – dados o conteúdo e a forma escolar da CFR configurarem instrumentos de socialização comunitária e societária mediadas pelas famílias e pelas organizações sociais/sindicais (constitutivas da necessária presença organizada do campesinato na *cidade política e econômica*) – credenciam aqueles *jovens* a esta posição distinta ou de *destaque* naquele campesinato. Esta perspectiva de formar mediadores parece revelar-se especialmente no interesse (traduzido nas práticas de seleção de alunos e condução pedagógica) das organizações sociais e de muitos dos pais de família de que os *jovens* se tornassem *dirigentes* e/ou técnicos agrícolas para serem difusores de conhecimentos, informações, contatos em meio às crises da base e dos sistemas de produção.

A distinção social afigura-se presente nos *jovens agricultores* (em maior ou menor grau conforme a relação das práticas destes *jovens* com o campo e os objetivos dos agentes do campesinato) como que dotando-os de um código, de operações, percepções e formas de agir mais ou menos explícitos e conscientes. A posição social de *destaque* destes *jovens* se apresentaria proporcional ao acionamento daquele crédito de distinção social em seus afazeres mobilizadores do patrimônio cognitivo e da competência cultural e política; afazeres estes que

na sociedade camponesa em estudo estão em muito relacionados à inserção profissional dos egressos da CFR nos programas e projetos das organizações sociais/sindicais e comunitário-religiosas. As falas abaixo melhor explicitam esta relação entre a escolarização da CFR e a construção de mediadores, que poderia ser resumida na formulação de que todos os egressos teriam o crédito de distinção social, mas nem todos têm a prática de mediadores, traduzida na avaliação dos *jovens agricultores* pela ideia de que uns têm ‘dom’ de *dirigentes* outros têm o ‘dom’ pra ‘estar mais na roça’:

Lá a gente tinha que falar na frente e tal, ia representar a CFR em encontros [...]. Eu tenho certeza que se dessem oportunidade, qualquer um de nós que saiu da Casa Familiar Rural, podia ser um dirigente, porque a gente tava preparado, o tempo todo a gente recebia visita de fora, fazia reunião; acho que a gente tava preparado sim. (Ex-aluno 13 / CFR – 1ª turma, 33 anos. Pai 8: *Colono Pioneiro*).

Sempre foi falado pra gente desenvolver esse lado, sabe, de como trabalhar na sociedade, numa associação, no Sindicato... falavam na discussão, não chegavam a falar diretamente: “ – tem que fazer isso, tem que fazer isso”; não, a gente fazia a discussão e procurava desenvolver melhor o que... aí acho que cada um, dependia do dom de cada um né, que teve uns, por exemplo, o [Ex-Aluno 2/CFR – 1ª turma, 37 anos]¹⁶³ já tem uma vocação pra isso, num é muito de tá na roça trabalhando, ele já veio pro Sindicato, já foi da diretoria, foi secretário [municipal] três ano, tá sempre envolvido né; eu não, eu preferi ficar mais quieto lá no lote, cada um escolhe uma... (Ex-aluno 17/CFR – 1ª turma, 33 anos).

Os mediadores egressos da CFR exercitam as seguintes práticas sócio-profissionais que resguardam relação direta com os objetivos das organizações sociais e das famílias de agricultores de “formar *dirigentes*” e “formar técnicos agrícolas para difundir conhecimento na agricultura”: o exercício de *dirigente* junto às organizações sociais/sindicais e comunitário-religiosas, em especial, imbuído de habilidades e conhecimentos técnicos e ‘ambientalizados’; e o exercício da orientação técnica a familiares e vizinhos nas vicinais, referendado igualmente naqueles conhecimentos. Estas práticas desenhariam três espécies de mediadores naquele campesinato tendo em vista o tipo de relação dos mesmos com as organizações representativas do campesinato, com a sociedade envolvente e com as comunidades vicinais:

A - Mediadores *dirigentes*: as lideranças das organizações sociais/sindicais e comunitário-religiosas

A.1- Mediadores *dirigentes* que atuam ou atuaram nos programas e projetos das organizações sociais/sindicais. Constituem 7 casos (47% dos 15 mediadores) de *jovens* que exerceram ou exercem funções de professores alfabetizadores de agricultores nas vicinais

¹⁶³ Este ex-aluno foi citado por quase todos os entrevistados (pais, lideranças locais e regionais, ex-alunos) como um exemplo, uma espécie de referência do resultado da intervenção da CFR, por conta, tanto de sua prática de gestor na propriedade agrícola da família de orientação, quanto de sua prática de *dirigente* no STR e na FVPP, bem como no poder público municipal na gestão do PT em Medicilândia.

pelo PRONERA; ou cargos como coordenação de associações, monitoria e assistência em programas como Roça sem Queimar, hoje desenvolvido pelo STR de Medicilândia e pela Fundação Viver, Produzir e Preservar; coordenadores em projetos também de cunho agroambiental, como o Mudança de Paisagem, desenvolvido por esta fundação em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, dentre outros. Estes *jovens mediadores dirigentes* em exercício, todos, moram na cidade e conjugam os trabalhos remunerados nestas organizações, cujas sedes são em Medicilândia e Altamira, com os trabalhos nos lotes das famílias. Em seus trabalhos executam parte de suas ações na zona rural dos municípios da Transamazônica, como orientação técnica e palestras a agricultores. A seguir algumas descrições de sua prática como mediadores:

Eu sou assistente de campo, eu dou toda a assistência pros agricultores: qual é o material necessário....; aí trabalho no escritório também, que é estudar os dados que a gente tem agora, que a gente vai ter um seminário.... aí a gente fica, faz pesquisa... [...] eu não dou aquela assistência na propriedade, eu dou assistência especificamente no papel, claro que a gente ajuda uma coisinha [...] mas eu fico ajudando pelos travessões tudinho, porque hoje tem 50 agricultores aqui no projeto.[...] eu tenho serviço de escritório que é preparar relatório, enviar para cada unidade, falar com o pessoal de Brasília, estudar no Ensino Médio do PRONERA, técnico em agropecuária, que foi o acordo que fiz com o pessoal [...] hoje o projeto tá analisando agora a parte mais científica mesmo que é de análise, o carbono, o solo, folhas, crescimento, mostrou totalmente a viabilidade, tanto econômica como ambiental. (Ex- aluno 8/CFR – 4ª turma, 22 anos. Mãe 2: 2ª Geração de *Colonos Pioneiros*).

[...] a gente tá pegando cinco município da região da área da Fundação [FVPP] e fazendo o levantamento dos igarapés, o potencial hídrico que já foi devastado né, foi desmatado, pra recuperação de nascente; é imagem de igarapé. No segundo momento a gente tá trabalhando com a questão dos PDS também, projeto de assentamento, e a gente tem o plano agora de fazer a regularização fundiária de um desses projeto como piloto, que o método da Fundação é esse, de fazer uma política, como fez com a CFR, pra que ela se torne política pública, então a gente faz o piloto, esse piloto dando certo, a gente apresenta pro governo, pras demais entidade [...] (Ex- aluno 2/CFR – 1ª turma, 37 anos. Pai 4: *Colono Pioneiro*).

A.2- Mediadores *dirigentes* que atuam na coordenação/animação de grupos comunitário-religiosos. Constituem 4 casos (27% dos mediadores). Ao contrário dos anteriores, estes moram nas vicinais com as famílias de orientação, pois são todos solteiros. Dentre suas ações estão a organização das comunidades em grupos de vizinhos, grupos de jovens; realização de reuniões e celebrações religiosas; representação das comunidades tanto em reuniões, encontros da igreja Católica em Medicilândia ou em outras cidades, como nas reuniões e encontros promovidos pelo STR, principalmente em pautas de reivindicação em que as ações da igreja e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais estão juntas. Estes *jovens* também são responsáveis pela divulgação dos avisos, das ações que ensejam repercussão nas

vicinais sob sua representação. Assim estes *jovens* mediadores descrevem suas práticas sociais:

Aqui mesmo, eu sou dirigente da igreja, na comunidade. [...]. Como dirigente é a questão de culto na igreja, né, alguma coisa pra discutir principalmente da igreja [...] as questões social entra, mas é bem menos [...] entra, a igreja é ligada com as questões sociais. (Ex- aluno 5/CFR – 5ª turma, 21 anos. Pai 5: 2ª Geração dos *Colonos Pioneiros*).

Na comunidade também [...] sempre eu falava na igreja né, eu quis implantar também um projeto científico que é a Mandala, que é horta, mas não deu certo, o número de pessoas era muito pequeno [...] sempre ia buscar conhecimento fora e que trazia tanto pra escola, como pra onde a gente morava também, aí a gente participava de reuniões com pessoas que não tinha aquele conhecimento, então a gente passava pra eles, a gente ia buscar e despachava da onde estivesse, aí através disso a gente ia ganhando um conhecimento bem maior. (Ex- aluno 6/CFR – 4ª turma, 34 anos. Pai: *Colono Pioneiro*).

B- Os mediadores técnicos: conhecimento escolar/técnico como possível objeto da reciprocidade e ajuda mútua no campo

Os *mediadores* técnicos assim se caracterizam por prestarem orientação, favores e serviços típicos de assistência técnica nas vicinais. Constituem 4 casos (27% dos mediadores); todos moram e trabalham no campo em terra própria e/ou no lote paterno. Dentre as atividades que estes mediadores exercem estão as práticas de “conselhos” técnicos – como eles definem – aos parentes e vizinhos, principalmente no caso de dúvidas quanto ao investimento e tratamento de lavouras e criação de animais, assuntos em que os agricultores sentem maior carência de experiência técnica: cuidados, enxertia, adubação e poda do cacau e demais culturas perenes; cuidados com o pasto e vacinação do gado bovino; correção de solos, etc.

A quantidade de mediadores técnicos parece ser bem maior que estes identificados na amostra, pois para configuração deste número acima foram considerados apenas os *jovens agricultores* que desenvolvem com regularidade estas atividades de orientação de vizinhos e parentes. Há muitos outros *jovens* entrevistados que afirmam já ter, eventualmente, dado este tipo de assistência tempos atrás; em geral, observa-se que eles não consideram esta atividade como digna de ser destacada ou que merecia ser dita na entrevista, pois se afigura como algo “natural” nas relações sociais destes egressos da CFR, o que parece responder às práticas de ajuda mútua e reciprocidade, típicas da sociabilidade campesina (SABOURIN, 2006).

Esta prática de mediação não apresenta relação com as organizações sociais. Ela se dá referendada pelo *destaque* técnico que estes *jovens CFRs* possuem, visualizado em suas práticas profissionais, e dificilmente são remuneradas. Os *CFRs* definem estas ações enquanto “ajuda” dada aos parentes e vizinhos que lhes pedem algum conselho:

[...] eles [os vizinhos da vicinal] não sabe diferenciar qual é as semente boa, os frutos bons do pé né, aonde é a posição mais certa, eu vou lá na roça de cacau deles, na roça de café também, e na parte de bovinos também eles pede ajuda, sempre eu vou lá, fazer serviço pra eles [...] eu vacino de brucelose, sou autorizado pela ADEPARA, eu vacino bezerra; toda semana tem bezerra pra eu vacinar, vou pra um travessão, vou pra outro, se tem caso de alguma doença, de algum animal lá, e eles tão com dificuldade, eles me chama lá, aí eu não sou médico veterinário mas se tiver algum problema e se tiver no meu alcance, eu passo pra eles e indico mais ou menos qual é o remédio, qual é o problema, o mineral, se tiver algum problema passo pra eles, passo pro médico, se for um caso muito grave eu passo pra um médico veterinário [...] às vezes eles paga né, por boa vontade né, mas eu pra fazer meu nome, se for uma coisa simples, eu não cobro não, a não ser vacinar bezerro de brucelose, porque aí já é particular; não tem nada a ver né, e se for pra mim tirar sangue de um animal, eu tiro sangue dele pra eles, não cobro nada né, só mando ele pegar o frascozinho e tiro; no caso se for pra mim dar um soro em algum bicho ou fazer uma castração, ou uma cirurgia simples, eu faço, não cobro nada deles [...](Ex- aluno 7/CFR – 2ª turma, 37 anos. Pai: *Colono Pioneiro*).

Os vizinho chama pra castrar boi [...] tem um vizinho aqui perto que também mexe com enxertios, de vez em quando a gente troca experiência, eu ensinei ele a fazer enxertia de cacau. Muitas vezes eles têm dúvida né, aí me perguntam como é que faz adubação, como faz poda. Tem um aí que veio me chamar para resolver um problema no cafezal dele, até hoje ele me agradece, porque ele fez poda e aí tirou uma safra que ele nunca tinha tirado, é assim, [...] esses dias mesmo, tinha um rapaz aqui, ele tem um cacau plantado na terra branca, ele tava me perguntando se compensava adubar, que falei pra ele se ele não fizesse uma correção no cacau, ele ia jogar dinheiro fora, porque na terra árida não compensa plantar cacau, pimenta sem fazer uma análise para ver o tanto de calcário que tem [...]. Eles perguntam, quando tem dúvida, eles vêm perguntar. [...] (Ex- aluno 13/CFR – 1ª turma, 33 anos. Pai: *Colono Pioneiro*).

A trajetória de construção do perfil e prática de mediadores ratifica a avaliação do Ex-aluno 17, anteriormente citado; a mesma tem a ver com um misto entre características pessoais (o possível “dom” comentado por este Ex-aluno) e oportunidades. Quanto às características pessoais, constam as que foram ao longo da escolarização na CFR valorizadas e incentivadas nos *jovens*: a desenvoltura para falar em público¹⁶⁴, a competência escolar e técnica para inserir-se em grupos e a identificação com o grupo.

Desta socialização resultaria – conforme se percebe nas falas dos *jovens* anteriormente citados e na observação em campo – que os CFRs mediadores, de forma mais nítida que os demais egressos, apresentam uma *hexis* corporal e uma ética nas relações típicas de liderança. Apresentam segurança e uma espécie de autoridade ao falar de suas práticas

¹⁶⁴ Os CFRs que apresentaram o desejo de atuar como mediadores *dirigentes*, mas não o fazem, alegam principalmente a timidez como empecilho: “Sempre eu pensei, por exemplo, igual eu me formar na Casa Familiar, eu queria seguir minha carreira, por exemplo, participar de alguma coisa, ser da diretoria, qualquer coisa pra mim sair buscar alguma coisa entendeu? [...] mas não deu, eu era tímido muito, eu tinha muita vergonha, eu achava que pra isso tinha que ser pessoa mais desenvolvida assim, pra conversar, né, falar bonito [...] e arrumei mulher, não deu... [...] o pai tem raiva que eu não consegui assim, o caminho que ele queria né; de vez em quando ele fala: “- rapaz, era pra tu ser alguma coisa na vida, tanto que eu tinha vontade que tu seguisse uma associação!”. (Ex-aluno 11/CFR -1ª turma, 35 anos. Pai 1: *Colono Pioneiro*; foi presidente do STR na década de 1990).

profissionais e sobre as relações que constroem com os agricultores. Andam e falam com desembaraço e com o olhar sempre altivo. Cumprimentam a todos com gentileza e comumente são reconhecidos pelos agricultores que lhes vêm apertar a mão. Seus discursos revelam um amplo conhecimento da conjuntura onde se inserem, seja sobre as dificuldades técnicas na agricultura (plantios, comercialização, política de créditos), seja sobre os arranjos políticos que interferem diretamente na agricultura. Seus discursos revelam ainda uma profunda identificação com os interesses do grupo de agricultores do qual fazem parte e engajamento nas organizações sociais/sindicais ou comunitário-religiosas representativas do campesinato, assim como dos partidos políticos de esquerda. Assumem-se, sobretudo os mediadores *dirigentes*, como porta-vozes autorizados a falar em nome do grupo, tal é o prestígio social – o *capital simbólico* – percebido e reconhecido.

Quanto às oportunidades para o desenvolvimento da prática de mediador, parece ser possível afirmar que, no caso dos mediadores *dirigentes*, estas têm relação direta com a posição política das famílias e, no caso dos mediadores técnicos, com a posição econômica das famílias de orientação. Os 11 mediadores *dirigentes* (que atuam nas organizações sociais/sindicais ou comunitário-religiosas) advêm de famílias também *dirigentes*, ou seja, *tipo 1* (7 casos) e *tipo 2* (4 casos). Entre os 4 casos de mediadores técnicos, 2 *jovens* advêm de famílias *tipo 1* e 2; e 2 *jovens* advêm de família *tipo 3* (“–político/+econômico”). Afigura-se tratar-se de um quadro em que as famílias *dirigentes* teriam, sobretudo, *capital simbólico* para influenciar ou credenciar seus filhos para também o serem. As famílias bem posicionadas economicamente parecem oferecer melhores oportunidades – ainda que com dificuldades – para que seus filhos desenvolvam os aprendizados e habilidades técnicas adquiridas na CFR em plantios e em cuidados com o gado bovino, o que funcionaria como atestado técnico que os autoriza a serem solicitados pelos vizinhos e demais parentes para prestarem assistência.

Também é possível pensar que a prática de mediador *dirigente* hoje exercida por estes *ex-CFRs*, tem relação direta com as poucas oportunidades de inserção social-profissional possibilitadas pelos atores propositivos da escola CFR, a saber, o STR, igreja Católica e a FVPP. Apenas 11 (35%, dos 31 entrevistados, *versus* 65%), oriundos de famílias *dirigentes* (*tipos 1* e 2) atuaram em programas, ações, projetos destas entidades. A amostra também revela que são exatamente estes 11 *jovens* que estão ou já estiveram inseridos nas ações daquelas entidades que puderam atuar como *dirigentes* após a escolarização. Na avaliação dos *jovens agricultores*, a falta de oportunidades traduz-se pelo espaço que as “antigas ou velhas lideranças” – como os *jovens* se referem – estariam concentrando, devido à dependência das mesmas em relação aos cargos, principalmente no STR. Advém ainda desta avaliação outra

possível característica dos novos mediadores da CFR: uma recorrente (entre os entrevistados) auto-responsabilização com a ‘base’, traduzida na fala abaixo pela necessidade da presença das lideranças no campo, convivendo nas vicinais e no trabalho agrícola:

[...] na verdade **a gente era agricultor e liderança**, essa era a finalidade [da CFR]; então quando a gente formou a liderança que a gente volta pro município, eu ainda consegui ocupar espaço, mas nos outros município os outros colega não conseguiram, porque há uma polêmica sim: **as nossa liderança vieram do sindicato, tornaram-se dependente desse sindicato e eles não retomaram à base da agricultura, eles têm agricultura**, discute agricultura, mas eles mesmo, em si, a liderança, não tem mais essa consistência, de tá lá na propriedade rural, no dia-a-dia, então qualquer uma outra pessoa que ameaçar ele, pra ele, é uma ameaça... de perder a liderança. **Um novo é ameaça**; isso não foi aqui, foi em toda região, todo município, se você for ver, tem essa questão. E aí nós fizemo a formação, **a gente tava pronto pra fazer, como diz a história: pra ocupar com idéia nova; com todo assim, um gás**, mas não rendeu, eu fiz até uma certa parte, depois eu mesmo saí, até porque eu sempre preguei isso, que **nunca eu quero ficar dependendo de um emprego** [...] (Ex- aluno 2/CFR – 1ª turma, 37 anos. Pai 4: *Colono Pioneiro*).

Quanto à continuação dos estudos no Ensino Médio, necessidade esta não prevista, pelo menos nas discussões iniciais de criação da CFR em meados de 1990, há uma grande expectativa ainda entre os *jovens agricultores* de fazê-lo na CFR e apresentam uma certa decepção quanto ao fato de a CFR não ter ofertado até à época das entrevistas esta modalidade de ensino¹⁶⁵, que esperam com a intenção de se “formar técnico agrícola mesmo” – assim explicam suas motivações. Entre os *CFRs campo* observa-se que esta expectativa está mais orientada para melhorar a sua atuação no trabalho agrícola¹⁶⁶ com inovações, como piscicultura, aumento da produtividade do cacau, etc. Entre os *CFRs campo-cidade*, esta intenção de continuar os estudos se revela na expectativa “de atuar nos programas das organizações sociais”, os quais exigem não só o saber e habilidade para coordená-los, mas também o título escolar. Entre estes *CFRs* estão também as expectativas de cursarem o ensino superior em agronomia e veterinária. Entre os *CFRs cidade* é onde se apresenta uma relação maior entre a intenção de fazer o ensino médio e conseguir melhores empregos. Porém, na totalidade, os entrevistados apresentam grande satisfação com os aprendizados adquiridos na CFR e entre cursar o Ensino Médio em uma escola “regular” (com metodologia e conteúdo diferente da Pedagogia da Alternância) e esperar o ensino médio da CFR, são unânimes pela

¹⁶⁵ Para os *jovens CFRs* da 1ª e 2ª turma, por exemplo, esta espera já perdura por volta de 7 a 10 anos, considerando-se o término da escolarização na CFR.

¹⁶⁶ Entre os entrevistados, observou-se que estes *CFRs*, apesar de terem menos oportunidade de acesso à continuidade de sua formação técnica, dado o distanciamento geográfico com a cidade, muito investem em cursos ofertados pela EMBRAPA, EMATER, tais como cursos de enxertia, construção de currais, etc., e exibem com orgulho os certificados emoldurados e postos na parede da casa; bem como investem em cursos pagos ofertados em Medicilândia, a exemplo do ex-aluno 10 (5ª turma, 19 anos) que fez um curso de refrigeração motivado pela possibilidade de “industrializar polpa de frutas com a chegada da energia elétrica nas vicinais” e de “conseguir uns trocado com o conserto de geladeiras...”.

segunda opção, pois nesta escola “passam uma semana estudando e duas no lote com a família”, também, “na CFR adquire mais condição para desenvolver”.

Talvez por estas motivações, aliadas às condições econômicas das famílias e à ausência (senão insuficiência) do acesso à educação no campo¹⁶⁷ tem-se um número muito baixo de ex-alunos da CFR que continuaram seus estudos: dos 70 egressos, apenas 20 (29%, entre os que iniciaram e trancaram matrícula e os que concluíram), até o momento desta pesquisa, deram prosseguimento à escolarização. Portanto, 71% dos egressos da CFR nunca tentaram iniciar o Ensino Médio. Entre os que deram prosseguimento aos estudos¹⁶⁸, apenas 4 conseguiram concluir; destes, 3 são oriundos de famílias *tipo 1*, plantam principalmente cacau. Um destes *jovens*, oriundo de família *tipo 2*, mora próximo à cidade e atualmente a prefeitura disponibiliza transporte público para a escola. Estes *jovens* procuram geralmente o ensino noturno em Medicilândia; 10 destes egressos continuaram os estudos na escola pública municipal e 5 em um curso de Ensino Médio técnico com ênfase em agroecologia, ofertado com recursos do PRONERA via parceria entre organizações sociais/sindicais e UFPA.

4.3 As posições dos *jovens agricultores* e sua condição camponesa

As formas de sociabilidade dos *jovens agricultores* com ou no campo, considerando-se as três tipificações, parecem revelar interações comunitárias, sobretudo no *campo* familiar, e um misto de interações comunitário-societárias, especialmente na relação com o trabalho agrícola e com atores sociais representativos do campesinato.

4.3.1 A condição camponesa no interior do grupo doméstico

As relações típicas da sociabilidade comunitária são orientadas pelas expectativas de comportamento e têm por base o costume ou o respeito por valores partilhados que comumente orientam as escolhas dos agentes (DUBAR, 2005, p.108). São estas relações que

¹⁶⁷ Outra possível razão para este quadro seria a ausência de certificação dos CFRs até 2007; muitos *jovens* que estavam estudando na cidade, ou que pretendiam fazê-lo algum dia, reclamavam de que as escolas da cidade (logo, do sistema regular de ensino público) não os matriculavam no Ensino Médio por não apresentarem o comprovante de conclusão do Ensino Fundamental. Também os *jovens* que conseguiram iniciar o Ensino Médio nestas escolas sem aquele comprovante, mas trancaram a matrícula, alegam como uma das causas para esta decisão a desconfiança de que não poderiam também receber o certificado do Ensino Médio caso chegassem a concluí-lo, bem como destacam constrangimentos sofridos como cobranças constantes da coordenação escolar.

¹⁶⁸ Em conversa informal com uma das professoras destes *jovens*, observou-se que o *destaque* dos mesmos nesta condição de alunos na cidade apresenta-se, notadamente, nas atividades de discussão/debate em grupo sobre temas sócio-econômico e políticos, bem como na responsabilidade com os trabalhos escolares e no bom comportamento; nos assuntos específicos das matérias escolares a professora afirmou que os *jovens* apresentam muita dificuldade. Esta dificuldade fora confirmada pelos *jovens* entrevistados oriundos de turmas mais recentes (4ª e 5ª, sobretudo). Entre os *jovens* da 1ª e 2ª turmas há um certo consenso de que não apresentam tal dificuldade escolar, pois a eles – em sua avaliação, bem como de lideranças – teriam possibilitado melhores condições de ensino das matérias escolares. Esta questão, no entanto, carece de estudos mais aprofundados.

parecem se fazer presentes, notadamente, entre os *jovens CFRs campo* e *campo-cidade*, no que se refere aos grupos domésticos no seio de uma coletividade local – arranjo definidor das sociedades camponesas.

Isto revelar-se-ia nas dinâmicas de trabalho dos *jovens* e suas famílias acima descritas, às quais se poderia, a título de exemplo, acrescentar a localização dos *filhos CFRs*, principalmente os casados que estão no campo. Estes moram sempre perto da família de orientação (não mais que um quilômetro), trabalhando com os pais e irmãos e/ou orientando-os; *os filhos CFRs campo-cidade* (com um modo de vida notadamente societário), casados ou solteiros, como se viu, parecem igualmente obedecer a uma lógica de sucessão no lote, senão, do gerenciamento da propriedade familiar com ou pelo pai. Em ambas as situações de trabalho e residência dos *ex-CFRs* é revelada uma proximidade física ou geográfica e social com a família de orientação e com o campo. A intervenção destes *jovens* na agricultura, fundamentada no conhecimento escolar/técnico e em sua auto-percepção enquanto agricultor profissional, revelaria uma diferenciação característica de um modo de vida societário.

O conteúdo social que alimenta as representações dos ex-alunos acerca de como se vêem (e como são vistos) quanto a seu lugar ou papel na dinâmica de trabalho nos lotes, como se viu anteriormente, expressa uma profunda auto-responsabilização com as atividades que desenvolvem e se colocam como os “gerentes do lote” ou ‘os cabeças’ junto ao pai. O *capital cultural* adquirido na CFR é comumente acionado como o instrumento que possibilitou a estes *jovens* passar da posição de ajudantes, antes da CFR, para gerentes do lote, após a CFR. Seguem abaixo alguns exemplos da mudança de posição na família de orientação e na relação com o pai, na visão dos *jovens* e de lideranças locais¹⁶⁹:

Gerenciava [o lote com o pai]. Era tipo assim, **eu que era o chefe, o cabeça da coisa**. Até hoje eu chego lá: “Pai, tá precisando disso, tá precisando daquilo”. **A gente que estuda na CFR, a gente aprende muita coisa**. [...] O conhecimento mesmo sobre a bovinocultura, mexer realmente na prática com o cacau, com o café. Essa é a parte que eu cheguei, me aprofundi muito na CFR. [...] **Geralmente quando eu tava lá no lote [paterno] eu usava e, tipo assim, pra plantação, pra criação do gado, a plantação do cacau, a plantação do café, o tempo de adubação**. (Ex-aluno 4/CFR – 5ª turma, 24 anos.).

Antes da CFR eles faziam o trabalho de ajudante no lote, coisa bem simples, não tinha expansão [...] mesmas coisas desde que eles eram crianças; **desde quando eles se conhecem por gente faziam o que os pais faziam [...] depois da CFR eles foram mudando** [...] mesmo dentro do lote do pai, por exemplo, você tava numa

¹⁶⁹ Nas entrevistas observa-se que os *pais CFRs* (como será melhor abordado no tópico seguinte) também demonstram satisfação com os retornos que os filhos têm apresentado no trabalho agrícola, porém, falaram pouco sobre isto (talvez por ter sido explorado de forma não muito detida durante a entrevista) e demonstram uma sutil, ou pouco revelada, insatisfação quando consideram o que eles poderiam estar realizando nos lotes se tivesse sido possibilitados a eles o acesso aos créditos agrícolas via Associação dos Ex-alunos da CFR e demais projetos apontados como perspectiva de concretização após o período de estudos na escola.

terra que não era muito boa, que não produzia cacau [...] então eles passaram por essa formação geral de conhecimento e passaram a mudar isso [...] (Lideranças local/CFR. Ex- coordenador da CFR).

É ainda mobilizando o *capital cultural*, institucionalizado pelos saberes escolares e técnicos de cunho ‘ambientalizado’, que estes *jovens*, em geral, definem a si mesmos bem como às mudanças na relação com o pai no trabalho agrícola. Este após a escolarização da CFR estaria sendo “planejado, mais assim na técnica”. Consideram-se “agricultores melhores do que os pais”, e supõem que, aliando o planejamento técnico e diversificação da produção aos esforços de trabalho, teriam melhor geração de renda, mesmo em lotes menores, bem como teriam um menor desgaste do corpo e da terra:

Eu me considero um agricultor melhor do que meu pai; olhe, eu **produzo mais e trabalho menos em uma área menor**, porque essa área aqui é meio lote [50 hectare] que o pai deu¹⁷⁰, era só pasto, eu tô recuperando e plantando cacau [...] a gente planeja mais assim na técnica; o pai era agricultor que trabalha pra se acabar e não produzia tanto. (Ex-aluno 20/CFR – 2ª turma, 30 anos. Pai: *Colono Pioneiro*).

Isso [a formação na CFR] repercutiu nessa melhora da produção, do planejamento da propriedade, enquanto a gente passou a planejar, porque o agricultor plantava lá, se não tava dando direito ele queimava lá e plantava de novo; o pasto não tava dando, arrancava o pasto e plantava capim, isso era falta de planejamento, que ele tem lá uma propriedade com 100 hectare. Então, outra coisa também, a desertificação da propriedade, o cacau não tá dando dinheiro, mas se você tem um pouquinho ali do gado, o gado tá dando, você tem o porco, você vai ter a galinha, você vai ter o feijão, vai ter o arroz, vai ter o milho, então vai fazendo esse montante aqui; no final, você tem uma renda que dá pra você se manter, se você tem uma monocultura a hora que a monocultura cair você cai também junto, então isso evoluiu muito.... [...] isso eles [os agricultores] incorporaram na sociedade através dos filho, desse vínculo, dessa discussão, então hoje tem-se um planejamento da propriedade: o que eu quero fazer, o que eu quero produzir, em que escala, não tem essa de eu ter 20 mil pé de cacau. Mas eu tenho que ter 10 que produza por 20, eu não tenho que plantar um alqueire de arroz, mas sim eu plantar 2 hectare e ela produzir, então isso eles incorporaram; muita família incorporou [...] e na minha propriedade, eu acabei virando um gestor. [Ex-aluno 2/CFR -1ª turma, 37 anos Pai 7- *Colono Pioneiro*].

Uma mudança também é percebida na relação entre os *jovens CFRs* e seus pais quanto ao trabalho na agricultura, motivada por uma certa autoridade que parece se situar naquele *capital cultural*, legitimando o “dialogar com o pai” nos processos de decisão relativos à propriedade familiar:

O que mudou [depois da CFR, no que se refere ao trabalho no lote], **debater sobre as coisas que tem pra fazer [no lote] antes de começar**. Antes a gente conversa primeiro aí.... Ele [o pai] fala a parte dele e eu falo a minha. **Antes [da CFR] não tinha esse debate**. (Ex-aluno 10/CFR – 5ª turma, 19 anos. Pai 6: 2ª Geração de *Colonos Pioneiros*).

¹⁷⁰ Este ex-CFR fez questão de mostrar durante a entrevista a outra metade do lote herdada por um irmão que não estudou na CFR e comparava-os, demonstrando um certo orgulho de seu zelo com o lote, que o irmão “está plantando capim só, não mora no lote...”, enquanto ele, além do cacau, estava formando um pomar ao redor da casa, tinha criação de abelha, etc.

Eu já! [em resposta se já utilizou algum aprendizado adquirido na CFR]. Planejamento que eu tinha e não fazia, planejar as coisas que era a coisa que a gente não fazia. [...] É, a gente tem que planejar as coisa, se não, a gente não vai pra canto nenhum [...] É assim, a gente [o *jovem CFR* e seu pai] planeja assim, todo ano nós senta e : “- não, vamo fazer o lote esse ano pra quê? É capim? Não. É pra quê? Plantar o quê?. É assim, o modo da gente trabalhar; mais no diálogo. (Ex-Aluno 1/ CFR – 1ª turma, 32 anos. Pai: *Colono Pioneiro*).

As intervenções destacadas (espontaneamente durante as entrevistas) pelos *jovens agricultores* na propriedade familiar vão ao encontro das características acima definidoras de como estes CFRs se vêem como agricultores e como conduzem sua relação de trabalho com os pais. Frisam, sobretudo, uma diferenciação técnica que alude à intensificação do uso da terra e a práticas agroecológicas e racionais no sentido de cálculos econômicos em que a ciência e a técnica são referências. Dentre as mudanças diferenciadoras das experiências técnicas tradicionais dos pais destacam: recusa ao uso do fogo, inseticida e adubos químicos; aplicação dos financiamentos bancários; maior ponderação entre custos e benefícios antes da tomada de decisões importantes como mudanças nos plantios permanentes e compra/venda de gado bovino, etc. Vejamos um exemplo desta diferenciação entre trabalho-uso da terra e relações no grupo doméstico:

[...] eu fiz meu pai não fazer mais algumas besteira que ele ia fazer e aí a gente começou a discutir junto o que ia fazer e eu aprendi a fazer tipo a clonagem, a esterqueira, ele não sabia, a gente começou a trabalhar isso [...] conseguir alguns contatos, estudava também o cacau pra gente poder clonar, agora é essa a nossa discussão [...] As besteira que ele fazia era tipo cortar o cacau de novo [o mesmo que havia plantado em área que anos atrás tinha cortado a pimenta quando surgiram pragas na produção], o cara tem que saber agüentar os prejuízos entendeu... ele queria derrubar uma época, fazer pasto, não deixei [...]. Aí a gente ia fazer um monte de coisas na beira do rio, a gente não fez mais, eu convenci ele; nós derrubamos, aí foi pra plantar açai na beira do rio, tava tendo uma questão de erosão, muitas mudanças assim. (Ex- aluno 8/CFR – 4ª turma, 22 anos. Mãe 2: 2ª Geração de *Colonos Pioneiros*).

Esta relação de diálogo mediado pelo saber escolar/técnico e ‘ambientalizado’ teria sido construída não sem conflitos entre pais e filhos, típicos de uma forma societária em que a tradição e uma racionalização social em curso se encontram também nas práticas de trabalho do grupo doméstico:

Um pouco [em resposta se o pai resistia às sugestões técnicas do filho]. Por ele ser... o costume dele era igual eu disse, a maioria acha que esses aprendizados, essas coisas inovadoras, nem sempre ele acham que é certo. Acha que o que eles aprenderam com os pais deles e com os vô é que sempre vai ser o certo [...] Mas meu pai também ele era bem, ele entendia bastante. Para algumas coisas ele não aceitava, porque na idade que ele já tava e o modo que ele vinha trabalhando já era acertado [...] (Ex-aluno 3/CFR-1ª turma, 33 anos. Pai: *Colono Pioneiro*).

Olha, tinha resistência, primeiro que era um projeto novo que nunca alguém tinha ouvido falar; segundo era as condições que não tinha as famílias; um outro fator também que era um modelo de educação que a gente não conhecia [...]. Isso era geral dos alunos, porque todos os pais eram agricultores e eram tradicionais. Então dizer pro meu pai que o jeito que ele tava criando boi era errado, ela já tava há 50 anos criando daquele jeito, né, então isso começou gerar uma barreira muito grande [...] (Ex- aluno 2/CFR – 1ª turma, 37 anos. Pai 4: *Colono Pioneiro*).

Uma gradativa desconstrução da resistência dos pais e, conseqüentemente, uma certa desestabilização da autoridade paterna pelos filhos, foi sendo mediada pelo importante acompanhamento, durante a escolarização¹⁷¹, dos monitores (técnicos agrícolas e agrônomos) e do “pessoal do LAET e da Universidade” – assim os *jovens* explicam – nas vicinias e nos lotes; bem como pela maturidade dos *jovens* em ir aos poucos introduzindo as inovações e conquistando a confiança dos pais. Seguem algumas descrições deste processo de legitimação dos *jovens agricultores* advinda do conhecimento escolar e da autoridade técnico-acadêmica dos agentes envolvidos na socialização via CFR¹⁷²:

[...] O que que a gente fez? Eu mesmo pra quebrar esse ritmo: “- então o senhor vai, nós vamos plantar um hectare do meu jeito e o senhor continua plantando a sua”, daí a gente começou a mostrar o resultado, aí sim eles foram incorporando e dizendo: “realmente a sua produziu mais, desse jeito colhe mais, com essa semente melhorada colheu mais.” [...] Isso também foi feito em conjunto, por que? A gente tem um chamado Caderno de Alternância que a gente levava pra propriedade que era os pais que respondiam [...] Na segunda-feira, quando a gente chegava pra alternância, era Colocação em Comum [...] cada um ia dizer a dificuldade que teve pra responder as perguntas, o que é que o pai achou, as respostas que os pais trazia e a gente fazia uma junção disso e a gente tinha elementos pra discutir quem tava errado, quem tava certo, quem realmente tava resistindo. A Visita também dos monitores [...] na propriedade, isso também quebrou muito esse vínculo com as famílias, porque o monitor chegava lá fazendo isso, então isso também quebrava um ritmo daquela resistência das famílias, né, da tradição [...] (Ex- aluno 2/CFR – 1ª turma, 37 anos. Pai 4: *Colono Pioneiro*).

Um traço característico do trabalho agrícola dos egressos da CFR que vai ao encontro dos interesses dos pais e das organizações envolvidas na socialização destes jovens (sobretudo do STR, MDTX/FVPP e LAET/UFPA) diz respeito à incorporação da ciência em suas práticas de trabalho. Esta se afigura como um dos principais instrumentos

¹⁷¹ Este acompanhamento fora feito também após a escolarização até por volta da 3ª turma, sobretudo no acompanhamento de produção de mudas em viveiros comunitários, como parte das ações de pesquisa do LAET. A finalização deste acompanhamento, bem como a não continuidade do mesmo nas demais turmas, é sempre lembrado pelos pais e pelos *jovens* como uma espécie de abandono das famílias pelo “pessoal do movimento” ou o “pessoal da universidade” que “não vem mais aqui”.

¹⁷² Silva (2009) observou, no contexto da CFR de Santa Maria das Barreiras, outro elemento importante para a incorporação de mudanças nas práticas agrícolas nos lotes a partir dos aprendizados dos filhos: o envolvimento dos pais na dinâmica pedagógica na CFR, sobretudo a contribuição dos mesmos a partir de seus saberes durante as aulas quando passavam períodos na CFR. Este processo, segundo analisa aquela autora, também é uma forma de respeito à relação geracional. Certamente a presença física dos pais na CFR da Transamazônica, destacada por vários pais e lideranças, foi importante na desconstrução das resistências acima relatadas dos pais em relação ao saber-poder que parece representar o conhecimento escolar/técnico incorporado pelos *filhos CFRs*.

possibilitadores de uma relação com a terra e o trabalho agrícola orientada por uma ética ambiental e por uma lógica de planejamento ou gerenciamento do lote que parece responder às necessidades de intensificação das atividades agrícolas e ao uso sustentável da terra, com a preservação da floresta e das águas enquanto principais recursos naturais do lote. Definidas estas atividades intensivas na agricultura, como as que “[...] maximizam a renda, o uso do trabalho e o capital por unidade de área [...] em primeiro lugar, os cultivos em relação à pecuária.” (SABLAYROLLES; ROCHA, 2003, p. 192).

Há, porém, uma diferença nos itinerários de uso da ciência e da técnica na intensificação da produção agrícola: os *jovens* de famílias *tipo 1* e *3* (com melhores condições econômicas) apresentam em maior quantidade e qualidade aquelas práticas; diferentemente dos *jovens* de famílias *tipo 2* e *4* (com menores condições econômicas). Vejamos no cálculo econômico de exploração da propriedade agrícola de um dos *jovens (tipo 1)* como estes mobilizam o saber técnico/escolar no planejamento e gerenciamento do lote:

Cara, eu acho que foi 100% [...] quando saí da Casa Familiar Rural, você sai com outra visão da forma de fazer agricultura, de aproveitamento da propriedade [...] agora a gente tá trabalhando com a melancia quadrada, isso tudo eu comecei na Casa... agora tô colocando em prática a forma mais certa de podar o cacau, colocando mais pra produzir cabeça de gado purificada; deixar a beira do rio, tentar reflorestar onde é que tá desmatando. Eu não sabia de nada, nem queria aprender [...] Colocando assim em prática a época mais certa de podar o cacau... a questão de pouco nível ou não de aração, tentar tocar na mecanização [...] a área, é uma área de irrigação, só que essa área tipo, tem sido... agora provavelmente a gente vai usar cacau pra gente, tipo clonar cacau [...] aí a gente vai usar serragem de gado, porque é um sistema que tem cuidados muito especiais, aí sempre planta milho, feijão, melancia, tudo nessa área. (Ex- aluno 8/CFR – 4ª turma, 22 anos. Mãe 2: 2ª Geração de *Colonos Pioneiros*).

Os *jovens* oriundos de famílias com menos condições econômicas, e mesmo os *jovens* oriundos de famílias *tipo 1* e *3*, que moram com os pais no lote da colonização, avaliam que têm o saber técnico e a habilidade profissional adquiridas na CFR para aplicá-los nos lotes. Porém, lhes faltam recursos financeiros para o fazerem, considerando a precariedade dos solos e o limite da reserva legal de florestas (em muitas situações já ultrapassado) no lote paterno. A proximidade com a *cidade econômica*, pela compra de chácaras de terra roxa, figura nos cálculos econômicos e projetos de futuro dos *jovens* como um horizonte possível para pôr em prática os saberes (fundados na ciência) e técnicas para intensificação da agricultura de cunho ‘ambientalizado’. Vejamos o depoimento de um *jovem* solteiro que mora e trabalha no lote paterno:

Eu considero que coloco em prática o que eu aprendi só 5%. Lá [na CFR] a gente aprendeu muita coisa, a gente aprendeu a mexer com porco, piscicultura, mexer com

galinha e nada disso a gente pode fazer [...], falta dinheiro; se a gente pudesse investir, eu tenho certeza que eu dominava. Eu ainda tenho plano [...] Eu tô com vontade de comprar, investir agora, pra ver se compro uma terra pra mim, nem que for meia tarefa [equivale a 1500 m], 5 alqueires. Eu quero comprar perto de Medicilândia, perto da cidade, eu tenho vontade de mexer com viveiro de mudas e horta, o que der pra plantar em negócio de horta, pepino, melancia, porque aí, perto da cidade, facilitava o transporte [...] sendo um raio de 5 km, dá pra ir de moto. Se eu tiver condições de comprar lote grande, que preferia, pra plantar cacau que dá bem [...] (Ex-aluno 13 / CFR – 1ª turma, 33 anos. Pai 8: *Colono Pioneiro*).

As condições que geram na Transamazônica estas percepções diferenciadas¹⁷³ do uso dos recursos naturais, sobretudo considerando que as práticas sócio-econômicas de cunho ‘ambientalizada’ que se revelam entre os *jovens* que reúnem escolarização e renda no campo, não diferem de outros contextos nacionais e internacionais, a exemplo da construção social da questão ambiental entre os ingleses no início da época moderna, que se deu a partir da sensibilização com a natureza entre segmentos sociais como cientistas, intelectuais e puritanos moralistas (católicos e protestantes) (THOMAS, 1988). Fuks (1998) destaca que a construção da preocupação pública com o meio ambiente na sociedade brasileira deu-se em uma base empírica que associava: um público sensibilizado que reunia em suas condições de vida os maiores níveis de escolaridade e boa renda, de um lado, e o interesse e a mobilização em torno da proteção ambiental, de outro lado. Assim, as características da relação dos *jovens CFRs* na Transamazônica com a natureza corroboram o fato de que o meio ambiente, como ponderam aqueles autores, não se apresenta como questão relevante – ou como um problema social – para as classes que ainda não têm asseguradas as condições básicas de sobrevivência; ainda que em grupos extrativistas, por exemplo, a preservação da natureza seja um poderoso trunfo para as lutas em defesa de seu modo de vida.

Ainda que os *jovens* com menos condições econômicas apresentem uma preocupação ambiental, destacam que a situação do lote e os recursos financeiros que dispõem não lhes possibilitariam outras práticas agrícolas. O cálculo econômico empreendido pelos *jovens agricultores* oriundos de famílias *tipo 2 e 4*, portanto, em muito diferencia-se da citada anteriormente, quanto a uma ética ambiental e ao emprego da ciência no gerenciamento do lote:

¹⁷³ Refiro-me às diferenças na relação homem-natureza tanto entre as práticas dos *jovens CFRs*, quanto à diferença entre as percepções e práticas destes *jovens* em relação a seus pais que, recorrentemente, associam a floresta ao mato (como algo sem valor e/ou que desvaloriza a propriedade); representação em muito incentivada pela lógica desbravadora da colonização na Transamazônica na qual os próprios servidores do INCRA e demais órgãos públicos – como destacam os *pais CFRs*, a exemplo dos demais agricultores da região – incentivavam a derrubada da floresta como demarcação da posse da terra e como sinônimo de benfeitorias que resguardava direitos aos colonos (em muitas situações de conflitos, por exemplo, a derrubada efetivada era uma espécie de garantia da posse da terra).

Aqui só tem gado mesmo, na base de 110 cabeça, mais ou menos, mais o cavalo; é só um lote [100 hectares]. **O lote tá todo aberto, a mata acabou toda, só tem um pedacinho... vou tirar logo, acabar tudo...** E aqui **nós ficamos numa área muito ruim, a terra muito arenosa**; meu irmão mais velho¹⁷⁴ plantou até um cacau lá, mas não compensa não, é muito difícil [...], **lavoura branca só mesmo pra manutenção. O gado a gente vende quando precisa, vende pra manutenção dele também**: vacina, sal mineral, essas coisas. [...]. Financiamento, o primeiro que o pai fez foi em 94, FNO, não sei como tá essa conta; meu irmão [o primogênito] também tirou um financiamento, o PRONAF D, pra gado também, mas vendeu tudo, comprou carro [...] **Nós tem plano de comprar outro pedaço de terra, plantar cacau**. Aqui, quando o pai era vivo, plantemo muita pimenta, mas não sei, o clima mudou e só dá doença. (Ex-Aluno 16/ CFR – 1ª turma, 36 anos. Pai: *Colono Pioneiro*).

Nas práticas sócio-profissionais atuais, as chácaras de terra roxa ou mista e o cacau afiguram-se como uma espécie de ‘sonho’ entre todos os egressos da CFR e ao mesmo tempo como condição de possibilidade para a efetiva prática agrícola com aquelas características enfatizadas na formação da CFR. Nelas se projeta principalmente a plantação de cacau – que afigura tratar-se de uma espécie de “conta bancária” no sentido de garantir a estabilidade financeira para os *juvens agricultores*, ainda que com dificuldades. Projetam ainda o cultivo de hortaliças para a venda na cidade, dentre outras formas de agricultura para subsistência apenas. Nos lotes de terra mista, é comum os *juvens CFRs* e suas famílias estarem apostando atualmente no plantio de cacau (nas faixas de terra roxa) com a esperança de que venha a produzir para a garantia da estabilidade financeira, nestes casos, o gado é que ainda se afigura como a “conta bancária”. A pecuária apresenta-se em menor ocorrência entre os *CFRs*, principalmente enquanto projeto de futuro, (ainda comum entre os demais agricultores), sendo, porém, mais aceita entre os *juvens* oriundos de *famílias CFRs* “– econômicas”, como se viu anteriormente. Na lógica ou cálculo econômico dos *juvens agricultores*, a pecuária ficaria reservada para lotes maiores e de terra ‘branca’; a terra roxa, segundo os entrevistados, “não compensa estragar com gado e pasto”. Vejamos a possível configuração destas representações nas lógicas de usos da terra, abaixo descrita, em que se percebe que a maior ou menor incorporação da intensificação e da ‘ambientalização’ nas práticas agrícolas tem uma relação direta com as condições econômicas das famílias e não apenas com os conhecimentos técnicos:

Rapaz, hoje aqui nesse travessão [115 norte – PA Surubim] é gado, não tem outra atividade não, é a pecuária mesmo, **tem aqui muito colono que tem o seu cacauzinho, que nem nós tem, tem muitos aí que tem quatro, cinco mil pés de cacau, mas só dá mesmo pra manter as despesas da família**; negócio de comprar alguma coisa mais pro futuro você não consegue [...] **o cacau é pra manter a**

¹⁷⁴ Este mora em Imperatriz (MA) onde é empregado; apesar da distância, o mesmo mantém no lote além destes plantios, cabeças de gado bovino sob os cuidados do irmão CFR (o segundo da família). No lote, moram além do CFR com sua esposa (casados há dois anos), a mãe viúva, um filho de 15 anos, a filha divorciada e dois netos, bem como três irmãos com suas esposas e filhos.

família, porque produz pouco; não é como na terra roxa que com cinco mil pés de cacau você tira cinco tonelada, aqui não, aqui você com cinco mil pés de cacau, você tira mil, mil e quinhentos quilos de cacau, cai um terço a produção da terra roxa, e aí só dá mesmo de manter [...] ninguém tem muita área pra plantar muito, é pedacinho pingado pra aqui, pra lá, isso de uns dois anos pra cá [...] que de primeiro não, há uns cinco anos atrás era arroz e gado; **agora o arroz acabou que num vale mais nada e agora passou pro gado e a maioria aqui dos vizinho é gado, ninguém mexe com outra coisa** [...] a **dificuldade maior pra gente aqui tem hora que é a estrada, você pensa muito no que você não pode produzir** ou que pode e prevê o tempo de vender... **aqui você não pode produzir uma fruta, o que você tem que colher hoje e vender amanhã** que aqui você não sabe o dia de amanhã, aí fica difícil pra gente, tem que trabalhar mais em cima de **negócio aqui que é produzir arroz, mais é arroz, feijão, só que arroz não compensa plantar pra vender, só pro boião** mesmo. (Ex-aluno 9/CFR-1ª Turma, 31 anos. Pai 3: *Colono Pioneiro*. Família de orientação: *tipo 1*).

Os projetos de permanência no campo, tendo as chácaras como esperança para melhoria das condições de trabalho e renda, também se justificam nas representações dos *jovens agricultores* pelo acesso à *cidade econômica* com menos dificuldades, principalmente para os seus filhos, representada pelos serviços urbanos como saúde, escoamento e venda da produção e escolarização dos filhos para além da 4ª série do Ensino Fundamental. Com exceção de 2 *ex-CFRs* (famílias *tipo 4*), os demais desejam que seus filhos sejam agricultores (ou que não se distanciem do campo) porém com estudo (projetam para os filhos o Ensino Superior).

As transações com a terra (como o desejo de que os pais vendam o lote da colonização; a perspectiva de comprar chácaras de terra roxa ainda que com área menor; a compra de lotes mais próximos da cidade, etc.) parecem ser influenciadas pelo tipo de uso da terra que estes *jovens agricultores* têm incorporado: a experiência técnica, a lógica de trabalho (fundada na racionalização da gestão para melhoria da geração de renda) e uma ética ambiental – dificultada senão impossibilitada nos tipos de lotes distantes da cidade, sobretudo por não se ter a infra-estrutura e o capital econômico suficientes no campo. Também parecem ser influenciados pela diminuição de força de trabalho que se projeta nestas famílias de reprodução dos *CFRs* (têm em média entre 1 a 2 filhos e pretendem não ter mais que isto).

Assim, as transações com a terra – em geral vistas de forma negativa pelos *pais CFRs* e por algumas lideranças locais, principalmente pelo investimento/expectativa maior na produção de cacau do que de alimentos¹⁷⁵ –, bem como a racionalização da gestão do lote e

¹⁷⁵ Apesar de uma certa avaliação negativa desta tendência, as mesmas pessoas e até os *jovens CFRs*, também avaliam que a região e o município de Medicilândia – considerando a relação de consumo e venda de produtos da agricultura – não oferecem possibilidades para a produção de alimentos e frutas pois: “todo mundo, mesmo os comerciantes você vê que tem um lote, uma fazenda, uma chácara, e se não produz um arroz, feijão, vendem e compram por um preço muito baixo, então não compensa plantar pra vender. Você vai numa lanchonete dessas aí em Medicilândia, Altamira e olha nas mesas: só refrigerante! Não se vê um suco, uma salada de frutas... então pra que produzir muito, se não vai ter quem comprar? (Liderança Local/STR).

profissionalização dos *jovens*, situar-se-iam numa dinâmica de novas estratégias destes *jovens* para permanência no campo. Assim, estas trajetórias dos *jovens CFRs* após a escolarização não configurariam um processo de urbanização – como compreendem alguns estudos (SARTRE, 2002) –, e nem um processo de perda da condição camponesa, como sugerem muitos dos debates na academia.

As falas a seguir (de um ex-aluno que mora com os pais no lote de colonização e de um ex-aluno casado e que comprou chácara com parte da renda obtida com a venda do lote paterno, dividida entre os irmãos¹⁷⁶) são exemplares desta identificação com o campo, enquanto retorno importante da CFR, em geral expressa de forma espontânea pelos *jovens* durante as entrevistas, principalmente entre os *CFRs campo* e *Campo-cidade*, quando se reportam ao que consideram mais importante ter aprendido na CFR:

[...] eu pensava de sair pra fora porque aqui tava difícil né, daí veio a Casa Familiar, daí eu entrei dentro, aí mostrou que a gente tava no lugar certo, mas a gente não sabia era aproveitar né aonde a gente tava, o lugar da gente, que sair pra fora é muito difícil. Depois eu fui ver e era verdade mesmo, que aqui a gente tem terra, tem tudo a gente fica se mal dizendo... então pra mim a Casa Familiar foi bom nesse sentido de trabalhar a agricultura, trabalhar junto com a família e tudo... me ajudou bastante, mas se não fosse a Casa Familiar mesmo, eu acho que não tava hoje por aqui não, tinha saído fora. (Ex-Aluno 1/ CFR – 1ª turma, 32 anos. Pai: *Colono Pioneiro*).

Mudou assim, às vezes, é aquilo que eu falei, antes de eu estudar na CFR, eu sonhava, pensava de ir pra cidade né, depois que eu estudei lá, que eu passei a valorizar mais a terra, que eu mudei essa ideia de querer arrumar emprego essas coisa [...] eu achava que talvez a terra não era tão importante, aí, depois que tive esses conhecimento lá, eu passei a valorizar mais a terra [...] Pensava que a gente poderia viver sem a terra, com esses três anos de estudo lá, eu vi que tudo sai da terra, tudo depende da terra [...].(Ex-Aluno 11/ CFR – 1ª turma, 35 anos. Pai 1: *Colono Pioneiro*).

Entre os *CFRs cidade* a representação em torno da terra e do *lugar* da mesma no modo de vida destes *jovens* aproxima-se mais de uma espécie de “fonte de renda” e sugerem projetar na agricultura uma “garantia de futuro”, portanto não venderiam a terra que possuem:

Na área da agricultura é, tipo assim, querer produzir pra vivermos [em resposta ao que ele considerava como sua profissão, se eletricitista ou agricultor]. Até porque o município é uma fonte de renda tá entendendo? Tem a agricultura, tem a faculdade, pra montar o seu próprio negócio porque tudo é futuro. Tem exemplo aqui, o Hélio Trevisan, ele é uma das pessoas mais experientes do município, agricultor importantíssimo mesmo. Ajuda a gente. Explica tudo. Ele não é formado, mas é um cara muito experiente. [...] Rapaz, eu digo que não [em resposta se venderia o lote]. Ninguém sabe o que vem pela frente. (Ex-aluno 4/CFR – 5ª turma, 24 anos).

¹⁷⁶ Os demais irmãos que receberam parte da herança não compraram terras, mas casas na cidade ou motos.

Ainda com este tom mais empreendedor quanto ao uso da terra e sua relação com o campo, desenha-se entre os CFRs que moram e trabalham na cidade uma identificação¹⁷⁷ com a condição camponesa, se se considera que esta condição se define pela ligação física e de representação, bem como pelas motivações envolvidas ou não em uma coletividade camponesa (MENDRAS, 1978).

4.3.2 A condição camponesa exterior ao grupo doméstico: as posições na coletividade local

Quanto às posições sociais dos *jovens agricultores* na rede de relações constitutivas do campesinato, nas três tipologias, observam-se interações com vizinhos e parentes, seja na troca de serviços, seja nas orientações técnicas já descritas, seja ainda na participação destes *jovens* em programações das comunidades vicinais como festas (de padroeiro, juninas, etc.), reuniões promovidas pelo STR, torneios de futebol, que em muito se assemelham ao arranjo configurador da condição camponesa descrita por Mendras (1978, p.245). Isto é, uma estrutura de relações sociais na qual os agentes estão ligados por interação bilateral de conhecimento e têm consciência de ser conhecidos, constituindo um grupo ou uma coletividade de interconhecimento que enseja a pertença dos seus agentes.

Esta sociabilidade camponesa extra grupo doméstico, na qual se desenham traços de uma forma social comunitária, vem, na avaliação dos *jovens agricultores*, sendo menos intensa hoje, em relação ao período anterior à CFR. Apontam como causas, por um lado, o fato de estarem casados ou responsáveis pelo lote, o que lhes toma tempo. Por outro lado, sugerindo um quadro típico de racionalização social nas comunidades vicinais, apontam, tanto a diminuição das ações comunitário-religiosas, que se traduziria em uma “queda da comunidade”, quanto a ausência de ações das organizações sociais/sindicais, principalmente no que se refere às expectativas pretéritas dos *jovens agricultores* de terem sido inclusos em ações específicas das organizações sociais/sindicais que lhes garantiriam acesso à créditos agrícolas, financiamentos etc., a exemplo da Associação dos Ex-alunos da CFR, iniciada/ensaiada por volta da terceira turma, que porém nunca teria recebido o apoio necessário das organizações para se efetivar. As trajetórias de participação social e política do ex-aluno abaixo, a exemplo das narrativas dos demais *jovens agricultores*, com exceção dos

¹⁷⁷ Uso ao longo do texto os termos identificação para falar da identidade social, considerando-se a inseparabilidade entre ambos, pois na construção da identidade, têm-se processos de identificação (HALL, 2007, p. 106), ou seja, não há fusão ou ajuste total entre indivíduos e grupo, a identificação perpassa pela fidelidade, solidariedade entre o indivíduo e o grupo. Sugere “algo sempre ‘em processo’”, pois ela é um “[...] processo de articulação, uma suturação, uma sobredeterminação [ou uma falta] e não uma subsunção” (Idem).

CFRs mediadores *dirigentes* (que tiveram oportunidade de atuar em programas e projetos das organizações sindicais), ilustram as questões acima abordadas:

Só da igreja [católica] mesmo eu participava [depois da CFR], aí depois que **a igreja acabou aqui na nossa comunidade, eu não participei mais de nada não [...]**. (Ex-aluno 13 / CFR – 1ª turma, 33 anos. Pai 8: *Colono Pioneiro*).

Da comunidade... fazia [parte] **de tudo eu faço, tinha que resolver alguma coisa, nós juntava e ia; tinha um Grupo de Jovem, era bem nosso Grupo de Jovem, era forte...** naquele tempo há dez anos, **passou dez anos mudou muita coisa né**, daí todo mundo participava aí depois começou de **um pro canto o outro pro outro** e aí a **direção também parece que acabou [...]**, bom eu me senti assim como não valia mais nada [...] Valendo assim, porque naquele tempo né, **todo mundo sabia, que falava em Casa Familiar, sabia que tinha um grupo de jovens interessado em alguma....** e daí **a partir que a gente saiu [da CFR], que veio, que tava muito entusiasmado** com muitas coisa né, **com o projeto** e tudo e daí começou empurrando com a barriga, era a associação, daí veio o sindicato também, só que o pessoal do sindicato não; mais era o pessoal do movimento que interferiu muita coisa [...] o movimento... a Fundação [FVPP], naquele tempo se chamava movimento [...] aí **começou aquelas brigaria velha [...]** **porque nós se preparou pra dar seqüência dentro da Casa** e essa seqüência até hoje não aconteceu [...] **seqüência de estudo e de participação também em termo de associação, de ser presidente de alguma coisa, de assumir algum cargo um dia [...]** **Parei foi com tudo de vez lá da comunidade, de participar em termo de associação** [referência à associação tanto de Pais da CFR, quando dos Ex-alunos da CFR, a qual teria vigorado, ainda que não registrada, até 2001], nós vinha de vez em quando pra representar a associação [...] **tinha muita possibilidade da gente conseguir alguma coisa e questão de financiamento também e aí depois começou empurrar...** sentemo várias vezes pra discutir projeto pra nós... possibilidade de tirar projeto, financiamento pra gente trabalhar, mas só que nunca saiu do papel [...] Rapaz... **tem hora que dá vontade de voltar** [a participar], **a gente vê as coisa se acabando** e ninguém liga mais pra nada, **daí a gente é mais velho, a gente sente certa culpa também**, mas nem é tanto culpa, como a gente tá dando uma reposta do que fizeram pra gente, então não sei, eu sinto assim. (Ex-Aluno 1/ CFR – 1ª turma, 32 anos. Pai: *Colono Pioneiro*).

É ainda na relação dos *jovens agricultores* com as organizações sociais/sindicais que se revelaria – a exemplo da fala acima – influências de uma racionalização social em curso, configurando interações societárias fundadas em uma legitimidade política do tipo racional-legal, das regras, acordos estatuídos e interesses, sobretudo econômicos (WEBER, 1991, Vol. I). A quantidade de *jovens agricultores* sindicalizados, por exemplo, considerando-se o tipo de escolarização que tiveram e nela a influência direta das organizações sindicais, é relativamente baixa: 52% dos *ex-CFRs* (16 casos dos 31 entrevistados). Percebe-se, entre os entrevistados, que ser sindicalizado guarda relação direta com dois fatos, os quais parecem interagir com um tipo de rotinização racional em curso nas relações dos agentes do campesinato com suas organizações representativas: a) o primeiro seria a relação entre ter terra própria e ser sindicalizado, assim estaria influenciando aquela composição de 52% de *ex-CFRs* sindicalizados a situação dos *jovens* solteiros e dos casados que não têm terra própria e moram com os pais (sindicalizados); b) o segundo refere-se à relação entre o nível de

envolvimento direto nas organizações sociais e ser sindicalizado, entre os *CFRs* solteiros (12 casos dos 31 entrevistados), por exemplo, 8 não possuem terra própria e destes, apenas 3 são sindicalizados, os mesmos que ocupam a posição de mediadores *dirigentes*. Os solteiros que possuem terra própria (4 casos entre os 12 solteiros da amostra), 3 são sindicalizados, destes, 2 são mediadores *dirigentes*. Entre os *CFRs campo-cidade*, apenas 1 (que não possui terra) não é sindicalizado. Dos mediadores *dirigentes*, casados ou solteiros, todos são sócios do STR, mesmo os que não possuem terra própria. Entre os *CFRs cidade* nenhum é sindicalizado, nenhum destes possui terra própria.

As motivações apontadas para associar-se ao STR são, principalmente, o acesso a apoio financeiro em casos de acidentes, aposentadorias, etc. O STR, nas representações destes *jovens*, figura como o mediador entre os colonos nas vicinais e o acesso à *cidade política*, e nela a inclusão às ações do Estado no que se refere aos direitos representativos da cidadania formal.

Condizente com um tipo de interação societária destes *jovens* com as organizações representativas do campesinato estaria uma espécie de adesão à participação direta nas mesmas através de cargos, funções, evocando uma situação de institucionalização do carisma. Na avaliação dos *jovens* (das quatro tipificações), esta institucionalização explica-se pelo arrefecimento da ação do STR ou por sua relação cada vez mais institucionalizada com os agricultores – ratificando a idéia da “queda das comunidades” acima referida. Destarte, o STR, assim como as demais entidades que com ele atuam em parceria (MDTX/FVPP), teria deixado de realizar o trabalho de politização, mobilização nas vicinais através de palestras e reuniões. Contraditoriamente, senão de forma ambígua – condizente com o processo de racionalização social em curso –, na avaliação dos *jovens CFRs*, é este papel institucional do STR que o faz ser ainda uma referência de organização social no campo, mais do que a Igreja católica. Vejamos alguns exemplos das representações em torno da relação política (ou seja, relações de defesa de interesses coletivos) dos egressos da CFR:

Aqui teve muito [referência à atuação do STR na vicinal], ele [o STR] já teve mais forte; hoje ele participa bem porque **ele é um dos órgãos que incentiva muito os agricultores e ajuda também porque em termo de qualquer tipo de acidente ou de ‘chegou o período de se aposentar!’**, o STR é o que está sempre na frente, ajudando, encaminhando. Qualquer tipo de benefício do governo, **hoje pro colono conseguir qualquer tipo de benefício, é através do STR**, apesar dele não vir... apesar do Sindicato não tá que nem antigamente: eles vinham dar palestras, eles vinham dar explicação aqui dentro, reunião e tal, eles não tão fazendo isso mais. Mas a sede mesmo na cidade ajuda muito porque qualquer tipo de benefício que o colono precisa do governo é através do Sindicato, o Sindicato sempre procura ajudar, procura incentivar [...], então hoje **ele é um dos órgãos que tá bem ainda, tá ativo; inferior à igreja porque o Sindicato ele tem outra**

função, então ele atrai mais o agricultor do que a própria igreja, porque a própria igreja ela não tem esse objetivo, não tem uma organização pra ajudar, eles sempre incentiva e tudo, **mas já o Sindicato ajuda mais** porque ele sempre tá procurando mais outro tipo de ajuda. (Ex-aluno 9/CFR – 1ª turma, 31 anos. Pai 3: *Colono Pioneiro*).

Do sindicato **eu sou sócio** [...] Porque **se eu precisar de algum benefício vai ter... já tô sócio já,** porque quem não é sócio, é mais difícil conseguir [...] Tem um ano. **Reunião eu não tenho nenhuma ainda [...] pretendo ir pras reunião pra ficar informado.** (Ex-aluno 10/CFR – 5ª turma, 19 anos. Pai 6: 2ª Geração de *Colonos Pioneiros*).

Do ponto de vista qualitativo, no entanto, observa-se que nas representações destes *jovens*, há uma espécie de cobrança moral por não serem associados ao principal órgão que lhes representa e por considerarem que não participam nas ações coletivas tanto quanto o esperado. Observa-se também que – tal como os *pais CFRs* –, os *filhos CFRs* mobilizam o pertencimento à categoria de trabalhador rural e, por extensão, o pertencimento ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais como definidor do ‘ser agricultor’ (além do tipo de propriedade agrícola quanto à quantidade de terras e o que se produz nela); havendo uma identificação política destes *jovens* com aquele importante ator social na trajetória histórica do grupo:

Por exemplo é diferente [sobre a diferença entre caucaicultor e agricultor], porque o dono desse lote aí [referência ao patrão cacauicultor para quem trabalha como “porcenteiro”], **ele não é sócio do sindicato dos trabalhador, é dos produtor rural, só que ele é mais do lado dos produtor, porque ele tem noventa mil pé [de cacau]** [...] (Ex-aluno 11/CFR – 1ª turma, 35 anos. Pai 1: *Colono Pioneiro*)

Eu não vou mentir, **pra esse lado eu sou desleixado** [em resposta se acompanhava as ações do STR], **eu acompanho assim... porque sempre eu tô lá [no STR], eu converso com eles quando eu vou pra cidade [...]; mas dizer assim de participar ativamente não,** eu tenho contato com eles mais assim através de **conversas mesmo, mas fora de assembléia, fora de reunião** [...] esse movimento todo **pra você participar disso tudo, tudo sai do seu bolso, você num tem retribuição,** se você vai daqui pra Medicilândia, você gasta trinta reais de despesa, os trinta reais é seu, **aí você paga diária, paga despesa e quando você for somar isso tudo conforme o tanto de viagem que você fizer durante o ano, o seu lucro durante o ano foi todo através de viagem e cadê o retorno?** Aí fica difícil, aí foi quando eu deixei de participar mais da Casa ativamente [referência ao tempo que compunha a Associação de Pais da CFR]. (Ex-aluno 9/CFR – 1ª turma, 31 anos. Pai 3: *Colono Pioneiro*)¹⁷⁸

Eu não sou sindicalizado não; rapaz, eu tenho até vergonha, mas não sou [...] **porque eu sou trabalhador rural... o sindicato é um órgão que representa o trabalhador rural,** eu me considero um trabalhador rural, só que eu já fui lá duas vezes pra fazer minha ficha, tinha fila muito grande e eu tava muito ocupado [...] (Ex-aluno 13 / CFR – 1ª turma, 33 anos. Pai 8: *Colono Pioneiro*).

Segundo a avaliação dos agentes das organizações sociais/sindicais e comunitário-religiosas, há uma espécie de “déficit” na atuação política dos *jovens agricultores*,

¹⁷⁸ Este *jovem* é sindicalizado no STR.

especialmente no caso das turmas mais recentes. Ainda assim estes *jovens agricultores* estariam “ajudando no debate” e na organização no campo:

Olha, a primeira turma tem ajudado muito no debate; as outras turmas em menor quantidade, mas sempre tem um ou outro. Nas atividades da comunidade mais, com maior intensidade, são os das primeiras turmas [referência à 1ª e 2ª turma]. (Liderança Local/STR).

A relação dos egressos da CFR com as organizações sociais expressariam, ainda, representações típicas de um sentido comunitário, prevalecendo a percepção subjetiva de características comuns (WEBER, 1991, vol. 1, p. 268), que se revelam no recorrente sentido expresso pelos *jovens agricultores* (sobretudo, os oriundos das famílias *dirigentes*) de pertença ao mesmo grupo social. Por outro lado, a continuidade do grupo se daria através das conquistas, por meio da organização coletiva, nas quais se inclui a intervenção técnica da CFR como difusora de “subsídios para a agricultura”; bem como se inclui a atuação na *cidade política* como condição de possibilidade para a permanência do campesinato local. A posição de *destaque* credenciaria os *jovens agricultores* como agentes autorizados ou porta-vozes para atuar na luta política, para “buscar/conseguir melhorias para a região”. Assim, percebem-se características de atuação societária que se configuram nos interesses específicos motivados racionalmente, principalmente, econômicos. As falas a seguir ilustram estes possíveis sentidos comunitário-societários da posição política destes *jovens*:

Eu acho que a gente pode até dizer que avançou mais né, por que? **Nós tava numa região, se pegar a história dos movimento social aqui, a gente criou os movimento social não foi à toa, porque a gente tava realmente abandonado, do jeito que trouxeram a gente aqui em 71, 72, deixaram a gente aqui abandonado, e a gente não tinha assistência técnica, igual hoje a gente ainda não tem assistência técnica, tem os órgão mas ainda não funcionam bem, então a gente não tinha nada. Um outro problema seríssimo na nossa região: eu vim do nordeste, outro veio do sul, outro veio do Acre, outro veio da Amazônia, outro que veio da Bahia, se você pegar aqui em Medicilândia, tem gente de todo país, cada um trouxe uma cultura, cada um trouxe um jeito de trabalhar e esse jeito se implantou por aqui, cada um dizendo que tava certo, porque eles trabalhavam lá daquela forma né e isso a gente já tava aqui há 20 anos, sem uma assistência técnica, sem uma inovação, nada de inovação, aí a gente sabe que hoje a Transamazônica nós já tamo atrasado, em vista dos outros estado pra fora, 30 ano de atraso na agricultura, imagine naquela época o conhecimento era muito baixo, então, a nossa formação [na CFR] ela foi, pra nós foi riquíssima, porque a gente teve conhecimento, a gente teve sanidade animal, teve várias coisa que a gente dava direto, subsídio pra agricultura [...]** (Ex-aluno 2/CFR –1ª turma, 37 anos. Pai 7- *Colono Pioneiro*).

[...] eu acho [ao falar da necessidade de continuar estudando técnicas agropecuárias] que o **nosso município** tá carente de **pessoas qualificadas pra trabalhar** e pra **que**

o município suba de condição da agricultura. (Ex-aluno 4/CFR – 5ª turma, 24 anos)¹⁷⁹.

[...] muitos aí estuda pensando de ser juiz, ser coisa grande... mas eu não vejo esse lado; **eu vejo assim questão de organização** que eu acho que hoje em dia, hoje em dia não, pra vida, **se há muitos tempo tivesse uma organização melhor, o pessoal se unisse, as coisas se tornava mais fácil de conseguir as coisas** [...] tá puxando alguma coisa, **porque eu acho que tem que conseguir alguma coisa pro bem da gente da agricultura.** (Ex-aluno 11/CFR – 1º turma, 35 anos. Pai 1: *Colono Pioneiro*).

4.4 As turmas de jovens agricultores formadas e as percepções dos agentes acerca da trajetória e das finalidades sociais da CFR

Até 2007, em doze anos de atuação da CFR na Transamazônica, em Medicilândia se formaram cinco turmas. Foram 70 alunos concluintes, sendo que o número total de alunos matriculados soma 140, assim distribuídos por turmas:

QUADRO 9: TURMAS DA CFR/MEDICILÂNDIA

VIGÊNCIA DAS TURMAS	1ª TURMA Novembro de 1995 a julho de 1998	2ª TURMA Novembro de 1998 até início de 2001	3ª TURMA Início de 1999 até final de 2002	4ª TURMA Início de 2001 até final de 2004	5ª TURMA Novembro de 2004 até dezembro de 2007	TOTAL
ALUNOS CONCLUINTES	19	12	11	15	13	70
ALUNOS QUE INGRESSARAM	25	27	32	30	26	140
Nº DE EVASÃO (%)	24%	56%	66%	50%	50%	50%

Fonte: dados de pesquisa/2009

Aparentemente, observa-se um alto número de evasão escolar nas turmas, que se eleva a partir da segunda turma, permanecendo estável numa taxa de 50%. Comparado às taxas de evasão do Estado do Pará veremos, porém, que esta taxa da CFR é menor do que das escolas inclusas no sistema regular de ensino. Entre os anos de 1990 a 1994, por exemplo, os dados da SEDUC apontavam que apenas 4% dos alunos matriculados na 1ª série chegaram à 8ª série. Em Medicilândia a taxa de evasão de 4ª a 8ª série em 1995 era de 80% (MPST e LAET, 1995). Conforme se verá, as diversas paralisações das atividades por falta de recursos financeiros e/ou de monitores foram um dos principais fatores que construíram este número de evasão na CFR.

Em relação à faixa etária dos alunos que ingressaram na CFR, observa-se uma larga faixa que vai de 13 até 37 anos. Ocorre, porém, uma concentração nas faixas etárias de 14 a

¹⁷⁹ Este aluno e sua família de orientação chegaram em 1997 na Transamazônica/Medicilândia. Constituem o caso-exceção na amostra dos *pais CFRs* quanto aos tipos “*Colonos Pioneiros*” ou “2ª geração de *Colonos Pioneiros*”.

17 anos (46%) e de 18 a 25 anos (29%) e uma ligeira diminuição da idade dos alunos ao longo das turmas. É o que se observa no quadro a seguir:

QUADRO 10: FAIXA ETÁRIA DOS ALUNOS QUE INGRESSARAM NA CFR/MEDICILÂNDIA¹⁸⁰

FAIXA ETÁRIA	Nº DE ALUNOS					TOTAL ABS	TOTAL REL
	1ªTURMA	2ªTURMA	3ªTURMA	4ªTURMA	5ªTURMA		
-14	-	-	-	6	-	6	9%
14 a 17	6	8	7	6	5	32	46%
18 a 21	7	3	3	1	6	20	29%
22 a 25	5	1	-	1	2	9	13%
26 a 29	-	-	-	1	-	1	1%
30 a 33	-	-	1	-	-	1	1%
+ 34	1	-	-	-	-	1	1%
TOTAL	19	12	11	15	13	70	100%

Fonte: dados de pesquisa/2009

As avaliações dos agentes sociais sobre a trajetória de intervenção da CFR revelam a positividade da intervenção resumida em geral na *ideia-valor* de *formação*, que se encarna na posição de *destaque* ou distinção técnica e política dos *jovens agricultores* e, da própria CFR, enquanto escola. A esta *ideia-valor* de *formação* subjazem os seguintes conteúdos sociais: um conhecimento interdisciplinar mediado pela rede de atores envolvidos na CFR; a capacidade de engajamento na agricultura com habilidades e saberes técnicos; uma inserção no trabalho no lote dos pais e/ou em lotes próprios; e o engajamento nas organizações sociais. Expressa-se aquela *ideia-valor* nos projetos de vida voltados à agricultura, traduzida no conceito de que a “CFR prepara para a vida”, dada a formação fundada na disciplina de trabalho e estudos voltada “para a realidade” e o envolvimento das famílias nas ações coletivas na CFR e nas demais formas organizativas do campesinato. A fala abaixo resume esta positividade da intervenção da CFR, e também a ideia de uma *queda* na trajetória ou “[...] dificuldade da CFR avançar, uma queda das perspectivas, do sonho que o aluando, os colonos, pais tinham (Liderança local/STR)”, a qual se revelaria a partir da terceira turma:

A CFR deu uma volta de mais de duzentos graus na realidade de vida das famílias [...] Tinha um entusiasmo muito grande das famílias e os próprios jovens que não tinham uma formação voltada pra realidade deles para que se preparassem para a vida [...] **os jovens e os pais tinham euforia, vontade de que as coisas acontecesse** e o importante é que **preparava o jovem no conhecimento [...] conhecer a realidade nas localidades**, por exemplo iam conhecer o potencial de pimenta, cacau, café, tinha [...]. **Não era só na agricultura, tinha intercâmbio de conhecimento**, por exemplo, moagem de cana na usina, visitas em Altamira na polícia federal, na UFPA, na Fundação [...] **era uma formação geral, envolvia a**

¹⁸⁰ Os intervalos de faixa etária correspondem ao período que, em geral, aos alunos ficaram em Alternâncias na CFR, ou seja, 4 anos em média.

família e a comunidade num contexto geral de formação de conhecimento. Na época da criação da CFR as famílias que tavam à frente era uma coisa nova que tava chegando, os pais queriam fazer a reforma da Casa, traziam alimentação, **participavam mais até a terceira turma e daí já foi caindo um pouco, as primeiras lideranças foi mudando, as primeiras diretorias e aí foi baixando [...]** tem atendido as expectativas das famílias com certeza, na questão, por exemplo, **de um sindicato, uma associação não tinha sentido; estes jovens quase todos foram sindicalizados**, da 1ª, da 2ª, da 3ª turma e para ver a formação a CFR que tem o papel de... só com o primeiro grau **um aluno, só com essa formação, foi secretário de saúde** na gestão da Lenir [prefeita pelo PT], o Cesar, e não passou por outra escola, **é um exemplo da boa formação e o destaque da formação da CFR** (Liderança local/CFR).

Os aspectos favoráveis destacados acima coincidem com avaliações realizadas pela equipe do LAET em 1999. Em um levantamento feito junto aos pais, as falas destacadas revelam retornos positivos tanto no nível de desenvolvimento das habilidades dos filhos e sua identificação com o campo, quanto a uma melhor intervenção ou gerenciamento no lote. Seguem algumas das avaliações presentes no Dossiê Casa Familiar Rural (LAET, 1999, p. 15): “As famílias se conscientizaram de que devem fazer o planejamento conjunto e colocar os conhecimentos adquiridos na teoria em prática”. “Hoje meu filho cresceu e coloca o que aprendeu em prática com a família no dia a dia, ele sabe fazer uma horta orgânica, coisa que não sabia antes de vir estudar na CFR”. “Nós temos muita dificuldade em administrar, aprendemos a zelar melhor do gado, da pimenta e do café [...]”. “Antes de meu filho estudar era muito tímido, hoje, está animado e não quer sair da terra”.

As avaliações negativas ou duvidosas acerca do fato de que a CFR não estaria atendendo as expectativas dos agentes e famílias, presentes nas avaliações das lideranças, pais e alunos, apontam, como já mencionado, uma *queda* ou *enfraquecimento* a partir da terceira turma ou, em outros casos, também de forma recorrente, apontam esta *queda* a partir dos anos de 2000 a 2003, período que abrange o final da segunda turma e a vigência da terceira e quarta turmas. Os aspectos e os argumentos destacados pelos agentes, enquanto problemas no que se refere à dinâmica interna e externa à CFR, são os seguintes:

- a) Alunos muito *jovens*, sem engajamento e indisciplinados:

Os jovens até a 2ª turma em diante tinham envolvimento, participavam na comunidade; os outros têm, mas em grau menor, são pessoas mais novas, pré-adolescentes, doze, treze, quatorze anos (Liderança local/STR).

- b) Diminuição da demanda pela CFR, baixa participação das famílias na CFR e nas organizações sociais:

Então, o pessoal só precisa compreender isso, tem que ter fila, **a gente tem que escolher, como é que a pedra preciosa deixa de ser escolhida**, pra.... Não! há uma inversão muito grande [...] (Ex-Monitor 2/CFR).

O povo que entrou na CFR, que começou ali foi o povo do sindicato, o povo da cooperativa, da igreja, do movimento, na 1ª turma, na 2ª turma... **era uma ideia mais comunitária** e daí, **da 3ª turma e depois foi uma ideia mais barulhada**, foi onde começou causar descaminho, **monitor que não tinha sentido comunitário, coordenadoria que também pensava diferente**, porque **onde cria a organização é de dentro das igrejas e do sindicato é de onde sai a organização que é melhor comunitário, não tem divisão, depois que lança esse caminho de pegar pessoa solitária que pensa solitário a organização já não é boa mais**. (Pai 3 /CFR, 1ª Turma).

c) Constantes trocas de profissionais, não identificação dos novos monitores com a proposta da CFR, e não acompanhamento do *tempo-comunidade* através das Visitas de Campo:

Os **monitores das outras turmas** [referência às turmas a partir de 2000] em diante já **vieram de concursos, de outras regiões; teve atraso de remuneração; professores sem espírito de luta** e que vêm de outras regiões, em geral não colocam todo o esforço que a gente precisaria (Liderança local/STR).

[...] **teve essa rotatividade de monitores, é um problema, a insegurança desmotiva o monitor**, então você vai tá com um monitor desmotivado, e aí **um monitor desmotivado consegue ir pra sala de aula, mas ele não consegue chegar no campo**, se ele chegar no campo, **ele chega tão desmotivado que não compensa**, tá entendendo. Então, **o papel da direção é motivar os monitores, o papel do monitor, motivar as famílias; eu acho que precisa isso, entendeu**. Não questiono a competência das pessoas [...] (Ex-Monitor 2/CFR).

[...] até a própria agricultura que eu falei que foi boa, mas eu digo que **podia ter sido mais prática, foi muito teórica**, eu acho que o último ano e meio que os **monitores antigos saíram, complicou mais, os monitores primeiros são monitores daqui da Transamazônica**, nasceram, se criaram e estudaram aqui, então **é gente que conhece a nossa realidade**, nossa história, que esses últimos não teve [...] **às vezes dava aula teórica mas é só de papel que não bate muito com a nossa realidade** [...] (Ex-aluno 5 /CFR-5ª Turma).

d) Autoritarismo e um certo tecnicismo da equipe de apoio ou assessoria da CFR pertencente à FVPP (localizada em Altamira), distanciamento da UFPA, e com estes elementos uma suposta infidelidade aos princípios teórico-metodológicos da Pedagogia da Alternância:

[...] às vezes vinha uns projetos pra fazer e as pessoas que tava na frente pegavam pra si, então **eles não deixava declarado, uma coisa declarada, então eles queria dá ordem e é uma coisa que eu entendi quando eu entrei lá**, desde de quando eu comecei a conhecer... **não é uma coisa pra se dar ordem, era pra desenvolver entre os alunos**, eles não; queria fazer sozinho [...] (Ex aluno 6/CFR – 4ª Turma. 34 anos).

[...] daí **o monitor que vem pra aí, o Movimento manda e daí não é do jeito que a metodologia da Casa requer**; do jeito que eles passam lá pro monitor é uma coisa, quando chega aqui, a metodologia da Casa é outra. E daí já começa por aí da

própria Fundação que ela é a responsável pelos monitor e daí já começa o erro vim desde lá [...] (Ex-aluno 1/CFR – 1ª Turma. 32 anos)

Na Fundação tem três pessoas que trabalha na formação da Pedagogia da Alternância [...], agora, **Pedagogia da Alternância não se faz dentro de gabinete, isto que tinha de ir pro campo não existe isso. O campus** [referência à UFPA] **também esfriou**, a universidade contribuía muito (Liderança local/CFR).

Pra te dizer a verdade, a **quarta turma foi muito pouco [...]** e **depois disso a quinta turma então! Não foi acompanhada na casa** [referência às Visitas de Campo nos lotes das famílias], teve uma professora que foi a Simone ela andou em várias casas dessa turminha que tá terminando ainda, que não terminou; mas só foi aqueles momentos, nunca mais teve assim.... **A cada dia tá sendo normal, igual a um estudo fundamental**, aí por isso que acho que não soma muito, **se somasse se fosse aquela visita lá no lote que fizesse o aluno fazer experiência lá, pro professor ir acompanhar**, aquela semana que o professor fazia esse papel [...] (Mãe 2 – 2ª Geração de *Colonos Pioneiros* / CFR- 4ª Turma. Ano de Chegada: 1979).

e) Não acompanhamento dos alunos egressos, falta de incentivos com financiamentos específicos e assistência técnica para o desenvolvimento de projetos, ausência de certificação e não oferta do Ensino Médio na CFR¹⁸¹:

Aí na época, **pra conseguir um desses projeto, cada um tinha que ter um projeto baseado naquilo, mas aí precisava da associação pra ir lá**, pra conseguir esses dinheiro ser passado pela EMATER, os técnico e os alunos tinha que aprovar né, fazer todo um processo que era pra adquirir esse dinheiro. Quando nós terminemos o objetivo, eles falavam que ia ter, era uns projetozinho pra gente se formar e não sair do lote. **No caso, que nem muitos conseguiram nada porque na hora lá eles diziam que ia ser tudo na mil maravilha, mas depois não foi aprovado** [...] (Ex-aluno 7/CFR – 2ª Turma. 37 anos).

Depois **falaram de um financiamento pra ativar, pra criar não sei o que... e nada!** Esse dinheiro parece que não veio, não sei como foi, não sei quem tava falando de novo pra esse negócio de financiamento do povo, dos ex-aluno [...] **Acho que esperaram muito por esse dinheiro pra modo de fazer algum trabalho**, que hoje em dia sem dinheiro... [...] **se a gente tivesse dinheiro isso aqui não tava bem cheio de mato não, tava bonito, mas tinha feito algum trabalho** [...] (Pai 4 CFR/1ª Turma).

Porque, olha, a primeira coisa é que a Casa Familiar Rural não atendeu aquilo que as pessoa esperavam, não foi bom até pra mim que ainda **se falava lá que o aluno lá ia sair com a 8ª série, já bem afiado e depois teria mais um complemento, mais três ou quatro ano aí você ficava mesmo formado naquela área** entendeu, e infelizmente todas as turmas passaram e ficou só engatado nos primeiros quatro anos [5ª a 8ª série][...] (Pai 5/CFR-5ª Turma).

¹⁸¹ Conforme já sinalizado, esta teria sido uma necessidade incorporada após a implantação da CFR, pois na conjuntura de implantação as finalidades e reivindicações dos agentes situam-se na continuidade do Ensino Fundamental tendo em vista a ausência de escolas de 5ª a 8ª série nas vicinais e a migração dos jovens para a cidade, certamente por isso este problema da não oferta do Ensino Médio na CFR seja apontado de forma incisiva pelos alunos após a 3ª turma; entre os *jovens* da 1ª e 2ª turmas, é comum afirmarem que a falta de certificação e do Ensino Médio “não atrapalhou, porque o meu plano era ficar o tempo todo no lote”, mas sinalizam com a necessidade e o desejo de prosseguirem nos estudos em agropecuária.

O não acompanhamento refere-se, principalmente, ao suposto Projeto do Jovem, que no modelo francês da Pedagogia da Alternância e da ARCAFAR Norte (RIBEIRO, 2003), seria a última etapa da formação e a que daria condições para os egressos desenvolverem ações nos lotes a partir dos conhecimentos obtidos na CFR e ao mesmo tempo estarem inseridos nas ações dos atores sociais, tendo em vista que os financiamentos e projetos teriam como proponentes o STR e associações criadas pelos egressos. Até a 3ª turma, conforme apontam os *juvems CFRs*, teria havido o acompanhamento da equipe do LAET, com a destacada contribuição de Mestre Afonso, principalmente em projetos de viveiros comunitários e de incentivo à formação de associações de ex-aluno da CFR para captação de recursos e desenvolvimento de projetos coletivos de apicultura, piscicultura, dentre outras inovações agrícolas.

Ao que indicam os ex-alunos entrevistados, até a terceira turma os mesmos conseguiram formar a associação dos alunos da CFR para coordenar projetos de viveiros comunitários de pimenta-do-reino, sob o assessoramento do LAET e Mestre Afonso, com o envolvimento das famílias das vicinais, seja por meio de orientação fornecida pelos egressos, seja na doação ou venda de mudas. Na segunda turma, também há o registro de projetos de apicultura com abelhas sem ferrão, porém, estas foram ações pontuais, pois não tiveram recursos financeiros e amplo acompanhamento das organizações sociais/sindicais.

Certamente o ponto nevrálgico desta *queda*, ainda que não pareça ser a sua origem, afigura-se estar no fato de que os agentes da CFR teriam se colocado desafios para além de suas reais possibilidades de execução no contexto do intervalo entre 2000 a 2003; intervalo este que coincide com a vigência da segunda, terceira e quarta turmas ao mesmo tempo. Segundo os alunos entrevistados, houve durante este largo intervalo pelo menos cinco paralisações (duas dessas de oito e seis meses) por falta de pagamento dos monitores em função da inexistência de fontes fixas de recursos para esta finalidade.

Este fato também teria ocasionado grande desânimo nos alunos e famílias, grande número de desistências na quarta turma e entrada de alunos mais novos do que estabelecido no regimento da CFR, ou seja, quatorze anos. Por volta de julho de 2001 houve uma paralisação que perdurou até 2002, retornando às atividades com apenas 7 alunos dos que ingressaram no início da turma. Isto forçou a uma nova seleção para ‘completar a turma’, o que teria obrigado a aceitar alunos com treze anos.

A evasão escolar é também atribuída a não identificação dos alunos com a proposta da CFR e com o ritmo de estudos e trabalho. Geralmente estes desistentes são de “famílias com mais posses, como cacauicultores” e não teriam projetos de vida relacionados à

agricultura familiar. Talvez estes argumentos, que ressaltam as características da *formação* da CFR, não corroborem os argumentos de que a escola não esteja seguindo os princípios da “formação para a vida”, próprios da Pedagogia da Alternância, traduzido, conforme as avaliações anteriores, na disciplina e no trabalho em meio ao cotidiano escolar referendados na agricultura.

Ressalvadas as situações críticas, alguns outros fatos e argumentações de pais e alunos parecem não sustentar a idéia da *queda* da CFR, pelo menos no que concerne às suas finalidades sociais, sobretudo a identificação dos alunos egressos com o campo e a sua permanência na agricultura, ou seja, no provimento das condições para a reprodução social do grupo. Na avaliação dos retornos da *formação* dos filhos ou quando os egressos se auto-avaliam, apontam a positividade da escola nos aspectos anteriormente mencionados. Falas como as seguintes, de egressos da 4ª e da 1ª turma, respectivamente, evidenciam esta positividade:

Rapaz, **eu sou sincero pra te dizer que o que eu sou hoje, eu devo à CFR, aos professores, admiro muito todos os professores** [...] mas eu era muito malandro, eu não queria nada com nada.... morava na cidade, estudava numa escola aqui, não tava nem aí, foi na época que meu pai pediu pra eu vim pra Casa [...] Eu era muito moleção [...] (Ex-aluno 8/CFR – 4ª Turma. 22 anos. Mãe 2: 2ª Geração de *Colonos Pioneiros*).

Rapaz, pra ser sincero [...] eu não pensava de trabalhar em lote mais não, nem de nada, nada, meu negócio era sair pra fora [...] se **não fosse a Casa Familiar** mesmo, eu acho que **não tava hoje por aqui não, tinha saído fora [...] caçar emprego velho de salário velho chorado** aí, é o salário de fome mesmo (Ex-aluno 1 /CFR – 1ª Turma. 32 anos. Pai: *Colono Pioneiro*).

A respeito da redução da demanda, tal argumento parece não se sustentar, se considerarmos que o número de *jovens* que ingressou nas cinco turmas manteve-se ao longo do tempo (Cf. Quadro 9, p. 204). Também não se sustentaria o de que as famílias “não estariam mais animadas”. Observa-se que nas turmas consideradas pontos críticos da trajetória da CFR (terceira e quarta), quando pais e alunos egressos falam dos critérios de seleção apontam os mesmos critérios das primeiras turmas:

Rapaz, eu realmente, **quando eu cheguei ir pra CFR era complicado, a vaga lá era bem concorrida, aquela polêmica toda**, mas eu fui através de buscar experiências. **Tinha um aluno que morava perto de lá que falava que “Não, lá pra ti pegar experiência pra trazer pro campo é muito bom”**. Aí eu **coloquei aquilo na cabeça e fui alcance das reuniões, participei** [...]. Comecei a andar, umas três, **já me animei, gostei** [...] **ele [o pai] deu maior força e eu estudei lá três anos e esses três anos eu tinha maior força**. Não tinha transporte, mas tem moto, eu vivia na moto dele, eu passava três semanas com a moto fora e eu coloquei na cabeça até hoje (Ex-aluno 4/CFR – 5ª Turma. 24 anos).

Também parece não se sustentar o argumento de que os alunos das “demais turmas”, ou seja, a partir da 2ª turma, não participariam das organizações sociais ou que fossem menos envolvidos na CFR, pois a avaliação dos alunos egressos quando se reportam a sua turma enaltecem exatamente a participação. Vejamos a fala abaixo de um egresso da 4ª turma, considera a mais “crítica” e “indisciplinada” das turmas, nas avaliações contemporâneas:

Não, **diziam que era uma turma boa**, que era uma turma bastante movimentada, sempre toda e qualquer turma **tem aquelas coisinhas né, mas foi uma turma bastante desenvolvida** [...] tipo, **nos estudo**, na questão que era imposto pra gente fazer, a gente resolvia beleza, então é no desenvolvimento, **nas participações mesmo pra fora mesmo, então foi uma turma que tinha mais destaque**, na questão de tipo assim **dos movimentos de fora né, não só da Casa né** (Ex-aluno 6/CFR – 4ª Turma. 34 anos).

Considerando estas incongruências entre muitos dos fatos e as avaliações de *queda* da CFR, cumpre questionar qual seria então a origem desta ideia generalizada de crise nos discursos dos agentes. Ao que indicam os dados, há uma continuidade da função social¹⁸² da CFR quando se observa o retorno para os agentes individualmente situados, especialmente através das avaliações dos pais e dos alunos egressos. Porém, esta continuidade não seria estática quando olhada a partir das posições dos agentes da rede de relações que a mantém, aspecto presente em qualquer tipo de sociedade, pois as posições dos agentes no espaço social mudam.

Um olhar sobre a trajetória da CFR e as relações entre seus agentes, entre os atores sociais da ação coletiva e a ação pública, possivelmente revelaria motivos geradores destas avaliações, que poderiam ser agrupados em duas categorias:

1- Descrédito da educação do campo pelos governos e ausência da ação pública

[...] pra tu ver a dificuldade que a gente teve: que eu vim receber o meu certificado com 10 anos, me formei em 98, terminei, e recebi agora em 2008. Dez ano pra gente se certificar, pro governo acreditar, pra conseguir ver que a Casa Familiar Rural, a Pedagogia da Alternância era viável realmente pra agricultura, pro filho do agricultor estudar. (Ex- aluno 2/CFR – 1ª turma, 37 anos. Pai 7: *Colono Pioneiro*).

O longo período atribuído à *queda* da CFR entre os anos 2000 a 2003, coincide com uma série de mudanças na dinâmica de funcionamento da escola que têm relação direta com a carência de recursos financeiros e com a relação entre os atores sociais constitutivos da parceria que animou a implantação da CFR.

¹⁸² Esta continuidade se manifestaria principalmente quando olhada a partir da inserção sócio-profissional dos *jovens agricultores*; a mesma, porém, não se faz sem a incorporação de mudanças, como se viu.

No ano de 2000, dois monitores que tiveram um importante papel na condução da CFR saíram, ainda que um destes agentes, enquanto professora da UFPA, tenha continuado o acompanhamento das ações através de um projeto de extensão universitária, assessorando o trabalho pedagógico dos professores entre 2000 a 2004. À ausência dos monitores junto aos alunos e famílias somou-se a saída do LAET, o que passou a exigir da FVPP a busca de alternativas para a condução das ações, principalmente na área técnica. Com isso, houve a contratação de técnicos agrícolas e engenheiros agrônomos, em muitos casos desconhecidos das famílias, e a entrada de monitores da área básica cedidos pela prefeitura sem o conhecimento da proposta pedagógica, tal era/é a necessidade interna à CFR de se ter um quadro de profissionais para a formação continuada dos professores e de coordenação pedagógica.

Paradoxalmente, a busca pela ampliação de CFRs nos demais municípios da Transamazônica através do Convênio com BNDES a partir de 2000, condição para a continuidade da legitimação dos mesmos e atendimento das necessidades objetivas nas vicinais, não se traduziu na condução interna da CFR em Medicilândia.

Na avaliação de Ribeiro (2003, p. 112), em Medicilândia alguns dos fatores limitantes para isto foram: os atores sociais da ação coletiva, logo, do “projeto coletivo de desenvolvimento regional, delegaram as suas funções para EMATER, CEPLAC e ARCAFAR”, afastando-se do projeto enquanto propositores; estas entidades governamentais (EMATER e CEPLAC), por sua vez, não contavam com profissionais com uma formação para além das técnicas agrícolas, com uma identificação política e/ou social com a ação coletiva e isto repercutiu na dinâmica interna da CFR, com um perfil técnico dos monitores cedidos e maior preocupação com a adequação da metodologia da alternância ao sistema de avaliação e os parâmetros da SEDUC (cf. Idem).

Talvez algumas mudanças na presença da ação pública nas vicinais tenham também incentivado aquela possível diminuição da procura de vagas na CFR: no contexto atual das vicinais, desde 1999, há a presença do sistema de ensino denominado Modular Rural que consiste na oferta de ensino de 5ª a 8ª série por módulos pela Secretaria Municipal de Ensino nas mesmas vicinais priorizadas pela CFR. Em Medicilândia, diferentemente de outros municípios, há o acréscimo no currículo de disciplinas de agropecuária, o que comumente é apontado pelos pais e lideranças locais como um dos aspectos que tem levado as famílias a preferirem este sistema de ensino à CFR, principalmente pela possibilidade dos filhos serem certificados, além de estudarem as disciplinas agropecuárias, ainda que não se tenha o acompanhamento técnico que a CFR possibilitaria. Assim, afigura-se que ações públicas que

poderiam somar-se à ação coletiva no campo ampliando a capacidade de atendimento de jovens pela CFR estariam fragmentando experiências de educação popular em curso, e, possivelmente, não potencializando os seus retornos na agricultura tanto quanto se poderia, caso houvesse o investimento público das prefeituras em transporte dos alunos, pagamentos de monitores, por exemplo. A hipótese acima mencionada acerca das possíveis repercussões do ensino modular rural nas vicinais e sua influência na CFR requer, no entanto, uma análise específica que foge ao alcance desta pesquisa.

A partir de 2009, com o reconhecimento da Pedagogia da Alternância pelo governo estadual, importantes resultados do ponto de vista da formalização da proposta CFR e da possível ampliação de seus retornos no campo foram efetivados, como a possibilidade de certificação dos alunos egressos, o pagamento de monitores da área técnica, a perspectiva de oferta do Ensino Médio nesta escola¹⁸³. Paradoxalmente, sinalizando as características de um contexto de relações rotinizadas racionalmente, importantes atores como a UFPA, grupos de pesquisa e assistência técnica (EMBRAPA, EMATER, CEPLAC, etc.) não estariam mantendo a relação orgânica de participação e acompanhamento das experiências sócio-pedagógicas, quer na escola, quer, principalmente, nas vicinais, junto às famílias – uma das principais variáveis, destacada pelos *jovens* e pelos pais como responsável pela incorporação de práticas agroecológicas na dinâmica de trabalho dos pais e *filhos CFRs* e pela redução dos conflitos entre pais e filhos diante da presença do capital escolar/técnico nesta relação.

Além destes fatores, permanece entre monitores (técnicos agrícolas) concursados e professores (da base curricular nacional) cedidos pela prefeitura, o problema da “falta de conhecimento da região e/ou de engajamento em uma proposta escolar” que vise mais que a certificação: o desenvolvimento da agricultura familiar e a identificação dos *jovens* com o campesinato. Tal fato recobriria a presença da Universidade e das entidades de pesquisa e de assistência técnica na condução de uma necessária formação continuada destes monitores e professores, visando-se superar a divisão entre conhecimento técnico-agropecuário e escolar (também apontado pelos agentes da CFR como um problema atual), que estaria fragilizando o caráter curricular e a intervenção da Pedagogia da Alternância.

2- Transformações nas relações políticas dos agentes do contexto local

Afigura-se ser um fato que a finalidade da CFR permanece, ainda que as relações dos seus agentes no interior da coletividade camponesa tenham passado por diversas mudanças

¹⁸³ Já ofertado, até o momento desta pesquisa, em Pacajá e Altamira.

típicas de uma forma social que se racionaliza. As sociedades camponesas quando se considera a rede de mediadores da mesma e sua relação com os agentes das localidades, no mais das vezes apresentadas à sociedade envolvente como uma *homogeneidade interna*, configuram-se, em “[...] um nó de tensões, de rivalidades e de conflitos, tanto quanto um arranjo de instituições [...]”, de modo que a “[...] as palavras e a linguagem são as mesmas, mas os interesses e as idéias divergem. O conflito ideológico-político é freqüentemente a mola principal de toda a vida na aldeia.” (MENDRAS, 1987, p. 103).

Assim, quando se observa a fala abaixo acerca dos porquês da *queda* da CFR, parece emergir esta característica da sociedade camponesa apontada por Mendras, situando a suposta *queda*, não propriamente nas finalidades da CFR ou em seus retornos sociais, mas no “nó de tensões”, nos interesses, ideias e conflitos político-ideológicos da rede de relações sustentadoras da CFR:

Não é que caiu, talvez até aumentou, mas de gentes diferentes entende? Porque eu acho – que eu sou convencido – no **tempo nosso era mais aquele pessoal consciente, só sindicalista, fundador de sindicato, partido, gente que.... a igreja que era liderança**. Foi assim a **1ª turma, foi pegado só filho desse pessoal né, que tinha consciência de lutas**, aí por **isso que funcionava**, eu acho, que melhor, aí depois a 1ª a 2ª e até a 3ª até a 4ª turma, a turma do [referência a seu filho] também ainda tinha, **já tinha gente estranho no meio** [...] quando o pessoal queria botar o filho dele ali, ia um grupo, fazia uma entrevista com essa pessoa, levava o negócio a sério [...]. Aí depois começou assim, pegava quem dava na teia, vinha, entrava; e **aí pegou gente de outro pensamento** e por isso que acho que não deu certo (Pai 2/CFR – 4ª Turma. 2ª geração dos *Colonos Pioneiros*).

Por conta do princípio apontado na fala acima, a constituição da 1ª turma contou com 79% de famílias que tinham uma participação direta nas organizações sindicais e comunitário-religiosas. Observa-se uma diminuição deste número na 2ª turma e um aumento considerável na 4ª e 5ª turmas: 25% na 2ª turma, 36% na terceira turma, 53% na 4ª turma e 31% na 5ª turma¹⁸⁴.

Na fala acima, recorrente entre as lideranças mais próximas do STR e dos atores regionais, há a presença de um *nós*, em geral associado aos *colonos velhos*, os *pioneiros* da Transamazônica ou seus descendentes, fundadores das delegacias sindicais e outras formas organizativas do campesinato nas décadas de 1970/1980. Permaneceram politicamente próximos ao grupo majoritário no Partido dos Trabalhadores, tendência até hoje prevalente

¹⁸⁴ Considera-se aqui o universo total dos 70 egressos. Cumpre destacar que as informações para compor estes números não foram levantadas diretamente com cada família, de modo que as respostas acerca da “participação direta nas organizações”, como formulada na pergunta para levantamento destes dados, passa pela interpretação dos informantes. Estes números, portanto, podem variar também se se considera os casos de participação indireta, ou seja, agricultores que são apenas sindicalizados, famílias que apenas freqüentam as celebrações religiosas, mas não têm papel de dirigentes – este tipo de participação em geral não era considerado pelos entrevistados como algo importante.

no STR e definida como “os rurais”, também majoritária no MDTX/FVPP. Quando perguntados sobre qual seria esta tendência os agentes locais assim a definem: “[...] o pessoal que sempre é o Valdir Ganzer. Eu sei que o Valdir Ganzer, o Zé Geraldo e o Airton Faleiro é da Corrente¹⁸⁵ [...] que eu sempre apoiei [...]” (Pai 2 /CFR – 4ª Turma). Os *outros*, “gente de outro pensamento”, afiguram-se como sendo de uma outra tendência do Partido dos Trabalhadores com menos poder de decisão no STR e no MDTX/FVPP. As lideranças locais assim a definem: “[...] tem essa outra tendência que é do Paulo Rocha, do deputado estadual Mario Cardoso, Raimundo Oliveira [ligado ao SINTEPP-Altamira, chamado “grupo dos professores” à época do MPST]” (Pai 2 /CFR – 4ª Turma. Liderança local. Ativista do PT). Mais próximos politicamente desta última tendência, segundo as lideranças locais simpáticas ao STR/FVPP, estariam os principais gestores da CFR e, por conseguinte, os conflitos, disputas nas posições sociais entre os agentes se revelariam na condução da CFR. Esta seria também uma das explicações para a avaliação de que na CFR a partir da terceira turma “foi uma ideia mais barulhada”, “monitor que não tinha sentido comunitário, coordenadoria que também pensava diferente” (?).

Corroborando para esta divergência política, segundo os entrevistados, o fato de que por duas vezes os gestores da CFR se candidataram a vereadores em Medicilândia em 1998 e 2003. Sem o apoio efetivo dos parceiros locais e regionais, não se elegeram aumentando as discordâncias ou a tendência dos gestores da CFR em conduzi-la “sozinhos”. Ao que indicam os dados, isto teria se intensificado pelos seguintes fatores: a) a falta de apoio do STR, tendo em vista além das disputas partidárias, seu papel de “gestor de projetos” ou “braço do Estado” na estrutura rotinizada; portanto, sem tempo, pessoas ou interesses efetivos de atuar na ‘base’; b) o já comentado distanciamento dos atores regionais, principalmente MDTX/FVPP agravado pela ausência do LAET /UFPA na articulação CFR-famílias e assessoramento dos monitores; c) o interesse dos gestores da CFR em buscar legitimar-se no espaço social tendo como trunfo a competência advinda da experiência em trabalhar a Pedagogia da Alternância, bem como tendo como par estratégico a ARCAFAR e uma rede de relações entre estados da região norte e nordeste referendadas nesta associação. Vejamos algumas avaliações a este respeito:

Num primeiro passo o STR queria uma integração maior onde o aluno fosse despertado para continuar o sindicato, onde o sindicato tivesse também mais poder de mando, de atuação na Casa, mas com o tempo, muitos erros e

¹⁸⁵ Trata-se de lideranças políticas do PT, hoje deputados federal e estadual, originárias dos municípios de Medicilândia, Uruará e Placas. A legitimidade política dos mesmos foi construída a partir das Comunidades Eclesiais de Base, Grupos de Jovens, Delegacias Sindicais e STR, nas décadas 1970/1980.

ciumeiras que as lideranças às vezes tem dentro de uma dificuldade e aí se começa a achar culpado [...] na medida em que implanta CFR na Transamazônica **surge também a ideia de criar uma hierarquia paralela à Fundação e MDTX, surge a ARCAFAR** [Associação Regional das Casas Familiares Rurais], **uma articulação mais vinculada das lideranças das CFRs, aí se cria esse pensamento paralelo** [...] um busca ajuda de um lado, o outro busca de outro lado, mas na verdade gera-se ciúmes, isto tem influenciado negativamente. (Liderança Local/STR).

Essa ideia de falar em nome da associação dentro desse projeto [CFR], ela só começou a existir depois de 2000 mais pra 2003, até então era tudo muito festivo, nada de pessoas, de instituições [...] (Liderança regional 2/Coordenadora da FVPP).

Eu diria assim, não é nem que há uma organização paralela, mas eles [os agentes da gestão da CFR] **queriam desvincular a organização das Casas do sindicato e da Fundação, tipo assim, existia a ARCAFAR norte e nordeste e a Fundação né tinha, tinha não, tem uma Secretaria de Formação, o que é exclusivo pra trabalhar essa questão** da Casa Familiar Rural e aí eles desconsideravam essa Secretaria de Formação da Fundação e desconsiderava de fato, inclusive a própria Fundação [...] eu acho que **eles sentia um pouco ameaçado porque o processo é dinâmico** então quem é presidente hoje, o próximo mandato provavelmente vai ser outro [...] e aí se caracterizou né, por exemplo, **dois grupos a FVPP e a ARCAFAR teve nos bastidores sempre dividido** [...] (Ex-Monitor 2/CFR).

Pelo que estes fatos revelam – em meio aos conflitos dos principais agentes da condução da CFR e em meio à falta de recursos financeiros e condições objetivas de trabalho interno e nas vicinais – o espaço social local, precisamente a relação da CFR com as famílias, teria ficado, principalmente na quinta turma, sem os seus mediadores, a saber, os monitores e os assessores. Portanto, teria ficado uma lacuna em uma das principais apostas das famílias que é o retorno de assistência técnica através das Visitas de Campo com a participação do *filho CFR*. Talvez a isto possam ser atribuídas as avaliações de que a CFR estaria ficando “como uma escola de ensino fundamental qualquer”, ou seja, em muito, o que garantiria o efetivo retorno social da mesma estaria se fragilizando, e, conseqüentemente as famílias, de fato, estariam participando menos das ações, reuniões etc., na CFR. Vejamos outra avaliação que aponta estes elementos:

É, na verdade porque olha só, a família ela quer ver o filho produzir né, mudar a propriedade, se isso não acontece ela fica né, não motiva, e aí o que que motiva um jovem ir pra Casa Familiar Rural? É quando aquele jovem que sai daqui ele volta motivado [...] **se a CFR não vai nas famílias, as famílias também participam menos nas assembleias** (Ex-monitor 2/CFR).

Coaduna-se com esta situação de fragilidade da intervenção da CFR em meio às tensões nas relações dos atores em Medicilândia, as lacunas (sempre lembradas pelos alunos e pais) deixadas pela ausência do ensino médio; pela não continuidade dos projetos de desenvolvimento comunitários dos alunos; pelo não investimento dos atores na busca dos financiamentos prometidos para a concretização daqueles projetos.

Como já sinalizado, há mudanças na *conjuntura* que deu origem à CFR, assim como na realidade das vicinais, bem como nas posições dos agentes, de modo a configurar um certo arrefecimento da ação coletiva em Medicilândia no que concerne à sua capacidade de mobilização da “base”, ainda que se perceba uma ampliação da capacidade dos atores de intervir na consecução de projetos, financiamentos etc. Esta parece ser a característica atual da estrutura de legitimidade rotinizada, na qual a “crise da base” também parece se fazer sentir nas relações dos agentes que conduzem a gestão da CFR no espaço local e regional.

O arrefecimento das relações, próprio dos conflitos de qualquer coletividade onde se disputam posições, se situaria muito mais nas relações. Em especial, quando se visualizam as posições que configuram um certo discurso fundador ou pioneiro da CFR e das organizações sociais na Transamazônica, reforçado pelo bem sucedido processo de condução da primeira turma. As falas seguintes afiguram-se como sintetizadoras desta *conjuntura* da CFR em Medicilândia nos últimos anos:

A gente deu uma esfriada, naquela época a gente conseguia uma integração, então o sindicato, a comunidade de base, a igreja, as famílias também tavam numa situação bastante difícil de procurar uma melhora de vida [...] (Liderança local/CFR).

[...] enquanto a gente tava aqui na Transamazônica todo mundo lutando por um objetivo que era sobrevivência na Transamazônica todo mundo andava unido, todo mundo, a organização, todos os grupos; começou vir a questão política partidária, aí todo mundo começou a trabalhar o seu grupo, o seu objetivo (Ex-aluno 2/CFR- 1ª turma. 37 anos).

Ainda concorre para esta desarticulação local, ou “esfriamento” nos últimos anos, a mudança de agentes da igreja católica, o principal ator de articulação das organizações sociais sindicais e regionais nas comunidades. Apesar de os alunos apontarem que havia a presença dos padres da CFR em celebrações e palestras, as lideranças, apontam que “[...] em parte a igreja falhou também, não sei se.... porque houve a crise meio pesada ali, com a ida de algumas lideranças eclesiais que provocaram conflitos, então... [pede pra interromper a gravação] (Religiosa Católica).

Diante deste contexto de arrefecimento, de tensões nas relações dos agentes envolvidos na e mobilizadores da CFR, pelo menos até a 5ª turma (ou seja, até 2007, recorte temporal desta pesquisa), bem como diante das contradições, a suposta *queda* da CFR configurar-se-ia como sendo uma construção discursiva, política, mais do que factual? Neste caso, a proposta CFR permanece, se se consideram as avaliações positivas acerca dos retornos sociais da mesma pelos *jovens egressos*, lideranças e famílias? As avaliações que apontam a *queda* da CFR estariam sendo feitas com base em uma espécie de “tipo ideal” de CFR, orientadas muito mais pelos atributos projetados em uma conjuntura em que seus agentes

estavam imbuídos ainda por uma espécie de *comunidade política*, do que considerando, de fato, o que realizaram em mais de uma década, sem a ação pública efetiva dos governos ?

Assim, afigura-se como explicação mais plausível para o discurso da *queda* da CFR a idéia expressa por uma ex-monitora: “em 2000 houve uma fase de transição” (Monitora 1/CFR). Sendo assim, a situação de crise seria, potencialmente, passível de ser reconfigurada atualmente, considerando-se os recursos financeiros e humanos advindo do convênio com o BNDES e o Governo do Estado, o reconhecimento da Pedagogia da Alternância pelo Estado em 2009 e as projeções das organizações sociais em tornar as CFRs da região “centros de referência técnica para os agricultores”? Ou esta inclusão da proposta no Estado, um quadro de monitores concursados, que na avaliação dos agentes da CFR, “desconheciam a região e não teriam o compromisso como os primeiros monitores tiveram”, bem como a arquitetura bem projetada com acomodações mais confortáveis e automóveis disponíveis configurariam, como apontam algumas hipóteses das lideranças locais de Medicilândia, uma forma de “afastar as famílias”, pois se pensa que “agora está tudo pronto”?

Considerações Finais

Como produto da história, o *habitus* produz práticas individuais e coletivas, produz história em conformidade com os esquemas engendrados pela história. O princípio da continuidade e da regularidade que o objetivismo concede ao mundo social sem poder explicá-lo é o sistema de disposições passado que sobrevive no atual e que tende a perpetuar-se no futuro, atualizando-se nas práticas estruturadas segundo seus princípios [...] (BOURDIEU, 2003, p. 68).

Construído em uma dada situação histórica – como explicita a epígrafe acima –, em processos de diferenciação, o *habitus* definidor de classe é sensível às mudanças sociais, pois a defasagem na trajetória do grupo em relação às exigências provocadoras de instabilidade, no mais das vezes, mobiliza os agentes a engendrem transformações em suas práticas como condição de possibilidade para a manutenção de seu lugar social.

As condições sócio-históricas que criaram a necessidade da escola CFR na Transamazônica e os resultados de sua intervenção figuram como respostas dos seus agentes a processos de mudança na estrutura de relações sociais e das necessidades produtivas. Emblemático do *habitus* em mudança, o *campo* escolar apresenta-se naquele campesinato enquanto instrumento para a manutenção da posição social de seus agentes, fragilizada pelas ‘crise da formação’, ‘crise dos sistemas de produção’ e ‘crise da base’ em um espaço social rotinizado racionalmente e ‘pecuarizado’, tensionado pela ‘ambientalização’ em curso, em que se imbricam disputas, reivindicações e atores nos contextos regional, nacional e internacional.

A ‘crise da formação’ manifestar-se-ia na necessidade de uma escolarização que desse conta de profissionalizar em bases agro-ecológicas a agricultura familiar como instrumento para a permanência no campo, bem como constituir um quadro de agentes mobilizados politicamente no sentido de assumirem um pertencimento à classe, dado o reconhecimento de interesses coletivos e a mobilização em torno dos mesmos, superando o “desânimo dos jovens” que se traduziria na não identificação dos mesmos com o trabalho agrícola e a conseqüente saída para a cidade.

A condição de classe se faz e se reproduz na medida em que o *habitus* se mantém nas relações sociais e é inscrito na ordem física dos corpos e na ordem simbólica, ou seja, nas disposições para perceber a partir de representações marcadas pela pertença e pela diferenciação que compõem a *distinção social* orientadora – de forma tácita e de forma explícita – das formas de pensar, sentir e agir (BOURDIEU, 2007, p. 164).

O *habitus*, como aponta Bourdieu (2003, p. 70), “[...] é o produto do **trabalho de inculcação** e de **apropriação** necessário **para que produtos da história coletiva, que são as estruturas objetivas [...] consigam reproduzir-se**, sob a forma de disposições duráveis, em todos os organismos (os “indivíduos”) [...]” (Grifos meus). Ocorre que em *conjunturas* cujas condições ou estruturas objetivas apresentam um *grau de risco*, aquele *efeito de inculcação*, “[...] diretamente exercido pela família ou pelas condições originais de existência, ou seja, a posição de origem [...]”, se torna apenas “[...] referência em relação à qual o sentido da carreira social define-se [...]”, porém “[...] a experiência da ascensão social ou do declínio [...]” tendencialmente levam os agentes sociais ou indivíduos da classe social ou de fração de classe a “tomar posições divergentes” (BOURDIEU, 2007, p.105).

Neste caso, o efeito exercido sobre as opiniões e sobre as disposições, ou seja, sobre a interiorização do *habitus de classe* que inclina os agentes a perceber o mundo social e posicionar-se a partir deste *habitus*, é fragilizado. Há, nesta situação, um *efeito de trajetória individual* que consiste em um *desvio* em relação à trajetória coletiva (cf. Idem, p. 106), ou seja, há um processo de não identificação com a *trajetória coletiva*, na medida em que esta “passa desapercibida” e neste sentido limita-se o efeito exercido da trajetória coletiva sobre o conjunto da classe ou de uma fração de classe, ou “[...] sobre um conjunto de indivíduo cujos traços comuns consistem em ocupar uma posição idêntica e estarem envolvidos na mesma trajetória coletiva [...]” (BOURDIEU, 2007, p. 106).

O problema social publicizado como “desânimo dos jovens filhos dos agricultores” e a sua “retirada do campo” (MPST; FVPP, 1995, p. 3), tal como se expôs tanto nas preocupações das famílias quanto na avaliação das organizações camponesas, como se viu no primeiro capítulo, se expressa como um exemplo eloqüente de um efeito de trajetória individual.

Contíguo à visibilidade da ‘crise da formação’, enquanto um problema social na década de 1990, desenhou-se entre os pais, agentes das organizações sociais e comunitário-religiosas, bem como entre os agentes do campo acadêmico, a visibilidade dos *jovens agricultores* enquanto uma categoria social e a constituição da Casa Familiar Rural, enquanto uma das ações coletivas com especificidade sócio-política e pedagógica orientada para estes *jovens*, em quem foi projetado o papel de *técnico agrícola*, e investido, em potencial, o lugar de *dirigente*, dada a função requerida de “difusor dos conhecimentos técnicos na família e na comunidade”.

Os desafios que fragilizam o volume e a estrutura do conjunto de *capitais* da condição social dos camponeses expuseram a educação escolar como uma necessidade

coletiva que, para além de um direito universal, se traduziria em uma estratégia de reprodução em dois níveis intrinsecamente relacionados no campesinato de fronteira em estudo: formação e organização política e produção agrícola, com repercussões importantes no campo dos atores sociais e dos grupos domésticos.

A formação técnica/escolar e política para gerenciamento da agricultura familiar em bases agroecológicas, para gerenciamento de recursos financeiros das associações, cooperativas e sindicatos, ou, ainda, a coordenação de programas, se apresentou como saída viável para fazer incorporar novas espécies de *capital* (econômico, político, social e cultural, para além dos tradicionais da condição camponesa). Nas argumentações ou discursos das organizações sociais – enquanto expectativa de reproduzir a condição de classe a partir dos *jovens agricultores* – observa-se que se trata de construir um “novo perfil”: o agricultor profissional que funcionaria como um trunfo em uma estrutura social rotinizada racionalmente, na qual o acesso à *cidade política* pelo campesinato organizado não parece ser viável sem o capital escolar. Esta finalidade social apresenta-se inclusa nos projetos de desenvolvimento do meio rural, visando ao mesmo tempo a atender as necessidades de escolarização dos *jovens* e às necessidades de prover as condições estruturais de reprodução social a partir da agroecologia e intensificação da agricultura, expressa na ideia de “redirecionamento da colonização”.

No âmbito das expectativas e interesses das *famílias CFRs*, aquela finalidade social se traduziu no desejo peculiar à trajetória do grupo social, a saber, a continuidade da “luta” pela permanência na região e a continuidade da trajetória econômica ascendente, representada pela fixação da família na terra e pelas possibilidades de manutenção ou aumento do patrimônio (em forma de terra e renda). Aos desafios técnicos para permanência nos lotes e/ou no trabalho agrícola, apresenta-se o gerenciamento “com planejamento” e técnicas agrícolas.

As estratégias assumidas dependem do volume e estrutura do *capital* a ser reproduzido. Assim, na conjuntura do campesinato na Transamazônica, particularmente do grupo estudado, em que se assiste à consolidação de suas formas organizativas, bem como um processo de ascensão econômica, ameaçados pelos quadros de crise abordados, a conservação desta posição social na condição camponesa apresenta-se como que impossível de ser conservada sem a transformação (BOURDIEU, 2007), especialmente, das novas gerações. Assim, considerando os tipos de interesses e investimentos sociais configurados na CFR, se poderia defini-la enquanto estratégia coletiva organizada que visa a transformar para conservar o *campo* de lutas, enquanto sistema de relações objetivas.

Nesta *conjuntura*, assiste-se a um processo de reestruturação do sistema de estratégias de reprodução frente à necessidade de profissionalização e consolidação da agricultura familiar em bases agroecológicas, na qual a CFR, concebida como ação, assumiria idêntico papel de produção do *habitus*. Assim, caracteriza-se como estratégia de reprodução social na medida em que se propõe a não só escolarizar para atender as exigências de conhecimento formal ou *capital cultural* institucionalizado – papel tradicional que cumprem as escolas –, mas a “fazer permanecer no campo os *jovens agricultores*”, profissionalizados e identificados com o trabalho agrícola de base camponesa, seja como *técnicos agrícolas*, seja como *dirigentes*.

Tal intuito depende de uma escolarização capaz de reconstruir o ‘ânimo’ dos *jovens agricultores*, o que se poderia ler como re-construção da identificação dos mesmos com a *trajetória coletiva* do grupo, referendada na condição camponesa em suas especificidades internas e externas, as quais no contexto da “ambientalização” estão associadas à ênfase no fortalecimento da agricultura familiar e em práticas alternativas de produção como mediações para o desenvolvimento agrícola – conteúdos sociais que condensam-se na proposta CFR e a posicionam estrategicamente no espaço social tensionado.

O ciclo de vida das famílias no momento da escolha do *filho CFR*, bem como as justificativas das escolhas construídas pelos pais que apontam para o filho com maior aptidão para o estudo, além das habilidades de trabalho na agricultura, em muito se apresentam como uma preparação para a sucessão tanto da propriedade familiar, quanto do lugar social destas famílias enquanto classe. Revelariam ainda mudanças nos critérios de sucessão do lote e/ou na gestão do patrimônio da família em que o *capital* escolar se faz presente como um instrumento importante para os filhos candidatos àquela sucessão – diferente das práticas sucessórias tradicionais no campesinato.

Os investimentos nos *jovens agricultores* pela ação coletiva, sobretudo através de uma intervenção específica por meio da CFR, parecem advir, por assim dizer, do “grau de risco” à condição camponesa, provocado pelo *habitus* destes agentes sociais, pois o *habitus* tem uma lógica fluida, incerta, indeterminada, “[...] o que faz com que não seja possível remeter-se inteiramente a ele nas situações críticas, perigosas” (BOURDIEU, 1990, p. 98).

Sendo a estrutura objetiva definidora das condições sociais de produção do *habitus* – conforme explicitado na epígrafe deste texto –, é possível pensar que a estrutura social do campesinato influenciada por processos de diferenciação social e, em grande medida, fragilizada pela *conjuntura* do sistema de produção da agricultura familiar e das organizações

sociais, faz configurar aquele considerável *grau de risco*. Este se apresenta como ameaça à reprodução material e social do grupo, principalmente por este *grau de risco* do *habitus* se manifestar em uma *fração de classe* (representada pelos *jovens agricultores*) em cuja posição social se projetam as possibilidades de reprodução do grupo. Este fato ocasiona as seguintes repercussões:

a) a proposta de educação escolar apresentada pelos atores da ação coletiva e referendada pelas famílias assume uma característica para além de um valor universal e/ou do exercício da cidadania: trata-se de uma condição de possibilidade – naquela conjuntura do grupo estudado – da continuidade do grupo e de sua posição social.

b) o “grau de risco” manifesto no *habitus de classe* dos *jovens agricultores*, seguido de uma proposição específica, configuraria esta proposição como uma ação para tornar a condição social nomeada e que se quer introjetada. Esta proposição escolar inscreve-se, conforme interpreto, numa luta por construção e afirmação de *classe* e perpassa uma operação de conhecimento e reconhecimento (pelos agentes do grupo e pelos ‘outros’) dos *capitais* (simbólico, cultural, político...) que definem a classe social, a sua posição e a sua oposição (representada pelo “abandono do campo”, a “ida para a cidade”, a “pecuarização”), bem como definem as suas possibilidades de reproduzir-se.

c) esta especificidade da CFR no estado conjuntural da estrutura objetiva definidora da condição social camponesa a posicionaria como prática social, entendida esta como “produto da relação dialética entre uma situação e um *habitus*”, portanto esta prática social não é reação mecânica (BOURDIEU, 2003, p. 57) e também não se dá de forma desinteressada.

O *habitus* se expressa enquanto “[...] sistema de disposições para a prática, é um fundamento objetivo de condutas regulares, logo, de regularidade das condutas [...]” (BOURDIEU, 1990, p.98) orientador, portanto, dos princípios de apreciação, percepção do mundo social e de tomadas de decisão, de análise, de compreensão; estes princípios quase sempre assumem uma forma implícita, difusa, espontânea (Idem, p. 99). Em situações de incerteza, cujo *grau de risco* ameaça a regularização das condutas pelo *habitus* – tal como se teve no espaço social da condição camponesa na *conjuntura* da Transamazônica – a tendência das ações é *codificar as condutas regulares* e a *regularidade das condutas*, de modo que a conduta confiada aos esquemas de percepção implícitos, “[...] cederá lugar à conduta expressamente regulada por um ritual metodicamente instituído e mesmo codificado” (Idem, p. 99).

Desta forma a necessidade crescente de construção, afirmação e/ou consolidação destes três elementos, a saber, a agricultura familiar, a atenção aos *jovens agricultores*, uma prática social escolar específica buscando a conciliação entre conhecimento formal/acadêmico e trabalho agrícola, parecem expressar a forma devida que a ação coletiva quer dar às *condições de produção de exercício do habitus* da condição camponesa.

As respostas apresentadas pelos egressos da CFR parecem, assim, uma atualização do *habitus* antigo do grupo representativo daquele campesinato, em ampla relação com novas condições de vida e luta política em que o saber escolar, a ética “ambientalizada” de trabalho e uso da terra e a relação (talvez) mais intensa com a cidade são marcadores de sua condição social. Por ser o *habitus* produto da história, estaríamos diante de uma reestruturação do *habitus* caracterizador do grupo, segundo a trajetória social de ascensão econômica e política das famílias e das organizações sociais/sindicais, principalmente. As práticas dos egressos da CFR caracterizam-se, sobretudo, por uma posição de distinção social destes *jovens*, traduzida em um *capital* cultural, social e simbólico.

O *capital cultural* se manifestaria nas práticas sócio-produtivas, especialmente no gerenciamento dos lotes, onde se nota a incorporação das técnicas agrícolas e habilidades requeridas para mediar a superação da ‘crise dos sistemas de produção’ e a necessidade da ‘ambientalização’ em curso; bem como manifestar-se-ia nas espécies de “habilidades políticas” quanto à identificação, defesa de interesses comuns à coletividade camponesa via participação na ação coletiva, seja nas organizações sociais/sindicais, seja nas ações comunitário-religiosas.

O *capital social e simbólico* manifesto na posição de *destaque* dos CFRs revela a capacidade, em potencial, de exercício de poder destes *jovens* em suas interações sociais. Com isto, aquele *destaque* apresenta-se, também, por este motivo, como possível retorno político da intervenção sócio-pedagógica, pois enquanto resultado da ação dos atores representativos da condição camponesa na Transamazônica, a formação de agentes reconhecidos como potencialmente *distintos* possibilita o reforço das relações de força que constituem a estrutura do espaço social.

Do ponto de vista quantitativo e considerando-se a trajetória dos *filhos CFRs* e dos demais filhos que não estudaram naquela escola, os dados permitem pensar que são os *jovens* egressos da CFR que têm permanecido no campo sob diferentes formas ou arranjos de condição camponesa, atendendo às expectativas dos agentes do campesinato e das famílias de orientação. Entre os 70 egressos, 83% tem ou se dedicado exclusivamente ao trabalho no campo com relações predominantes na coletividade camponesa (67%), ou conjugado modos

de vida e trabalho entre o campo e a cidade, mantendo relações intensas entre a coletividade camponesa e a sociedade envolvente (16%). As repercussões da reconversão se fazem sentir em formas diversas de permanência no campo, em níveis de interações também diversas com a cidade e com o conhecimento formal/escolar, configurando quatro tipificações de formas de vida dos egressos da CFR, assim identificadas: *CFRs campo*, ou seja, os *jovens agricultores* que permanecem exclusivamente no campo (21 casos); *CFRs campo-cidade*, ou seja, os *jovens agricultores* que conjugam trabalho e/ou moradia entre o campo e a cidade (6 casos); *CFRs cidade*, ou seja, os *jovens agricultores* que estão morando e trabalhando na cidade (4 casos); e *CFRs mediadores* (17 casos entre os *CFRs campo* e *campo-cidade*).

Ao que indicam os dados acerca das representações, sobretudo no que se refere à identificação social dos egressos da CFR, aos papéis sociais, aos trabalhos e relações desenvolvidos pelos *jovens agricultores*, observam-se ligações importantes com a coletividade camponesa na qual foram socializados. Os egressos apresentam, enquanto necessidade e/ou enquanto prática profissional, o gerenciamento dos estabelecimentos agrícolas com técnicas agroecológicas e saberes formais, aspectos já apontados nas pesquisas-diagnóstico do PAET, como imprescindível para a intensificação da produção familiar. Trata-se de um retorno no âmbito das atividades sócio-produtivas que encaminha para a incorporação de mudanças nas experiências técnicas e ambientais no campo.

A conjugação das práticas sócio-profissionais, aliadas às representações orientadoras das formas como os *jovens agricultores* definem-se a si mesmos hoje (e como são definidos pelos demais agentes), revela a posição de distinção social destes *jovens* e está intercambiada com o uso que eles fazem ou pretendem fazer da terra (uma lógica de trabalho referendada na intensificação da produção): 1- passaram da posição de ajudantes a gerentes da propriedade familiar; 2- definem-se como “agricultores melhores que os pais”, pois estariam produzindo mais em área menor, se desgastando menos e investindo menos, porém melhor, em cuidados ambientais; 3- estão revalorizando a terra como lugar de vida e horizonte de seus projetos de futuro.

A relação de trabalho e/ou residência com/na cidade, bem como o assalariamento dos *CFRs campo-cidade* e *cidade*, vistos comumente como sinônimo de “urbanização” dos *jovens* ou como “efeito inverso da intervenção da CFR”, estariam cumprindo um importante papel na produção e reprodução das famílias. Do ponto de vista econômico-financeiro e social trata-se de arranjos para a permanência da condição camponesa, pois o assalariamento destes *jovens* em empregos ou em programas das organizações sociais possibilitaria a sua permanência na cidade, mantendo-os próximos física e socialmente dos pais, atendendo portanto às

expectativas de que estes filhos “estudados” assumissem ou contribuíssem no gerenciamento da propriedade familiar “com planejamento e técnicas”. Permitiria, ainda, à unidade doméstica acumular recursos que nas práticas sócio-produtivas destes *jovens* tem se traduzido no aumento ou (no caso das famílias menos capitalizadas) na manutenção do patrimônio familiar; e, ainda, possibilitando aos *jovens* (sobretudo os que estão morando na cidade) comprar terras e projetarem-se como proprietários.

A tendência à chacarização (que significa uma aproximação geográfica com a cidade), a ênfase em cultivos permanentes, notadamente o cacau, parecem obedecer a uma regra de acumulação capaz de, ao mesmo tempo, reproduzir a posição social da família de orientação, fazendo-se uso dos poucos recursos monetários de que dispõe a maioria dos *jovens CFRs* e aplicar o capital escolar adquirido em seu próprio trabalho.

Assim, nas formas de vida e trabalho dos CFRs *campo-cidade*, sobretudo, dos CFRs mediadores, e dos CFRs *cidade* pode-se observar não um processo de urbanização, mas, antes, uma proximidade com a *cidade política e econômica*, que aponta para uma lógica de reprodução da condição camponesa ao modo de uma resposta do *habitus* do grupo de pertencimento destes *jovens*, cuja trajetória de diferenciação social enseja um dos efeitos previstos da reconversão: um deslocamento transversal para manter a posição dos agentes sociais na estrutura de relações. A translação, nestes casos, configura deslocamentos verticais ascendentes no mesmo *campo* e/ou em *campos* outros (a exemplo dos CFRs mediadores *dirigentes*).

A mudança se localizaria na ampliação do volume e espécie de *capital* (econômico, simbólico) já presente nas *famílias CFRs*, enquanto pioneiras da colonização e das organizações sociais/sindicais e comunitário-religiosas. Trata-se da transformação daquele capital, sob a mediação da CFR, em uma espécie de *capital social e simbólico* mais legítimo e útil na estrutura de relações rotinizadas, pois creditado pela formação técnica agropecuária, diferentes dos pais, os “agricultores tradicionais”, potencialmente capaz de engendrar formas produtivas no campo, mais rentáveis economicamente, como sugerem as lógicas e práticas de trabalho dos *jovens agricultores*.

Do ponto de vista dos retornos políticos da intervenção da CFR, é necessário pensar que a classe, como destaca Bourdieu (1998, p.168), “[...] existe se existirem pessoas que possam dizer que elas são a classe, por falarem publicamente no lugar dela e serem reconhecidas como legitimadas para fazê-lo”. De uma forma geral, na trajetória coletiva traçada pelos *jovens* egressos da CFR vem sendo visível a sua identificação com o grupo representativo do campesinato na Transamazônica ao modo de agentes de uma classe, dadas

as formas de *capital cultural e simbólico* que os habilita a serem percebidos e a perceberem a si mesmos como agentes da estrutura de relações sociais que os posiciona como *distintos* em suas práticas sócio-produtivas.

A espécie de *capital simbólico* do qual os CFRs estão investidos parece manifestar-se em suas interações comunitárias e societárias, bem como em suas representações, em dois sentidos: 1) um sentido de pertença a uma origem comum do grupo social e de continuidade do mesmo através das conquistas via organização coletiva, nas quais se inclui a intervenção técnica da CFR como difusora de “subsídios para a agricultura”; 2) um sentido de *destaque* dos *jovens agricultores* como agentes autorizados ou porta-vozes para atuar na luta política, manifestado de forma recorrente no interesse e/ou capacidade destes *jovens* de falar em nome do grupo e no desejo de “buscar/conseguir melhorias para a região”.

A CFR também estaria formando no âmbito local o quadro de “lideranças de base”¹⁸⁶ do ‘movimento’ – como um quadro de agentes mobilizados e/ou mobilizáveis identificados com a condição camponesa do grupo através do *habitus de classe* incorporado.

As trajetórias de inserção sócio-profissional dos egressos da CFR, especialmente dos CFRs mediadores, revelam uma forma de liderança distinta da de seus pais. Estes apresentavam uma liderança de caráter visivelmente político, no sentido da defesa de interesses do grupo, aliada a partidos políticos e à intensa movimentação social, através da ação coletiva. Os novos mediadores teriam uma liderança de caráter mais técnico, tendo em vista as atuações mediadas pelo conhecimento formal em agropecuária e de cunho ‘ambientalizado’, voltado para as práticas agrícolas, seja diretamente nos lotes, seja nas ações formais em cargos e funções.

Trata-se, todavia, de uma forma de liderança não menos política, tendo em vista a posição do grupo e as redes de relações sociais daquele campesinato. Especialmente, se consideramos os instrumentos necessários para a manutenção da posição numa conjuntura de *rotinização racional*, em que o “poder revolucionário da *ratio* ou da intelectualização” (WEBER, 1991, Vol I, p. 161) é condição para a legitimidade política dos agentes.

As condições sócio-econômicas e políticas destas *famílias CFRs* e a trajetória de seus filhos *jovens agricultores* levam-nos a pensar que a intervenção escolar para o campesinato precisa, necessariamente, estar aliada a outras iniciativas, a fim de garantir a efetiva permanência dos *jovens* no campo. Observou-se que a CFR oferece o conhecimento

¹⁸⁶ Diz respeito – segundo a definição do MPST (1995b) – aos agricultores nas comunidades vicinais. “Militantes de ponta”, no mesmo documento, diz respeito às lideranças que estão no STR, nas associações e cooperativas de produtores rurais.

técnico e político indispensável para a conformação de uma nova visão sobre a realidade vivida e para a conformação de uma nova posição no espaço social. Todavia, as condições objetivas para esta permanência dependem da situação econômica da família de orientação, da composição do grupo doméstico e de oportunidades de inserção nos *campos* econômico e político. Ao que parece, a CFR potencializa as chances de identificação e de permanência, cuja efetividade depende de outras ações e de outras dinâmicas em nível local, regional e nacional.

Cabe observar que, como no estudo realizado por Abramovay et al (2001, p. 45), no Oeste de Santa Catarina/Brasil, foi detectado que entre os jovens “[...] a aspiração por viver na cidade é tanto maior quanto menos promissor o horizonte de geração de renda no estabelecimento paterno”, embora no caso de Medicilândia não se possa afirmar esta correlação direta. Aqui, ao contrário, a aspiração preponderante, entre os egressos da CFR, é permanecer no campo – sob as diversas modalidades mencionadas... As condições objetivas é que não facultam a sua efetividade.

Assim, a plena realização das expectativas projetadas nos egressos da CFR exige iniciativas planejadas, seja da ação coletiva, seja da ação pública, sobretudo no que se refere à inserção destes *jovens* em políticas agrícolas e fundiárias específicas. E, também, a continuidade dos *estudos* no ensino médio e superior, mediados não apenas pela Pedagogia da Alternância, mas também pela combinação política e técnica da formação. Estas parecem ser formas legítimas para o atendimento de expectativas e reivindicações ainda presentes entre agentes envolvidos na CFR, emblematicamente sintetizadas nas falas abaixo:

Eu acho assim, na época que a gente terminou, também faltou né... o principal era esse... era ter dado a credibilidade, e as próprias organização, elas não acreditaram pra ir pra cima, pra fazer projeto, mas onde que a gente barrou mesmo foi na agência financeira, nos banco, por que o projeto ele era bom, viável [...]. **O problema é o seguinte, como é que a gente vai implantar as mudanças das coisas que a gente aprendeu na CFR se quando chega no banco, eles não financia projetos pra pequeno e nem dá crédito pra projeto de meio ambiente?** (Ex-Aluno 2/CFR-1ª turma, 37 anos. Pai 7: *Colono Pioneiro*).

O jovem ele tem suas expectativas, e eu não tenho como ajudar ele a implantar o que ele quer no lote; vivo de aposentadoria. Agora, só pra tu ter uma idéia, a Casa ela foi, pra mim, um sonho [...]. Esse sonho ele teve quase na nossa mão! (Pai 8: *Colono Pioneiro*).

Referências Bibliográficas

1 - Livros e artigos

ABRAMOVAY, Ricardo; et all. *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília: UNESCO, 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo; et all. *Os Impasses Sociais da Sucessão Hereditária na Agricultura Familiar*. Florianópolis: Epagri; Brasília: NEAD/MDA, 2001.

ALBERTI, Verena. *Ouvir Contar: textos em História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

AQUINO, Maria José. “Socioambientalismo” e Novas Territorialidades: Complementaridades e Antagonismos em Desenvolver e Proteger. In: ROCHA; MAGALHAES; TEISSERENC (Orgs). *Territórios de desenvolvimento e ações públicas*. Belém: EDUFPA, 2009. p. 231-260.

ARNAULD DE SARTRE, Xavier. Entre condição de agricultor e profissão: reproduções e construções sociais de jovens agricultores numa frente pioneira amazônica. In: Actes du VI Congrès Latino Américain de Sociologie Rurale. Sustentabilidad y Democratización de las Sociedades Rurales Lationamericanas. Porto Alegre, Nov. 2002. Disponível em: <http://halshs.ccsd.cnrs.fr/doc>.

ARNAULD DE SARTRE, Xavier. Lógicas Familiares da Mobilidade dos Filhos de Colonos numa Frente Pioneira Amazônica. In: Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. Nº 94 (92), 1 de agosto de 2001. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn-94-92.htm>.

ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

ARROYO, Miguel G.; CALDART, Roseli S.; MOLINA, Mônica C. *Por Uma Educação do campo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

AZEVEDO, Sergio de; PRATES, Antônio Augusto Pereira. Planejamento Participativo Movimentos Sociais e Ação Coletiva. In. *Ciências Sociais Hoje, 1991*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1991. p. 122-152.

BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio: Contracapa, 2000. p.25-68.

BONASSA, Tânia Luiza. Estrada do Colono: conflito socioambiental e representações de natureza nas práticas discursivas. In: BRANDENBURG, Alfio. *Ruralidades e Questões Ambientais: estudo sobre estratégias, projetos e políticas*. Brasília: MDA, 2007.

BOURDIEU, Pierre. A “juventude” é apenas uma palavra. In: *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero Limitada, 1983. p. 112-121.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro. Bertand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs). *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998 (Ciências sociais da educação).

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma Teoria da Prática. In: ORTIZ, Renato (Org). *A Sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho d'Água, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *El baile de los solteros: La crisis de la sociedad campesina en el Bearne*. Barcelona. Editorial Anagrama, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BRANDÃO. Carlos Rodrigues. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

CASTRO, Elisa Guraná. Juventude rural: “apenas uma palavra” ou “mais que uma palavra”. In: *XXIX Encontro Anual da ANPOCS*, 25 a 29 de outubro de 2005. GT: Ruralidades na Sociedade Contemporânea: desafios e perspectivas. 2005.

D'INCAO, Maria; ROY, Gerard. *Nós Cidadãos – aprendendo ensinando a democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

DUBAR, Claude. *A Socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

EHLERS, Eduardo. *Agricultura Sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma*. Guaíba: Agropecuária, 1999.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FUKS, Mário. *Arenas da ação e debate públicos: conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro*. Revista Dados, v. 41, n. 1. 1998.

GARCIA JR. Afrânio Raul. *Terra de Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (Coleção Estudos sobre o Nordeste, v. 8).

GARCIA JR. Afrânio Raul. *O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora Universidade de Brasília: MCT-CNPQ, 1989. (Coleção pensamento antropológico).

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. Apropriação, Uso da terra e Desenvolvimento Territorial na Amazônia. In: ROCHA; MAGALHAES; TEISSERENC (orgs). *Territórios de desenvolvimento e ações públicas*. Belém: EDUFPA, 2009. p. 185-205.

HALL, Stuart. Quem precisa da Identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e Diferença – a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 103-133.

- HÉBETTE, Jean; ACEVEDO, Rosa. *Colonização para quem?*. Belém: UFPA/NAEA, 1979.
- HÉBETTE, Jean; et all. Reprodução social e participação política na fronteira agrícola paraense: o caso da Transamazônica. In: HÉBETTE, Jean, MAGALHÃES, Sônia Barbosa e MANESCHY, Maria Cristina. (Orgs.) *No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará*. Belém: EDUFPA, 2002. p. 203-232.
- HURTIENNE, Thomas. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável na Amazônia. In: HURTIENNE, Thomas; et all (Orgs). *Estado e políticas públicas na Amazônia*. Belém: CEJUP: UFPA-NAEA, 2001.p.177-283.
- IANNI, Octavio. *A luta pela terra*. 2ª. ed. Petrópolis:Vozes, 1979a.
- IANNI, Octavio. *Ditadura e Agricultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979b, 249p.
- LAMARCHE, Ugues (Coord.). *A agricultura familiar – comparação internacional I: uma realidade multiforme*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. (Coleção Repertórios).
- LARRÈRE, Catharine; LARRÈRE, Raphaël. *Do Bom Uso da Natureza: para uma filosofia do meio ambiente*. Lisboa: Instituto Piaget. 1997.
- LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. In: MERLLIÉ, Dominique; et all. *Iniciação à Prática sociológica*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996, p. 59- 106.
- LEROY, Jean-Pierre. *Uma Chama na Amazônia*. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.
- LOPES, José Sérgio Leite (Coord). A “ambientalização” dos conflitos sociais. Introdução. In: LOPES, José Sérgio Leite (Coord). *A ambientalização dos conflitos sociais – Participação e Controle Público da Poluição Industrial*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política. UFRJ, 2004. p. 17 – 40. (Coleção Antropologia a política, 29).
- MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- MARTINS, José de Souza. *Caminhada no Chão da Noite – emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil – as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- MARTINS, José de Souza. *O poder do Atraso – ensaios de Sociologia da História Lenta*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MATTEI, Lauro. *Pronaf 10 anos: mapa da produção acadêmica*. Brasília: MDA, 2006 (NEAD Estudos, 12).
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MENDRAS, Henri. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MORAES, M. *De camponês a agricultor familiar: imagens do campesinato, como identidade na ordem da razão*. Raízes, Campina Grande, n. 17, p 121-134, jun. 1998.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *Uma Etnologia dos “Índios Misturados”? Situação Colonial, Territorialização e Fluxos Culturais*. Mana 4(1), p.47-77. 1998.

PEIXOTO, Rodrigo. Caminhos e Descaminhos do Desenvolvimento Territorial no Pará. In: ROCHA; MAGALHAES; TEISSERENC (orgs). *Territórios de desenvolvimento e ações públicas*. Belém: EDUFPA, 2009. p. 65-94.

SABLAYROLLES, Philippe; ROCHA, Carla (orgs). *Desenvolvimento Sustentável da agricultura familiar na Transamazônica*. Belém: AFATRA, 2003.

SABOURIN, Eric. A ajuda mútua rural, entre intercâmbio e reciprocidade. In: *Encontro da Rede de Estudos Rurais*, 1, Niterói. Anais. Niterói: UFF, Rede de Estudos Rurais, 2006.

SCHERER-WARREN. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

SCHMITZ, Heribert; CASTELLANET, C. Intensificação da agricultura na região da Transamazônica: experiências de um levantamento nas chácaras e travessões em Uruará. Altamira: LAET, 1995 (mimeo).

SIMÕES, Aquiles. *A relação Estado e agricultura familiar na fronteira agrícola amazônica: o caso da região Transamazônica*. Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Papers do NAEA, Nº 164. Belém: NAEA, 2002.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes, et all. *Educação não-formal: cenários da criação*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP/Centro de Memória, 2001.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural – mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

VELHO, Otávio. *Capitalismo autoritário e campesinato – um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1979.

VIANNA, Aurélio. Assalariamento, extrativismo e venda (ou troca) de lotes: alternativas para a consolidação de uma ocupação de terras no sudoeste do Paraná. In: VIANNA, Aurélio, et all. *Terra de trabalho e terra de negócio: estratégias de reprodução camponesa*. Rio de Janeiro: CEDI, 1990.p. 13-36.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes do Campesinato Brasileiro. In: TAVARES, E.;MOTA, D. M; IVO, W. M. (Eds). *Encontro de pesquisa sobre a questão agrária no tabuleiro costeiro de Sergipe*, 2, 1997, Aracaju-Se. Agricultura Familiar em debate – Anais. Aracaju: EMBRAPA-CPATC, 1997, p. 9-40.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1991, Vol. I.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da Sociologia Compreensiva*. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1999, Vol. II.

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1979.

WOORTMANN, Ellen. *Herdeiros, parentes e compadres*. Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste. São Paulo: Hucitec, 1995.

2 – Monografias

ARAÚJO, Ildeberg. *A CFR de Uruará e o problema da evasão*. Trabalho de Conclusão de Curso. Altamira: UFPA, 2002. 85 p.

HENCHEN, Mário José. *O diálogo com relação entre agricultores e pesquisadores: a experiência do PAET na Transamazônica*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Belém:UFPA, 2002. 129 p.

LOPES, Raquel. *O letramento selvagem: um estudo sócio-antropológico da apropriação da escrita por trabalhadores rurais assentados em área de reforma agrária na região da Transamazônica*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Belém: UFPA/IFCH. Paris: Centre de Recherche sur l'Action Locale (CERAL)/Université de Paris 13, 2009. 401 p.

MONTEIRO, Raimunda. *Informação e Redes de Interação no novo ciclo de mobilizações dos pequenos agricultores da Transamazônica*. Dissertação de Mestrado. Belém: NAEA/UFPA, 1996. 204 p.

PADILHA, Simone C. Contente. *Armadilhas do capital: a política de crédito agrícola especial sob a égide do capital financeiro*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará. Belém: Mestrado em Sociologia. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2007. 120 p.

PEIXOTO, Lecir Aparecida. *Crédito rural para a Agricultura Familiar: o caso do FNO Especial – PRORURAL nos municípios de Medicilândia e Pacajá – Transamazônica – Pará*. Dissertação de Mestrado. Belém: NEAF/UFPA, 2002. 147 p.

RIBEIRO, Beatriz Maria de Figueiredo. *Viver, Produzir e Preservar. Construindo o Projeto Casa Familiar Rural da Transamazônica (1980-2002)*. Dissertação de Mestrado. Belém: NAEA/UFPA, 2003. 186 p.

SANTOS, Neila Reis C. *Feição de Alternância: um estudo sobre o programa das CFRs para a formação básica, a Casa Familiar Rural de Uruará/Pará*. Tese de Doutorado. Natal: Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2006. 366 p.

SILVA, Maria Célia Vieira da. *Papel Social do Jovem na Unidade Familiar: influências da experiência pedagógica da CFR de Santa Maria das Barreiras – Pará-Brasil*. Dissertação de Mestrado. Belém: NEAF/UFPA, 2009. 183 p.

SILVA, Marizete Fonseca da. *Pensar o trabalho é pensar a vida: as dimensões da formação na pedagogia da alternância da Escola Família Agrícola de Marabá-Pará*. Dissertação de Mestrado. Belém: NEAF/UFPA, 2003. 103 p.

SOUZA, Ana Paula Santos. *O Desenvolvimento Socioambiental na Transamazônica: a trajetória de um discurso a muitas vozes*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará/ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental. Belém: NEAF, 2006. 140 p.

3- Documentos

BRASIL.MDA. *Perfil da Educação do Campo na Região Norte*. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. Brasília: MDA, 2005.

BRASIL.MDA *Estatísticas do meio rural*. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. Brasília: MDA. DIEESE, 2006.

BRASIL.MEC. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Nº 9394/1996. Brasília. 1996.

BRASIL. MMA. *Subprograma Projetos Demonstrativos - PDA*. Cooperação Financeira: República Federal da Alemanha – KFW, União Européia – CEC, Rain Forest Trust Fund – RTF, Fundo Francês para o meio Ambiente Mundial – FFEM. FVPP – a história do Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu: Projetos Demonstrativos – 10 anos: comunidades construindo sua sustentabilidade. Série Sistematização. Revista VII – Outubro de 2006. 63 p. (Série Sistematização).

CFR/MEDICILÂNDIA. *Projeto de estruturação técnico-pedagógica da Casa Familiar Rural de Medicilândia*. 1996. 13p. (Mimeo).

FVPP. *Casas Familiares Rurais na Transamazônica e Xingu – consolidação de um projeto de desenvolvimento ao meio rural*. 2007. 12 p.(Mimeo).

FVPP; MDTX. *Projeto de Consolidação da Produção Familiar Rural e Contenção dos Desmatamentos na Transamazônica e Baixo Xingu*. 2001. 29 p. (Mimeo).

IBGE. *Censo Demográfico*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000. Disponível em: [HTTP://www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

LAET. *Dossiê Casa Familiar Rural*. 1999. 20 p. (Mimeo).

LAET; MPST. *Relatório da reunião entre MPST e LAET*. 1994. 4p. (Mimeo)

LAET; MPST. *Relatório do Encontro de Planejamento Estratégico do PAET*. 1996. 21 p (Mimeo).

MPST. *Projeto de Sustentação e Ação do Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica*. 1991a.30 p. (Mimeo).

MPST. *Projeto Global de Desenvolvimento da Região da Transamazônica* (PGDT). **1991b**. 32 p. (Mimeo).

MPST. *Projeto Emergencial de Educação para a Transamazônica*. **1991c**. 14p. (Mimeo).

MPST . *Resumo da avaliação do desempenho as estratégias do MPST, deliberadas na assembléia de Janeiro de 1994*. 5 p. **1995a** (Mimeo).

MPST. *1º Encontro de Planejamento de 1995*.**1995b**. 6 p. (Mimeo).

MPST; FVPP. *Projeto de Formação e Educação - 1995-1997*. 1995. 12 p. (Mimeo).

MPST; FVPP. *Projeto Global de Desenvolvimento da Região da Transamazônica* (Cooperação ICCO/MPST). 1996. 27p. (Mimeo).

MPST; LAET. *Casa Familiar Rural* – proposta de formação para jovens filhos de agricultores na Transamazônica pelo sistema de alternância. Ante-projeto de implantação de CFR Piloto no Município de Medicilândia. 1995. 10 p. (Mimeo).

STR; FETAGRI. *I Seminário de Educação Rural da Transamazônica e Baixo Xingu: a educação em função do desenvolvimento rural a Transamazônica e Baixo Xingu*. 1999.51p. (Mimeo).

Apêndice: Lista dos entrevistados citados e sua posição no grupo estudado

1- Lideranças

Liderança local/STR: Liderança do STR; ativista do PT; radialista na Rádio Comunitária coordenada pelo STR.

Liderança local/CFR: Liderança comunitária; Ex-coordenador da CFR.

Liderança Regional 1: Ex- assessor pedagógico das CFRs da Transamazônica pela FVPP; ativista do PT.

Liderança Regional 2: Coordenadora da FVPP

Religiosa Católica: Irmã Franciscana

Padre: Responsável pela paróquia do município de Medicilândia.

2- Pais CFRs

Mãe 1: Agricultura. (Filho: Ex-aluno 15)

Mãe 2: Secretária do STR; liderança comunitária. (Filho: Ex-aluno 8)

Pai 1: Ex-presidente do STR na década de 1990; ativista do PT; agricultor. (Filho: Ex-aluno 11)

Pai 2: Ativista do PT; agricultor.

Pai 3: Ex-liderança comunitária e do STR; ativista do PT; agricultor. (Filho: Ex-aluno 9)

Pai 4: Ex-liderança comunitária e do STR; ativista do PT; agricultor.

Pai 5: Liderança comunitária; agricultor. (Filho: Ex-aluno 5)

Pai 6: Membro do Conselho Fiscal do STR; agricultor. (Filho: Ex-aluno 10)

Pai 7: Ex-liderança comunitária; agricultor. (Filho: Ex-aluno 2)

Pai 8: Ex-liderança comunitária e do STR; ativista do PT; agricultor. (Filho: Ex-aluno 13)

3 - Ex-alunos CFRs

Ex-aluno 1: Agricultor.

Ex-aluno 2: Ex-secretário municipal de saúde em Medicilândia; ativista do PT; Coordenador de projetos de desenvolvimento rural sustentável da FVPP; agricultor.

Ex-aluno 3: Presidente de associação de produtores rurais.

Ex-aluno 4: Marceneiro; agricultor.

Ex-aluno 5: Liderança comunitária; agricultor.

Ex-aluno 6: Liderança comunitária; agricultor.

Ex-aluno 7: Liderança comunitária; micro-empresário do setor de beneficiamento de polpa de frutas; agricultor; membro da Associação de Pais da CFR.

Ex-aluno 8: Monitor em projetos de desenvolvimento rural sustentável do STR/FVPP; micro-empresário do setor de produtos agropecuários; ativista do PT.

Ex-aluno 9: Agricultor; ex-monitor em projetos de desenvolvimento rural sustentável do STR/FVPP; ex-membro da Associação de Pais da CFR; ativista do PT.

Ex-aluno 10: Agricultor.

Ex-aluno 11: Agricultor; membro da Associação de Pais da CFR; ativista do PT.

Ex-aluno 12: cobrador em loja de eletrodomésticos em Medicilândia.

Ex-aluno 13: Agricultor.

Ex-aluno 14: Agricultor.

Ex-aluno 15: Agricultor.

Ex-aluno 16: Agricultor.

Ex-aluno 17: Agricultor.

Ex-aluno 18: Motorista em depósito de cereais em Medicilândia.

Ex-aluno 19: Agricultor.

4. Ex-monitores da CFR

Ex-monitora 1: Engenheira agrônoma; assessora de projetos da FVPP; professora da UFPA, *campus* de Altamira.

Ex-monitor 2: Técnico agrícola; liderança comunitária; ativista do PT; coordenador da EMATER em Brasil Novo.